

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA

MARIA LENÚCIA DE MOURA

**FAFIDAM: O CONSERVADORISMO DA IGREJA NAS PRÁTICAS
EDUCATIVAS NO CONTEXTO DO ESTADO DITADOR**

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

2016

MARIA LENÚCIA DE MOURA

TÍTULO

FAFIDAM: o conservadorismo da Igreja nas práticas educativas no contexto do estado ditador.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Área de concentração: História e Culturas Políticas

Orientadora: Prof^a Dr^a Priscila Carlos Brandão

Belo Horizonte

2016

907.2
M929f
2016

Moura, Maria Lenúcia de
FAFIDAM [manuscrito] : o conservadorismo da Igreja nas
práticas educativas no contexto do estado ditador / Maria
Lenúcia de Moura. - 2016.

272 f.

Orientadora: Priscila Carlos Brandão.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografias

1.História – Teses. 2.Universidade Estadual do Ceará.
Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - Teses. 3.Igreja
Católica - Teses. 4 .Conservantismo. I. Antunes, Priscila Carlos
Brandão . II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



**"FAFIDAM: o conservadorismo da Igreja nas práticas educativas no contexto
do estado ditador"**

Maria Lenúcia de Moura

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão
UFMG

Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sa Motta
UFMG

Prof. Dr. Luiz Duarte Haele Arnaut
UFMG

Profa. Dra. Alessandra Carvalho
UFRJ

Prof. Dr. José Eudes Baima Bezerra
UECE

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2016.

DEDICATÓRIA

À Ênio, porque sem amor eu nada seria;

À Ana, minha trilha sonora,
pelo companheirismo e amor, mesmo em minhas ausências;

À Luisa, vida e alegria dessa caminhada.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora professora doutora Priscila Carlos Brandão pela confiança e orientação constante, pelas contribuições, não apenas científicas, mas também pessoais que em muito contribuíram para me manter de pé e lúcida nessa jornada longa;

À minha mãe, Maria Luzanira, por ser inspiração de luta, persistência e sabedoria na construção da educação dos filhos;

As minhas irmãs, Lourdes, Maria do Carmo, Mazé e Lêda, pelo apoio durante o período passado em Belo Horizonte e pelas orações constantes;

À mainha, Lourdes Silva, pelos cuidados na infância e carinho nos regressos;

À companheira de longas conversas, Lêda Vasconcelos, pelo apoio logístico, intelectual e psicológico;

À Francisca Maria de Oliveira, que me abriu não apenas a porta de sua residência em uma tarde de conversa animada, mas também o contato para outras entrevistas.

Às pessoas que me receberam em suas casas com enorme carinho: Newman Conrado, Teresinha Meneses, Belismar Gadelha, Socorro Moreira, padre Pitombeira, Arnóbio Santiago, José Maria Guerreiro, Ailton, Luiz Cruz Lima, Valter Pinheiro, Francisca Maria de Oliveira.

Aos professores José Carlos Reis, Juniele Rabelo, Mirian Hermetto, Luiz Carlos Villalta, Kátia Gerab Baggio, Eduardo Paiva e João Pinto Furtado, que, de forma intensa, me apresentaram o universo da História no início dessa jornada;

Aos colegas de doutorado do Ceará e Belo Horizonte, dos quais sorvi todas as histórias e vivências durante o convívio.

Não é a consciência dos homens
que determina o seu ser, mas,
ao contrário, é o seu ser social
que determina sua consciência.

Karl Marx

FAFIDAM: o conservadorismo da Igreja nas práticas educativas no contexto do estado ditador.

RESUMO

A Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Instituição de Educação Superior situada na microrregião do Baixo Jaguaribe, foi criada em um dos períodos mais dramáticos da história brasileira: a recente ditadura civil militar. Sua criação fazia parte de um projeto conduzido pela Diocese de Fortaleza, liderada pelo bispo Dom Aureliano Matos junto à elite limoeirense. Como forma de compreender os impactos que a faculdade produziu junto à sociedade limoeirense naquele momento, analisamos não apenas o contexto local e específico da ditadura, como também o arcabouço político implementado para o setor educacional nos anos que antecederam ao golpe, bem como o papel desenvolvido pela Igreja antes e durante a ditadura. O alicerce sob o qual foi construída esta tese teve como fontes os acervos documentais das instituições que fizeram parte do projeto da Igreja, bem como da própria instituição, objeto da pesquisa. O pilar-mestre do alicerce construído pelas fontes repousou sobre a fonte oral constituída por ex-professores – os primeiros da Instituição -, ex-alunos e ex-alunos que se tornaram professores da faculdade. O recorte espacial foi a cidade de Limoeiro do Norte, tendo como foco específico a Instituição pesquisada e como recorte temporal os dez primeiros anos de criação da faculdade que converge com os dez anos mais duros da ditadura. Dos resultados encontrados no desenvolvimento da pesquisa, constatamos que as práticas políticas desenvolvidas entre a Igreja e a elite limoeirense, bem como o papel das instituições criadas por Dom Aureliano Matos durante o desenvolvimento do projeto da Igreja, reforçaram a política ditatorial na microrregião do Baixo Jaguaribe; o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte sob os auspícios da Igreja tinha relações estreitas com o projeto do governo civil-militar; as políticas e práticas no ensino superior sob o controle da Igreja fortaleceram a ordem social conservadora da ditadura na microrregião, em alguns momentos mediante as práticas de expurgos e perseguições, e em outras ocasiões por meio de acomodação e conciliação nas práticas cotidianas. Ou seja, a FAFIDAM manteve a ordem conservadora, que foi o alicerce de sua construção.

Palavras-chave: FAFIDAM, Igreja católica, Conservadorismo.

FAFIDAM: conservatism of the Church in the educational practices in the context of the dictator state.

ABSTRACT

The Faculty of Philosophy Dom Aureliano Matos, institution of higher education located in the micro-region of Baixo Jaguaribe, was established in one of the most dramatic periods in Brazilian history: the recent civil-military dictatorship. Its creation was part of a project conducted by the Diocese of Fortaleza, led by bishop Aureliano Matos next to Limoeirense elite. In order to understand the impacts that college produced by the Limoeirense society at that point, we analyze not only the local and specific context of the dictatorship, as well as the policy framework implemented for the education sector in the years leading up to the coup and the role played by Church before and during the dictatorship. The foundation upon which was built this thesis was to sources the documentary collections of institutions that were part of the Church's project as well as the institution itself, the research object. Pillar master of the foundation built by sources rested on oral source made up of former teachers - the first of the institution - alumni and former students who became teachers of the faculty. The spatial area was the North Limoeiro city, with the specific focus the institution researched and time frame as the first ten years of creation of the faculty which converges with the ten hardest years of the dictatorship. The results found in the research, found that political practices developed between the Church and the Limoeirense elite, and the role of the institutions created by Don Aureliano Matos during the development of church design, reinforced the dictatorial politics in the micro-region of Baixo Jaguaribe ; the educational project developed in North Limoeiro under the auspices of the Church had close relations with the project civil-military government; policies and practices in higher education under the Church's control strengthened the conservative social order of the dictatorship in the micro, sometimes by the practices of purges and persecutions, and at other times through accommodation and reconciliation in daily practices. Ie the FAFIDAM kept the conservative order, which was the foundation of its construction

Keywords: FAFIDAM, Catholic church, Conservatism.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS EM LIMOEIRO DO NORTE NA DITADURA CIVIL-MILITAR.....	32
1.1	A REALIDADE: ANTECEDENTES HISTÓRICOS.....	35
1.2	AS INSTITUIÇÕES E SEU CAMPO DE ATUAÇÃO.....	45
1.3	O LUGAR DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS NO LIMOEIRO DO NORTE: O PAPEL DA DIOCESE.....	52
1.4	CORONELISMO E PRÁTICAS CONSERVADORAS NA FORMAÇÃO DA POLÍTICA DO CEARÁ: TERRA FÉRTIL NO CONTEXTO DA DITADURA COVIL-MILITAR.....	58
1.5	O CONTEXTO SOCIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO CEARÁ.....	64
1.6	O FORTALECIMENTO DA ORDEM SOCIAL CONSERVADORA: A AÇÃO DA IGREJA NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	69
1.7	AÇÃO DA IGREJA NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O BAIXO JAGUARIBE.....	91
2	O PROJETO EDUCATIVO DA DITADURA NO LIMOEIRO DO NORTE.....	93
2.1	O FORTALECIMENTO DA ORDEM SOCIAL CONSERVADORA SOB OS AUSPÍCIOS DA IGREJA.....	97
2.2	O PROJETO SOCIAL DA IGREJA: DOCTRINA CATÓLICA NA LUTA CONTRA O INIMIGO COMUNISTA.....	105
2.2.1	As políticas sociais da ditadura civil-militar.....	111
2.2.2	A estrutura e funcionamento do ensino na ditadura.....	115
2.3	DAS POLÍTICAS SOCIAIS À AÇÃO: O PROJETO RONDON NO BRASIL E NA MICRORREGIÃO EM LIMOEIRO DO NORTE.....	118
2.4	FORMAÇÃO MORAL PARA A JUVENTUDE: POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO NO COMBATE AO COMUNISMO.....	132

2.5	A IGREJA EM LIMOEIRO DO NORTE: VELHAS CONCEPÇÕES EM NOVAS PRÁTICAS.....	134
2.6	A EDUCAÇÃO ELEMENTAR E ENSINO MÉDIO: ELEMENTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS.....	135
2.7	ENSINO SUPERIOR: DA CONTENÇÃO NACIONAL À OFERTA EM LIMOEIRO DO NORTE.....	137
3	ESTADO DITATORIAL E IGREJA NA CONSTITUIÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO: O CASO FAFIDAM.....	149
3.1	A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR.....	153
3.2	A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA NO BRASIL.....	158
3.2.1	Práticas da ditadura: demissões, prisões, torturas, expurgos e aposentadorias.....	161
3.3	DO PROJETO ARQUITETÔNICO AO PROJETO PEDAGÓGICO: UM ACORDO DITATORIAL.....	170
3.4	A PARCERIA ENTRE ESTADO DITATORIAL E IGREJA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO FAFIDAM.....	180
4	FAFIDAM: REAÇÃO ANTECIPADA À AMEAÇA CONTRA A ORDEM CONSERVADORA.....	202
4.1	CONSERVAR PARA RESISTIR: PREPARAÇÃO DO CONTEXTO EDUCACIONAL ÀS INTERFERÊNCIAS DO CONTEXTO POLÍTICO.....	205
4.2	AÇÃO E REAÇÃO À DITADURA SOB OS AUSPÍCIOS DA IGREJA CATÓLICA NA FAFIDAM.....	212
4.3	COM A PALAVRA OS UNIVERSITÁRIOS: O CONTEXTO SOCIAL NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA MICRORREGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE.....	217
4.4	REPRESSÃO E DEMISSÃO: MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR COMUNISTA.....	225
4.5	CONCILIAÇÃO E CONSERVAÇÃO: PRÁTICAS DOS DIRIGENTES.....	244
4.6	FAFIDAM: ORDEM MANTIDA.....	246

4.7	DIDÁTICA E CONSERVADORISMO: A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NA VISÃO DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES.....	249
4.7.1	Currículo: o caráter normatizador do conservadorismo na Educação.....	252
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	261
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	266
	ANEXOS.....	274

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº	DESCRIÇÃO	PÁG.
1	Reunião dos Integralistas em sua sede. Limoeiro do Norte, 1935. Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 30. 1997.	43
2	Sagração do 1º bispo de Limoeiro do Norte, Dom Aureliano Matos. No cortejo que conduzia Dom Aureliano à Catedral. 29.09.1940 Foto extraída de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. 1997.	57
3	Fachada do Colégio Diocesano Padre Anchieta	72
4	Fachada do Seminário Diocesano Cura d’Ars 1955	74
5	Seminaristas do Seminário Diocesano Cura d’Ars – 1962 Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 30. 1997.	76
6	Fachada do antigo Patronato Santo Antônio dos Pobres. À esquerda a Capela, no centro da imagem o Colégio e a direita o auditório. Foto do acervo da autora.	77
7	Fachada do Liceu de Artes de Ofícios – 2013 Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 30. 1997.	80
8	I Congresso Eucarístico Diocesano. Foto extraída de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 50. 1997.	84
9	Jubileu Sacerdotal de Dom Aureliano Matos Banquete realizado no Liceu de Artes e Ofícios Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 30. 1997.	88
10	Reunião do Projeto RONDON em Limoeiro do Norte Alunas da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos e o representante do Projeto Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. 1997.	121
11	Certificado de Participação no Projeto Rondon Acervo documental de Aurenice de Andrade Arrais	123
12	Certificado de participação na Operação Mauá Acervo documental de Aurenice de Andrade Arrais	124
13	Relatório ao Conselho Estadual de Educação Acervo da FAFIDAM	171
14	Auditório da FAFIDAM – Anos de 1970 Acervo fotográfico da FAFIDAM	174
15	Visão panorâmica do prédio da FAFIDAM Fonte: <i>Google Maps</i> em junho de 2013	176
16	Sala de aula da FAFIDAM/alameda da direita/Vista do pátio Acervo fotográfico do Professor Doutor Luiz Cruz Lima	177

17	Mapa dos Municípios atendidos pelas instituições educacionais (públicas e privadas) de Limoeiro do Norte - CE, anos de 1960-70. Fonte: Mapa disponível em: http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/130x.htm . Fonte de Dados: dados coletados pela autora durante análise documental e entrevistas realizadas em Limoeiro do Norte (CE) no ano de 2013.	191
18	Circular Nº 85, de 28 de agosto de 1962 escrita pelo bispo Dom Aureliano Matos Acervo da Cúria Diocesana	194
19	3ª folha que integra o documento de criação da FAFIDAM Acervo da FAFIDAM	199
20	Foto da praça Capitão João Ennes, no centro de Limoeiro do Norte A população retirada pelo exército antes do rompimento da barragem do açude Orós. Acervo Freitas e Oliveira	218
21	Equipe do MEB e os monitores das Escolas Radiofônicas com o Monsenhor Francisco José de Oliveira, Dom Aureliano Matos, padre Mariano Rocha Matosem frente à Rádio Educadora Jaguaribana. Acervo Freitas e Oliveira	219
22	Marcha com Deus pela Liberdade, após o golpe militar No palco improvisado, o pronunciamento das autoridades eclesiais, civis e militares, e as alunas da Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte, em frente à catedral da Cidade. Acervo Freitas e Oliveira	223
23	Foto retirada pela empresa RFFSA da visita dos alunos do Curso de Geografia da FAFIDAM Acervo do Professor Doutor Luiz Cruz Lima	256
24	Visita dos alunos do Curso de Geografia ao Jornal Tribuna do Ceará Recorte do Jornal Tribuna do Ceará Arquivo pessoal de Aurenice de Andrade Arrais aluna no período	258
25	Documento elaborado pelos professores do Curso de Geografia Acervo documental do Professor Doutor Luiz Cruz Lima	259

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

FAFIDAM - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos

UECE - Universidade Estadual do Ceará

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MEB - Movimento de Educação de Base

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

CNMC - Conselho Nacional

EMC - Educação Moral e Cívica

EPB - Educação Política e Brasileira

OSPB - Organização Social e Política Brasileira

CIA - Central Intelligence Agency

UNE - União Nacional dos Estudantes

GAO - Government Accountability Office

FUNEDUCE - Fundação Educacional do Estado do Ceará

UDN - União Democrática Nacional

ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

UEG - Universidade do Estado da Guanabara

ASIS - Assessoria de Segurança e Informação

FAB - Força Aérea Brasileira

IPMs - Inquéritos policiais e militares

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	1ª Carta Pastoral, escrita em 1940 – Saudando seus diocesanos.
ANEXO 2	2ª Carta Pastoral, escrita em 1941 – Pedindo a seus diocesanos auxílio para a construção do seminário.
ANEXO 3	3ª Carta Pastoral escrita em 1943 – Comunicando aos seus diocesanos as resoluções do Primeiro Congresso de Vocações Sacerdotais.
ANEXO 4	4ª Carta Pastoral, escrita em 1954 – Comunicando aos seus diocesanos a realização, de 4 a 8 de dezembro de 1954, do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, comemorando o Centenário do Dogma da Imaculada Conceição e em preparação ao Congresso Eucarístico Internacional de 1955.
ANEXO 5	5ª Carta Pastoral, escrita em 1965 – A presença da Igreja na atual Transformação Econômico-Social do Vale do Jaguaribano.
ANEXO 6	6ª Carta Pastoral, escrita em 1965 – Os dois jubileus.
ANEXO 7	Foto do Presidente da República inaugurando a ponte que ligaria Limoeiro do Norte às demais cidades da região.
ANEXO 8	Projeto da FAFIDAM

INTRODUÇÃO

Esta tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG, na linha de pesquisa História e Culturas Políticas, e se debruça sobre o Ensino Superior no contexto da ditadura civil-militar, particularmente sobre o modelo educativo que orientou a criação da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, localizada em Limoeiro do Norte, na microrregião do Vale do Jaguaribe, no estado do Ceará.

A história da Educação do Ceará foi uma temática que nos mobilizou ao longo de nossa formação acadêmica. Problematizando a emergência e evolução do sistema de ensino no Ceará, durante a pesquisa do mestrado, tendo como foco o município de Tabuleiro do Norte, bem como a repercussão das políticas educacionais na região do Baixo Jaguaribe, nos chamou imediatamente a atenção a implantação de instituições educativas no contexto da ditadura. Voltamo-nos, nesse sentido, a análise da influência das políticas educacionais do governo do período da ditadura, na consolidação da educação na microrregião sobretudo com a criação da FAFIDAM, elemento basilar na feitura deste texto. O problema imediatamente posto era: qual a relevância de voltarmos ao passado quando aparentemente superamos o autoritarismo que marcou a consolidação das instituições educacionais naquele tempo histórico? A resposta veio com o olhar sobre as práticas autoritárias que ainda orientavam as gestões das instituições de ensino, corroborada com algumas revisões de literatura, dentre as quais o livro *O que resta da ditadura: a exceção brasileira* (TELES; SAFATLE, 2010), fruto de um seminário realizado na Universidade de São Paulo, em 2008. Esse volume trata do passado de violência e da sua incrível capacidade de permanência, procurando refletir sobre como certos hábitos e práticas autoritárias foram assimilados mediante uma reconciliação extorquida.

A síntese desse debate aparece em uma das epígrafes desse livro, da qual George Orwell é o autor: *quem controla o passado controla o futuro*. Na nossa leitura, isso significa dizer que se queremos reafirmar a democracia como prática, precisamos cicatrizar suas feridas, o que pressupõe aprofundar o

problema. A prática nos revela que as feridas não foram curadas. Hoje, passado pouco mais de cinco décadas de um dos períodos mais dramáticos da história brasileira, vimos que a luta para consolidar as práticas democráticas ainda nos desafia. Passados mais de 50 anos da ditadura, estamos apenas cuidar da salmoura que escorre das feridas.

A esse respeito, pensamos que justamente a memória - não apenas a memória daqueles que não tencionam reaver o tempo da ditadura, mas de todos aqueles que clamam nas ruas por seu retorno - está indubitavelmente ligada às feridas ainda não cicatrizadas. Como poderiam se ainda não enterramos os mortos? Como podem não incomodar, se as atrocidades cometidas por muitos não foram discutidas abertamente com a população? Como não se inquietar, se ainda nem sabemos os nomes daqueles que, em nome da nossa nação, cometeram tantos crimes? Como a nossa justiça pode se legitimar, se ainda vive à sombra das interpretações oportunistas da Lei da Anistia? Como acreditar em crimes, se não há criminosos? Como enterrar os mortos se não temos as ossadas?

E aí voltamos à epígrafe do livro *Quem controla o passado controla o futuro* (2010). Esta frase, citada em sua apresentação, não poderia ser mais coerente com o momento político em que nos encontramos, quando intervenções militares são reivindicadas por parcela da população e uma avalanche de posições conservadoras evidencia o grau de elitismo, racismo e de desrespeito em relação à democracia, que parte de nossa sociedade ainda mantém. Para nós, não há dúvida do grau de conservadorismo que ainda impera na sociedade brasileira e, como efeito, nas práticas educativas. As manifestações que esbravejam o retorno dos dias de chumbo são, em síntese, a confirmação da frágil democracia do nosso país.

A história da FAFIDAM se integra a esse tempo histórico. A FAFIDAM foi criada em 1968, no apogeu da ditadura militar, época de reforma do Ensino Superior brasileiro consolidada pela lei nº 5.540, de 28 de novembro, que reafirmou princípios já adotados em legislação anterior e a retirada das garantias públicas e/ou privadas dos cidadãos pelo ato institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Trata-se de instituição de natureza jurídica privada,

constituída sob os auspícios da Igreja católica, então presença e influência importante em toda microrregião. Em 1968, época de criação da FAFIDAM, importantes universidades do Brasil reagiam à política do governo. Em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, cem mil pessoas, entre artistas e outros setores da sociedade brasileira, protestavam contra a ditadura. Nas universidades, a juventude, em particular, reagia contra a reforma universitária.

É verdade que essa reação não se deu de forma homogênea em todo o território nacional, ou seja, nem todas as universidades do país reagiram e, quando o fizeram, não foi com a mesma intensidade. Nesse contexto, temos realidades como a de Limoeiro do Norte, no Ceará, que, longe de reagir às políticas conservadoras e autoritárias, utilizou-se desse momento histórico para reforçar as práticas conservadoras que, sob a dominância da Igreja, formaram as bases do projeto pedagógico da FAFIDAM. Esta constatação apontou o caminho sob o qual se desenvolveram os capítulos que compõem esta tese.

Pretendemos analisar as relações entre as políticas educacionais do governo ditatorial e as bases pedagógicas que propiciaram a criação da FAFIDAM. Partindo desta compreensão, algumas questões surgiram e orientaram a pesquisa: as práticas políticas desenvolvidas entre a elite limoeirense e a Igreja, bem como as instituições criadas pelo bispo durante o desenvolvimento de seu projeto, reforçaram a política do governo ditatorial na microrregião do Baixo Jaguaribe? Havia consonância entre o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte para a microrregião, sob os auspícios da Igreja, e o projeto educativo da ditadura civil-militar? Teriam as políticas e práticas pedagógicas desenvolvidas na FAFIDAM permitido o fortalecimento da ordem social conservadora na educação na microrregião do Baixo Jaguaribe? Teria sido a FAFIDAM um fator de manutenção do conservadorismo e propagação do regime militar?

Para responder essas interrogações, o recorte cronológico da tese tem início com a criação da FAFIDAM no ano de 1968, que na história nacional, marca o auge da ditadura militar, e no plano educacional, a reforma no ensino superior.

AS FONTES

Trabalhar a história do tempo atual requer exigências metodológicas e conceituais que colaborem na análise do objeto. Com esta intenção, fizemos um recorte temporal, que se inicia com a criação da FAFIDAM, embora, parafraseando René Rémond, seja impossível compreender determinado tempo ignorando todo o passado. Nesse sentido, ao iniciarmos com a FAFIDAM, fomos inevitavelmente levados a fazer um recuo temporal, para compreender os fundamentos que orientaram o projeto educativo de Limoeiro do Norte.

Como diz Marrou (1954), cabe ao historiador procurar um saber mais longo, além do período ou fato estudado. Ele não deve se contentar com uma visão fragmentada e superficial. Nesse sentido, nas fontes utilizadas neste escrito, valorizamos as procedências primárias e secundárias, compostas por documentos, entrevistas e fontes bibliográficas que serviram para situar o tempo histórico das vertentes primárias. As entrevistas foram realizadas nas cidades de Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, em Flores distrito da cidade de Russas e Fortaleza, no período de 2013 a 2015. Contam com depoimentos de ex-professores e ex-alunos. Os documentos foram acessados nos arquivos dos cartórios da cidade de Limoeiro do Norte, na Cúria Diocesana e nas instituições pesquisadas, bem como em acervos privados dos entrevistados.

O primeiro conjunto de fontes a ser destacado reúne as cartas pastorais que o bispo Dom Aureliano Matos escreveu ao longo de sua jornada à frente da Diocese de Limoeiro do Norte. As cartas, longe de serem documentos estritamente ligados ao dia a dia diocesano, expõem questões de cunho pessoal, filosófico e ideológico, elementos que julgamos contribuir para o entendimento das ações empreendidas pelo prelado naquelas circunstâncias.

A primeira carta pastoral é datada de 29 de setembro de 1940. É a única das seis que teve impressão mais artesanal, ao passo que as demais foram impressas em tipografias de Fortaleza e, desta forma, amplamente divulgadas. Impressos vários exemplares, as cartas eram enviadas a todas as paróquias, capelas e representantes da diocese. Também eram lidas em missas, novenas, terços e reuniões, em que um representante da Igreja se fizesse representar. A

primeira carta marca a chegada do bispo à Limoeiro do Norte e se intitula: *Saudando a seus diocesanos*.

A segunda carta pastoral foi escrita em 12 de junho de 1941 e traz uma recomendação específica – diferente das demais - que seja lida também no seio das famílias. A leitura da carta sai do terreno eclesiástico e ganha o espaço das casas. Nesse momento, a Igreja se prepara para construir o alicerce sobre o qual estabeleceu o seu projeto, o seminário, instituição que garantiria mão de obra à Igreja para atuar em diversas frentes na região do Vale do Jaguaribe. Esse documento é especificamente voltado para a construção do seminário.

A terceira carta pastoral tornou-se pública no ano de 1943, durante Congresso das Vocações Sacerdotais da Diocese. Com o objetivo de concluir as obras do Seminário, a missiva é dirigida em especial àqueles que, mesmo sob as dificuldades do período de seca, continuavam contribuindo para as vocações sacerdotais. Era destinada a fortalecer o espírito dos “obreiros da Igreja”,¹ em razão da seca que assolava a região.

Passados dez anos de sua última carta – 29 de setembro de 1943/29 de maio de 1954 – Dom Aureliano escreveu a carta de número quatro. Esta comunica a realização do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, em preparação ao Congresso Eucarístico Internacional de 1955, que seria realizado no Rio de Janeiro.

A quinta carta pastoral foi publicada em 02 de fevereiro de 1965, em plena Ditadura, tendo por título: *A presença da Igreja na atual Transformação Econômico-social do Vale Jaguaribano*. É um importante documento para a leitura do contexto socioeconômico e político da região e a presença da Igreja neste contexto. Relata a parceria entre a SUDENE, o governo do Estado do Ceará, e a Missão Francesa para a transformação do Vale do Jaguaribe no “Eldorado do Nordeste”. Tem como tema a atitude da Igreja perante essa planejada transformação. A sexta e última carta pastoral foi escrita em 29 de setembro, ainda no ano de 1965, intitulada: *Os dois jubileus*. É dirigida ao clero e fiéis da Diocese, destinando-se a comemorar a soma de um quarto de século

¹ Pessoas da comunidade que contribuíam com as causas da Igreja.

de Dom Aureliano como bispo da Igreja. Nesse documento, o bispo registra a parceria com o governo do Estado no projeto educativo para a região.

Desta forma reiteramos: teria o bispo usado destas cartas para alcançar o seu interesse político? Qual o papel do público-alvo? Por que em um momento foi divulgado para um grupo e depois sua leitura foi ampliada? Que tipo de alcance tinha? Há diferenças nos discursos expressos antes e depois do golpe? O que evidenciam? Seus objetivos foram alcançados? Até que ponto os documentos revelam as ideias basilares do projeto educativo para a região? Quais as contribuições para a manutenção do conservadorismo na região?

Diferentes das cartas pastorais, que sensibilizavam os fiéis à participação nos projetos da Igreja, outras fontes consultadas foram cartas-circulares da Diocese, também escritas pelo bispo, com evidente caráter de urgência na resolução dos problemas. Debruçamo-nos mais especificamente sobre a carta-circular n° 85, por problematizar questões do contexto estudado e possibilitar uma leitura do conservadorismo reinante.

Os registros de matrículas das instituições criadas por Dom Aureliano Matos também foram consultados, à exceção do Liceu de Artes e Ofícios, cujos dados não foram encontrados. O trabalho com arquivos de instituições educativas foi bem retratado por Maria Elisabeth Blanck Miguel (2007), que expôs a dificuldade no tratamento com estas fontes, pela inexistência de organização adequada, bem como pela falta da disponibilidade à consulta, o que, segundo a autora, demanda tempo.

O estudo das instituições escolares por meio da documentação que registra suas histórias, nem sempre está à disposição do pesquisador de forma organizada e em arquivos. Raramente a encontramos disponível para consultas. Na maior parte das vezes a coleta, seleção, recuperação e, finalmente, a organização das fontes demandam tempo; no entanto, constituem também uma das etapas do trabalho.²

² MIGUEL, M. E. B. Arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Nascimento, Maria Isabel Moura et al. (org.). Campinas, SP: Autores Associados: HISTEBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007 (Coleção Memória da Educação).

As palavras da autora ilustram bem o trabalho do historiador da educação. Nesta pesquisa foram necessários meses de busca de documentação perdida entre outros documentos nas instituições pesquisadas, de reconstituição de documentos praticamente ilegíveis, em função da forma inapropriada de arquivamento. Outro fator que de início fragilizou a pesquisa foi identificar alguém – no interior das instituições – que conhecesse minimamente os arquivos e que orientasse em meio ao arquivo estático, a busca pela documentação. Nas instituições pesquisadas foram necessários dias para encontrar indícios pertinentes à pesquisa. Na própria FAFIDAM, embora o curso de História tenha sido criado no primeiro ano, apenas em 2015 teve início o trabalho de organização de seu acervo. Apesar de exaustiva, a busca por documentação não redundou num acervo vasto. Não obstante, foi necessária para analisarmos a extensão do projeto do bispo, bem como a repercussão da educação desenvolvida nas instituições.

Em se tratando da FAFIDAM, o projeto da instituição elaborado pelo cônego Misael Alves de Sousa foi utilizado na análise do contexto de criação da FAFIDAM, dos dispositivos utilizados e da participação do governo estadual do Ceará no projeto.

Na consulta aos arquivos privados, que se mostraram fartos em comparação àqueles encontrados na própria instituição, destacamos sua importância ao contributo e à constituição da História. Nesse trabalho, destacam-se os documentos do acervo dos entrevistados Luiz Cruz Lima, Aurenice Arrais, Newman Conrado e Valter Pinheiro. Vários arquivos foram cedidos, contendo fotos, documentos institucionais, anotações, jornais, cordel e o documento de rescisão de contrato do professor Valter Pinheiro, todos adquiridos durante o processo de composição das entrevistas.

Outra categoria de documentos coincidiu com os depoimentos registrados em trabalhos acadêmicos anteriores, a exemplo da monografia de Cíntia Chaves e da tese de doutorado de Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior. Há também depoimentos cedidos ao arquivo da Universidade Federal do Ceará.

Dentre as fontes, as de procedência oral ganharam relevo, por um lado, pelo contributo na aproximação do contexto social do período estudado e, de outra parte, por possibilitar uma leitura da reconstituição do passado feita pelos entrevistados, na atualidade. Tomando de empréstimo o que frisa Jô Gondar (2005), a invenção e a produção do novo fazem parte do processo da memória; pela própria riqueza do conceito, a memória é atividade criativa. Com efeito, as entrevistas produzidas e analisadas objetivavam a percepção do contexto social, educacional e político que antecedeu a criação da FAFIDAM, e do contexto social e educacional da própria instituição, na percepção de nuances que ensejassem confirmar a tese desenvolvida neste trabalho.

Ao pensar num projeto com a História Oral como núcleo de investigação, inicialmente trabalharíamos com duas personagens que fariam a interlocução com o objeto principal desta tese (a FAFIDAM): o professor Valter Pinheiro e o padre Francisco de Assis Pitombeira. Algumas dificuldades surgiram, no entanto, e requereram novo projeto, e, com ele, outras perspectivas. Na segunda configuração, deixamos o suporte da história de vida de apenas dois depoentes e partimos – em razão do imenso campo de possibilidades que se abriu – para a realização de um projeto de História Oral onde um grupo maior de entrevistados permitisse a aproximação com aquele campo, identificando assim aqueles que, porventura, pudessem contribuir com o objeto da tese.

Para tanto, procuramos as pessoas que direta ou indiretamente estiveram ligadas ao desenvolvimento da educação em Limoeiro do Norte. Esta delimitação nos levou a uma recorrência de nomes ligados à FAFIDAM, por serem diretamente vinculados à sua criação, e/ou por terem permanecido em seu quadro de professores depois de formados lá mesmo: os ex-professores e ex-alunos que passaram pela instituição desde o ano de sua criação até precisamente 1978. Caracterizamos este conjunto de pessoas dentro de um caráter geográfico e circunstancial dividido em três grupos: 1) ex-professores – de Fortaleza e da região; 2) ex-alunos e 3) ex-alunos que se tornaram professores da instituição.

Na primeira aproximação com o grupo de docentes/ex-alunos da instituição, a recorrência de um nome ficou patente: Luiz Cruz Lima, formado

em Geografia e um dos primeiros docentes da instituição, cuja atividade professoral desenvolveu por mais de dez anos. O ex-professor estava distante dos demais entrevistados – tanto no aspecto espacial quanto temporal – mas constituiu-se na figura mais citada na primeira aproximação com a comunidade de entrevistados. O entrevistado era, passados quarenta anos, referência sobre a história do ensino na FAFIDAM, estando ligado, de forma indireta, aos poucos fatos marcantes que ocorreram no interior da instituição durante a ditadura. O professor Luiz Cruz Lima fora companheiro de militância de esquerda, no início da ditadura, do professor Valter Pinheiro – único professor a sentir o peso da ditadura na instituição – e conhecia as razões da demissão do colega Pinheiro.

Outra entrevista que repercutiu de forma positiva na compreensão do objeto foi a de Francisca Maria de Oliveira, dando-nos o entendimento da manutenção de determinados elementos constitutivos das práticas locais e sua repercussão na formação dos jovens, bem como uma infinidade de outras entrevistas relevantes ao desenvolvimento do objeto.

Desta forma, foram realizadas entrevistas com o padre Francisco de Assis Pitombeira, com monsenhor João Olímpio Castelo Branco, com Newman Conrado, Márcia Helena, Luiz Cruz Lima, Valter Pinheiro, Maria Belismar Gadelha, Maria do Socorro Moreira, Teresinha Meneses, Francisca Maria de Oliveira, Arnóbio Santiago, José Maria Guerreiro, Ailton Gadelha, Florinda de França.

Na base das fontes, encontra-se a pesquisa bibliográfica que deu suporte à historiografia da ditadura, à historiografia da educação brasileira, do Ceará e da região e às referências teórico-metodológicas. Tal acervo proporcionou o alicerce necessário para construir objeto da tese e sua análise.

A REFLEXÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Alguns conceitos deram suporte à análise do objeto da tese. Para tanto, a análise teve início no conceito de instituição social de Berger e Berger (2004), contribuição que permitiu entender a repercussão da instituição na vida das

peçoas, centrando o foco na percepção de que a própria linguagem é uma instituição social. As conclusões dos autores foram utilizadas para identificar as influências da FAFIDAM na vida dos alunos, sendo tal perspectiva necessária para estabelecer uma percepção dos condicionantes do ambiente da instituição.

Nas palavras dos mencionados autores,

Já definimos a instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade. [...] No sentido usual, o termo designa uma organização que abranja pessoas, como por exemplo um hospital, uma prisão ou, no ponto que aqui nos interessa, uma universidade. [...] Acontece, porém, que a aceção comum do termo parte duma visão unilateral. Em termos mais precisos, estabelece ligação por demais estreita entre o termo e as instituições sociais reconhecidas e reguladas por lei.³

Esses escritores advogam a ideia de que as instituições estão transpostas àquelas pensadas por nós, como Igreja, Estado e escola, instituídas em nosso cotidiano e automatizadas no pensamento global, à simples pronúncia da palavra “instituição”. A linguagem é a primeira instituição que a pessoa defronta inserida no cotidiano do ser humano desde o seu nascimento.

Diremos mesmo que muito provavelmente a linguagem é a instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo. É uma instituição fundamental porque qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacente da linguagem. Sejam quais forem as outras características do Estado, da economia e do sistema educacional, os mesmos dependem dum arcabouço linguístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem dum universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes.⁴

Para eles, é por meio da linguagem que a pessoa percebe o mundo à sua volta e com ele interage, traçando um perfil de comportamento condizente

³ BERGER, P. e BERGER, B. O que é uma Instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004, p. 193.

⁴ Idem, p, 193.

ao grupo social do qual faz parte. O padrão de repetição utilizado pela linguagem capacita o ser humano à identificação de papéis.

Ao tratar da influência da instituição na infância, esclarecem, ainda, que é por via da linguagem que

Quase todas as experiências que sente em termos reais estruturam-se sobre a base dessa realidade subjacente - são filtradas através dela, organizadas por ela, entram em expansão por meio dela ou, ao contrário, por ela são relegadas ao esquecimento - pois uma coisa sobre a qual não podemos falar deixa uma impressão muito tênue na memória. Isso acontece com toda e qualquer experiência, mas principalmente com as experiências ligadas ao próximo e ao mundo social.⁵

Lembremos-nos de que, embora os alunos da FAFIDAM já estivessem em idade adulta, boa parte deles frequentou escolas de padres e freiras, dirigidas pela Diocese. Desta forma, o recurso da linguagem⁶ como instituição se encaixa na análise deste trabalho. Ou melhor, a análise do não dito e a frágil memória com relação aos fatos que estiveram ligados à ditadura estão ligadas às formas coercitivas de padronização institucional, tanto da linguagem quanto das instituições criadas pelo bispo.

Partimos da perspectiva de que as instituições são experimentadas como algo dotado de realidade exterior; em outras palavras, é alguma coisa situada fora da pessoa, que, de uma maneira bastante árdua, dizemos, difere da realidade formada pelos pensamentos, sentimentos e fantasias pessoais (BERGER e BERGER, 2004).

As instituições são experimentadas como possuidoras de objetividade. Alguma coisa é objetivamente real quando todos (ou quase todos) admitem que, de fato, ela existe, e que há uma maneira determinada. A objetividade da linguagem inicial assume uma intensidade extraordinária. Jean Piaget, psicólogo infantil suíço, relata que, em certa oportunidade, perguntaram a uma criancinha se o sol poderia ser chamado por outro nome que não fosse "sol".

⁵ BERGER, P; BERGER, B. O que é uma Instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004, p. 195.

⁶ Apenas para esclarecer, não é nosso intuito analisar a linguagem. A linguagem, aqui, é uma instituição, sendo utilizada para responder às questões ligadas ao silêncio dos entrevistados.

"Não", respondeu a criança. Perguntaram-lhe como sabia disso. Por um instante a questão a deixou intrigada. Finalmente apontou para o sol e disse: "Ora, basta olhar para ele" (BERGER e BERGER, 2004)

As instituições também são dotadas de força coercitiva. O poder essencial que a instituição exerce sobre a pessoa consiste justamente no fato de que esta tem uma existência objetiva e não pode ser por ela afastada. Desta forma, a exterioridade e a objetividade irremediavelmente trabalham a favor da força coercitiva. Ao ter existência exterior e aflorar objetividade ao menor contato, a coercitividade torna-se inerente à instituição. Por fim, a própria ideia da instituição lhe confere historicidade, pela qual perpassam e se consolidam as demais características da instituição, ao mesmo tempo em que participam da escrita de sua história.

Exterioridade, objetividade, coercitividade, autonomia moral e historicidade caracterizam o que é uma instituição. Para os autores, a exterioridade não parte da idiosincrasia, pois a pessoa é quem "põe para fora" o que fora formulado em sua historicidade. Assim, ao reconhecer o poder da instituição, os seres reconstituem seu passado, buscando, com suporte na percepção atual, compreender os fatos que viveram tempos atrás:

Reconhecer o poder das instituições não é o mesmo que afirmar que elas não podem mudar. Na verdade, elas mudam constantemente – precisam mudar pois não passam de resultados necessariamente difusos da ação de inúmeros indivíduos que "atiram" significados para o mundo.⁷

Apesar de partir das contribuições desses autores para apreender o significado das práticas ocorridas na FAFIDAM, buscamos delimitar o conceito, por se tratar de uma instituição educativa, o que necessariamente pede um olhar atento de um educador. Desta forma, o conceito de instituição⁸, em decorrência da amplitude e elasticidade, foi delimitado à esfera da Educação,

⁷ BERGER, P. e BERGER, B. O que é uma Instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004, p. 197.

⁸ A palavra "instituição" deriva do latim *institutio, onis*. Este vocábulo apresenta uma variação de significados que podem ser agrupados em quatro acepções: "1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; Educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina" (TORRINHA, 1945, p. 434).

sem perder de vista a Ciência Política⁹, que se debruça sobre o tema durante um vasto período e acompanha de perto suas transformações. Para efeito desta tese, no entanto, pensar a instituição pelo lado da educação nos pareceu a maneira mais acertada. Tratando deste conceito, Demerval Saviani (2005) aponta que as instituições são unidades de ação, mesmo sendo criadas com suporte numa necessidade dos seres humanos. Sendo unidades de ação, constituem um sistema de práticas, com agentes, meios e instrumentos para satisfação de suas finalidades.

As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem, já que determinadas pelas necessidades postas pelas relações entre os homens, como no seu próprio funcionamento, uma vez que se constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem.¹⁰

Assim, as contribuições dos autores corroboraram a análise do objeto da tese, que se dará como instituição social e educativa.

Na escrita da tese, um conceito aparece de modo recorrente, o de conservadorismo. Este explica, ou melhor, pretendemos explicar por seu intermédio as ações postas em prática em Limoeiro do Norte, ações que fizeram da FAFIDAM uma instituição de Ensino Superior que propagava as ideias da Igreja, bem como do regime militar.

Segundo Maria Bernadete de Oliveira Carvalho (1997), a *práxis* conservadora tem um profundo “apego” à formulação de documentos que institucionalizem suas ações e resolvam os problemas surgidos de situações e circunstâncias, as quais requerem atitude fora do habitual e uma enorme capacidade de articulação prática. Por este caminho analisamos a documentação elaborada pelo bispo Dom Aureliano Matos, para responder às questões que se referem ao projeto de idealização da FAFIDAM e à

⁹ Em anos recentes, um novo institucionalismo surgiu na Ciência Política. Ele está longe de ser coerente ou consistente e não está completamente legitimado, mas também não pode ser inteiramente ignorado. O ressurgimento dessa preocupação com as instituições é uma consequência cumulativa da moderna transformação das instituições sociais e do persistente comentário de seus observadores. As instituições sociais, políticas e econômicas tornaram-se maiores, consideravelmente mais complexas e cheias de recursos e, *prima facie*, mais importantes para a vida coletiva. A maioria dos principais agentes nos sistemas econômicos e políticos modernos são organizações formais e as instituições da lei burocracia ocupam um papel dominante na vida contemporânea.

¹⁰ SAVIANI, Dermeval. **Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas.** Cadernos de História da Educação - n.º. 4 - jan./dez. 2005 p. 28.

documentação do cônego Misael Alves de Sousa, elaborada para fundar a instituição e para conservação das práticas desenvolvidas.

Outra referência a ser utilizada diz respeito à História Oral, que, como núcleo de investigação, colocou-nos diretamente envolvidos nas narrativas, justamente por enfatizar a contribuição dos sujeitos no processo de pesquisa e por considerar suas vivências, memórias e subjetividades na formulação do conhecimento. A História Oral está diretamente ligada à Nova História e a História do Presente,¹¹ atualmente no centro do debate acadêmico.

Desta maneira, a valorização da narrativa dos professores foi imprescindível, haja vista que, em meio à memória profissional, a história da instituição foi se desenhando:

A intenção de valorizar o professor, como sujeito da história no/do cotidiano escolar, parte da necessidade que sentimos como pesquisadores desta história, no registro e conservação da memória profissional docente, dos fatos e acontecimentos ligados a Educação e ao ensino no Brasil.¹²

Ao escreverem sobre si e seu trabalho, os professores apropriam-se de sua história e de uma parte importante de sua vida docente: “constroem um espaço discursivo diferenciado, próprio, autônomo, em que outras dimensões do universo profissional ganham relevo”.¹³ Trabalhar com a subjetividade, contudo, implica vários cuidados, no intuito de perceber as fragilidades que possam decorrer no recorte do método, bem como não tomá-lo de tamanho rigor e perder de vista a subjetividade.

Além de contextualizar o ambiente em que estão inseridas, as narrativas explicitam as relações de sentimento que os sujeitos estabelecem com as diversas circunstâncias e pessoas que fizeram parte do universo ora lembrado.

¹¹ A produção no campo da história do tempo presente faz cair por terra balizas do positivo no campo da História. O historiador do tempo presente sabe do contexto frágil de sua produção, da falta de objetividade, e de sua contribuição para a construção dos fatos. RÉMOND, R. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. IN: **Usos e abusos da História Oral**/ Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – 8 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹² BASTOS, M. H. C. Memórias de professores: reflexões sobre uma proposta. In: MIGNOT, A. C. V; CUNHA, M. T. S. (org.) – **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção cultura, memória e currículo; v.3), p. 171.

¹³ MORAES, 2001, p. 152.

Justamente a subjetividade, as emoções, os sentimentos é que fazem da produção um diferencial metodológico para a História. A ênfase no emotivo, silêncios e gestos aguçam a curiosidade do historiador, expondo todo um universo novo, rico em fontes a serem investigadas. A memória traz caminhos incertos a serem percorridos, e podem levar a sensações e sentimentos pouco convidativos. No entanto, esse mergulho no passado e na memória, na busca da história, podem levar a acontecimentos vistos sob novas perspectivas (THOMPSON, 1981).

A construção e a narração da memória tanto coletiva quanto individual, constitui um processo social ativo que exige ao mesmo tempo engenho e arte, aprendizado com os outros e vigor imaginativo. Nisto, as narrativas são utilizadas, acima de tudo, para caracterizar as comunidades e os indivíduos e para transmitir suas atitudes.¹⁴

Para Halbwachs (1990), a memória, por particular que seja, sempre remete a um grupo, pois, por mais que um indivíduo tenha suas lembranças, ele está sempre interagindo com a sociedade. As lembranças se alimentam das diversas memórias oferecidas pelo grupo, a que o autor denomina de “comunidade afetiva”. Esta “memória coletiva” tem a função de desenvolver o sentimento de pertença a um determinado grupo.

Por fim, corroborando a compreensão dos fatores de propagação do regime na microrregião, trabalhamos, por via de referências da historiografia regional – do Ceará e da região jaguaribana – o conceito de coronelismo. A aplicação deste conceito se fundamenta na discussão de Victor Nunes Leal (2012). O debate do autor constitui importante referência sobre o tema. Buscamos nesse conceito a compreensão das relações do contexto em estudo e a dinâmica desenvolvida por Dom Aureliano Matos, apoiado num jogo de sustentação mútua com a elite e o Estado autoritário.

¹⁴THOMPSON, P. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.185.

A ESTRUTURA DA TESE

Para dar conta das quatro pré-teses que nos propusemos confirmar ou, porventura, refutar, a tese foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro, trabalhamos basicamente com o universo pesquisado e com os fatos que estão na base do projeto da FAFIDAM, com destaque para o projeto de Dom Aureliano Matos. Recorrer ao projeto do bispo é condição básica ao entendimento da criação da FAFIDAM como fomentadora das ideias da elite e da Igreja na região. O acervo documental que deu base a este capítulo foram os documentos das instituições criadas pelo bispo e arquivados na Cúria Diocesana, pois tivemos acesso às cartas pastorais por ele escritas, bem como as cartas-circulares da Diocese. A função deste capítulo é situar o objeto de estudo em seu contexto temporal e espacial, partindo para a compreensão das práticas políticas desenvolvidas no universo pesquisado, buscando uma interface com as políticas desenvolvidas no plano estadual e contexto nacional.

O segundo capítulo buscou verificar se o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte sob os auspícios da Igreja tinha relações estreitas com o projeto do governo civil-militar. Para tanto analisamos as políticas sociais da ditadura e a sua implementação na Microrregião do Baixo Jaguaribe, a exemplo do Projeto RONDON, amplamente desenvolvido na instituição pesquisada. Esteve no centro do capítulo também a intervenção na Educação brasileira, por via dos acordos MEC-USAID e a estrutura da Educação, visando a compreender os determinantes que nacionalmente restringiam a oferta do Ensino Superior.

No terceiro capítulo, procuramos compreender, no contexto da ditadura civil-militar, as políticas e práticas pedagógicas estabelecidas na FAFIDAM. Para melhor compreensão das práticas ocorridas, buscamos analisar o projeto educativo que originou a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos e, por meio das falas dos universitários do período, apreender o contexto social em que os jovens estavam inseridos, estabelecendo, mediante essas narrativas, uma análise satisfatória dos fatos ocorridos no interior da FAFIDAM. Nesse capítulo, foram bastante utilizadas as fontes orais, entrevistas, visando

compreender a dinâmica da instituição e os condicionantes que atuaram sobre a ordem então vigente.

Faz-se necessário frisar que as entrevistas foram transcritas na primeira pessoa do singular, assegurando a apropriação da fala pelo entrevistado, embora, para efeito de melhor compreensão, tenham sido feitas algumas alterações nos planos de concordância, sendo que, para tanto, os entrevistados foram consultados.

O quarto capítulo teve como objetivo analisar os impactos produzidos pela ditadura, no âmbito da instituição e, de alguma forma, da sociedade limoeirense, bem como aprofundar a análise por intermédio dos conceitos escolhidos.

Para remate da tese, as considerações finais buscam a articulação das pré-teses no intuito de reforçar a análise das questões formuladas no início do trabalho. Não pretendemos fechar o debate sobre a instituição pesquisada, mas contribuir para determinar a perspectiva sobre a história da educação cearense e os determinantes políticos, por via da história de uma das mais antigas instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará.

1. INSTITUIÇÕES E PRÁTICAS SOCIAIS EM LIMOEIRO DO NORTE NA DITADURA CIVIL-MILITAR

MOSCA NA SOPA

Raul Seixas

Eu sou a mosca
Que pousou em sua sopa
Eu sou a mosca
Que pintou pra lhe abusar

Eu sou a mosca
Que perturba o seu sono
Eu sou a mosca
No seu quarto a zumbizar

E não adianta
Vim me dedetizar
Pois nem o DDT
Pode assim me exterminar
Porque você mata uma
E vem outra em meu lugar

Eu sou a mosca
Que pousou em sua sopa
Eu sou a mosca
Que pintou pra lhe abusar

Atenção eu sou a mosca
A grande mosca
A mosca que perturba o seu sono
Eu sou a mosca no seu quarto
A zum-zum-zumbizar
Observando e abusando
Olha do outro lado agora
Eu tô sempre junto de você
Água mole em pedra dura
Tanto bate até que fura
Quem, quem é?
A mosca meu irmão?

Na interpretação corrente da composição de Raul Seixas que consta da epígrafe deste capítulo, a sopa simboliza o governo ditatorial e a mosca o povo. “Moscas” foram todos aqueles que ousaram pensar diferente e tentaram “quebrar” o *status quo* estabelecido.

Poderíamos afirmar que há uma analogia entre um zumbido insistente, irritante e perturbador, que por vezes incomodou os ouvidos dos militares, e os efeitos das ações produzidas principalmente pelos movimentos de oposição ao regime.

A metáfora da mosca na sopa caracteriza bem o contexto da resistência produzida, sobretudo, pelos grupos de esquerda, dentro e fora das prisões durante a ditadura. O movimento de extermínio da mosca, como assinala a letra, não cessou o incômodo, haja vista o fato de haver sempre outra mosca a retomar a ação da que havia sido exterminada. A resistência da esquerda, bem como as ações de grupos distintos de oposição, não permitiram aos militares ficar sem “o zumbido na orelha”. A letra, que data de 1973, para nós simboliza, sobretudo, os movimentos da esquerda que, apesar de desarticulados, incomodaram, irritaram e contribuíram para a retomada de um contexto de abertura. “Água mole em pedra dura tanto bate até que fura”, o velho ditado utilizado por Seixas na letra da música, acentua o caráter perturbador da mosca, que de forma análoga à oposição, observa para “pousar” no momento mais oportuno, resistindo, embora sem condições de lidar com um opressor que cria condições favoráveis à sua desarticulação.

Nesse momento em que acabamos de perpassar o cinquentenário da ditadura, foco de comentários desta tese, ainda discutimos as formas de opressão utilizadas pela administração militar na busca de legitimar seu governo. Embora seja um objeto já bastante pesquisado, o período da ditadura ainda tem nuances a serem exploradas. Corroborando o fluxo de pesquisas que buscam revisar este período de nossa história, esta tese tem como objeto de estudo a FAFIDAM, instituição de Ensino Superior que, como tantas outras, têm sua história marcada por este período.

Diferentemente do ocorrido em outros lugares,¹⁵ na região que nos propusemos pesquisar, Limoeiro do Norte, praticamente não houve resistência à ditadura.

De acordo com relatos de entrevistados que viveram o período na região do Baixo Jaguaribe – que trabalharemos no desenvolvimento da tese – não havia uma ideia concreta de que se vivia uma ditadura. Além dos condicionantes¹⁶ que deixavam a população de fora dos acontecimentos que

¹⁵ A resistência se deu em maiores proporções em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, onde ocorreu também maior número de expurgos e prisões (MOTTA, 2014).

¹⁶ No geral, as cidades que fazem parte da microrregião do Baixo Jaguaribe tinham naquele período péssimas condições de acesso. As rodovias não eram asfaltadas, bem como os meios

marcariam aquela década na História do Brasil, outros fatores como a prática política conservadora mediavam a vida social, política e educacional.

Era, em grande parte, um contexto de controle no qual vivia boa parte da população que, distante da liberdade de pensar por si, de criar o próprio caminho, e de sair dos trilhos dos ditames da Igreja e da sombra da elite, fora “mergulhada” em instituições que disseminavam os projetos da ditadura e da Igreja.

Esta pesquisa teve por objeto a história da Faculdade de Filosofia Dom Aurelino Matos, instituição de Ensino Superior criada pela Igreja no período da ditadura. Advogamos, na pré-tese deste capítulo, a noção de que as práticas políticas desenvolvidas entre a Igreja e a elite limoeirense e o papel das instituições criadas por Dom Aureliano Matos durante o desenvolvimento do projeto da Igreja reforçaram a política ditatorial na microrregião do Baixo Jaguaribe.

Instituição de Ensino Superior, a FAFIDAM é um instituto social, obviamente de natureza educacional. Neste sentido, por si já se enquadra num padrão de controle, ou seja, há uma disposição para normatizar a conduta das pessoas, que contribui para programar seu comportamento na sociedade. Quando refletimos sobre estas instituições, normalmente nos remetemos a imagens de escolas, igrejas e outras instituições nas quais as pessoas, em sua maioria, reproduzem determinado padrão, seja na norma de comportamento que o convívio requer ou nas atitudes de comando normatizadas nos ritos religiosos.

Para elucidar o objeto e trabalhar os conceitos requeridos para este capítulo, utilizamos fontes bibliográficas que discutem coronelismo e instituição social, bem como algumas publicações que, sob vários aspectos, exprimem a história de Limoeiro do Norte, seja na visão da Igreja – publicações de seus párocos ou da academia – monografias e teses que têm como objetos Limoeiro do Norte e o bispo Dom Aureliano Matos – ou mesmo de autores consagrados nacionalmente, como Lauro de Oliveira Lima, filho de Limoeiro do Norte.

de comunicação eram escassos. O mais popular era o rádio; havia poucos televisores o sinal não era satisfatório.

Contamos ainda com a entrevista de monsenhor João Olímpio Castelo Branco e registros fotográficos que permitiram um retorno ao contexto social e político da cidade. Utilizamos também exemplares do Jornal *O Povo*, buscando uma leitura do contexto social e político do período, bem como as cartas pastorais escritas por Dom Aureliano Matos ao longo de seu episcopado. Neste capítulo, foram utilizadas a primeira, a segunda e a quarta cartas.

Desta forma, para compreender o contexto do desenvolvimento das instituições sociais e educativas em Limoeiro do Norte e sua função na dinâmica das relações entre Igreja e política, faz-se necessário debater dois conceitos de fundamental importância para a pesquisa – coronelismo e instituição social – os quais nos permitirão abrir um leque de análise das circunstâncias de fundação e constituição da FAFIDAM.

Nesse sentido, este capítulo demanda entender as práticas políticas desenvolvidas entre a elite limoeirense e a Igreja, bem como o papel das instituições criadas por Dom Aureliano Matos durante o desenvolvimento do projeto da Igreja que reforçaram a política do governo ditatorial na microrregião do Baixo Jaguaribe. Para embasar a discussão a que o capítulo se propõe, convém iniciar pelo contexto que integra a dimensão espacial da tese – Limoeiro do Norte – e as ações desenvolvidas pela Igreja que antecederam a tomada de poder pelos militares, bem como as relações entre os herdeiros do poder local, “dos coronéis”, e a Igreja, realçando brevemente o lugar do “coronelismo” no jogo de poder que caracterizou as práticas políticas no interior do Nordeste e a ação da Igreja na definição das políticas sociais para a região que integra o objeto de análise.

1.1 A REALIDADE: ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Município tradicionalmente produtor de algodão e cera de carnaúba, Limoeiro do Norte se desenvolveu de modo semelhante a tantas outras cidades do Nordeste brasileiro, ou seja, em torno de uma capela, e tendo a Igreja como agente principal de seu desenvolvimento. Alcançou o apogeu no início dos

anos de 1940, em virtude da Segunda Grande Guerra, quando houve uma elevação do preço do algodão e da cera gerada pela premente necessidade internacional destes produtos. Região de imensos carnaubais, o Baixo Jaguaribe e, principalmente, o município de Limoeiro do Norte, repentinamente, estavam inseridos no ciclo de desenvolvimento do período da guerra, oportunidade que os proprietários de terra não deixaram escapar. “Apesar de já existir na região uma floresta ciliar natural de carnaubeiras, ao longo do leito do rio Jaguaribe e Banabuiú, o preço espetacular alcançado pela arrouba de cera estimulou o plantio de mais de três milhões de sementes”.¹⁷ Segundo Lima (2002), os produtores ainda desorientados com os ganhos não sabiam onde investir “tanto dinheiro”.¹⁸ A exportação da cera de carnaúba permitiu aos proprietários de terras da região alcançarem o *status de* “barões da cera” e a consolidação de um padrão de vida antes somente adquirido com muito trabalho. Muitos produtores, depois deste período, construíram um patrimônio na capital do estado, sobretudo por meio de aquisição de casas. O volume da produção possibilitou a instalação de indústrias de beneficiamento do algodão não apenas em Limoeiro do Norte, mas também em outros municípios da região, a exemplo de Tabuleiro do Norte, a nove quilômetros de Limoeiro do Norte.

Desenvolvida às margens dos rios Jaguaribe e Banabuiú, Limoeiro do Norte¹⁹ tem sua história sempre marcada pela proximidade desses rios, seja pelas benesses que trouxeram ao longo dos anos, ou mesmo pelas enchentes que cobriam a cidade.²⁰

¹⁷ LIMA, Lauro de Oliveira. **Sistema Escolar de Limoeiro do Norte – Da Colônia à escola que revolucionou o Município**. Edit. Premium, Fortaleza, 2002, p. 83.

¹⁸ A expressão “tanto dinheiro” foi utilizada por Lauro de Oliveira Lima (2002).

¹⁹ A cidade de Limoeiro do Norte esteve sempre na rota do desenvolvimento do Ceará, mesmo que este “desenvolvimento” necessariamente não seja acessível à população. Atualmente, sua chapada concentra o projeto Jaguaribe Apodi onde empresas multi nacionais se instalaram desde a década de 1990. Deste Projeto, as frutas são exportadas para outros Países, o que tem gerado a espoliação do trabalho dos pequenos agricultores e considerável frequência de casos de câncer na população atribuídas pelos ecologistas a grande concentração de produtos químicos que chegam a cidade tanto pelo ar – com a pulverização feita por aviões, – e pelo solo, o rio que abastece a cidade fica bem aos pés da chapada.

²⁰ Limoeiro do Norte está localizado na Microrregião do Baixo Jaguaribe. Juntamente com as microrregiões Médio e Alto Jaguaribe compõe o Vale do Jaguaribe. Está situado na 10ª. Região Administrativa, composta por 13 Municípios, se localizando no espaço Centro- Leste do Estado do Ceará. Limoeiro do Norte fica a 196,1 Km da capital do estado. Ao norte faz limite com os municípios de Russas e Quixeré; ao leste com o Município de Governador Rosado (RN) e

Para melhor compreender a dinâmica social da cidade, faz-se necessário discorrer sobre a criação de sua Diocese, fato marcante que selaria uma aliança profícua para o desenvolvimento do município e sua consolidação na região do Baixo Jaguaribe. Sobre este fato, Chaves²¹ relata que em visita à região Jaguaribana, mais precisamente a Russas e Aracati, em 1936, o arcebispo metropolitano de Fortaleza, Dom Manuel da Silva Gomes, anunciou a criação de um Bispado na região. Na ocasião ressaltou o requisito necessário para que as cidades se colocassem na condição de sede da diocese, que seria a apresentação de 200 contos de réis, doados pela cidade – não havia uma exigência da natureza do dinheiro, apenas que fosse apresentado como requisito básico – que seriam doados à Diocese de Fortaleza, a ser convertida em renda vitalícia da futura Diocese. Esta quantia deveria ser apresentada pela cidade que pretendesse sediar a diocese. Segundo a autora, esta quantia seria considerada relevante à época. “Tal divulgação agitaria a dinâmica política e social da região, motivando até os segmentos sociais daquelas localidades”²² a arrecadar a quantia necessária. O anúncio da possibilidade de criação da Diocese representou uma surpresa, na medida em que antes de sua visita às

Quixeré; ao Sul com o Município de Tabuleiro do Norte; e a Oeste com os Municípios de Morada Nova e São João do Jaguaribe. A superfície do Município ocupa 751,54 km². O relevo se apresenta com altitudes infames e é formado basicamente por várzeas aluvionais em torno dos rios, terrenos arenosos de caatinga, e elevação da Chapada do Apodi, que divide os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. A hidrografia é composta basicamente de rios, lagos e pequenos açudes. Os rios Jaguaribe, Banabuiú, Quixeré e Riacho Seco, atualmente são perenes, ou seja, corre água em seus leitos o ano inteiro, sendo úteis à população. Nos últimos anos as águas desses rios vêm sendo utilizadas para o cultivo de arroz e diversas plantas frutíferas. O clima é quente e seco e a temperatura varia entre 24° e 36° C. Normalmente ocorrem duas estações bem distintas: a estação chuvosa, que vai geralmente de janeiro ao final de junho e a estação seca, que se estende de julho a dezembro. A vegetação predominante é de pequeno porte e do tipo caatinga, em época chuvosa se apresenta verdejante, e no período seco se apresenta ressecada. Nas margens dos rios é acentuada a presença da carnaubeira e da oiticica, sendo a primeira encontrada com maior abundância em todo o Vale do Jaguaribe. De acordo com o Censo (2010) foi registrado em Limoeiro do Norte uma população de 54.582 habitantes. Em relação ao Censo de 2005 a população teve um aumento de 4.962 habitantes. Com esses números pode-se perceber a maior concentração da população na zona urbana, assim como, o seu constante crescimento.

²¹ CHAVES, Cíntia. **“DE DEUS AOS HOMENS”:** Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954. Monografia apresentada ao Curso de Graduação de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História. 2001.

²²CHAVES, Cíntia. **“DE DEUS AOS HOMENS”:** Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954. p. 17 Monografia apresentada ao Curso de Graduação de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História. 2001.

idades de Russas e Aracati, o arcebispo esteve em Limoeiro do Norte e não havia feito menção ao fato. Segundo monsenhor João Olímpio Castello Branco,

Chegada da vizinha Russas a notícia, os limoeirenses, mais que depressa, se reuniram a propósito de se organizarem em Comissão especial (...) esta comissão partiu sem demora, ao encontro do arcebispo, já em União (hoje a cidade de Jaguaruana), para negociar a entrada do Limoeiro do Norte no páreo pró-Sede do futuro bispado jaguaribano (...). O acordo do arcebispo com a comissão de Limoeiro do Norte foi quase forçado, pois o apanharam de surpresa. Dom Manuel nunca imaginou que Limoeiro do Norte fosse tão pretenciosa e atrevida, pois a Limoeiro do Norte daquele tempo era quase nada comparada com Aracati e Russas. Depois dos acertos com a comissão de Russas (...) parecia que o bispado estava sendo leiloado, para usar a expressão desabrida que o aracatiense, major Bruno Figueiredo, teria usado, em desabafo com o arcebispo: “Então, Vossa Excelência está pondo o bispado em leilão?”²³

A disputa pela memória fica evidente nas palavras de monsenhor João Olímpio Castello Branco. As manobras políticas feitas pela comissão se constituem hoje num feito heróico. Nas palavras do padre, também fica claro que o arcebispo de Fortaleza, Dom Manoel da Silva Gomes, tinha uma predileção pela cidade de Russas para sede do Bispado.

A Comissão Pró-Bispado de Limoeiro do Norte contava com lideranças do município, e dela participavam os senhores Hercílio da Costa Silva, Gaudêncio Ferreira de Freitas, Custódio Saraiva Menezes e Odilon Odílio Silva.

Uma vez aceita pelo arcebispo, a entrada de Limoeiro do Norte na disputa, a comissão de Limoeiro do Norte tratou de providenciar as condições – elegidas pela Igreja – para que uma das cidades fosse escolhida para sediar a Diocese. Tais condições resumiam-se em apresentar com brevidade a quantia de duzentos contos de réis à Igreja.

(...) Limoeiro do Norte, não sendo a maior, teve que ser a melhor entre as candidatas(...) Em menos de um mês, a Comissão pró-Bispado no Limoeiro do Norte apresentou-se a

²³ BRANCO, João Olímpio Castello. **O Limoeiro do Norte da Igreja. A história de Limoeiro do Norte a partir dos seus párocos**. Ed. Minerva Indústria Gráfica: [S.I.] 1997.p. 178.

Dom Manoel, com os cem contos de réis (100.000\$000), uma fortuna amealhada a duras penas, até pelas pobres cafezeiras e os pobres verdureiros do Mercado (...).²⁴

Na entrega da quantia ao arcebispo, a comissão foi lembrada de que a quantia se subscrevia em duzentos e não cem contos de reis. Rapidamente, seus membros recorreram ao interventor do estado Francisco Menezes de Pimentel, que fez uma doação em apólices, no valor de cem contos de réis, ação que confirma o prestígio político da Comissão Limoeirense.²⁵

A escolha de Limoeiro do Norte como sede do Bispado²⁶ não foi aceita sem questionamentos e, melhor retratando os fatos ocorridos, não se deu sem acusações entre os dirigentes eclesiais envolvidos na escolha. A agudeza de espírito do padre Caminha, vigário de Limoeiro do Norte, foi ressaltada em meio às elevadas trocas de acusações:

O cônego Pedro Alcântara Araújo acha que houve “ladinice eclesiástica” do Pe. Caminha, vigário de Limoeiro do Norte e “bairrismo político”. Os limoeirenses teriam conseguido que o interventor federal do Ceará Menezes Pimentel doasse cem contos, em ações do Estado, para o patrimônio da nova Diocese, “em troca de ser convidado para paraninfo da sagração do primeiro bispo (...).²⁷

A emulação a respeito do fato ainda é sentida em cada palavra, quando nas entrevistas o tema é a escolha de Limoeiro do Norte para sede do bispado.

²⁴ BRANCO, João Olímpio Castelo. **O Limoeiro do Norte da Igreja. A história de Limoeiro do Norte a partir dos seus párocos**. Ed. Minerva Indústria Gráfica: [S. l.], 1997. p. 178.

²⁵ BRANCO, João Olímpio Castelo. **O Limoeiro do Norte da Igreja. A história de Limoeiro do Norte a partir dos seus párocos**. Ed. Minerva Indústria Gráfica: [S.l.], 1997. p. 179.

²⁶ A análise da espacialização da Igreja, ou seja, sua territorialização – que representa uma forma de exercer o poder em um determinado espaço – não é tarefa desta tese, no entanto, a dinâmica utilizada pela Igreja para essas escolhas passa por uma série de critérios. Segundo Roberto Lobato Correia, critérios como seletividade espacial, fragmentação/remembramento espacial e antecipação espacial são cuidadosamente pensados. Ainda de acordo com Correia, no processo de organização de seu espaço de atuação, que envolve várias localizações, a corporação age seletivamente. Decide sobre um determinado lugar, identificando se esse apresenta atributos julgados de interesse para a Igreja. A análise espacial no que diz respeito à fragmentação do espaço também é considerada, bem como a utilização de uma unidade funcional antes do local adquirir as condições favoráveis à satisfação dos critérios da Igreja.

²⁷ LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997. p. 366.

Segundo Lima,²⁸ as acusações não se restringiram a este fato, pois a Comissão Limoeirense foi acusada, ainda, pelo cônego Pedro Alcântara, da cidade de Russas, de tomarem posse de quantia que estava sendo levantada para a construção da Igreja da cidade de Alto Santo,²⁹ e agravando ainda mais a acusação, de que a quantia não teria sido convertida, (...) “em patrimônio da diocese, que pelo direito canônico, não pode ser criada sem patrimônio de renda vitalícia, o que é grave acusação ao Arcebispo de Fortaleza, D. Manuel da Silva Gomes, a quem foi entregue a importância”. Ainda segundo Lima, o cônego Pedro Alcântara,³⁰ para provar a falta de patrimônio da recém-criada Diocese, teria publicado em seu livro sobre a cidade de Russas uma fotocópia do extrato de imposto de renda da Diocese de Limoeiro do Norte de 1984.

Percebemos o quão importante era para as cidades – ao menos as envolvidas – sediar a diocese, na medida em que esta conquista traria prestígio e reconhecimento público à cidade. Embora os dirigentes à frente das comissões não tenham se furtado de trocar farpas, as queixas circularam em torno de graves acusações que, no entanto, não tiveram desdobramentos maiores.³¹ Se considerarmos todas as ações envolvidas em torno da criação da Diocese, e os critérios utilizados pela Igreja na escolha de seu espaço de atuação, percebemos que estes critérios ganharam novas significações no momento de aceitação da cidade de Limoeiro do Norte na disputa. Dizemos que Limoeiro do Norte, com sua comissão de “barões da cera”, apadrinhados pelo interventor federal do Ceará, Francisco de Menezes Pimentel, constituía naquele momento o maior grau de unicidade em torno do empreendimento da Igreja, suplantando as fragilidades que de início levaram a cidade a não ser cogitada. Este fato já aponta as relações de interesses que viriam a se

²⁸ LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

²⁹ Cidade de pequeno porte, com 11. 347 habitantes no início da década de 1970 e distante de Limoeiro do Norte 61,8 Km.

³⁰ LIMA (1997, p. 368) escreve: “a maledicência de Pe. Pedro Alcântara deve ser temperada por seu espírito, extremamente “arengueiro” (é pessoa de permanente mal humor e disposta ao confronto). Estudou na Alemanha, onde se entusiasmou pelo Nazismo de Hitler. Fundou um Colégio em Russas, com rígida organização militar (farda, cafua, delegacias, postos de comando (...))”.

³¹ LIMA (1997, p. 367) relata ainda que por ventura das queixas anunciadas e intrigas feitas, “quando todos esperavam a nomeação natural do padre Caminha para vigário geral da Diocese, foi ele transferido para Riacho do Sangue, decisão tomada pelo Arcebispo D. Manuel, levado “por denúncias caluniosas” contra padre Caminha, de comportamento impróprio a um sacerdote. É certo que amargurado pelas falsas calúnias, o padre Caminha prometeu não mais voltar a Limoeiro do Norte”.

consolidar entre elite, Igreja e Estado na região, relação que permeará a história da educação do município.

Naquele contexto, a mesma elite, liderada por integralistas, organizava os primeiros passos para o desenvolvimento de um projeto educacional para a cidade.³²

Movimento que congregara homens das fazendas, famílias urbanas, mulheres e crianças. A ideologia no Ceará era capitaneada pelos Srs. Jeovah Motta, Gustavo Barroso, Pe. Helder Câmara, Ubirajara Índio do Ceará, entre outros. Em Limoeiro do Norte, fundara o Núcleo e comandara 'os camisas verdes' o Sr. Franklin Chaves. Este, com as famílias Guerreiro, Pitombeira, Fidélis e ainda com a grande colaboração de sua irmã Judite Chaves, dos amigos João Nogueira Sobrinho, Luiz Mano, Mestre Zé Sombra, Napoleão Nunes Maia (entre outros), administraram o Núcleo Limoeirense, que chegara a contar com mais de 300 filiados.³³

Em Limoeiro do Norte os integralistas tinham os seus membros como verdadeiros heróis da Pátria, "principalmente os chefes de família zelosos e honestos, os mestres e os humildes de todos os lares". Esta declaração constava de um cartaz que ficava acima da bandeira em sua sede.

³² Neste momento, o grupo convoca os proprietários dos carnaubais, para financiar a construção do que viria a ser a Escola Normal Rural, uma escola para as moças, que chegou a ter cerca de duzentas internas.

³³ FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira (org.). **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos**, 1997, p. 89.



Figura 1

Reunião dos Integralistas em sua sede. Limoeiro do Norte, 1935.
Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira (org.). Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 30. 1997.

O forte vento integralista que chegara a Limoeiro do Norte fazia parte de um contexto nacional no qual os ideários liberal,³⁴ integralista e católico eram consagrados. Apesar do conservadorismo, os ideários católicos e integralistas se distinguiram, muito embora tivessem fortes simpatizantes nessa relação. Segundo Lima,³⁵ o cônego Misael Alves de Sousa era integralista.

Em termos nacionais,

(...) na movimentação política, católicos e integralistas não fundiram suas entidades exatamente por causa de divergências teóricas. Alceu Amoroso Lima deu apoio, na revista *A Ordem*, à Ação Integralista Brasileira (AIB). Plínio Salgado, chefe da AIB, considerou o apoio uma confirmação de que a AIB seria o “partido oficial da Igreja”. Mas Alceu manteve-se fiel ao conselho de D. Leme de fixar atuação “suprapartidária” através da Liga Eleitoral Católica e outros organismos (como os círculos operários que cresceram nos

³⁴ Em educação, o ideário liberal foi uma vertente forte no período pós 1930. Mesmo quando o liberalismo, enquanto doutrina política e social, caiu sob severa crítica, durante o final dos anos trinta, por conta de ataques de comunistas e fascistas aos regimes liberais democráticos, o ideário liberal no campo pedagógico não foi posto de lado. Basicamente, o ideário liberal em educação caracterizou-se por quatro aspectos: a igualdade de oportunidades e democratização da sociedade via escola; a noção de “escola ativa” (com a ideia de atividade pensada tanto de modo amplo quanto de modo estreito, voltada para orientação vocacional-profissional); a distribuição hierárquica dos jovens no mercado de trabalho por meio de uma hierarquia de competências e não por outro mecanismo qualquer; e, por fim, a proposta da escola como posto de assistência social. (GHIRALDELLI, 1990: p. 152.)

³⁵ LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

anos 1950). (...) É óbvio que o namoro e o verdadeiro casamento de vários sacerdotes com os integralistas não foi cerceado pela Igreja. Pelo contrário, o então jovem padre Helder Câmara, a mando de seu bispo, atuou no Ceará primeiramente na Legião Brasileira do Trabalho e depois na AIB. D. João Becker, no Rio Grande do Sul, foi nitidamente adepto de ideias fascistas e fez uma pregação que colaborou com os integralistas.³⁶

As relações ora descritas por Ghiraldelli Júnior são a expressão do ocorrido em Limoeiro do Norte, onde integralistas e Igreja desenvolviam, aparentemente em harmonia, os seus ideários. Podemos dizer com base no trabalho desenvolvido pelo grupo integralista e pela Igreja no município, que ambos compartilhavam dos mesmos valores: patriotismo, religiosidade e anticomunismo.

De acordo com Vasconcelos Júnior, “a família Chaves como líder da liga eleitoral católica e do movimento integralista e tendo o apoio do prefeito municipal e, do interventor geral do Estado, podia concretizar, de forma mais rápida, seu projeto institucional”. (2006; p. 26).

A década de 30 do século passado não é diferente das décadas iniciais do século XX, no âmbito da educação brasileira, com relação aos limites demográficos de acesso às instituições educacionais, aspecto que continuava sendo o mais marcante, principalmente, em se tratando de instituições de educação básica/elementar, o que era muito mais marcante no semi-árido nordestino, onde estava inserida a cidade de Limoeiro do Norte, assim como toda a região Jaguaribana. Contudo, naquela década, surgiram em Limoeiro do Norte os primeiros estabelecimentos públicos de educação, como resultado dos pactos políticos da elite local com o poder estadual e federal.³⁷

Neste contexto, o município contava com um Grupo Escolar Estadual, com as Escolas Reunidas e com algumas salas de aula em casas, de

³⁶ LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

³⁷ VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro do Norte da Educação: a história da criação da Diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor, 2006.

propriedade particular.³⁸ Nacionalmente, embora a instabilidade política tenha sido a marca deste período – pós-1945 e pré-1964 – e o desenvolvimento econômico ocorrido tenha repercutido na educação, com a abertura de mais escolas, esta realidade ficou circunscrita, de certa forma, aos grandes centros. No Nordeste, principalmente no Ceará, a educação nunca foi prioridade, o que, aliado às práticas coronelísticas, deu margem à implantação de um sistema de educação privado, mesmo pago a expensas do setor público.³⁹

Como já citado, a ambiguidade no plano político, aliada à forte propaganda nacionalizante na conjuntura de um projeto de desenvolvimento industrial, reforçou a política populista que já se desenvolvia desde os anos de 1930, quando surgiu para controlar a massa popular insatisfeita e colocá-la sob os “cuidados” do governo de Getúlio Vargas. Sobre este populismo, vale tecer alguns comentários.

Compreender a elasticidade desse conceito é importante, o intuito de perceber suas nuances e influências no desenvolvimento de uma política social no Baixo Jaguaribe e sua repercussão no projeto da Igreja e da elite limoeirense. E embora o conceito tenha passado por algumas revisões e até rompimentos, como anota Jorge Ferreira, “o conjunto da teoria ainda continua a dar as cartas para explicar o passado recente do país,⁴⁰

Herdeiro do “clientelismo” da Primeira República, o populismo, após 1930, teria dado continuidade a uma relação desigual entre Estado e sociedade e, em particular, entre Estado e classe trabalhadora. Sobretudo com a ditadura de Getúlio Vargas, os trabalhadores com a violência policial, teriam perdido suas lideranças mais combativas e, com a eficácia da máquina do DIP, sido iludidos pela propaganda política estatal. (...) Satisfeitos com alguns benefícios materiais, a legislação social em particular, eles, em troca, dedicaram a Vargas submissão e obediência política.⁴¹

³⁸ LIMA, Lauro de Oliveira. **Sistema Escolar de Limoeiro do Norte – Da Colônia à escola que revolucionou o Município**. Fortaleza, Edit. Premius, 2002.

³⁹ MOURA, M. L. **Educação em Tabuleiro do Norte: emergência e evolução do sistema escolar na perspectiva dos protagonistas**. Dissertação de mestrado defendida em 24 de abril de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

⁴⁰ FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: Debate e crítica**. Jorge Ferreira (Org.). – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p, 63.

⁴¹ FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: Debate e crítica**. Jorge Ferreira (Org.). – 3 ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p, 61.

Cabe exprimir, no entanto, que a despeito de toda a discussão travada por Jorge Ferreira e das diversas versões desenvolvidas, o populismo, nesse contexto específico, precisa ser compreendido como característica peculiar da política brasileira, herdeiro do clientelismo da Primeira República e que no Ceará teve desdobramentos compatíveis com o coronelismo, como o “filhotismo”, embora participe de fenômenos históricos diferentes. Não nos cabe empreender esforço teórico à discussão da historicidade do conceito, pois nos interessa analisar as práticas decorrentes deste fenômeno que estiveram diretamente envolvidas na constituição da política cearense.

Desta forma, depreendemos que o desenvolvimento social alcançado em Limoeiro do Norte procedeu de práticas que ficaram conhecidas pelos arranjos e trocas de favores e pelo apoio da opinião pública; contexto que não era apenas da cidade, mas extensivo a toda a região.⁴² Desta forma, o âmbito apresentado foi solo fértil para o desenvolvimento de instituições na área social e educacional no município.

1.2 AS INSTITUIÇÕES E SEU CAMPO DE ATUAÇÃO

Conhecida como modernização conservadora, a fase que se inicia em 1964 – período aqui analisado – propicia à Igreja uma rica seara de atuação, principalmente no que se refere à Educação e às instituições sociais criadas pela Igreja. A natureza das instituições expressa não apenas sua forma de organização em sociedade, mas também a sua capacidade de interferência na vida social. Desta forma, percebe-se a forte influência da Igreja – de cunho mais conservador – na orientação da organização da sociedade limoeirense. Pensando desta forma, tanto as instituições políticas quanto sociais se inserem na dinâmica, alterando a prática social.

⁴² Em trabalho anterior, ao analisar a formação de educadores dos anos de 1960 na região, Moura (2007) considerou que as ações desenvolvidas pelo setor público, mesmo quando não beneficiavam a população – como a instalação de escola privada em Tabuleiro do Norte com dinheiro público e ajuda financeira dos municípios – eram legitimadas pela população.

No que tange às instituições, estas se orientam por um padrão de controle, uma regulamentação da conduta imposta pela sociedade e com características como exterioridade, coercitividade, objetividade, autonomia moral e historicidade.⁴³

Como exposto na introdução deste trabalho, essa perspectiva trabalhada por Durkheim (1985)⁴⁴ entende as instituições como organismos projetados sempre no sentido contrário às mudanças, como forma de assegurar a ordem estabelecida. Além disso, elas são validadas socialmente como um conjunto de regras, utilizadas pela sociedade como modo de proteção. A análise que o autor faz do conceito retratado interessa diretamente ao exame do objeto pretendido nesta tese, haja vista se voltar para questionamentos mais coletivos e institucionais. Isso significa dizer que a preocupação do autor não é a pessoa e sim as representações sociais que produzem e mantêm as instituições, questionamento altamente profícuo neste momento pelo qual passa a sociedade brasileira.

Tencionamos aqui estabelecer entendimento sobre a constituição da FAFIDAM como instituição que representa a manutenção das ideias do grupo que a criou e a satisfação das necessidades políticas da elite limoeirense no contexto da ditadura civil-militar. O estudo sobre a atuação da FAFIDAM neste contexto permitirá realizar uma análise dos limites e possibilidades de atuação desse tipo de Instituição no espaço educacional.

À luz de Berger e Berger (2004), situaremos as instituições criadas por Dom Aureliano Matos no contexto político de Limoeiro do Norte, no intuito de perceber a manutenção e desenvolvimento das ideias do grupo político que estava diretamente ligado ao bispo, e sua relação com as ideias do regime civil- militar.

De acordo com os autores, uma instituição se caracteriza por princípios fundamentais que dizem respeito à forma como se situam fora da pessoa.

⁴³ BERGER, P; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

⁴⁴ Para o autor, o estudo da sociologia é o próprio estudo das instituições. Sendo fatos sociais, as instituições devem ser estudadas pelo que representam socialmente.

Desta forma, as construções elaboradas por ela não lhe pertencem, lhe antecedem, o que por sua vez tem um caráter histórico acumulado durante um longo período. É neste aspecto que a instituição toma seu papel na programação da conduta individual imposta pela sociedade.⁴⁵ Tal imposição é desenvolvida por meio da linguagem, que permite a constituição de um universo de significados que fundaram os padrões de controle da instituição. A linguagem, para os autores, constitui a primeira instituição com a qual uma pessoa tem contato, a qual permite a atuação das demais instituições por meio do arcabouço linguístico.

Para os especialistas, as instituições são dotadas de elevados graus de objetividade – o que não implica ausência da subjetividade – e, como tal, esta objetividade é quem determina seu campo de atuação e a importância de sua existência na sociedade, bem como a imposição da sua existência na vida. Assim, entramos num outro aspecto da instituição, que é a coercitividade. A força coercitiva das instituições tenta impedir mudanças que porventura se tentem fazer em seu bojo. A coerção se dará de modo mais sutil ou mesmo mais duro, dependendo da situação a que se esteja exposto. Ao serem retratadas desta forma, as instituições são expressas como algo acabado, impossível de ser transformado. Apesar de suas características constituírem justamente padrões para assegurarem o *status quo*, as instituições são passíveis de mudanças.⁴⁶ Desta forma a

(...) objetividade, ao contrário da objetividade dos fatos da natureza, nunca pode assumir caráter estático. Muda constantemente, mantém-se num fluxo dinâmico, e às vezes sofre convulsões violentas. Mas para o indivíduo não é fácil provocar mudanças deliberadas. Se depender exclusivamente

⁴⁵ Os autores tentam demonstrar em seu trabalho que as acepções sobre instituições vão além do usual. Estes explicitam que dada aceção comum, unilateral, o termo vai muito além da ligação estreita entre este e as instituições sociais reconhecidas por lei. Para exemplificar, os autores, numa perspectiva sociológica, discutem a linguagem como instituição.

⁴⁶ A compreensão das mudanças institucionais apresentam, segundo Costa e Mello (2012), “um conjunto de concepções conflituosas, pressupostos divergentes e vezes discordantes”. Tais mudanças têm sido questionadas por três abordagens, quais sejam: institucionalismo sociológico, perspectiva da escolha racional e institucionalismo histórico. As autoras, no entanto, frisam que tais abordagens “ainda carregam problemas”, o que tem levado alguns autores a sugerirem a unificação destas abordagens (CAMPBELL, 2004; MAHONEY e THELEN, 2010; THORTON, OCASIO e LOUNSBURY, 2012).

dos seus esforços individuais, as possibilidades de êxito num empreendimento desse tipo serão mínimas.⁴⁷

Além da coercitividade, a instituição também é constituída de autonomia moral, característica que dificulta as mudanças oriundas de uma pessoa. No reforço à coercitividade, a autonomia moral permite à instituição repreender e até punir, invocando o direito à legitimidade. Esta punição na história do Brasil levou à morte e à tortura de pessoas que, durante o período da ditadura civil-militar, não se “adequavam” à nova ordem social imposta pelo Estado. As formas de punição, neste âmbito, se exprimiam de forma diversa, e se caracterizaram por sequestro, prisão, tortura, perda dos direitos civis, afastamento de atividade profissional, dentre outras.

Dentro desse panorama, a instituição, ao ser objetiva e possuir um caráter exterior ao ser humano, e contar com mecanismos de coerção e autonomia moral, se historiciza. As ideias corporificadas na instituição foram desenvolvidas durante um longo tempo, e são parte construtora da história. Tomemos estas características fundamentais elegidas pelos autores para proceder à compreensão das instituições criadas por Dom Aureliano em Limoeiro do Norte.

Historicamente, as instituições sociais estiveram atreladas ao Estado, seja por uma necessidade de organização da própria sociedade, para controle, ou mesmo para salvaguardar os direitos dos cidadãos ante a negligência desse mesmo Estado.⁴⁸

As políticas educativas reforçam o papel subsidiário do Estado. Tais políticas, orquestradas desde os anos de 1950, no Brasil, estimularam a expansão do setor privado à custa do Estado. Inserida no âmbito limoeirense, a FAFIDAM é a instituição social que as instâncias políticas da região elegeram

⁴⁷ BERGER, P. e BERGER, B. O que é uma Instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004, p. 197.

⁴⁸ Os rumos tomados pelo contexto social colocam em cena outros tipos de organizações que se dizem não-governamentais (ONGs). No entanto, na prática o que se nota é uma carga de recursos públicos confluindo para esses “projetos”, onde não são incomuns más práticas, como é o caso de milhões desviados de projetos sociais. Além de receberem recursos e promover uma verdadeira festa com o dinheiro público, parte dessas organizações é usada como propulsora de ideias de grupos.

para institucionalizar e disseminar a política dominante local, pensada por Dom Aureliano Matos – então bispo da Diocese de Limoeiro do Norte – e viabilizada pelo então governador do Estado do Ceará, coronel Virgílio Távora. Esse pensamento toma concretude, partindo do ponto de abrangência da própria instituição na região do Baixo Jaguaribe. Na qualidade de instituição social, inseriu-se na cultura local⁴⁹ como fomentadora do pensamento de centenas de professores ligados a instituições de vários matizes, públicas ou privadas que, por sua vez, desenvolviam e desenvolvem a educação de milhares de crianças e jovens.

A criação da FAFIDAM é precedida pela necessidade de preparo em Ensino Superior na região do Vale do Jaguaribe, uma instituição que promovesse a graduação na área de Educação⁵⁰ e na formação de jovens. Essa demanda se coadunava com o histórico descaso dos homens afeitos à vida política no Nordeste do país, que ocasionou décadas de instrução em escolas ministradas por professores leigos.⁵¹ A necessidade de uma instituição com este perfil para a região definiria o seu caráter social.

No intuito de abranger pessoas interessadas na área de educação, a FAFIDAM integrou o conjunto de instituições criadas para dinamizar a vida social no município de Limoeiro do Norte, bem como para suprir carência ligada ao poder político.⁵² Criadas para satisfazer as demandas da sociedade, uma vez ligadas ao Estado, as instituições sociais introjetam valores, instrumentalizando e regularizando as atividades cotidianas e servindo às instituições políticas.

⁴⁹ Local aqui compreendido como a microrregião do Baixo Jaguaribe e não apenas do município de Limoeiro do Norte.

⁵⁰ Em relatório enviado ao Conselho de Educação, o diretor, Cônego Misael Alves de Sousa, esclarece que a Faculdade foi estruturada para formar professores para o atendimento à escola média da Região Jaguaribana, com licenciatura de primeiro ciclo, esta análise será desenvolvida no quarto capítulo.

⁵¹ Ao expulsar os jesuítas do Brasil, o Marquês de Pombal deu início – com as reformas pombalinas – a um ciclo de professores leigos. Da expulsão até a substituição dos educadores se passaram treze longos anos seguidos de destituição da estrutura administrativa do ensino construída pelos jesuítas. Leigos foram introduzidos no ensino e o Estado assumiu pela primeira vez, os encargos provindos do setor educacional (ROMANELLI, 2009).

⁵² O discurso estatal, há séculos, opera sob a lógica do bem comum, no entanto, é comum a prática política brasileira, e em especial a cearense, de se alijar dos problemas que assaltam a classe menos favorecidas, estabelecendo um diálogo direto com as “carências” da classe abastada.

No Ceará, nos primeiros anos de ditadura, precisamente em Limoeiro do Norte, o projeto da FAFIDAM estava em pleno desenvolvimento. Igreja e elite local traçavam os contatos necessários à aprovação pelo Conselho de Educação do Estado. Além da sede Limoeiro do Norte, a instituição atrairia estudantes de pelo menos onze municípios: Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Iracema, Jaguaribe, Morada Nova, Russas, Ererê, Pereiro, Jaguaribara, Nova Jaguaribara, integrantes do Alto e Médio Jaguaribe.⁵³

Cabe lembrar aqui que, no contexto de desenvolvimento de Limoeiro do Norte como “cidade da Educação”, não havia as condições de acesso necessárias à implementação deste tipo de projeto, pois, para entrar na cidade durante o período de chuvas utilizavam-se canoas,⁵⁴ pois a cidade é cortada por dois rios – Banabuiú e Jaguaribe – e não havia pontes de acesso. O acesso ocorria por passagens de terra batida e artesanais pontes de carnaúba, o que ao menor cair das chuvas da quadra invernososa – não necessariamente um bom período de chuvas – era levada com o fluxo do rio. “Após anos e anos de promessas políticas, surgira a ordem de serviço para a construção da ponte sobre o rio Jaguaribe, libertando o ir e vir da ilha/Limoeiro do Norte, até então acorrentada ao Pontão de Celso Malveira, de Manoel Guerreiro e, as canoas, quando chagava o inverno”.⁵⁵ Nesse sentido, as estratégias político-educacionais do bispo e da elite limoeirense possibilitaram o desenvolvimento do município que, até os anos de 1950, não tinha vias de acesso, sendo criadas no percurso do desenvolvimento do projeto do bispo, precisamente em 24 de junho de 1965. Na fundação da FAFIDAM, o município já estava devidamente ligada aos demais.

Para que você entenda as dificuldades da época é preciso lhe dizer como funcionavam as coisas, Era muito difícil, mesmo para os mais aquinhoados da sorte, manter um filho em colégio interno em outras regiões. A região Jaguaribana era sujeita às

⁵³ Os municípios citados acima, como exposto no mapa, encontram-se distantes de Limoeiro do Norte, algumas como Aracati e Ererê a mais de 150 km. Desta forma, a influência cultural da instituição teve e ainda tem uma enorme abrangência no contexto da circulação das ideias e valores na região. Milhares de professores destas cidades se formaram na FAFIDAM.

⁵⁴ Transporte utilizado até hoje na região quando do período de enchentes – raros na verdade – quando algumas passagens molhadas ficam imersas nas águas.

⁵⁵ FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira (org.). **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos**. 1997, p. 89.

secas e enchentes frequentes, portanto, a renda dos coronéis, não lhes permitia uma despesa extra e fixa. A lacuna educacional da cidade era preenchida por duas escolas particulares: a de José Afonso, no centro, na rua Coronel Serafim Chaves, escola mista, de um lado ficavam os meninos, e do outro, as meninas. O método do professor era rígido, a maneira medieval, pois à sua mesa não faltavam duas palmatórias, artisticamente trabalhadas. Uma de aroeira preta, denominada Graúna, destinada aos alunos mais rebeldes, e outra de cumaru, amarelada, reservada aos estudantes mais dóceis. Qualquer discípulo, que arranhasse as normas da escola, o velho professor chamava-o às falas, aplicando-lhe fortes bolos. Feliz daquele que levava apenas um cocorote. Fora disto que, afinal de contas, estava inserido no sistema pedagógico da época. O velho mestre ensinou a ler, escrever e contar, a várias gerações. No seu currículo escolar (programa) constavam as quatro operações, regra de três simples e composta, juros. O indispensável para os alunos seguirem a carreira comercial, ou senão, desempenharem as funções de caixeiro.⁵⁶

O interesse da elite pela educação já era fato em Limoeiro do Norte antes da chegada do bispo. A educação das moças já era uma realização, a exemplo da Escola Normal. Com a chegada de Dom Aureliano Matos, com o desenvolvimento de seu projeto institucional, a elite limoeirense integrou junto às suas expectativas as ideias da Igreja que, na realidade, tinham muitos dos valores das “boas famílias” do município.

Como se vê, quando Dom Aureliano chegou ao Limoeiro do Norte, o ensino era realmente deficiente, exceto o da Escola Normal, e, já havia o Grupo Escolar Padre Joaquim de Menezes, de nível primário, fundado em 26 de maio de 1937, na gestão do então Governador, Francisco Meneses Pimentel, sendo sua primeira diretora, a professora Maria Carlota de Sousa Maia. (...) já havia em Limoeiro do Norte um movimento de consciência de que a Educação era peça importante para o progresso, fato que deve ter sido assimilado por Dom Aureliano, quando da sua chegada. Acredito que Dom Aureliano Matos, mesmo com toda a sua visão intelectual, foi sensibilizado pelas ideias daquela gente, integrando-se no processo e o liderando posteriormente.⁵⁷

⁵⁶ Entrevista concedida pelo padre Francisco Jay Gonçalves (Padre Jair), das 14 as 17h30 min, em 22 de janeiro de 2002, Sítio Jairlândia, Bairro Sossego, Limoeiro do Norte a Vasconcelos Júnior.

⁵⁷ Entrevista concedida pelo professor Antonio Nunes Malveira, em Fortaleza, no dia 26 de junho de 2002, a Vasconcelos Júnior.

Este relato reforça o papel central do bispo no projeto da elite limoeirense. Segundo Chaves, a proximidade do bispo com o grupo político articulado por Franklin Chaves não deixa dúvidas sobre o papel que teria representado a Igreja no contexto das relações políticas desenvolvidas em Limoeiro do Norte.

1.3 O LUGAR DAS INSTITUIÇÕES SOCIAIS NO LIMOEIRO DO NORTE: O PAPEL DA DIOCESE

Limoeiro do Norte é parte da história desenvolvida pelo Estado e pela Igreja, e da sólida aliança que conciliou o poder no Brasil. Esta aliança foi forte influência no desenvolvimento nacional, principalmente após 1930, quando o discurso da Igreja se fortaleceu em torno da oposição ao comunismo. Desta forma, a criação das dioceses no interior do Brasil concretizou os objetivos da disseminação da fé e a defesa de seus interesses, em relação à sociedade e ao Estado.⁵⁸ A criação das dioceses fazia parte do projeto político e social da Igreja, obedecendo às orientações do Papa Leão XII, contidas na encíclica *Rerum Novarum*.

Na contextura nacional, as ações desencadeadas com suporte no discurso anticomunista tinham um caráter de movimento coletivo, do qual as maiores vozes eram as de Dom Sebastião Leme e de Alceu Amoroso Lima. Estas ações visavam abertura de um canal entre Estado e Igreja, com o objetivo de assegurar maior influência dos preceitos católicos na sociedade. Esta aliança foi possível em virtude de um arranjo entre estas partes, que se resume no suporte dado pela Igreja ao regime, em troca da abertura para algumas demandas em Educação pela Igreja.

⁵⁸ Naquele quadro político havia um ponto em comum entre o governo estadual e a Igreja no Ceará: ambos combatiam os mesmos adversários, os liberais e os comunistas, considerados inimigos da Igreja e do povo católico. Segundo Vasconcelos Júnior: “Fernandes Távora, um defensor do liberalismo, torna-se inimigo dos grupos católicos locais. Estes não aceitavam sob nenhum aspecto a doutrina liberal, defensora das liberdades para todos os homens, assim como a luta por direitos iguais e pela defesa e participação política e tantos outros princípios.” Defendiam os grupos católicos que estas ideias davam abertura para a infiltração comunista no Estado (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 62).

Os movimentos orquestrados nacionalmente pela Igreja foram especialmente dirigidos a segmentos da sociedade – mulheres, juventude, classe média e operariado – como, por exemplo, a Juventude Universitária Católica e os círculos operários. No Ceará não foi diferente, a grande concentração de círculos operários no estado dá a tônica do envolvimento da Igreja no empreendimento contra o desenvolvimento dos grupos ligados às ideias comunistas ou mesmo socialistas. Em Limoeiro do Norte,

Nessa fase, a grande liderança política em Limoeiro do Norte era a família Chaves, liderada por Franklin Chaves e sua irmã Judite Chaves Saraiva. Trata-se de um período importante, pois é quando se inicia, com o apoio da elite local, um projeto inovador: transformar o município em referência instrucional na região, criando-se, para tanto, a Associação Pró-Educação Rural de Limoeiro do Norte, entidade que seria responsável, pelos movimentos políticos necessários para a instalação de uma estrutura instrucional moderna na região. Frota comenta que “(...) foi a primeira iniciativa onde a comunidade limoeirense integrou-se para combater o atraso cultural.”⁵⁹

As lideranças políticas de Limoeiro do Norte apostavam no desenvolvimento social, cultural e econômico que a implantação da diocese traria. Com este pensamento foi que disputaram a implantação da Diocese com Russas e Aracati. A criação da Diocese em Limoeiro do Norte não se deu em função de influências religiosas, como o número de fiéis, mas em decorrência de intensiva aliança entre a elite local, o poder estadual e o federal. O pensamento da elite limoeirense era que a Igreja continuasse o trabalho iniciado pela Associação Pró-Educação Rural de Limoeiro do Norte, entidade que já havia implantado o curso normal para moças.

Na época, a sede de um bispado poderia representar, para uma cidade, a ampliação dos setores de educação, saúde e cultura, principalmente, o reforço do papel político do município no contexto estadual, produzindo consequências econômicas favoráveis, numa escala de tempo futuro. A figura do bispo, com o poder que a Igreja católica detinha naquele período junto à população, ao governo estadual e ao governo federal,

⁵⁹ VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro do Norte da Educação: a história da criação da Diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: 2006. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

possibilitaria, facilitaria e justificaria qualquer projeto gerador de desenvolvimento.⁶⁰

Criada com vistas a disseminar os objetivos da Igreja, a Diocese de Limoeiro do Norte desenvolveu ampla atividade no setor educacional. Mesmo havendo no período uma discussão acalorada em âmbito nacional sobre a laicidade e gratuidade das escolas, foi justamente no setor educacional, foco da Igreja naquele momento, que suas atividades se intensificaram e desenvolveram. Vale lembrar que se o fortalecimento da Igreja na região, sobretudo na definição das instituições educacionais locais, efetiva-se nos anos de 1960 com a ditadura civil-militar, mas a penetração do poder da Igreja na região é anterior ao período militar, alcançando o contexto da ditadura varguista. Segundo Vasconcelos Júnior, a Igreja tinha um intenso desenvolvimento no setor da Educação, em troca de suporte ao regime ditatorial de Vargas. Embora uma análise dessa fase não seja o nosso foco, conhecer algumas particularidades possibilita compreender as relações da Igreja com as ditaduras brasileiras.

O Ceará naquele período, como de resto todo o Brasil, era administrado pela ditadura Vargas, que havia restringido os direitos civis e com mão de ferro administrava o País, apoiando-se, principalmente no Nordeste, em oligarquias estaduais. No caso do Ceará, o interventor era o Dr. Francisco Menezes Pimentel, líder católico conservador, que combatia vigorosamente o comunismo no Estado. (...) Para Pimentel, naquele quadro político, havia um ponto em comum entre o governo estadual e a Igreja no Ceará: ambos combatiam os mesmos adversários, os liberais e os comunistas, considerados inimigos da Igreja e do povo católico.⁶¹

⁶⁰ VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro do Norte da Educação: a história da criação da Diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: 2006, p. 60. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

⁶¹ VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro do Norte da Educação: a história da criação da Diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: 2006. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

No Estado varguista, com a implantação da Diocese,⁶² toma posse Dom Aureliano Matos,⁶³ bispo que pela ação desenvolvida no município, escreveria seu nome não apenas na História local, mas na História nacional, como mentor instrucional do projeto da Igreja na região. Como tratado anteriormente, Limoeiro do Norte suplantou as demais cidades na escolha para ser sede da Diocese. Com isso, é designado para assumir a Diocese Dom Aureliano Matos. À chegada do bispo se realiza extensa programação. O povo sai às ruas para receber àquele que estaria à frente da Diocese. Na recepção organizada para o antístite estavam autoridades políticas da região, bem como o governador do estado do Ceará e as autoridades eclesiásticas.

Segundo Chaves,

Após esta recepção a programação seguiu com uma apresentação, um festival realizado pela Sociedade Pró Rural, entidade criada por Franklin Chaves e Judite Chaves ao lado de comerciantes e coronéis da cera de Carnaúba. Atualmente, a mesma é conhecida como Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte. Notamos mais uma vez o envolvimento destes personagens, demarcando sua presença num momento tão auspicioso para a sociedade limoeirense, e personificando tal acontecimento às suas figuras. (...) A sagração de fato de Dom Aureliano Matos ocorreu no dia seguinte, 29 de Setembro de 1940, um domingo. Às sete horas deste dia ocorreu a recepção dos eclesiásticos que iriam compor a cerimônia. Além do bispo sagrante Dom Manuel da Silva Gomes, participaram da celebração, Dom Francisco de Assis, bispo do Crato, Dom José Tupinambá da Frota, bispo de Sobral, sendo o Interventor Federal do Ceará, Francisco de Assis Menezes Pimentel e Custódio Saraiva Menezes, prefeito de Limoeiro do Norte, os paraninfos do novo bispo.⁶⁴

⁶² Segundo Chaves, “a própria criação do bispado, em Limoeiro do Norte, serve como exemplo da força política local e sua ligação com a ação integralista brasileira, apoiada no Ceará, como já dissemos, pelo Arcebispo Dom Manoel da Silva Gomes, pelo Dr. Meneses Pimentel, Presidente da Província, e em Limoeiro do Norte, pela família Chaves, à frente o Sr. Franklin Chaves”.

⁶³ Dom Aureliano Matos, nascido na cidade de Itapajé, a 17 de junho de 1889. Filho do coronel Joaquim Alexandre de Matos e dona Josefa Rodrigues de Matos, fizera o curso de Teologia no Seminário da Prinha em Fortaleza, sendo sagrado sacerdote pelo então bispo, Dom Manoel da Silva Gomes. Foi nomeado vigário da freguesia de Pentecostes, de Uruburetama e, por último, Itapipoca, quando foi nomeado e escolhido bispo de Limoeiro do Norte.

⁶⁴ CHAVES, Cíntia. **“DE DEUS AOS HOMENS”: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954.** p. 17 Monografia apresentada ao Curso de Graduação de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História. 2001.

Criada no intuito de disseminar os objetivos da Igreja por um lado, e articulada aos objetivos da elite do outro, a Diocese de Limoeiro do Norte participou ativamente de atividade educacional e social da cidade.



Figura 2

Sagração do 1º bispo de Limoeiro do Norte, Dom Aureliano Matos, no cortejo que conduzia Dom Aureliano à Catedral. 29.09.1940
Foto extraída de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. 1997.**

Consoante Chaves (2001), a aliança estabelecida entre Igreja e Estado desde os anos de 1930,

[...] reconfigurara questões que tinham se tornado um entrave para Igreja na transição do Império para a República. E em Limoeiro do Norte não era diferente. A Igreja, através de seu líder principal, Dom Aureliano Matos, corroborou com o autoritarismo político e com as estratégias de manter a ordem e conter a desordem, propagado pelo governo Vargas.⁶⁵

⁶⁵ CHAVES, Cíntia. **“DE DEUS AOS HOMENS”**: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954. p. 17 Monografia apresentada ao Curso de Graduação de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM/UECE como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura Plena em História. 2001.

Ainda na perspectiva da autora, as relações entre o prelado e a política local residiam para além do que foi relatado por seus contemporâneos,⁶⁶ considerando que a recepção do bispo ter sido comandada por Franklim Chaves, líder do grupo que presidiu a conquista da Diocese.⁶⁷ Na figura 2 podemos ver o cerimonial de chegada do bispo na Diocese, o qual foi recebido pelas famílias da região, bem como por deputados e as lideranças políticas do município. O comunismo era um assunto de conciliação mútua entre Estado, Igreja e elite limoeirense, haja vista o grupo que deu origem à Diocese participar do movimento integralista. Com ampla atuação no contexto social limoeirense, as ações efetivadas por Dom Aureliano influenciaram não apenas a concepção de mundo dos munícipes, mas também a arquitetura e a organização espacial da cidade.

Em qualquer lugar de Limoeiro do Norte se encontra bastante visível a influência do bispo, inclusive em relação à largura das ruas, dificilmente encontrada em outras cidades interioranas, que surpreendem os visitantes e, segundo os mais velhos, fora ideia sua. Os colégios, igrejas, o seminário, a Rádio Educadora, a maternidade e o hospital mais antigo, também, foram obras de seu bispado. Não é fácil imaginar como era o cotidiano das pessoas daquela região no final da década de trinta do século passado, e de como se deu a criação e instalação da Diocese, a relação da Igreja com o poder político local e regional e de como tudo isso elevou Limoeiro do Norte de uma simples cidade a centro cultural e educacional do Vale do Jaguaribe.⁶⁸

Corroborando esse pensamento, Lima (1997) acentua características marcantes de Dom Aureliano Matos, como figura autoritária, sagaz economista, dono de grande carisma e notável administrador, atuando ainda como líder civil

⁶⁶ “Dom Aureliano, diga-se de verdade, ele nunca se envolveu com os políticos-partidariamente, ele mantinha distância, tinha um bom relacionamento com os políticos-partidários. Ninguém nunca pode dizer que ele era de tal partido”. BRANCO, João Olímpio de Castelo. Flores/Russas/CE; Brasil, 21 de dezembro de 2014. 2 horas e 10 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

⁶⁷ “Nesse sentido, a sagração de Dom Aureliano Matos significou a consolidação de uma elite e a organização de uma memória em torno dela. Ou seja, desde essa solenidade essa elite conseguiu estabelecer uma visão sobre o passado desse município na qual os Chaves, figuraram como personagens principais” (CHAVES: p. 34).

⁶⁸ VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro do Norte da Educação: a história da criação da Diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: 2006, p. 17. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

e na modernização da cidade. Como podemos perceber, a influência do bispo no contexto local foi muito além dos assuntos eclesiais, a ação institucional de Dom Aureliano Matos, para além do desenvolvimento educacional, criou mecanismos conservadores que são da ala mais conservadora da Igreja. Em suas palavras, “são estas instituições as trincheiras de defesa da Fé e da Moral, e donde partem os ataques mais cerrados e eficientes contra os erros propagados pelos inimigos de Cristo e de sua Igreja”.⁶⁹ O conservadorismo da doutrina social da Igreja irmanado com as práticas conservadoras da política cearense – discutidas a seguir – compõem o ritmo sob o qual a ditadura se instalaria no Ceará. Continuando suas palavras, “neste trabalho gigantesco, que antes poderíamos chamar imensa batalha, pois é uma luta que se trava, de lança em riste, enfrentando inimigos poderosos, a Santa Igreja divide, quanto possível, o campo de suas atividades, para tornar mais pronta e eficaz a sua ação regeneradora”.⁷⁰ Em Limoeiro do Norte, as palavras do sacerdote graduado tomam corpo, o trabalho da Igreja é expandido à educação e à comunicação, para junto à elite proteger o vale do Jaguaribe do inimigo comum – as ideias comunistas – travando uma ação para corrigir moralmente o que poderia ser corrompido.

1.4 CORONELISMO E PRÁTICAS CONSERVADORAS NA FORMAÇÃO DA POLÍTICA DO CEARÁ: TERRA FÉRTIL NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR

Nas práticas institucionais brasileiras é recorrente a troca de favores entre o poder público e uma determinada elite local. No interior brasileiro, esse compromisso entre a esfera pública e os chefes locais ligados à área rural criou essa “forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com um regime político de extensa base

⁶⁹ Segunda Carta Pastoral.

⁷⁰ Idem.

representativa”.⁷¹ Desta forma, o “coronelismo”⁷² para ser compreendido deve ser analisado em sua gênese, na estrutura agrária do país e na decadência a que os coronéis estiveram expostos em nossa história, e que os forçou a dialogar com o poder central. “Desse compromisso fundamental entre coronéis e poder central resultam as características secundárias do sistema coronelista”,⁷³ entre outras, “o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto, a desorganização dos serviços públicos locais”.⁷⁴

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário deste tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura

⁷¹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁷² Sobre a origem do vocábulo, o historiador e filósofo Basílio de Magalhães escreveu: “O vocábulo coronelismo introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo” nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico, deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido translato aos autênticos ou falsos coronéis da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. (...) Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios, existia um regime de Guarda Nacional. O posto de “coronel” era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e outros oficiais, uma vez inteirados das respectivas nomeações, tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações, para que pudessem elas produzir os seus efeitos legais. (...) Eram de ordinário, os mais opulentos fazendeiros ou os comerciantes e industriais mais abastados, os que exerciam em cada município, o comendo em chefe da Guarda Nacional, ao mesmo tempo em que a direção política, quase ditatorial, senão patriarcal, que lhes confiava o governo provincial. (...) Homens ricos, ostentando vaidosamente os seus bens de fortuna, gastando os rendimentos em diversões lícitas ou ilícitas, - foram tais ‘coronéis’ os que deram anseio ao significado especial que tão elevado posto militar assumiu, designando demopsicologicamente “o indivíduo que paga as despesas”. E, assim, penetrou o vocábulo “coronelismo” na evolução político-social do nosso País, particularmente na atividade partidária dos municípios brasileiros.

⁷³ “Nesta concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel manifesta seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado. O coronelismo é fase de processo mais longo de relacionamento entre os fazendeiros e o Governo” (CARVALHO: 1997; p. 1).

⁷⁴ LEAL, Víctor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

ascensão social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados ou capangas.⁷⁵

Reféns das condições indignas em que viviam, sem terra, sem assistência, exposta às baixas produtividades da terra, a comunidade alijada do processo, depende da boa vontade do “coronel”, sendo objeto de barganha eleitoral nos acordos políticos e estando exposta à sua autoridade pública:

E assim nos aparece este aspecto importantíssimo do coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.⁷⁶

O desenvolvimento do setor público deu um enorme contributo à manutenção do poder dos coronéis no Ceará. Foi apenas após 1988 – com a Constituição – que gradativamente os concursos foram inseridos na pauta do dia dos governantes, embora muitos deles, principalmente nos pequenos municípios, resistam a fazê-los. A iminente perda do poder de prisão, com a chegada da República, foi substituída pelos cargos que, embora ocupados por via dos governantes, permitiam aos coronéis continuar tendo acesso mediante sua influência, indicando quem os ocupava, ou mesmo, a hora de “desocupar”. Num aspecto geral, contudo, o desvelo do coronel para com o progresso,⁷⁷ leva a comunidade a alcançar benefícios que frequentemente pertencem à ordem das necessidades básicas, como a escola, o hospital, a estrada, a rede elétrica.

Apesar de José Murilo de Carvalho⁷⁸ advogar que, até a década de 1930, para o desenvolvimento deste fenômeno – o coronelismo – as práticas que orientam o comportamento dos coronéis e suas parentelas, tais como

⁷⁵ Idem, p. 22

⁷⁶ LEAL, Víctor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2012; p. 42

⁷⁷ As políticas orquestradas para o Nordeste, bem como para o Brasil, tiveram como porta de entrada as organizações internacionais. A este exemplo o “Projeto São José”, que levou luz ao sertão, teve como financiador o Banco Mundial, desta forma o coronel apenas se adequou aos novos tempos. “O contraditório desse processo é que os coronéis prepararam o cenário da modernidade, mas não eram os atores principais da cena política” (PARENTE; 2007: p. 407).

⁷⁸ CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

mandonismo, patrimonialismo, indeterminação entre esferas públicas e privadas, até hoje perduram na política nordestina. Para Carvalho, este fenômeno já não faz parte do contexto da política brasileira e expressa clara discordância com a formulação feita por Victor Nunes Leal.⁷⁹ “Leal é incoerente ao sugerir um renascimento do coronelismo embutido na tentativa dos presidentes militares de estabelecer contato direto entre o governo federal e os municípios, passando por cima dos governadores. A nova situação nada tinha a ver com a que descreveu em sua obra clássica” (CARVALHO: 1997; p. 1). Para Carvalho, a afirmação feita por Nunes Leal não se aplica às referências de seus estudos. Discordando, no entanto, em parte dos argumentos de Carvalho, pensamos haver ainda resquícios muito claros do coronelismo nas ações dos governos militares, bem como haver também muito deste conceito na política desenvolvida no Nordeste do país, para além dos seus desdobramentos.

No que se refere ao Ceará, práticas coronelísticas perduraram bem mais do que em outros estados, embora tomando outras capilarizações,⁸⁰ pois devemos considerar que os coronéis perderam força na definição da política legislativa que detinham, e passaram a se configurar no panorama político por meio de seus apadrinhados, o que ainda lhes conferia o controle do poder. O pensamento exposto aqui é reforçado por Vieira: “o regime militar no país corresponde a uma fase da história política cearense que tem sido chamada de

⁷⁹ “Na visão de Leal, ele surge na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo implantado pela República, em substituição ao centralismo imperial. O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador do estado. O antigo presidente de província durante o império era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na província, à qual era, muitas vezes, alheio. (...) O governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arrematavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos estados implantada por Campos Sales em 1898, quando este decidiu apoiar os candidatos eleitos “pela política dominante no respectivo estado”. (...) A conjuntura econômica, segundo Leal, era a decadência econômica dos fazendeiros. Esta decadência acarretava enfraquecimento do poder político dos coronéis em face de seus dependentes e rivais. A manutenção deste poder passava então a exigir a presença do Estado, que expandia sua influência na proporção em que diminuía a dos donos de terra (CARVALHO: vol. 40 nº 2 Rio de Janeiro 1997).

⁸⁰ Os anos de 1980 tiveram como referência o “trem da alegria” expressão cultural utilizada pela população à enxurrada de contratos estaduais para professores “dados” pelos coronéis. De 1982 datam os últimos contratos que tiveram como entrada no serviço público o caráter não concursado.

“época dos coronéis, embora nem todos os governadores tenham tido essa origem”.⁸¹ Neste sentido, para entendimento da discussão desenvolvida neste capítulo, faz-se necessário analisar a formação da política cearense e sua estreita ligação com o coronelismo, apresentando, inclusive, as capilarizações criadas por este fenômeno.

À semelhança do fazer político do restante do país, o Ceará ainda convive com práticas políticas ligadas ao que se convencionou chamar de coronelismo, embora os “novos-velhos políticos” que atuam no plano político, a exemplo do grupo Ferreira Gomes, estejam mais ligados às “novas-velhas práticas”. Quais seriam? O favorecimento político, por via das siglas partidárias.

No Ceará, a prática do coronelismo não ficou à margem dos processos desenvolvidos em outros estados. Pelo contrário, essa prática foi extensiva também à violência contra a mulher,⁸² bem como sobrevive até hoje nos denominados “currais eleitorais”, que por vezes ainda se mantêm.

Durante o período em estudo – a ditadura civil-militar no Brasil – no Ceará, a política foi partilhada por três grupos oligarcas liderados por coronéis do Exército: Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals.⁸³ Na impossibilidade de um acordo entre esses coronéis, segundo Airton de Farias, reinava “um pacto”, que dividia o comando da cúpula do Ceará, no intuito de afastar outros grupos políticos da esfera das decisões do poder.

O coronel Virgílio Távora estava no poder quando o golpe depôs João Goulart. Embora herdeiro de uma tradicional oligarquia, segundo Farias,

Virgílio Távora mantinha boas relações com o governo reformista de Jango e colocava-se ao lado dos setores mais retrógrados do Nordeste (...) mas não se declarava

⁸¹ VIEIRA, S. L. **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 265.

⁸² São muito comuns na região do sul do Ceará – Crato/Juazeiro – crimes contra a mulher praticados em nome da “honra” masculina. Em pleno século XXI, essa região ainda mantém um alto índice de mortes de mulheres praticadas por seus companheiros.

⁸³ Segundo Airton de Farias, a “partilha” política evidencia a fragilidade da elite cearense, que não dispunha de um grupo forte para hegemonizar o poder no Estado e para impor seu domínio sozinho (2012: p. 404).

abertamente adversário de Goulart (...) despertava suspeitas entre os mais sectários direitistas cearenses.⁸⁴

A conduta pouco clara do governador atraía os conservadores da Igreja, que continuamente pregavam contra os comunistas. Na realidade cearense depois do golpe, a ala católica à esquerda, ligada às mobilizações pelas reformas de base,⁸⁵ conduzia os protestos dos trabalhadores diferentemente do que ocorria no plano nacional, onde a ala mais à esquerda da Igreja combateu a ditadura. No Ceará, os protestos foram cooptados às ideias mais conservadoras, o que deixava as elites e o governo estadual numa situação de tranquilidade, haja vista a Igreja trabalhar para apaziguar os conflitos sociais e consequentemente deixar os trabalhadores bem distantes das ideias comunistas. Um dos legados da Igreja no Ceará, sem dúvida, foi a condução dos círculos operários e de outras organizações do campesinato de forma pacífica, sem grandes transtornos, desmobilizando as discussões gestadas em outras regiões. De toda forma, o clero conservador e majoritário endossou o golpe de 1964 e a ditadura, colocando acima de tudo a doutrina religiosa, a cristianização da sociedade e o controle do inimigo comunista.⁸⁶

O início dos anos de 1960 foi o auge do desenvolvimento dos círculos operários no Ceará. Segundo Santos, a “historiografia circulista⁸⁷ data de 1932 e tem o Rio Grande do Sul como local do seu nascedouro, embora em 1915, sob a orientação do padre Guilherme Waessen, a organização já existisse em Fortaleza” (SANTOS: 2012).

Durante as primeiras décadas do século XX, influenciada pela doutrina social apresentada pelo Papa Leão XIII na Encíclica *Rerum Novarum*, e movida pela premente necessidade de reelaboração e articulação de uma proposta que pudesse responder satisfatoriamente às exigências e desafios do mundo moderno, a Igreja Católica no Brasil pôs em prática um Projeto

⁸⁴ FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 1ª reimpr. – 6ª ed. rev. e ampl. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012; p. 394.

⁸⁵ Com João XXIII e o Concílio Vaticano II (1962-65), a Igreja Católica tentou mudar suas práticas, adotando medidas como o diálogo com outros credos. Passou a dar, com a encíclica *Mater et Magistra* (1961), maior atenção às questões sociais voltando-se mais para os pobres e a realidade social (FARIAS, 2012, p. 393).

⁸⁶ Em novembro de 1963, a entidade Trabalhador Unido (TU), por meio do jornal *A Fortaleza*, porta-voz dos círculos operários católicos, pedia cadeia para os agitadores e acenava para as forças armadas na defesa da ordem pública do regime e da Pátria (FARIAS, 2012, p. 394).

⁸⁷ Santos define como historiografia circulista a História dos Círculos Operários no Brasil.

político e social de natureza doutrinária entre os trabalhadores urbanos e rurais, disputando com outros grupos – de modo particular os anarquistas, socialistas e comunistas – a orientação e direção das organizações de trabalhadores e que mais tarde seria incorporado às estratégias da Ação Católica Brasileira, se expandindo por todo o país.⁸⁸

Ainda segundo a autora, em 1953, com o objetivo de mostrar vigor do circulismo cearense, a Federação dos Círculos Operários do Ceará divulgou haver naquele ano, no estado, oitenta e oito círculos operários, dentre os quais, setenta situados no interior do estado.

Mesmo continuando o processo de “modernização conservadora”, iniciada por Virgílio Távora, de incentivo à industrialização com investimentos em obras de infraestrutura e concessão de emulação à burguesia local, as práticas de clientelismo, fisiologismo, corrupção, autoritarismo e repressão persistiam.

1.5 O CONTEXTO SOCIAL DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO CEARÁ

No Ceará, à medida que os militares se sucedem no governo do estado – exceto Plácido Aderaldo Castelo e Luís Gonzaga da Fonseca Mota, civis – o silêncio vai tomando conta, de início da oposição e, por último, das ruas.

Quando o golpe é instaurado, os grupos contrários ao movimento são logo perseguidos. A Rádio Dragão do Mar, importante veículo de circulação dessas ideias, é invadida pelo Exército na madrugada de 1º de abril de 1964. Todos os funcionários são detidos. Jornalistas, operários, estudantes, professores, políticos e religiosos são presos no 23º Batalhão de Caçadores, unidade subordinada a 10ª Região Militar.⁸⁹

Um jornal em circulação como *O Povo* postou no caderno político de 1º de abril de 1964 que, a despeito da crise política pela qual passava o país, a

⁸⁸ SANTOS, Jovelina. **Em campo contra o inimigo vermelho: a Igreja católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará.** Revista de História [26] João Pessoa, jan./jun. 2002 p. 394.

⁸⁹ VIEIRA, S. L. **História da Educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 267.

capital cearense teria amanhecido em relativa normalidade. Assegurava ainda que as medidas, de natureza militar, eram apenas preventivas, enquanto as manifestações das classes operárias fossem de caráter pacífico e que ocorressem dentro da ordem. Na mesma matéria noticiavam as medidas tomadas na prevenção da ordem:

1.Suspensão das aulas nas universidades; 2) Adiamento do reinício das aulas, por tempo indeterminado nos Colégio oficiais do Estado e do Município; 3) Proibição da passeata de trabalhadores marcadas para hoje à noite; 4) Fechamento de uma Rádio local; 5) O Serviço de Fonia OLT está funcionando somente com o recebimento e emissão de comunicados oficiais; 6) Fechamento dos bancos.⁹⁰

A matéria relatava ainda a mobilização sindical. Os ferroviários, atendendo à determinação do Comando Geral dos Trabalhadores, haviam entrado em greve na noite anterior, e nas primeiras horas daquele dia, os marítimos também começaram um movimento paredista. Segundo a matéria, a mobilização de greve deveria chegar aos motoristas do transporte urbano ainda naquele dia.

A situação social cearense descrita pelo jornal, ao ser lida hoje, cinquenta anos depois, parece tudo, menos um contexto de “normalidade”, como assegurava o diário. A ocupação da rádio Dragão do Mar pelo Exército, noticiada pelo mesmo jornal, na página anterior à matéria descrita, não se perfilava por evento “normal”.⁹¹ A rádio trazia sempre notícias das manifestações nacionais e tentava o levante social em prol de João Goulart.

Em se tratando do setor resistente ao novo contexto, em Fortaleza, precisamente no Liceu do Ceará – escola de ensino de 1º e 2º graus do estado - havia um bloco ligado ao PCB e também de atividade política da JEC, do qual era partícipe Tito de Alencar – conhecido nacionalmente como Frei Tito – engajado não apenas na discussão teórica, mas ligado à ação. Esse grupo organizava atividades políticas nas fábricas e também manifestos, no início dos

⁹⁰ Jornal *O Povo*, 01 de Abril de 1964, p. 18.

⁹¹ As matérias de *O Povo* em toda a extensão do regime ditatorial perfilavam-se à direita, ou melhor, a favor da ordem conservadora. As matérias sempre davam ênfase às ações do comando revolucionário, a cassação de mandatos e direitos políticos de deputados e vereadores cearenses foi amplamente noticiada, em 18 de abril de 1964.

anos de 1960, fossem contra o aumento da passagem de ônibus ou mesmo a política do governo. A exemplo do que ocorria nacionalmente, os estudantes cearenses desenvolvem várias atividades de 1964 a 1968, quando a fase mais dura do regime começou e aumentou o número de presos e torturados.

[...] Bom, no Liceu havia uma influência muito grande do PCB. Tinha uma atividade considerável, é tanto que isso valeu a participação dos militantes do PCB na direção do CLEC, que era o Centro Liceu de Educação e Cultura, entidade que representava os estudantes do Liceu. Nos intervalos das aulas havia sempre discussão e comunicados a respeito do que vinha acontecendo politicamente no país. Nessa época quem dirigia o CLEC era o companheiro conhecido por Parangaba, que era do PCB também. Inclusive o Liceu sofreu intervenção devido às atividades políticas que aconteciam lá dentro. O diretor era o Boanerges Sabóia. Ele foi substituído pelo interventor chamado Caio Lucio Botero que era um oficial da reserva do Exército. Mas, mesmo com a intervenção, os estudantes não pararam, continuaram. (...) Foi no Liceu que comecei minha participação política, já no período da ditadura instalada, começo da ditadura. Eu costumo dizer, ditadura civil-militar e acrescento mais nazifascista, porque teve essa inspiração. (...) é, para mim as forças armadas brasileira tem esse forte ranço do fascismo. O Liceu era uma verdadeira escola de atividade política. Os estudantes eram bem esclarecidos, bem comprometidos e não deixavam passar nada inclusive até passagem de ônibus quando aumentava os estudantes iam protestar e puxavam outras escolas. (...).⁹²

O movimento estudantil cearense teve ativa participação na agitação popular do início dos anos de 1960, “comumente aconteciam greves, passeatas contra o alto custo de vida, protestos e depredações de ônibus quando do aumento das passagens (no que se destacaram os estudantes do Liceu)”.⁹³ Segundo Airton de Farias, as propostas de Jango tiveram repercussão no plano local, desdobrando-se em intensa mobilização sindical em torno de vários setores, como os têxteis, bancários, portuários, gráficos e ferroviários. Outros setores não sindicalizados também participavam das mobilizações, como os funcionários públicos, comerciários e médicos,⁹⁴ assim

⁹² PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

⁹³ FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 1ª reimpr. – 6ª Ed. Ver. E ampl. – Fortaleza: Armazem da Cultura, 2012, p. 391.

⁹⁴ BARREIRA, I. A. F. **Sob o signo da contramão**. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992: p. 18.

como os estudantes. As reivindicações gravitavam ao redor, dentre outras coisas, da luta para que os patrões cumprissem as leis trabalhistas e as reformas de base.

Em meio à agitação política e à movimentação sindical, o Ceará desenvolvia, na gestão do governador Virgílio Távora, o Plameg – Plano de Metas Governamentais – inspirado no plano de metas do governo de Juscelino Kubistchek e no Plano Trienal de Jango. O planejamento cearense tinha por objetivo a industrialização do estado, com forte incremento estatal em obras de infraestrutura e financiamento à elite local.⁹⁵ Nessa empreitada, Távora contava com o apoio tanto do Banco Interamericano de Desenvolvimento, quanto da “Aliança Para o Progresso (programa de ajuda econômica do governo dos Estados Unidos visando a barrar o avanço das esquerdas latinas)”.⁹⁶ Estes programas tiveram ampla repercussão no final dos anos de 1960 e estiveram no centro das discussões no movimento estudantil nacional em razão da influência estadunidense nas políticas sociais e educacionais brasileiras.

Em se tratando da elite cearense, no período, financiada pelo governo estadual de Virgílio Távora, falida, esteve sempre na dependência da máquina estatal, e “acumulava fortuna de forma muitas vezes espúria, como fornecedora de produtos superfaturados na época das secas, do contrabando de toda sorte de produto e da sonegação de impostos sobre importados, exportados e rendas”.⁹⁷ A elite possuidora de grandes latifúndios, mas sem dinheiro encontrou na modernização conservadora de Virgílio uma forma de trilhar o caminho da indústria, custeada a expensas do capital do estado.

Nesse contexto, havia uma mobilização da Igreja Católica no interior de alguns bairros da capital, nos quais, segundo Farias, não por acaso, as lideranças pertenciam ao Partido Comunista. A ação da Igreja nesses bairros era desenvolvida por padres dinâmicos, a exemplo do padre Hélio Campos, vigário do bairro Pirambu. Nesse momento, após a encíclica *Mater et Magistra* (1961), a Igreja se voltou às questões sociais, mas sem esquecer do inimigo

⁹⁵ FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 1ª reimp. – 6ª Ed. Rev. e ampl. – Fortaleza: Armazem da Cultura, 2012.

⁹⁶ FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 1ª reimp. – 6ª Ed. Rev. e ampl. – Fortaleza: Armazem da Cultura, 2012. p. 390

⁹⁷ Idem.

comunista. No Ceará, o envolvimento da Igreja nas questões sociais somou esforços muito mais ao governo ditatorial do que ao enfrentamento das questões que no momento afligiam a população, fossem elas relativas à liberdade ou mesmo às necessidades básicas, embora a ala da esquerda tenha se envolvido nas mobilizações às reformas de base e na luta contra a ditadura militar.

Na ala à esquerda da Igreja, a luta contra a ditadura ficou circunscrita à Capital a algumas cidades, a exemplo das ações do

[...] bispo Dom Antônio Fragoso, que em 1964 assumiu a Diocese de Crateús. Os militares chegaram a exigir sua prisão em 1968 sob a acusação de que mantinha ligações com grupos armados de esquerda e o proibiram de ter acesso a microfones da rádio Educadora de Crateús. Em 1965, o Pe. Antônio Moreira, de Assumpção, na serra de Baturité, foi detido por apoiar um sindicato. Já o frei Geraldo Bonfim, de Mundaú, 1969, foi condenado a um ano de prisão por ter proferido sermão em que teria incitado a população contra as forças armadas.⁹⁸

De outro lado, a ala mais conservadora da Igreja, majoritária, mantinha a atenção na doutrina da Igreja e no comunismo. Essa parte do clero trabalhava com o princípio assistencialista, em acordo com a política existente, sem questionar a estrutura social. Foi justamente pensando combater o comunismo que a Igreja iniciou um trabalho junto aos sindicatos rurais sob influência dos círculos operários católicos, visando garantir leis que protegessem os camponeses e viabilizassem a aquisição de verbas públicas para o plantio, a colheita e o armazenamento da produção. Estas ações, no entanto, eram realizadas sem quaisquer questionamentos, pois em sintonia com a política social e econômica do regime.

Segundo Luna e Klein, “após o golpe de 1964, embora efetuasse transformações em diversos setores da economia, o regime militar procurou manter a estabilidade na zona rural, reprimindo protestos populares e realizando uma modernização agrícola conservadora, sem mudar a estrutura

⁹⁸ FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 1ª reimp. – 6ª Ed. Ver. e ampl. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012, p. 394

fundiária e as relações de trabalho”.⁹⁹ A estabilidade requerida pelos militares na zona rural, em se tratando do município de Limoeiro do Norte, como veremos a seguir, foi garantida pela Igreja, que coordenou toda a organização dos trabalhadores rurais.

Limoeiro do Norte, precisamente sua Diocese, a exemplo do que ocorria nacionalmente, desenvolveu trabalhos com círculos operários que tiveram ampla atuação junto aos ruralistas da região. Restaurado em 1941, por Dom Aureliano Matos,¹⁰⁰ o trabalho de educação sindical era dirigido pela Igreja com o único propósito de deixar fora dos limites regionais as ideias comunistas.

1.6 O FORTALECIMENTO DA ORDEM SOCIAL CONSERVADORA: A AÇÃO DA IGREJA NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A ação da Igreja em Limoeiro do Norte, por meio da figura de Dom Aureliano Matos e de seus assessores, se concretizou de início com a instituição de uma escola para rapazes do Vale do Jaguaribe.¹⁰¹ A ata da primeira reunião convocada pelo bispo para a fundação de um ginásio para rapazes ilustra o envolvimento da elite e da Igreja:

Aos dois dias de novembro do ano de mil novecentos e quarenta, a convite do Exmo. e Revmo. Sr. bispo Diocesano Dom Aureliano Matos, compareceram ao Palácio Episcopal os seguintes cidadãos: (...) Aberta a sessão, o Senhor bispo expôs aos circunstantes a finalidade daquela assembleia, dizendo que pretendia proporcionar aos filhos da terra uma Instituição de ensino, moldada nos princípios da pedagogia cristã, com objetivo de formar uma mocidade intelectual, alicerçada na filosofia moral, sem o que a região jamais alcançaria o status social que tanto almejava. Embora a região primasse pelos seus imensos carnaubais e a cera estivesse ultra-valorizada, e fluísse muito dinheiro no vale jaguaribano;

⁹⁹ LUNA, F. V. e KLEIN, H. S. **Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964.**/ Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 101.

¹⁰⁰ FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira (org.). **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos.** 1997. pág. 89.

¹⁰¹ Limoeiro do Norte não foi exceção neste processo. As cidades de Crato e Sobral, que haviam recebido bispados anos antes, sofriam o mesmo processo de desenvolvimento das entidades assistencialistas da Igreja. Na Cidade do Crato, segundo VASCONCELOS JÚNIOR (2006), até um banco da Igreja foi criado.

um quilo de cera atingira o preço de dois contos de réis, tornando ricos, todos os proprietários da esbelta palmeira. A Diocese, recém-criada, não dispunha de recursos financeiros para a edificação de um prédio à altura do plano cultural. E, em virtude, de tal circunstância, apresentaram-se espontaneamente os seguintes cidadãos: Custódio Saraiva de Menezes, com um conto de réis, seguindo-se os senhores Manfredo Oliveira, Franklin Chaves, José Chaves, Antônio Vicente Maia e Sesinando Jacob de Freitas, com dois contos de réis. Em seguida, com a importância de quinhentos réis, os senhores Melquiades de Oliveira Lima, Cândido Gadelha, Pedro de Freitas, Tibúrcio Lopes, Cândido Olímpio, João Luís Maia, Luís Alves, Gaudêncio de Freitas, Ângelo Figueiredo, Jaime Chaves, João Nogueira, Antônio Osterne, Pompílio Maia, Raimundo Gadelha, Dr. José Mendes, Dr. Deoclécio Lima Verde, perfazendo um total dezoito contos e quinhentos réis. A ata dessa reunião foi assinada pelo Padre Misael Alves de Sousa, Secretário ad hoc. Dom Aureliano Matos, bispo Diocesano, Monsenhor Otávio de Alencar Santiago, Vigário Geral e Cândido Gadelha - Coletor Federal.

A pedra fundamental do ginásio foi lançada em janeiro de 1941, o qual recebeu o nome de Ginásio Diocesano Padre Anchieta. O primeiro exame de admissão foi realizado em fevereiro de 1942 e seu funcionamento foi autorizado em março do mesmo ano. À prova de seleção se apresentaram 30 candidatos, passaram 28 e fizeram a matrícula 27, ficando no internato 20 alunos que moravam distante. O Ginásio Diocesano¹⁰² foi construído então com o dinheiro arrecadado pela elite limoeirense, bem como com donativos.¹⁰³

Apareceu o senhor Joaquim Gadelha e ofereceu a lenha necessária à confecção, os tijolos e o madeiramento de que carecia o Ginásio. Uma oferta milionária, inspirada, sábia, posto que redundou na subtração de vários contos de réis no

¹⁰² De 1954 para cá, o Ginásio se encontra sob a direção do Padre Francisco de Assis Pitombeira, latinista e filólogo e professor de filosofia. Um grupo seleta de professores era padre, destacando-se entre eles Heitor de Matos Montenegro, professor de Latim e Inglês, e Padre Mariano Matos, sobrinho de Dom Aureliano, seu secretário, lecionava Francês; Padre Santos ministrava História; Padre Mauro Ramalho, futuro bispo de Iguatu, lecionava Francês e Português; Padre José Freire Falcão, sucessor de Dom Aureliano Matos, depois arcebispo de Teresina e, atualmente, cardeal-arcebispo de Brasília, lecionava Matemática, autoridade no assunto, o que não era comum entre o clero, onde predominava em essência os estudos clássicos. No entanto, dominava a Matemática e a Física, e, além disto, dedicava-se aos estudos de Filosofia e a temas de natureza teológica e Metafísica. Neste aspecto, ele era assessor número um de Dom Aureliano Matos. Fundou no Limoeiro do Norte a Juventude Estudantil Católica (J.E.C.).

¹⁰³ Na região é recorrente este tipo de atitude por parte da elite. Na cidade de Tabuleiro do Norte, separada de Limoeiro do Norte apenas pelo rio Jaguaribe, o hospital, o clube da cidade e uma escola foram construídos por iniciativa da comunidade, com recursos de todos os municípios, com quantias de acordo com suas posses. O curioso é que todas estas instituições são hoje patrimônio privado.

quantidade estimada à execução da obra. E para angariar a verba restante, Dom Aureliano recorreu aos homens de posse, fazendo empréstimos através de ações resgatáveis, conforme o momento e produção da Instituição. E, muitos, aquiesceram ao pedido de Sua Excelência num gesto de grandeza, pois àquela altura já haviam compreendido os felizes predicados do animus realizador do seu Pastor. O coronel Antônio Lopes de Souza Andrade adquiriu um avultado número de ações, mais de cem (100).¹⁰⁴

Percebemos na fala de monsenhor as características desenvolvidas em torno da figura do coronel, abnegada, fiel à Santa Sé, que não se expõe, mas que está pronto a “resolver” os dilemas que se apresentam. Cabe aqui retomar as contribuições de Berger e Berger apresentadas neste capítulo para embasar a análise sobre as instituições criadas por Dom Aureliano Matos. O Ginásio Diocesano foi a primeira instituição educativa criada pelo bispo, dando continuidade ao trabalho que a elite limoeirense já havia iniciado. As duas instituições foram criadas no intuito de abranger não apenas os jovens de Limoeiro do Norte, mas da região, haja vista a preocupação no regime de internato, para suprir a necessidade dos alunos e alunas que residiam em outros municípios. Esta ação deixa claro o objetivo da elite e do antístite, que seria acompanhar de perto a formação da juventude e disseminar a ideologia social da Igreja, bem como a ideologia política do regime ditatorial. Por serem pagas, estas escolas eram diretamente relacionadas à elite das cidades. Desta forma, o pensamento da Igreja e de seus líderes chegaria “as boas famílias da região” por via da Educação. O Ginásio Diocesano, ao longo de sua história, se confirmou como instituição coercitiva, com claro objetivo e que desenvolvia, por meio da Educação, seu papel na programação da conduta social.

¹⁰⁴ CHAVES, Cíntia. “DE DEUS AOS HOMENS”: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954”, Monografia de Graduação apresentada ao Curso de História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. p, 245.



Figura 3
Fachada do Colégio Diocesano Padre Anchieta

Após a implantação do Ginásio Diocesano para rapazes, Dom Aureliano deu início a outras instituições, como o Seminário Cura d’Ars, para a formação de sacerdotes, cujo objetivo maior foi transcrito pelo próprio bispo em sua Segunda Carta Pastoral. Para ele o seminário representaria:

[...] a formação dos oficiais da milícia do Senhor. (...) Daqui o cuidado da Santa Igreja para com os que a ele se destinam, tomando-os desde a infância, como delicadas plantinhas, que começavam a desenvolver-se nos mimosos jardins dos lares cristãos, transplantando-os em seus vergéis, a fim de que, amparados contra as tempestades das paixões mundanas, e guardados de calor crestante das soalheiras da impiedade, possam crescer viçosas, orvalhadas pelas bênçãos do céu, que ali caem constantemente como em perene primavera. (...) Seminário é a oficina, onde se fazem estas poderosas alavancas com que se ergue o mundo dos abismos das misérias morais e o mantém em um plano mais elevado - tal é o poder do Padre e a sua missão; se ele é a escola, onde se preparam esses operários da vinha do Senhor, e cujo trabalho supera, em muito, as dos anjos; se é a academia, onde se formam os médicos de nossas almas para curá-las das enfermidades do pecado!¹⁰⁵

As ideias disseminadas pelo prelado como justificativa para a criação do seminário tinham inspiração nas necessidades eclesiais do trabalho na obra divina e, por que não dizer, na tradicional oligarquia brasileira. Assim como nas raízes da história da Educação do Brasil, um dos filhos dos proprietários de terra era levado à vida sacerdotal. Com a criação do Seminário, muitas famílias enviaram seus filhos para terem formação

¹⁰⁵ Segunda Carta Pastoral.

sacerdotal, muito embora para alguns fosse a oportunidade de um estudo de qualidade e gratuito.

Ao Seminário cabia, nas palavras do bispo, a proteção da juventude aos espinhos do vício. Deixava claro em suas cartas que os pais que afastam seus filhos da vida eclesial, os estavam expondo aos germes do mundo, e que, “no santuário, seriam lustres brilhantes; agora portadores de trevas para as famílias, apóstolos de Cristo, levariam por toda a parte a vida e a salvação; são agora funestos mensageiros de lágrimas e tristezas para a sociedade”.¹⁰⁶ Desta forma, os jovens, ao seguir a vida religiosa, estavam resguardando não apenas a família, mas também a sociedade das trevas da vida moderna.



Figura 4
Fachada do Seminário Diocesano Cura d'Arz
1955

O empenho do bispo, na criação do Seminário, trouxe enorme retorno à Igreja, pois, criado em 1947, formou muitos jovens, chegando a ter oitenta internos. Monsenhor João Olímpio Castelo Branco foi aluno da turma de 1950 e recorda:

Praticamente sou cria de Dom Aureliano, porque cheguei em Limoeiro do Norte em 1947, com nove anos de idade e era rato de Igreja, coroinha como chamam hoje, ajudante de missa. Minha mãe é de Limoeiro do Norte, duas famílias tradicionais, os Olímpios de Freitas e Oliveira Lima. (...) Então minha mãe veio morar em Limoeiro do Norte e a primeira coisa que eu fiz numa

¹⁰⁶ Segunda Carta Pastoral.

tarde de enchente em pleno abril, a primeira coisa que eu fiz foi no outro dia ir a catedral, e o Diolindo disse: Há, você é o filho da Antônia, pois eles se conheciam de longa data, você vai ser o ajudante de missa do bispo. Me levou de imediato na casa do bispo, o bispo nesse tempo morava na casa ao lado da catedral, porque ele se mudou para dar início o seminário, então a conversa começa pelo seminário.¹⁰⁷

Conclamando a todo o povo da região jaguaribana para contribuir com a causa do Seminário, o bispo deixava claro em sua carta que a casa não pertenceria a Limoeiro do Norte e sim à Diocese. Desta forma, chama a todos, ricos e pobres, a contribuírem:

Movimente-se toda a zona jaguaribana num atestado de fé e patriotismo, para a realização desta obra, que se levantará no vale do Jaguaribe, mais promissora que os vossos extensos carnaubais, e da qual recolhereis a cera preciosa da ciência e da virtude para os vossos filhos, deixando-lhes esta herança, que os tornará ricos para a vida presente, com o ouro do saber e da virtude, e ricos para o céu, pois ali se preparam os eleitos do Senhor.¹⁰⁸

Notemos aqui que, ao recorrer à doação de outras cidades, o bispo enfatiza a questão da pertença à Diocese, frase que anuncia o descontentamento das demais cidades com o desenvolvimento de Limoeiro do Norte, intrigas iniciadas na criação do bispado. Em sua campanha pró-seminário, Dom Aureliano recorre, ainda incansavelmente, às mulheres, mães, pedindo que se dediquem a esta obra, emprestando às obras fundadas pela Igreja, “não só o prestígio de sua posição social, o entusiasmo de sua fé mais viva, a dedicação mais desinteressada, porém ainda dando os seus próprios haveres”.¹⁰⁹

¹⁰⁷ BRANCO, João Olímpio de Castelo. Flores/Russas/CE; Brasil. 21 de dezembro de 2014. 2 horas e 10 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

¹⁰⁸O bispo ainda ordena no documento, as medidas a serem tomadas pelos padres das paróquias. *Para maior eficiência desta cruzada, que redimindo um compromisso, dotará a Diocese de uma fonte perene de vida espiritual. Havemos por bem determinar: a) que em todas as Paróquias desta Diocese os Revmos. Vigários organizem Comissões, tanto na sede da Freguesia, como nas capelas, para que angariem donativos, interessando neste trabalho de alta finalidade cristã, as pessoas de reconhecida piedade e projeção social; b) que estas Comissões permaneçam funcionando enquanto durarem os trabalhos de edificação do Seminário; c) que as esmolas agenciadas sejam enviadas, mensalmente, à Comissão Central, presidida pelo nosso Vigário Geral; d) que durante os trabalhos desta construção seja celebrada, mensalmente, na Catedral, uma Missa pelos benfeitores da obra.* 2ª Carta Pastoral.

¹⁰⁹ 2ª Carta Pastoral

Ainda segundo monsenhor João Olímpio Castelo Branco:

Dom Aureliano contou com a ajuda dos padres lazaristas holandeses, os padres de São Vicente de Paulo, santo francês do século XVII, que se preocupou com a formação dos padres. Estes padres residiam, assim como o bispo, na casa ao lado da catedral. O empenho do bispo no seminário se justificava pelas dimensões da Diocese, que compreende desde a cidade de Icapuí até a cidade de Pereiro. Hoje somos vinte e seis paróquias, no início dezoito, então todos os jovens dessas cidades que queriam seguir a vida religiosa, vinham para cá. Vinham jovens de praticamente todas as cidades da região, tinha jovens de Jaguaruana, Russas, Limoeiro do Norte, Jaguaribe. Chegamos a ter oitenta seminaristas.



Figura 5
Seminaristas do Seminário Diocesano Cura d'Ars – 1962
Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 30. 1997.

Ainda trabalhando na obra do seminário, Dom Aureliano encampa mais uma instituição ligada à Educação, desta vez, uma escola de 1º grau para meninas. O Patronato Santo Antônio dos Pobres, Instituição para a instrução

de crianças internas e semi-internas, foi dirigido pelas irmãs de caridade dos conventos de São Vicente de Paulo e Santa Luiza de Marilac.

“Era desejo de Dom Aureliano fundar o Patronato, com internato e externato, com a finalidade de educar a mocidade feminina de Limoeiro do Norte e cidades vizinhas e assim, também, criar oportunidade para as moças mais virtuosas de seguirem suas vocações e se tornarem religiosas. Uma outra questão que merece destaque é que as moças mais pobres ali se instruíam e saíam preparadas para enfrentar o trabalho que na sociedade da época ainda era hostil à mulher, a não ser o magistério”.¹¹⁰

Às adolescentes era ensinado o necessário à vida religiosa e rural. A instituição possuía, para tanto, pocilgas, hortas e pomares. Ministrava aulas de culinária, corte e costura e de boas maneiras. Segundo Vasconcelos Júnior, o que chamava a atenção nos documentos era a rigidez com relação à disciplina que, dentre outras coisas, enumerava cinco condutas que levariam à expulsão, quais sejam: escarnecer da religião ou de seus ministros; ter discussões contra a fé ou os bons costumes; desrespeito ao decoro ou à moral; desobediência à autoridade ou ao regulamento; aversão habitual ao estudo ou ao trabalho. Notemos que as condutas giraram ao redor de quatro temas – religião, obediência, moral e trabalho – premissas basilares da Educação feminina¹¹¹ da época da colonização. Embora na elite limoeirense fosse possível identificar a presença das mulheres nas principais instâncias, a ideia da formação da mulher era por deveras conservadora. A primeira turma do Patronato tinha seis internas, e em 1975, último ano em que o internato funcionou, o total de internas era de 40 (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006)

¹¹⁰ Entrevista concedida pela professora Idalba Gadelha, em Fortaleza, no dia 17 de maio de 2003 a Vasconcelos Júnior.

¹¹¹ Embora institucionalizada no âmbito da educação formal, os conteúdos programáticos do Patronato remete a concepção da educação da mulher sob o ponto de vista do pensamento rousseauiano.



Figura 6
Fachada do antigo Patronato Santo Antônio dos Pobres.
À esquerda a Capela, no centro da imagem o Colégio e a direita o auditório.
Foto do nosso acervo.

Diferentemente das demais instituições criadas pelo bispo, o Liceu de Artes e Ofícios de ensino profissionalizante,¹¹² instituição criada após o Patronato, atendia aos objetivos do poder público para com a educação do período¹¹³ e contribuía para com o a aliança entre Estado e Igreja. Inaugurado em 1953, contraria os demais projetos do bispo no que se refere à construção, uma vez que a elite não abraçou o empreendimento. O antístite contou com o apoio de instituições religiosas internacionais, principalmente a Igreja Católica alemã, tendo como intermediário o cônego Misael Alves de Sousa.¹¹⁴ O relato de monsenhor João Olímpio anuncia os motivos pelos quais a elite não somou esforços à instituição,

[...] ali não havia o estudo do Latim, do Francês, do Inglês, mas de matérias que não eram dignas dos doutores. O padre Misael, homem habituado aos grandes desafios, recorreu a

¹¹² Condizente com o projeto nacional, o Liceu desenvolvia educação de ofício, e mesmo Limoeiro do Norte não sendo um centro industrial segundo Vasconcelos Júnior, o reforço a esta obra era dado pela não disseminação da indigência, bem como desenvolver algumas “atividades profissionais que atendessem o crescente comércio da cidade e áreas vizinhas, como datilógrafos, eletricitas, costureiras, bordadeiras, mecânicos, marceneiros e funileiros, entre outros” (2006, p. 154).

¹¹³ A educação nacional se dirigia neste momento à formação profissional.

¹¹⁴ Secretário particular de Dom Aureliano Matos, o cônego Misael recebeu enquanto ocupante deste cargo, tarefas por demais árduas para a constituição dos projetos para a Diocese.

instituições religiosas internacionais, conseguindo êxito na tarefa de construção do Liceu, inaugurado em 1953.¹¹⁵

Cabe aqui a análise da atitude da elite e da fala do referido monsenhor. A retirada de cena do braço orçamentário da elite limoeirense não se justifica pela ausência das disciplinas nobres do currículo, considerando o Patronato Santo Antônio dos Pobres também não atender a esta prerrogativa. As duas instituições estavam irremediavelmente ligadas à classe mais carente¹¹⁶ da região, uma, à educação das moças ligada à área rural, e a outra, às práticas profissionalizantes. Como a região naquele período já era bastante desenvolvida com relação à agricultura, chegando a exportar cera de carnaúba – produto que enriqueceu boa parte da elite limoeirense – o Patronato servia à elite em seus objetivos – de assegurar braço à agricultura. Podemos acentuar, também, que as alunas do Patronato não pertenciam à classe mais carente, e sim aos médios proprietários de terra.

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pelo Liceu de Artes e Ofícios não garantiriam a perpetuação da atividade agrícola na região, muito embora o Liceu tenha vindo a servir diretamente à elite.

Mesmo no Limoeiro do Norte, longe das questões industriais modernas, havia a preocupação com a indigência e o encaminhamento da população jovem, mais carente, para atividades que supostamente pudessem viabilizar o seu sustento. Havia, também, a necessidade de modernizar alguns serviços e atividades profissionais que atendessem o crescente comércio da cidade e áreas vizinhas, como datilógrafos, eletricitas, costureiras, bordadeiras, mecânicos, marceneiros e funileiros, entre outros. Estes profissionais poderiam ser capacitados, sem a necessidade de investimentos

¹¹⁵ Entrevista concedida pelo Monsenhor João Olímpio a Vasconcelos Júnior em 28 de junho de 2002.

¹¹⁶ Necessariamente “mais carente” aqui não significa sem recursos. Durante a pesquisa, nas entrevistas feitas com ex-alunas do Patronato Santo Antônio dos Pobres, pudemos constatar que as meninas vinham de famílias que possuíam posses, terras e trabalhadores. Dessa forma, os pais poderiam, nesse sentido, abrir mão dos filhos na lavoura. Portanto, não eram realmente jovens sem recursos. O referido Colégio tinha, sim, alunas carentes, de famílias sem recursos, no entanto ficou claro na pesquisa que eram afilhadas de autoridades, dos barões da cera, as quais lhes compravam todo o “enxoval” necessário à entrada no colégio das irmãs. Em entrevista, Nozinha Conrado relata este fato: “Papai tinha muitas afilhadas e, quando alguma mostrava interesse em estudar, nós, que já éramos alunas do Patronato do externato – ficávamos apenas o horário necessário e dormíamos em casa – fazíamos todo o enxoval para a entrada dela. Papai custeava essas despesas”.

permanentes da elite local, se fossem capacitados por uma escola profissionalizante pública.¹¹⁷

Ainda segundo Vasconcelos Júnior (2006), Dom Aureliano Matos recebeu doações dos equipamentos necessários às oficinas, vindos do jornal *O Nordeste*, sediado em Fortaleza, e a manutenção da instituição ocorreu pela via da Prefeitura municipal ou por intermédio do Estado.

Como já anunciado, embora não tenha aderido ao projeto do bispo, a elite em muito se beneficiaria das atividades do Liceu, haja vista que as oficinas funcionavam confeccionando material para o comércio local, com preços abaixo do mercado. Consoante Vasconcelos Júnior, as empresas locais forneciam a matéria-prima e o Liceu entrava com a mão de obra gratuita.



Figura 7

Fachada do Liceu de Artes de Ofícios - 2013

Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. 1997.

¹¹⁷ VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro do Norte da Educação: a história da criação da Diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: 2006, p. 154. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

Para equipar o Liceu com material escolar, novamente o Cônego Misael Alves de Sousa recorreu às entidades internacionais, de quem recebeu doações em dinheiro da Alemanha Ocidental, recorrendo também ao comércio fortalezense, tendo recebido doações do jornal *O Povo*.

A rádio Educadora Jaguaribana, inaugurada em 19 de março de 1962, criada com o intuito de levar a fé católica aos lugarejos, foi a última instituição criada pelo bispo e que teve maior alcance ideológico, dado ser veículo que chegava a todos os recantos, não apenas da região, mas também do estado.

Como os estadistas preveem o futuro de seus povos, na Igreja de Cristo não faltam, e, sempre houve, e, existirão sempre, os grandes sacerdotes, os mensageiros divinos, capazes de compreenderem as mudanças sociais, mormente as que afetam a essência da família. Dom Aureliano com sua visão quase profética sentiu que o nosso século, angustiado, neurótico e ferido por guerras e ideologias, traria, cedo ou mais tarde, consequências infaustas para a família. Os meios de comunicação começavam a assomar, eficientemente conduzidos e que, por isso, a Diocese devia preparar-se para uma maneira, aliás, mais dinâmica na divulgação da palavra de Deus. O púlpito das Igrejas, sozinhas, já não comportava mais a torrente das novas ideias que assolavam o mundo moderno. E a Igreja não ficaria imune às novas doutrinas, às teorias psicossociais com milhões de adeptos.¹¹⁸

A rádio foi a síntese do trabalho de Dom Aureliano com as massas. A repercussão das ideias disseminadas pela Igreja chegaria aos lugares onde o acesso aos sermões das missas e as suas cartas não aportavam. Homem de visão e conhecedor da figura humana, Dom Aureliano nomeia para diretor artístico e cultural da instituição o cônego José Freire Falcão – atual cardeal-arcebispo de Brasília. Dentre outros programas, a rádio passou a desenvolver o Movimento de Educação de Base (MEB),¹¹⁹ que a Diocese havia iniciado no ano de 1961. A concessão da rádio em plena ditadura não deixa margem a dúvidas sobre a relação da Diocese de Limoeiro do Norte com os militares, haja vista a Igreja Católica ter sido vigiada por conta da ação de padres ligados

¹¹⁸ MALVEIRA, Antonio Nunes. **O Limoeiro do Norte de Dom Aureliano Matos**. Rio de Janeiro: PENELUC. 1998.

¹¹⁹ O MEB era um projeto de Educação para os pobres, era educação política e evangelizadora, no intuito dar formação as lideranças rurais.

à esquerda e o fato de os militares terem obsessão pelos meios de comunicação, “pois neles transitavam as informações potencialmente perigosas”.¹²⁰ Percebemos que esta dúvida não pairava sobre os padres da referida Diocese, o que confirma a confiança nas lideranças do município.

As instituições criadas por Dom Aureliano Matos desempenharam seus papéis de difusão da fé católica e resguardo dos valores e dogmas da Igreja, “protegendo” a população das vicissitudes do mundo moderno, como o trabalho da mulher fora do lar. “Vem a civilização moderna e a família sofre as consequências mais tristes. Esfacela-se o lar. A esposa e mãe deixa o lar onde tem o seu trono de rainha e passa para as avenidas, para as fábricas, para os empregos, acompanhadas, talvez, das filhas que já não encontram, em casa, atrativos nos trabalhos domésticos”.¹²¹ Quando mesmo estas instituições estavam diretamente ligadas às concepções da modernidade, como era o caso do Liceu, a ideologia cristã tratava de assegurar por meio de outras vias, a fé inabalada dos cristãos. Para esse fim, a rádio deu uma enorme contribuição à causa do expurgo contra o comunismo, com um discurso sempre pró-pobres e oprimidos (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006).

Ainda tratando da modernidade, constante nas falas do bispo, este, apesar de desenvolver em Limoeiro do Norte um amplo trabalho com relação à Educação, em sua segunda carta pastoral, expõe claramente seu pensamento com relação à modernidade, enfatizando ainda seu posicionamento referente ao cientificismo. A ligação entre a Igreja e os princípios do período ditatorial também estão expressos nas cartas pastorais sob distintos aspectos e temas. O controle social é um assunto repetido nas cartas, assim como os valores e a moral.

Similarmente ao Papa Leão XIII em sua encíclica *Rerum Novarum*, o bispo apreende as questões relativas à Modernidade como prejudiciais à essência cristã, desenvolvendo, portanto, uma crítica ao capitalismo liberal. Assim, Dom Aureliano articulou um discurso pela retomada dos valores instituídos antes desse capitalismo liberal, como uma

¹²⁰ ORTIZ Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**/ Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 117.

¹²¹ Primeira Carta Pastoral.

estratégia também para manter o controle social. Vemos plenamente a oposição entre fé e razão ao falar para seus fiéis. Enquanto os ensinamentos se direcionavam contrários a um acúmulo de bens, na prática, para a Diocese vir para Limoeiro do Norte, como já foi anteriormente mencionado, foi necessário duzentos contos de réis, muito dinheiro para época. Fazendo jus ao mote do período, principalmente do início da década de 30, *Deus, Pátria e Família*, lema de Plínio Salgado líder da Ação Integralista Brasileira, Dom Aureliano orientou seu novo rebanho destacando que a família é à base da sociedade e o instruiu no que diz respeito aos lugares ocupados pelos cônjuges (CHAVES, p.35).

A fala de Dom Aureliano em suas cartas pastorais dá ênfase aos efeitos negativos da modernidade, sejam em relação aos jovens, à família e à Igreja. Embora houvesse todo um empenho relativo à Educação, que no contexto nacional estaria diretamente ligada ao desenvolvimento e à modernidade, percebe-se que o discurso do bispo se relaciona diretamente com o controle social e os objetivos da Igreja que, naquele momento histórico, ajuntava forças pelo controle da Educação.

Como demonstrado, a atuação da Igreja na criação de instituições sociais e educacionais foi ampla em Limoeiro do Norte. No intuito de apresentar os trabalhos desenvolvidos na Diocese na região do Vale do Jaguaribe, Dom Aureliano Matos organizou o I Congresso Eucarístico. A parceria com a elite demonstra força no evento.¹²² Organizado pela Igreja,¹²³ mobilizando centenas de fiéis. Era preocupação do prelado envolver a população em torno de seus projetos, pois essa mobilização fazia parte também da estratégia de garantir o apoio dos órgãos governamentais às suas causas.

O bispado jaguaribano utilizou aquele congresso com a finalidade de evidenciar para o governo estadual, a arquidiocese e a elite local, a força religiosa da população do Baixo Jaguaribe e assim da Igreja sob sua administração, almejando, com isso, possibilitar, através de futuras alianças, o

¹²² Os fiéis participando do Congresso. Na primeira fila, crianças cruzadinhas de Limoeiro do Norte, cujo diretor espiritual era o padre Mariano Rocha Matos. Entre os assistentes podemos ver religiosas, filhas de Maria, congregados marianos de Limoeiro do Norte, 1954.

¹²³ Não podemos deixar de mencionar que a atuação do bispo se inseria em um “contexto” político, no plano Brasil, em que a ordem e os princípios da moral cristã eram legitimados pelo Estado, por condizer e servir em parte como discurso que validava as medidas de controle empregadas e, em especial, por ambos, Estado e Igreja, terem um inimigo em comum, o comunismo.

provimento necessário para a participação de uma delegação no Congresso Eucarístico Internacional, além, é claro, de fornecer as condições de continuidade às obras que estavam sendo edificadas na Diocese, como reforma e ampliação de algumas igrejas e tudo aquilo que fosse necessário para o pleno funcionamento do bispado. Dentro das solenidades do Congresso estava a bênção ao Seminário Diocesano, fruto do trabalho de duas décadas do bispo, e a inauguração do monumento à Nossa Senhora. Durante o período de realização do congresso, não houve aula nas escolas em Limoeiro do Norte, sinal evidente do poder que a Igreja Católica ainda detinha no âmbito do sistema educacional do município.¹²⁴

O Congresso foi pautado pela bênção às instituições criadas pelo bispo, evidenciando aos participantes toda a força, organização e campo de atuação da Igreja. Segundo Vasconcelos Júnior, Dom Aureliano buscava no congresso os meios financeiros para agilizar as obras das instituições. Em nossa leitura, esta mensagem vai um pouco além, pois o congresso foi uma ação explícita, cujo recado se pautava nas velhas amarras da política local, na qual o objeto de barganha sempre foi e continua sendo o apoio do povo.



Figura 8

I Congresso Eucarístico Diocesano.

Foto extraída de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Década de 50. 1997.

¹²⁴ VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro do Norte da Educação: a história da criação da Diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: 2006, p. 105. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

Em sua quarta carta pastoral,¹²⁵ Dom Aureliano deixava claro o objetivo do Congresso Eucarístico Diocesano ligado ao Congresso Brasileiro de bispos do qual participara meses antes, ao qual o evento diocesano pretendia somar esforços, “com o qual mostrará aos povos de todo o universo o alto grau de religiosidade desta grande nação, que se ufana do seu batismo cristão no mesmo dia de seu descobrimento, e que também se orgulha de suas gloriosas tradições cristãs”. As ações desenvolvidas pelo bispo na área de instituições sociais e educacionais sempre visaram a missão da Igreja, a conservação da família e a valorização da Pátria.

O ano de 1965 marcou o ápice das ações do antístite na região do Vale do Jaguaribe. Havia se iniciado, com Dom Aureliano, levando aos seus fiéis sua quinta carta pastoral, que se intitulava “A presença da Igreja na atual transformação econômico-social do Vale do Jaguaribe”, que tinha como subtítulo “O Eldorado do Nordeste”. Dada a referida expressão, o bispo deixava claro o potencial da região e advogava a ideia de ter o estado a técnica e o capital para este desenvolvimento. Enfatizava ainda o trabalho da SUDENE, da Missão Francesa¹²⁶ e da Igreja neste projeto de desenvolvimento. As preocupações expostas nessa carta pastoral dizem respeito à continuação do Vale como região católica e atenta aos preceitos divinos. O conteúdo repousa neste aspecto:

É preciso que o homem do vale não se acorda para sua redenção econômica sem a presença da Igreja, para que o progresso econômico e cultural não empane o brilho de sua fé, que o orientou em toda a trajetória de sua vida. Urge uma pastoral mais em profundidade do que em extensão. Uma pastoral voltada para a Educação de uma fé adulta, capaz de infundir o fermento evangélico num mundo em transformação. Já é sobejamente conhecido o interesse de nossos vigários pela solução dos problemas de toda ordem que afligem seus paroquianos. Agora, porém, está se pedindo maior dedicação e maior esforço. É indispensável que conheçam o gigantesco plano de valorização do Vale. Ponham-se em contato com os executores deste empreendimento, acompanhando de perto

¹²⁵ Quarta Carta Pastoral.

¹²⁶ O bispo se referia à construção do açude Orós, obra realizada pela SUDENE com subsídio francês no governo de JK. A SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste teve um papel atuante durante o governo de JK, na construção de barragens de pequeno e médio porte.

seu andamento, e contribuam para seu sucesso, especialmente no tocante à Educação do homem para esta transformação. Não deixemos que o soerguimento econômico do Vale se faça com o prejuízo de seus valores espirituais e com o arrefecimento da fé de seu povo. Que os executores deste plano sintam sempre a valiosa cooperação da ação da Igreja, oportuna e indispensável.¹²⁷

Nas palavras do bispo, podemos perceber o papel da Igreja neste projeto de desenvolvimento econômico do Vale do Jaguaribe, no qual se coloca como interlocutora, chamando a atenção dos fiéis à execução do projeto e sua participação em seu sucesso, bem como chama seus pares a terem participação ativa no conhecimento do plano de valorização do Vale do Jaguaribe, com um “olhar” atento à Educação do homem perante estas mudanças.

As concepções de mundo, de sociedade e de homem sobre as quais Dom Aureliano firmou seu bispado estão em suas cartas pastorais. Em sua primeira carta,¹²⁸ ele expressa à comunidade católica sua renúncia ao mundo e completo empenho à obra divina. Além de reforçar a valor da família, desqualifica a modernidade que retirou do lar a mãe, e reitera as lutas da Igreja, afirmando a ideia de que a verdadeira educação devia estar vinculada à orientação moral cristã. “Luta a mocidade nas trevas, quando é iluminada só com o bruxolear das luzes da razão, combate desorientada, quando segue apenas as regras das conveniências sociais”. Confronta as ideias de uma educação laica, afirmando ser o jovem a esperança da Pátria e, desta forma, não deve ser espoliado da comunhão com Cristo:

Mas, onde buscar a juventude hodierna força para manter bem viva esta chama do patriotismo, quando na escola dos cinemas impúdicos, dos teatros imorais, dos livros desmoralizadores dos jornais ímpios, das revistas pornográficas, só encontra o micróbio da corrupção da raça, depauperando-a e corrompendo-a?¹²⁹

¹²⁷ Quarta Carta Pastoral.

¹²⁸ Ver anexo A – Primeira Carta Pastoral.

¹²⁹ Idem.

A ação educadora seria a alternativa. Na segunda carta em que convoca seus diocesanos a se empenharem na construção do Seminário, o bispo afirma a grandiosidade da missão do Brasil no continente americano e no mundo como nação católica e gestora dos disseminadores da fé. A ênfase é dada à ordem e à fé. Os seminários teriam a missão de difundir e como instrumento de fixação da juventude em sua terra, longe da cidade. Sob essas bases, erguem-se as instituições sociais e educacionais no município de Limoeiro do Norte, contando com uma ampla articulação entre a Igreja e a elite local, cuja força é demonstrada tanto no Congresso Eucarístico citado, como na fundação da FAFIDAM.

E que instituição mais apta para favorecer, neste sentido, a grandeza, a prosperidade de nossa querida Pátria do que os Seminários, onde se formam os defensores da paz, da ordem, do respeito às leis, as autoridades, como ministros que são de uma religião, cujo fundador se anunciou pregando a paz, e doutrinou, mandando dar a César o que é de César.¹³⁰

Fica evidente em suas palavras que o que é construído pelo homem é dado, na verdade, por Deus. Desta forma, nada mais natural do que os bens materiais dos homens retornarem a Deus. Dom Aureliano conclama, ainda, pobres e ricos a trazerem a sua “pedra” na construção desta obra divina. Justifica a criação do Seminário como um retardo da ida do jovem para a cidade, onde reina o infortúnio, outro tema sempre referido nas cartas de Dom Aureliano Matos.

Durante as comemorações do Jubileu de Ordenação Sacerdotal de Dom Aureliano Matos,¹³¹ ainda no ano de 1965, em que se encontrava o governador coronel Virgílio Távora, o bispo manifestou a intenção de criar em Limoeiro do Norte uma Faculdade de Filosofia, pedido posteriormente atendido pelo então governador. “A Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos –

¹³⁰ Idem.

¹³¹ A figura de Dom Aureliano Matos é referência para o poder político. O governador do estado do Ceará atende ao pedido do bispo num momento em que nacionalmente se desenvolvia uma política para a Educação de contenção da massa ao Ensino Superior. Esta contenção daria início a uma série de protestos estudantis que, por sua vez, se contrapunham ao governo ditatorial. Neste momento, dá-se início a uma fase de minimização dos direitos civis e políticos.

FAFIDAM - foi inaugurada em 08 de agosto de 1968, e teve como 1º Diretor (1968 a 1978), o Padre Misael Alves de Sousa”¹³² (VASCONCELOS JUNIOR, 2006, p. 86).

Limoeiro do Norte comemorara festivamente, em 1965, o Jubileu de Ouro de ordenação sacerdotal de Dom Aureliano Matos. Por ocasião da sessão solene, com a presença do Governador Cel. Virgílio Távora, Dom Aureliano se manifestara desejoso de fazer um pedido ao mandatário maior do Estado e o fizera: ‘Tenho um pedido a fazer neste dia ao Governador do Estado – uma Faculdade de Filosofia para Limoeiro do Norte’. E o pedido fora atendido. Três anos após (1967) S. Exa. o Governador viera pessoalmente entregar-lhe o documento/lei nº 8.557 de 16 de agosto de 1966 que criara a Faculdade. O sonho se consolidara através do trabalho incansável e perseverante do Padre Misael Alves de Sousa, indicado por dom Aureliano Matos para integrar a Comissão responsável pela sua instalação. A Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM, foi inaugurada em 08 de agosto de 1968, tivera como 1º Diretor de 1968 a 1978 o Padre Misael Alves de Sousa.¹³³

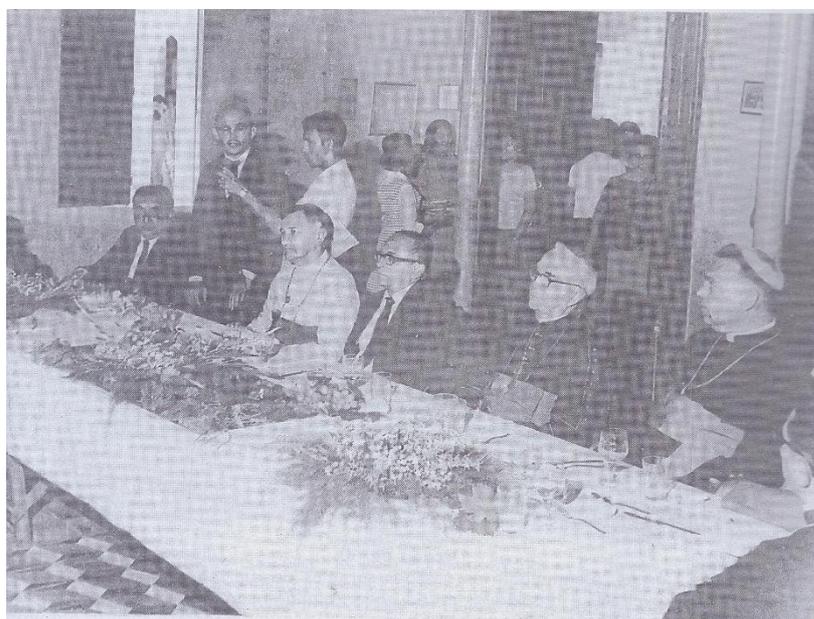


Figura 9
Jubileu Sacerdotal de Dom Aureliano Matos
Banquete realizado no Liceu de Artes e Ofícios
Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. 1997.

¹³² Já enfermo, Dom Aureliano Matos não chegou a ver a faculdade como realidade, pois faleceu em 19 de agosto de 1967, assumindo seu lugar, o Cônego Misael Alves de Souza (VASCONCELOS JUNIOR: p. 162).

¹³³ FREITAS, Maria das Dores Vidal. **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos**. Op. cit. pág. 229.

O cônego Misael Alves de Sousa era quem estava à frente dos projetos do bispo. Viajava sempre a Brasília e era o intermediário nas negociações.¹³⁴ Desta forma, a direção da instituição era comprometida com o Projeto desde o seu nascedouro, atenta ao contexto de sua criação – a ditadura civil-militar – marcada por amplas reformas no âmbito da Educação.

Em Limoeiro do Norte, a exemplo do que frisa Nunes Leal, Dom Aureliano Matos exercia intensiva liderança junto à comunidade local. Exemplo disso são as próprias palavras do bispo, como o ritual dos fiéis que beijavam sua mão em plena rua, assim como o fato de o governador ter atendido imediatamente ao seu pedido de criação da faculdade. Tais fatos valorizam a força de sua liderança intelectual, assim como de seus arranjos políticos. Líder religioso e intelectual, Dom Aureliano fez uso de todos os instrumentos necessários à manutenção da fé por seus fiéis, bem como na óptica da Igreja, esteve sempre disposto a manter o inimigo comum, do Estado e da Igreja, sob a vigília dos fiéis. Na qualidade de mentor religioso, Dom Aureliano Matos manteve seus fiéis informados a respeito das mazelas do comunismo e, com frequência, seu sermão dizia respeito a esse assunto, o que também ocorria em suas cartas pastorais.

Não podemos deixar de reforçar a ideia de que a atuação do bispo era expressa num âmbito político nacional, em que a ordem, os princípios da moral cristã, o nacionalismo patriótico, eram legitimados pelo Estado por condizer e servir em parte como discurso que validava as medidas de controle empregadas para fazer frente ao inimigo – o comunismo. Sob esse aspecto, a Igreja manteve uma profunda unidade com o poder político, especialmente naquela região. Nas palavras de Chaves,

¹³⁴ O empenho do cônego Misael Alves de Sousa com o projeto era “extremado”, utilizando as palavras dos funcionários da Faculdade, haja vista este ter alugado como pessoa física o prédio para funcionamento da faculdade, esta alocação se deu apenas por um ano sendo firmado em cartório em 21 de março de 1967.

O comunismo foi visto como uma doença e um mal externo, ou seja, foi um agente estranho, pois não era do nosso País, era contrário ao nacionalismo que se buscava gerar nos corações dos brasileiros. Dom Aureliano, como sujeito discursivo construído e construindo o contexto, está em plena harmonia, como já foi mencionado a este nacionalismo (...) O comunismo era a enfermidade e a Igreja logicamente era o remédio, pois somente em Cristo se poderia ter um coração genuíno, um amor autêntico pela Pátria e se obteria vitória, vencendo, conseqüentemente o mal. Como cristão, sobretudo, o bispo apresentou o comunismo ao rebanho limoeirense, como agente antagônico ao cristão fidedigno, “gérmen da dissolução”, isto é, o comunismo era o micróbio que pervertia os costumes, era desregrador, licencioso, negava e afastava os verdadeiros cristãos dos princípios do “Altíssimo”.¹³⁵

Patriotismo, formação moral e censura seriam as bases que orientariam a ação do bispo-educador, assim como o apoio ao ideário propagandista da ordem ditatorial militar, unindo forças contra o comunismo denominado pelo bispo de “micróbio da corrupção da raça”. Em suas cartas pastorais, Dom Aureliano expõe o pensamento católico acerca de vários temas, e se coloca como enviado de Cristo portando a “solução” dos problemas pelos quais passava a região do Vale do Jaguaribe, um deles, a falta de instrução:

A gestão de uma Diocese, por mais modesta que seja ela, reclama o desenvolvimento e a solução de tão graves e variados problemas, maxime, quando inaugurada, que bem difícil seria para o seu novo bispo apresentar de logo um programa a executar. No entanto, por mais variadas que sejam as disposições ambientais, por mais diferentes as possibilidades locais, o estado moral, cultural e religioso de um povo, outra não pode ser a missão do bispo, senão a mesma de Nosso Senhor Jesus Cristo, de quem é ele enviado. “Como Meu Pai enviou assim também eu vos envio a vós”.¹³⁶

Mentor intelectual do projeto da faculdade, Dom Aureliano Matos não chegou a ver sua constituição. A Diocese de Limoeiro do Norte receberia durante os meses de sua doença, o novo bispo, que ficaria à frente dos trabalhos da Igreja.

¹³⁵ CHAVES, Cíntia. “De Deus aos homens: Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954”. UECE: 2011, p. 46.

¹³⁶ MALVEIRA, Antonio Nunes. **O Limoeiro do Norte de Dom Aureliano Matos**. Rio de Janeiro: PENELUC. 1998, p. 06.

Dom Aureliano Matos, já doente, recebeu telegrama noticiando a chegada, em Limoeiro do Norte, do bispo Auxiliar Dom Almeida Falcão. De pronto, Dom Aureliano chamou-me para, contratando carro de praça, levar o jovem bispo à sua presença, e só assim depois alojá-lo. Tomei um susto ao ver um bispo descendo do ônibus de calças, que nem percebi que era o bispo, e sem me dar conta do serviço encomendado, saí correndo e fui ter com Dom Aureliano (...).¹³⁷

No projeto do bispo a faculdade teria o objetivo de formar os docentes para dar aulas no seminário,¹³⁸ objetivo que se coadunava com um projeto de âmbito nacional da *Escola Nova*, que visava ampliar no país a formação superior para os professores.

A cidade de Limoeiro do Norte, com a Faculdade, completa um período onde a ação instrucional é mola propulsora da transformação do município. As mudanças ocorridas a partir daí, são consequência de um olhar mais instigante, mais culto, onde os novos desafios podiam ser respondidos com ações e discursos onde, não apenas a prática, mas as novas abordagens teóricas fossem os determinantes das possibilidades. O Limoeiro do Norte não seria mais, o da cera de carnaúba, nem do algodão, nem do gado, era agora a “Princesa do Vale”, referência para toda a região na Educação, das séries iniciais até a universidade (VASCONCELOS JÚNIOR, 2006, p. 165).

Na fase final de seu projeto, o prelado consolidou a atuação de Limoeiro do Norte no plano educacional na região, elevando a cidade ao patamar de “Princesa do Vale”, que implicaria no desenvolvimento social e cultural do município. Desta forma, dava continuidade à perpetuação da influência da Igreja na educação que, historicamente, teve seu lugar.

¹³⁷ Entrevista realizada por Vasconcelos Júnior com Cirilo, funcionário do seminário e hoje frade no interior de Minas Gerais. Este fato relatado por ele ganhou enorme proporção na cidade, devido ao hábito de Dom Aureliano Matos que “andava de batina e era parado constantemente pela população local que se ajoelhava à sua frente, pegava a sua mão e beijava o anel de bispo. Este cerimonial, segundo monsenhor João Olímpio, se repetia diversas vezes ao dia e não incomodava o bispo” (VASCONCELOS JÚNIOR: 2006; P. 14).

¹³⁸ Em sua Terceira Carta Pastoral Dom Aureliano Matos evidencia a importância da formação sacerdotal para as famílias e para a Igreja.

1.7 AÇÃO DA IGREJA NA DEFINIÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS PARA O BAIXO JAGUARIBE

Historicamente, a Igreja fez um trabalho de condicionar o mundo aos novos tempos. Ao longo da história, a Igreja teve um papel importante no repasse do conhecimento, de forma a assegurar os seus interesses e divulgar seus cânones. Em toda a historiografia da educação, a Igreja se expressa como protagonista neste setor da sociedade, acirrando o debate nos momentos em que o seu controle parece ter outra direção.

Destarte, de 1930 a 1960, anima-se no Brasil o debate sobre o ensino leigo, tendo à frente os escolanovistas, os precursores da educação popular, dentre os quais se destaca Paulo Freire com a pedagogia dos oprimidos, em confronto político-ideológico com os defensores da educação privada, representada pela Igreja Católica. Dos resultados desse embate tem-se a promulgação da primeira LDB, que segundo a análise dos historiadores da Educação, assegurou uma coexistência legal entre o público e o privado. Não podemos deixar de destacar o fato de que o movimento nacional em defesa da escola pública representava uma ameaça à dominância da doutrina social da Igreja nas instituições educativas. Neste contexto, podemos enquadrar a criação da FAFIDAM como uma reação à expansão do projeto escolanovista, representada pelo convite feito pelo então governador do estado, Justiniano de Serpa, a um dos principais interlocutores da Escola Nova, Lourenço Filho, para realizar a reforma educacional no Ceará.

No baixo Jaguaribe, a realidade educacional era de carência real de escolas que atendessem à demanda por educação, contudo, com a ação, sobretudo da Igreja, o município de Limoeiro do Norte se diferencia com o impulso de várias instituições sociais, com atuação no campo da comunicação e da Educação (primária, superior, profissional, confessional), que abrangiam de certa forma a elite da região. Sendo iniciado em 1936 e desenvolvido no final dos anos de 1950 e início dos de 1960, o projeto social da Igreja teve ampla repercussão no município de Limoeiro do Norte, num movimento que atingiu simultaneamente toda a microrregião do Baixo Jaguaribe. Nessa perspectiva, a doutrina social da Igreja, reforçada pela ditadura civil-militar no

Brasil, irradiou-se para pelo menos onze municípios da microrregião, consolidando, dessa forma, a ordem conservadora e autoritária reproduzida em diversos discursos de Dom Aureliano Matos, conforme observaremos no segundo capítulo.

É interessante notarmos que o projeto do antístite não caminhava na direção de amenizar a carência da população mais pobre da região por escolas. Seu projeto estava irremediavelmente ligado à elite, fosse ela de Limoeiro do Norte ou mesmo de outras cidades. Desta forma, as práticas políticas desenvolvidas entre a elite limoeirense e a Igreja buscaram assegurar não apenas seu papel como líderes políticos do município, mas para se legitimar como liderança de toda a região e, ao mesmo tempo, consolidar as alianças com o poder instituído no estado. Com objetivos comuns, Igreja e elite se apoiaram moral e financeiramente. Com efeito, as instituições criadas pelo bispo tiveram o papel de atender a demanda da elite por escolas e reforçar a política do governo ditador, uma vez que todas as instituições recebiam alunos das cidades vizinhas e eram comandadas pelo setor conservador da Igreja.

2. O PROJETO EDUCATIVO DA DITADURA NO LIMOEIRO DO NORTE

Hino de Duran

Chico Buarque de Holanda

Se tu falas muitas palavras sutis
Se gostas de senhas, sussurros, ardis
A lei tem ouvidos pra te delatar,
Nas pedras do teu próprio lar

Se trazes no bolso a contravenção,
Muambas, baganas e nenhum tostão
A lei te vigia bandido infeliz
Com seus olhos de raio x

Se vives nas sombras, frequentas porões
Se tramas assaltos ou revoluções,
A lei te procura amanhã de manhã
Com seu faro de dobermam

E se definitivamente a sociedade
Só te tem desprezo e horror
E mesmo nas galeras és nocivo,
És um estorvo, és um tumor
A lei fecha o livro, te pregam na cruz
Depois chamam os urubus

Se pensas que burlas as normas penais
Insuflas, agitas e gritas demais,
A lei logo vai te abraçar, infrator
Com seus braços de estivador

[...]

A epígrafe que inicia esse capítulo, retirada da letra da música de Chico Buarque de Holanda, composta nos anos de 1970, sintetiza com brilhantismo a ordem sob a qual se fundamentava o Brasil no período da ditadura civil-militar, retratando a concepção positivista baseada na visão orgânica do corpo social. Aquele contexto histórico se apoiava no lema “Ordem e Progresso” de orientação comteana¹³⁹ e que valorizava os saberes experimentais. Essa concepção de natureza sociológica orientou as políticas

¹³⁹ Dissertando sobre as práticas características da tradição brasileira, Motta (2014, p. 14) faz uma afirmação que converge com o pensamento desenvolvido aqui, embora não tratemos de cultura. “A força da tradição conciliatória no Brasil talvez seja uma razão para o comtismo ter encontrado tantos adeptos no País. A divisa ‘ordem e progresso’ é síntese perfeita do espírito conciliador que entre nós se materializou em arranjos políticos de perfil modernizante-conservador”.

nacionais¹⁴⁰ no contexto da ditadura civil-militar, para a qual a manutenção da ordem fazia parte da “doutrina de segurança nacional”. O ideal social-positivista buscava a manutenção dos fatos sociais, premissa que justificava o aparato repressor utilizado pelos militares temerosos dos rumos do contexto político. Com forte apelo à racionalidade e desprezo à forma como os civis governavam, os militares tomaram o poder e estabeleceram um governo baseado no discurso do progresso, em primeiro lugar, e na tecnocracia e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia com um aparelho para coibir e extirpar todo e qualquer “tumor social”.

Este capítulo se destina a refletir sobre o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte para a microrregião do Baixo Jaguaribe sob os auspícios da Igreja, procurando evidenciar a relação entre o projeto educativo do governo civil-militar e o projeto da Igreja, bem como a repercussão do projeto na microrregião. A pré-tese deste capítulo considera que o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte sob os auspícios da Igreja tinha relações estreitas com o projeto do governo civil-militar. Para tanto, discutiremos aqui as políticas desenvolvidas no plano nacional e local que podem referendar os projetos desenvolvidos.

Esclarecemos, contudo, que quando falamos de projeto social da ditadura civil-militar não estamos nos referimos a um projeto de governo definido – ao menos nos primeiros anos do golpe – haja vista a própria historiografia sobre o golpe apontar a falta de direção no momento de intervenção, em função de vários matizes ideológicos que dificultavam, naquele contexto, a definição de projeto definido de governo. Para compreender as políticas implantadas pela ditadura é preciso considerar que não havia um projeto perfeitamente desenhado antes do golpe: muitas das escolhas foram tomadas ao sabor dos eventos, das pressões e da “queda de braço” ocorrida no seio da hierarquia militar, travada ao longo dos anos, às vezes de maneira

¹⁴⁰ Para os teóricos positivistas, tratando aqui de Emile Durkheim - expoente chave da sociologia positivista – nas palavras de Franco Cambi (1999: 469), “A Educação é um aprendizado social por parte do indivíduo e um meio para conformar os indivíduos às normas e valores coletivos por parte da sociedade, além de ser um instrumento para perpetuar nas gerações mais jovens as tradições e conquistas de um determinado nível de desenvolvimento social e cultural atingido por um povo”. Ainda segundo o autor, a Educação é uma forma das gerações adultas suscitarem nas crianças certos estados físicos, intelectuais e morais. Vê-se por que esta orientação serviu tão bem ao contexto vivido no Brasil da ditadura,

improvisada.¹⁴¹ Carlos Fico (2012) assinala ainda, com base em pesquisas do CPDOC, que “podem ser destacados aspectos como a falta de uma liderança militar durante o período da conspiração (...) e a virtual inexistência de um projeto de governo (...). Os programas do regime militar resultaram das negociações e dos conflitos entre os grupos apoiadores do regime”.¹⁴² A ideia de desarticulação constituída pelo autor soma-se às premissas desta tese, embora a Igreja esteja historicamente ligada ao poder, não sendo desta forma um parceiro de ocasião, mas estando em acordo mútuo com os pensamentos mais tradicionais. A soma das forças ditas “conservadoras” era premissa básica no momento do golpe, o que diretamente ligou – sem muito esforço de ambas as partes – o governo ditatorial constituído à Igreja e à elite limoeirense.

No capítulo anterior, a reflexão sobre as instituições e práticas sociais no Ceará, no contexto da ditadura civil-militar, evidentemente nos forçou a realizar breve contextualização histórica do que representaram o estado de exceção e o papel atribuído às instituições sociais para o fortalecimento da ordem social conservadora. Com efeito, observamos que a ação da Igreja, na definição das políticas sociais em Limoeiro do Norte, tinha por objetivo disseminar a ordem conservadora eclesial, cujo objetivo foi fortalecido com a ditadura civil-militar.

Essa conclusão preliminar nos impõe, nesse momento, uma análise das ações desenvolvidas em Limoeiro do Norte. Em outros termos, requer iniciarmos este capítulo falando sobre o fortalecimento da ordem social conservadora em Limoeiro do Norte e as políticas e projetos sociais que os setores dominantes da sociedade brasileira requeriam que fossem implementados pelo Estado, representado naquele contexto pelo governo civil-militar.

¹⁴¹ FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

¹⁴² Motta comenta a singularidade do grupo golpista e a desarticulação com relação ao rumos do novo Governo. *Os responsáveis pela derrubada do Governo João Goulart em 1964 se uniram em torno de uma pauta negativa: estavam juntos para lutar contra o que não queriam. Porém o consenso negativo não fornecia norte seguro para estruturar políticas de Governo. (...) Após a surpreendentemente fácil derrota de Goulart, os grupos pertencentes ao campo vitorioso enfrentaram o problema de definição de novos rumos. Havia de tudo no barco golpista, desde uma parcela com opiniões ultraconservadoras, a exemplo da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (SFP), passando por autoritários de vários matizes, além de nacionalistas de direita, e também grupos liberais, os últimos, em geral, adeptos mais entusiastas das liberdades de mercado que a liberdade política.* (MOTTA, 2014a: 65).

Como exposto, a concepção positivista que orientou o período não se circunscreveu apenas à área social, mas todas as instâncias da sociedade foram objeto de modificações, com base nessa nova forma de se comportar no mundo. Com efeito, essa visão repercutiu nas maneiras de viver, pensar e agir das pessoas, permitindo mudanças que cinquenta anos depois ainda não conseguimos resolver, seja do ponto de vista social – os setores marginalizados da sociedade ainda são vistos como degenerações – seja sob o aspecto educacional – a escola ainda é pensada por técnicos que necessariamente nem sabem a localização destas, quiçá a especificidade de seus problemas.

Para tanto, essa concepção positivista terá repercussão importante na reelaboração das políticas educacionais, precisamente na estrutura e funcionamento¹⁴³ do sistema de ensino, em particular do ponto de vista universitário, foco que, de certa forma, mantém-se até hoje. Embora o ponto central do trabalho seja a FAFIDAM, instituição de ensino superior, para compreender o projeto educativo da ditadura em Limoeiro do Norte trataremos da educação elementar antes de entrarmos na esfera superior. Nossa via de discussão será, como anunciado, a estrutura e o funcionamento do ensino como um todo.

Assim, a visão de mundo, de homem e de sociedade que contagiou os anos de 1960 incidiu sobre a estrutura e funcionamento da Educação. Não obstante, as condições sob as quais esse modelo foi implantado se mostraram terreno fértil às concepções adotadas pelo modelo político da ditadura.

Nas sociedades subdesenvolvidas, de modo geral, a Educação tem desempenhado papéis eminentemente conservadores. Nas áreas ou países onde o desenvolvimento ainda não atingiu a fase da industrialização, e onde predominam formas pré-capitalistas de economia e relações sociais, a escola tem servido mais à conservação e à transmissão de valores culturais arcaicos e à ilustração das camadas dominantes. Nos países ou áreas onde, apesar do subdesenvolvimento, existe já um certo grau de industrialização ou de modernização, a educação

¹⁴³ A inserção da disciplina Estrutura e Funcionamento da Educação nos cursos de licenciatura data do período da ditadura militar. No curso de Pedagogia, aquela disciplina tem como objetivo possibilitar ao futuro pedagogo conhecer como se estrutura o sistema de ensino e seu funcionamento em todas as instâncias da Educação. Nos demais cursos de licenciatura, o foco centra-se no Ensino Médio, nível de atuação dos formandos.

escolar tem estado quase sempre em atraso em relação ao desenvolvimento.¹⁴⁴

Desenvolvendo um papel conservador, o setor educacional estava estruturado de modo a contribuir com a Educação da camada dominante, uma vez que a educação era vista como um instrumento por excelência “conservador” das posições adquiridas, e que o ensino desenvolvido para as classes populares se mostrava insuficiente, qualitativa e quantitativamente.

2.1 O FORTALECIMENTO DA ORDEM-SOCIAL CONSERVADORA SOB OS AUSPÍCIOS DA IGREJA

Em Limoeiro do Norte, as instituições e práticas sociais no contexto da ditadura civil-militar eram pressionadas a reforçar a ordem estabelecida. Destacamos, contudo, que, no caso específico do município em questão, o conservadorismo já se fazia sentir nas instituições sociais do lugar, servindo o golpe militar para reforçar a ordem dominante, que tinha na Igreja uma das principais protagonistas.

Como registramos no primeiro capítulo, são precisamente cinco instituições criadas com grande repercussão no âmbito social e, sobretudo, que reafirmam o sistema dual que marca a história da Educação nacional. Sob a coordenação da Igreja foram constituídas instituições voltadas para a formação do sacerdócio – o Seminário Santo Cura d’Ars – e outras para a formação dos filhos das classes dirigentes, como o Ginásio Diocesano Padre Anchieta, o Patronato Santo Antônio dos Pobres e a Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos. Para os filhos das classes sociais economicamente desfavorecidas, foi construído o Liceu de Artes e Ofícios, com a missão de formar mão de obra técnica.

¹⁴⁴ ROMANELLI, Otaíza. Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Prefácio do professor Francisco Igréssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009, p. 24.

Vê-se que a ação da “Igreja educadora” alcança os diversos setores da sociedade limoeirense, irradiando-se para os municípios circunvizinhos que, naquele contexto histórico, em relação às iniciativas educativas, possuíam uma só escola na sede do município e salas de aula que funcionavam no espaço privado das casas.

Assim, nos anos de 1960, consolidava-se o projeto social da Igreja que, como destaca monsenhor João Olímpio Castello Branco,¹⁴⁵ torna-se referência na educação da microrregião do Jaguaribe. Salientamos, contudo, que apesar da ênfase em garantir distintas escolas para vários segmentos econômico-sociais, a concepção que balizava as iniciativas da Igreja revelava a unidade quanto ao projeto político-pedagógico. Como evidenciaremos nos próximos capítulos, a ação educativa se enquadra num projeto mais amplo que, naquele contexto histórico, coaduna-se à lógica societária dirigida pelos governos militares, qual seja, a ênfase na moral e no civismo, na ordem e no progresso. Em síntese, no fortalecimento da ordem social conservadora.

Para melhor explicitar o alcance do projeto da Igreja exibiremos, no quadro seguinte, dados colhidos em documentos das instituições criadas por Dom Aureliano Matos, fontes para a análise do objetivo que este capítulo se propõe. A inexistência de dados no quadro expressa lacunas da pesquisa que, embora exaustiva, não encontrou documentos nem depoimentos – dado o silêncio de algumas instituições – que respondessem às questões. A exposição do quadro abaixo ilustra as instituições criadas pelo bispo, os objetivos proclamados, os municípios atingidos e, por fim, o número de alunos que se formaram nas instituições, inclusive aqueles provenientes de outras cidades. Faz-se necessário informar que os números se referem a uma média de dez anos nas instituições, e que o número de alunos do município de Limoeiro do Norte não foi computado, haja vista a priorização da análise da repercussão das instituições na microrregião jaguaribana.

¹⁴⁵ BRANCO, João Olímpio de Castelo. Flores/Russas/CE; Brasil. 21 de dezembro de 2014. 2 horas e 10 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

INSTITUIÇÕES CRIADAS	OBJETIVOS	MUNICÍPIOS ATINGIDOS	Nº DE ALUNOS
Colégio Diocesano Padre Anchieta	Formar jovens (intelectuais) através de uma filosofia moral para que a região alcançasse o <i>status</i> almejado	Russas, Quixeré, Potiretama, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, São João, Alto santo Jaguaribara, Ererê, Jaguaribe, Iracema, Pereiro	206
Colégio Patronato São Vicente de Paulo	Educar a mocidade feminina e criar oportunidade para moças seguirem vocações religiosas	Russas, Quixeré, Potiretama, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, São João, Alto santo Jaguaribara, Ererê, Jaguaribe, Iracema, Pereiro, Jaguaratama, Aracati	98
Liceu de Artes e Ofícios	Documentação extraviada durante processo de reintegração de posse	—	—
Seminário Cura d’Ars	Formar rapazes para o trabalho na obra divina (vocação sacerdotal)	Russas, Quixeré, Potiretama, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, São João, Alto santo, Icó, Jaguaribara, Ererê, Jaguaribe, Iracema, Pereiro, Quixadá, Mossoró, Jaguaruana, Itaiçaba, Aracati, Icapuí, Solonópolis, Crato, Jaguaratama, Itapajé, Cajazeiras, Mineirolândia/PB, Tauá, Pianco/PI, Upanema/RN	381
FAFIDAM	Formar profissionais para a Educação	Russas, Quixeré, Potiretama, Tabuleiro do Norte, Morada Nova, São João, Alto santo Jaguaribara, Ererê, Jaguaribe, Iracema, Pereiro, Quixadá, Quixeramobim, Jaguaruana, Itaiçaba	743

Quadro 1 – Quadro demonstrativo das cidades e número de alunos que passaram pelas instituições criadas por Dom Aureliano Matos de 1966 e a 1978

Para efeito da discussão proposta, analisamos a repercussão da ação da Igreja na região por meio do número de jovens de outras cidade que

buscaram educação nas referidas instituições, no intuito de analisar a extensão da disseminação das ideias e o público alcançado. Para melhor compreendermos as bases sobre as quais a Igreja desenvolveu sua ação, utilizamos os dados coletados nas instituições criadas pelo bispo, bem como os coletados na Cúria Diocesana de Limoeiro do Norte.

O Colégio Diocesano Padre Anchieta foi uma das primeiras instituições criadas pelo bispo.¹⁴⁶ Possuía, em seus primórdios, apenas os cursos colegial e ginásial, que correspondem, hoje, ao Ensino Fundamental 2 e ao Ensino Médio. Ainda está ligado à Diocese. Tendo até bem pouco tempo o padre Francisco de Assis Pitombeira em sua direção, o “Diocesano”, como é conhecido na região, é uma das poucas instituições que permanece ligada às suas raízes, que se traduz pela intervenção da Diocese em algumas das decisões tomadas no interior de sua gestão. Os entrevistados, sejam de Limoeiro do Norte ou dos municípios circunvizinhos, referem-se comumente ao Colégio como uma instituição onde estudam os filhos dos mais abastados. Com base nestas referências, nossa visão se deteve ao número de alunos de outras cidades que estudavam no colégio e no público que o frequentava.

Em virtude do estado de conservação dos livros de matrícula – documentos utilizados em nossa análise – embora guardados com muito zelo pela secretária da escola, mas bastante corroídos pelo tempo, buscamos, como já frisado, o logradouro dos alunos. Analisamos as matrículas do primário e do ginásial do mesmo ano, sendo do início e do final dos anos de 1960. Constatamos que o colégio recebia no início da década, no curso ginásial, alunos das cidades de Russas, Tabuleiro do Norte, Alto Santo, Quixeré, São João do Jaguaribe, Jaguaribara, Iracema e Jaguaribe, como exposto no quadro. O número de alunos oscilava de um a sete, no ginásial, e de um a quatro, no primário, por cidade.

Considerando-se o objetivo da instituição, dizemos que o controle exercido pela Igreja na formação dos jovens constituía um aparato com este fim, qual seja, forjar um caráter ímpoluto que conduzisse a práticas morais que

¹⁴⁶ Como já anunciado, quando o bispo chegou à cidade a ideia de criar a instituição estava no início e este encampou a construção, utilizando o púlpito da Igreja para conclamar os fiéis à causa.

naquele contexto se confrontavam com as práticas dos comunistas, inimigo comum do regime e da Igreja, “mistificamente” construídas¹⁴⁷ pelos dirigentes eclesiásticos. De fato, o número de jovens que frequentavam a escola era relativamente grande para os padrões populacionais da época, o que significava que seriam os dirigentes em suas cidades. Ou seja, pela própria formação, tão difícil no Nordeste, bem como pelas condições financeiras, esses seriam conduzidos ao grupo dos dirigentes de suas cidades e que, não ocasionalmente, desenvolveriam as premissas que estiveram em sua formação.

Retornando a documentação, nos mesmos níveis de ensino, no final dos anos de 1960, o número de alunos por cidade aumentou, oscilando de dois a sete alunos, bem como surgem nos arquivos de matrículas alunos dos municípios de Ererê e Morada Nova.

Com base nas entrevistas, bem como nos documentos, ficou evidente que os alguns alunos residiam em suas cidades e se deslocavam até Limoeiro do Norte todos os dias, enquanto outros eram internos do colégio. Nos documentos, existem dois tipos de registros: (1) alunos que eram de outro município, mas que residiam na cidade, compondo o regime de internato e (2) alunos que eram de outros municípios e que moravam em seus municípios, deslocando-se todos os dias para Limoeiro do Norte.¹⁴⁸

Os registros encontrados no Patronato Santo Antônio dos Pobres permitiram análise somente até 1968 e início de 1970. Apesar de os livros estarem bem conservados, apenas foram encontrados dois, sendo dada como motivo para a falta dos demais as enchentes que, por vezes, surpreendiam a todos na cidade. Os registros feitos pela irmã de caridade Madalena Mourão dão conta da 4ª série do ginásial. No ano de 1968, a turma contou com alunos dos municípios de Quixeré, Morada Nova, Russas, Iracema, Alto Santo, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte e Pereiro.

¹⁴⁷ No quarto capítulo, essas elaborações folclóricas foram descritas por Francisca Maria de Oliveira, uma das entrevistadas. Para assegurar “as boas práticas das famílias”, criaram-se histórias baseadas em tortura de incapaz e promiscuidade das relações adultas.

¹⁴⁸ As análises desses dados foram possíveis devido às minúcias dos livros de matrícula que além da cidade de origem continha a rua onde residiam.

Em 1971, a exemplo do que ocorreu no Colégio Diocesano Padre Anchieta, cresceu não apenas o número de alunos, mas de cidades que apareceram nos registros, a saber: Jaguaretama, Jaguaribe, Jaguaribara, Aracati e Quixadá.¹⁴⁹ O Patronato Santo Antônio dos Pobres, como mencionado no início deste capítulo, pertencia à Diocese e era administrado pelas irmãs de caridade. Diferente do Colégio Diocesano, o Patronato Santo Antônio dos Pobres¹⁵⁰ não permanece na direção das irmãs de caridade.¹⁵¹ O referido colégio foi fechado. Hoje, o prédio ainda pertence à Diocese, mas abriga uma instituição privada de ensino fundamental e médio. A escola funciona tanto na parte do prédio que abrigava a antiga escola como na parte em que as irmãs moravam, o que em um primeiro contato exerce uma sensação de labirinto, ao passar de um cômodo a outro.

Pautada nos princípios da Igreja, a instituição zelava pelos cânones expressos nos constantes rituais eclesiais, como a missa e o terço. Nas entrevistas, ficou evidente o zelo das dirigentes pela família e pelas tarefas essencialmente femininas que preparavam as jovens para os trabalhos do lar. Se o Colégio Diocesano Padre Anchieta cuidava do condutor da família, o Patronato Santo Antônio dos Pobres zelava pela confirmação da imagem de Nossa Senhora nas moças da região, cuja conduta elevaria a família a postular as bênçãos da sagrada família. Teresa Newman Conrado, em entrevista, confirma esta formação:

Eu tive no Patronato uma complementação à minha educação, porque da minha casa eu já levei todos os meus hábitos, a minha fé, mas como precisávamos ir à escola, eu fui para o Patronato. Lá eu estudei e fiz até o 5º ano primário. No

¹⁴⁹ A cidade de Quixadá não faz parte da região do Vale do Jaguaribe, pois pertence à região do Sertão Central muito embora esteja a apenas 112 km de distância de Limoeiro do Norte, estando, desta forma, mais próxima do que as cidades de Iracema, Ererê e Aracati. A falta de faculdades na região levou alguns alunos a se deslocarem até Limoeiro do Norte. A primeira faculdade da cidade de Quixadá é a Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, somente criada em 1983.

¹⁵⁰ Percorrer as dependências desta instituição foi uma experiência curiosa. O prédio, hoje, é utilizado totalmente pela instituição de ensino para as salas de aula, tanto a parte do antigo Colégio como as dependências de moradia, o que criou um labirinto de corredores e passagens que, originais da arquitetura antiga, e em função do estado envelhecido do prédio, insere seus visitantes nos clássicos filmes que retratavam os mosteiros.

¹⁵¹ Em entrevista à autora, monsenhor João Olímpio Castelo Branco disse que o motivo de o Patronato Santo Antônio dos Pobres fechar as portas foi a falta de recursos. As irmãs costumavam dar bolsas e/ou descontos aos pais dos alunos, o que teria gerado, em certo momento, receita negativa.

Patronato nos preparávamos para a vida. Eu já sabia bordar, mas lá me aprimorei, nós estudávamos corte e costura, bordado à mão, pintura, aprendíamos a fazer ponto cruz, culinária, datilografia e aprendíamos a colocar a mesa, a servir. A parte religiosa era muito acentuada, ao meio dia rezávamos o terço, participávamos das missas. Eu mesma quis ser religiosa, mas era uma das últimas da família e tive que cuidar de meus pais.¹⁵²

A formação das meninas era iniciada no Patronato Santo Antônio dos Pobres. Essa formação era basicamente para as tarefas práticas do cotidiano de uma dona de casa e uma rígida formação religiosa para o trabalho junto à Igreja, assim como a formação necessária para a vida religiosa. As meninas que porventura escolhessem o caminho religioso, ao terminarem o 5º ano, eram enviadas – junto com seu dote – para o convento.

Diversamente das demais instituições criadas pelo bispo, o Liceu de Artes e Ofícios era a única instituição que não tinha um princípio religioso.¹⁵³ A impossibilidade de recorrer aos registros de matrícula e com o silêncio profundo sobre a referida instituição, a coleta de dados ficou comprometida, inviabilizando o conhecimento sobre seus egressos. Como já frisado na Introdução deste trabalho, não nos foi permitido gravar nem publicar a conversa que tivemos com o herdeiro do cônego Misael Alves de Sousa. A referida instituição, que até os anos de 2000 era patrimônio da Igreja, foi reivindicada como herança pelos descendentes do cônego Misael Alves de Sousa, que asseguraram o direito ao prédio judicialmente, por meio de documentos não revelados publicamente. Ao ser mencionado em algumas entrevistas, o tema Liceu foi descartado pelos entrevistados.

¹⁵² Teresa Newman Conrado em entrevista a nós concedida em 21 de março de 2015 em Limoeiro do Norte, começando às 9 horas.

¹⁵³ A instituição passou até bem pouco tempo por disputas jurídicas. O prédio estava sendo administrado pelos descendentes do cônego Misael Alves de Sousa, acusados de apropriar-se do patrimônio indevidamente. Após o mandato de apreensão do imóvel, o sobrinho do cônego apresentou à Justiça documentos – sobre os quais não relatou o teor – que comprovaram que o imóvel lhe pertencia. A família do cônego Misael Alves de Sousa, hoje dona do prédio centenário, ao lado do Palácio Episcopal, declarou não possuir os arquivos da escola. Em conversa informal, informaram que durante a disputa jurídica - segundo relatos de testemunhas - o prédio foi invadido e seus documentos levados. Por este motivo, não houve como ver os registros de alunos da escola. Como já frisado, o prédio não mais pertence à Diocese e no momento está alugado a uma faculdade privada.

Já o Seminário Santo Cura d’Ars foi a menina dos olhos do bispo Dom Aureliano Matos, como afirmou monsenhor João Olímpio Castello Branco. “Um bispo sem padre é como um pastor sem ovelhas”.¹⁵⁴ Fundado em 1947, teve como seu primeiro reitor o padre holandês Afonso de Graff, que ficou à frente da instituição até 1954. No ano de sua fundação, o Seminário recebeu vinte e nove alunos internos, alguns novatos e outros que já haviam iniciado seus estudos em Fortaleza, no Seminário da Prainha e que, por serem da região, terminariam seus estudos em Limoeiro do Norte. Segundo o padre José Edvaldo Moreira de Sousa, havia um turbilhão de sentimentos no primeiro dia de aula, desde a expectativa do novo, a saudade de casa, que somente seria deixada de lado pela enorme dedicação que as muitas horas de estudo requeriam.¹⁵⁵

Faz-se necessário frisar que a formação dos jovens sacerdotes esteve ligada aos padres lazaristas holandeses, que foram os primeiros diretores da instituição, os quais permaneceram em Limoeiro do Norte por mais de vinte anos. Os padres lazaristas estiveram à frente do seminário de 1947 a 1963, quando assumiram os diocesanos. Foram docentes do seminário, vinte e sete padres holandeses, dos quais alguns retornaram à Holanda, outros constituíram família no Ceará, enquanto outros dedicaram-se à carreira acadêmica ou mesmo simplesmente deixaram o sacerdócio. Os padres lazaristas mantêm uma sede no bairro de Antônio Bezerra, na cidade de Fortaleza.

Com relação ao quadro de alunos, até o final dos anos de 1960 passaram pela instituição 432 alunos/padres. A denominação se explica por não terem todos os alunos abraçado o sacerdócio, pois muitos terminaram o seminário, mas não foram ordenados; outros fizeram os votos, mas não permaneceram na Igreja, e muitos outros – que estão fora dos números apresentados – não chegaram a concluir os estudos teológicos.

¹⁵⁴ BRANCO, João Olímpio de Castelo. Flores/Russas/CE; Brasil. 21 de dezembro de 2014. 2 horas e 10 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

¹⁵⁵ BRANCO, João Olímpio Castello. **O seminário Cura d’Ars ao longo do tempo**. Mimeo. 2ª edição. 2013.

Outra instituição ligada à Igreja era a rádio Educadora Jaguaribana, a qual, depois da faculdade, seria o elemento de maior repercussão na região, por ser um veículo de comunicação. Esse dado se confirma pela fala daqueles que, através das ondas do rádio, eram ouvintes fieis. Nas falas das pessoas, há demasiada recorrência ao Movimento de Educação de Base (MEB) dessa rádio.

Dessa forma, a ação da Igreja na definição das políticas sociais para o Baixo Jaguaribe teve concretude por meio de várias atividades eclesiais corriqueiras como visitas às cidades, missas, cartas pastorais endereçadas aos fiéis, atuando também nas articulações com o poder constituído, sobretudo o governo do estado. As ações da Igreja também giravam em torno da viabilização aos documentos necessários às instituições e ao recebimento de verbas internacionais na viabilização financeira dos projetos, principalmente ligadas à educação técnica, no desenvolvimento da ideia do “Eldorado do Nordeste”, aceita pelo bispo e expresso em uma de suas cartas pastorais. Por fim, destacamos a disseminação de projetos ligados à elite que primavam pelo desenvolvimento da cidade.

Desta forma, em Limoeiro do Norte as instituições sociais buscaram adequar o conjunto das políticas e programas impostos pela ditadura no conjunto de suas práticas sociais consubstanciadas nos termos dos acordos MEC-USAID , dos quais trataremos a seguir, ou seja, na “americanização” da Educação e na formação moral da juventude que ajudou a fortalecer o conservadorismo da microrregião.

2.2 O PROJETO SOCIAL DA IGREJA: DOCTRINA CATÓLICA NA LUTA CONTRA O INIMIGO COMUNISTA

Diferente daqueles que estiveram à frente do golpe militar de 31 de março de 1964, a Igreja conhecia bem as bases sobre as quais construiria o alicerce de sua liderança no conjunto da estrutura social do país. Montado sobre o pilar da família, o projeto social da Igreja encontraria eco nas ideias

desenvolvidas pela elite militar conservadora.¹⁵⁶ Esta aliança se tornaria profícua para ambos os lados. Para a Igreja, o retorno ao poder se confirmaria num excelente momento e, para os militares, a Igreja somaria esforços na luta contra o inimigo comunista no interior das organizações sindicais rurais, papel que já vinha desempenhando.

Para tratarmos do projeto da Igreja para a microrregião do Baixo Jaguaribe é imprescindível recorreremos ao compêndio da doutrina social da Igreja. Elaborado pelos cardeais, orientados pelo Papa João Paulo II, o texto tem como base três encíclicas: *Laborem exercens*, *Sollicitudo rei socialis* e *Centesimus annus*. Esses documentos versam sobre as etapas fundamentais do pensamento católico em relação à doutrina social, considerando aspectos como economia, política, sociedade, propriedade privada e trabalho. Buscamos assim compreender o projeto da Igreja para o mundo, suas concepções filosóficas, sociais, políticas e também morais, no intuito de dar sustentação à análise das cartas pastorais de Dom Aureliano Matos, feita aqui sob perspectiva diferenciada das apresentadas no primeiro capítulo deste trabalho. O enfoque dado à análise pretendida se restringiu aos pilares da Igreja e aos motivos que a levaram a intervir com uma doutrina no campo social, permitindo abordar adequadamente as questões sociais diretamente relacionadas com o período em estudo.

Em se tratando dos pilares da Igreja, a família era tema utilizado no discurso conservador do período, na área política, social e/ou educacional. O resguardo de seus bens materiais ou imateriais esteve sempre na agenda dos dirigentes do país quando lhes foi oportuno. De que família, afinal, se fala tanto? No compêndio da doutrina social da Igreja, família é a comunidade natural na qual se experimenta a sociabilidade humana e contribui de forma insubstituível para o bem da sociedade. Ainda segundo o documento: “Uma sociedade, à medida da família, é a melhor garantia contra toda a deriva de tipo

¹⁵⁶ Segundo Motta (2014, p. 16), no grupo que aplicou o golpe de 31 de março, o regime tinha “forças retrógradas que o apoiava, amedrontadas com os riscos à manutenção da ordem e dos valores tradicionais. Esses setores, geralmente representados por religiosos, intelectuais conservadores e militares, não se contentavam tão somente com o expurgo da esquerda revolucionária e da corrupção. Eles desejavam aproveitar o momento para impor uma agenda conservadora mais ampla, que contemplasse a luta contra comportamentos morais desviantes, a imposição de censura e a adoção de medidas para fortalecer os valores caros à tradição, sobretudo Pátria e religião”.

individualista ou coletivista, porque nela a pessoa está sempre no centro da atenção, enquanto fim e nunca como meio”.¹⁵⁷ Percebe-se que, embora a família citada no documento tenha um caráter universal, esse mesmo caráter não é considerado, quando se trata do resguardo dos bens da Igreja. Desta forma, a ação da Igreja está em acordo sempre com seus objetivos, o resguardo da família como um bem divino que, a exemplo do contexto limoieirense, traduz-se no repúdio de toda ação contrária a esta lógica.

Todo modelo social que pretenda servir ao bem do homem não pode prescindir da centralidade e da responsabilidade social da família. A sociedade e o Estado, nas suas relações com a família, têm o dever de ater-se ao princípio de subsidiaridade. Por força de tal princípio, as autoridades públicas não devem subtrair à família aquelas tarefas que pode bem perfazer sozinha ou livremente associada com outras famílias; por outro lado, as autoridades têm o dever de apoiar a família, assegurando-lhe todos os auxílios que ela necessita para desempenhar de modo adequado a todas as suas responsabilidades.¹⁵⁸

O princípio de subsidiaridade, muito utilizado no documento, cinge a intervenção da sociedade e do Estado ao seio da família, justificado por seu direito inalienável. Se nos reportarmos, porém, à Educação, este mesmo direito foi utilizado pelos conservadores no período de votação da primeira Lei de Diretrizes e Bases para impedir que o Estado financiasse a educação pública. Segundo Romanelli (2009), a lei votada e sancionada não passava de um “absurdo”, uma vez que o país não tinha recursos para atender a toda a rede oficial de ensino, deixando fora desse atendimento cerca de 50% da população em idade escolar. No texto da lei,

“Art. 95 – A União dispensará a sua cooperação financeira ao ensino sob a forma de:

- a) Subvenção, de acordo com as leis especiais em vigor;
- b) Financiamento a estabelecimentos mantidos pelos Estados, Municípios e Particulares, para a compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamentos, de acordo com as leis especiais em vigor”.

Pela lei, as instituições de ensino privadas seriam subsidiadas financeiramente pela União. Em se tratando da incorporação da doutrina da

¹⁵⁷ Compendio da Doutrina Social da Igreja/ Pontifício Conselho “Justiça e Paz”; tradução Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB). – São Paulo: Paulinas, 2005, p.131

¹⁵⁸ Compendio da Doutrina Social da Igreja/ Pontifício Conselho “Justiça e Paz; Tradução Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB) – São Paulo: Paulinas, 2005, p. 132.

Igreja no contexto educacional, Romanelli (2009) comenta a análise do substitutivo da ala conservadora enviado à Câmara, da parte de Roque Spencer Maciel de Barros, no momento de votação da lei da educação:

O autor denuncia a presença, no projeto, de toda a doutrina educacional da Igreja Católica, fundamentada em várias encíclicas papais. Através desta análise, percebe-se que, na verdade, o conceito de liberdade de ensino, que então prevalecia, era o mesmo proposto pelos documentos papais, nos quais ele se limitava, pura e simplesmente, à exclusiva liberdade da Igreja de exercer a ação educativa. Considerando, porém, que no Brasil, por lei, ela não podia reivindicar essa exclusividade, então sua bandeira de luta foi a oposição ao monopólio do ensino que, pretensamente, estaria sendo exercida pelo Estado (...).¹⁵⁹

Apesar de o substitutivo do anteprojeto da lei n° 4.024/1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ter sido apresentado pela ala conservadora, o projeto assegurava suas bases na doutrina social da Igreja. Como vimos, o projeto social da Igreja tinha por base a manutenção da fé católica por meio da Educação.

A doutrina social da Igreja era utilizada para justificar as ações da instituição no contexto social, e a família consistia em tema recorrente no substitutivo, requerendo sempre um lugar à “sombra” da Igreja Católica. Vejamos o que diz o compêndio da doutrina social da Igreja:¹⁶⁰

[...] a doutrina social da Igreja pertence, não ao campo da ideologia, mas ao campo “da teologia e precisamente da teologia moral”. Ela não é definível segundo parâmetros sócio-econômicos. Não é um sistema ideológico ou pragmático, que visa definir e compor as relações econômicas, políticas e sociais, *mas uma categoria a se*. É “a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou

¹⁵⁹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. (1930/1973) Prefácio do professor Francisco Igrêssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009. p. 177.

¹⁶⁰ Num texto introdutório – compilação do ofício enviado pelo Secretário de Estado do Vaticano – o cardeal Angelo Sodano apresenta o compêndio ao Presidente do Pontifício Conselho da Justiça e da Paz, o cardeal Renato Raffaele Martino. Nesse texto a importância dos valores morais emerge amplamente, “ a humanidade pede hoje mais justiça ao afrontar o vasto fenômeno da globalização, sente viva a preocupação pela ecologia e por uma correta gestão dos negócios públicos; adverte a necessidade de salvaguardar a consciência nacional, sem porém, perder de vista a via do direito e a consciência da unidade da família humana”. Compêndio da Doutrina Social da Igreja/ Pontifício Conselho “Justiça e Paz; Tradução Conferência Nacional dos bispos do Brasil¹⁹¹ (CNBB) – São Paulo: Paulinas, 2005, p. 10.

desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois orientar o comportamento cristão”. (...) “tratando-se de uma doutrina destinada a orientar o comportamento das pessoas”. “Ela situa-se no cruzamento da vida e da consciência cristã com as situações do mundo e exprime-se nos esforços que indivíduos, famílias, agentes culturais e sociais, políticos e homens de Estado realizam para lhe dar forma e aplicação na história”.¹⁶¹

A reflexão “acurada” a que se refere a passagem exposta no compêndio não deixa dúvidas sobre o grau de preocupação da Igreja com a realidade objetiva da existência humana. Notemos que a “aplicação na história” de que fala o texto, transcende o próprio documento.

Reportando-nos a Limoeiro do Norte, Dom Aureliano Matos, então bispo da Diocese, escreve em 29 de setembro de 1940 a primeira de suas seis cartas pastorais – documentos importantes à compreensão do pensamento da Igreja para a região – que deixaria como legado à história do Vale do Jaguaribe. Nessa primeira carta, fala aos fiéis da importância da família e aponta a modernidade como uma das causas de seu infortúnio, quando esta retira a mãe do lar e de sua missão de esposa, bem como destaca a necessária formação dos pais para a constituição do lar.

A moral, princípio recorrentemente pregado, esteve em todos os discursos elaborados pela Igreja durante o período em estudo. Assim foi também com as mensagens de patriotismo na sociedade pós-golpe e que permaneceram tanto nas propagandas do governo como da Igreja. Por outro lado, não podemos deixar de lembrar que no momento da escrita da primeira carta, o Brasil vivia o final do Estado Novo. Reparemos também que o momento em que a carta vem a público é significativo: data da sagração do primeiro bispo. A carta lembra a todos a importância da família e das mazelas de uma sociedade moderna, profundamente paganizada.¹⁶²

Luta a mocidade nas trevas, quando é iluminada só com o bruxolear das luzes da razão, combate desorientada, quando

¹⁶¹ Compendio da Doutrina Social da Igreja. Pontifício Conselho “Justiça e Paz”; tradução Conferência Nacional dos bispos do Brasil (CNBB). – São Paulo: Paulinas, 3ª ed. 2006.

¹⁶² Ver anexo A - Primeira Carta Pastoral.

segue apenas as regras das conveniências sociais; se empenha na peleja sem proteção, quando se abroquela exclusivamente na força humana. Daí as decepções, as derrotas, os desânimos, que muitas vezes levam ao suicídio. (...) Mas, onde buscar a juventude hodierna força para manter bem viva esta chama do patriotismo, quando na escola dos cinemas impúdicos, dos teatros imorais, dos livros desmoralizadores dos jornais ímpios, das revistas pornográficas, só encontra o micróbio da corrupção da raça, depauperando-a e corrompendo-a!

Ao se referir à juventude, a carta exorta ao patriotismo. Nas palavras do bispo, a chama do patriotismo é suplantada pela razão, numa crítica aberta ao momento em que o homem busca novas explicações para os fenômenos do mundo, diferente da explicação divina, e ainda culpa a modernidade pelo germe da corrupção. A disseminação do patriotismo e o relevo à moral com a condenação aos livros, ao cinema e às revistas, numa região onde não há bibliotecas, livrarias, muito menos cinemas, prepara o campo fértil onde, nascidas já as sementes conservadoras pela própria gênese regional, as ideias floresceram. “Com o sangue quente que lhe ferve nas veias lavarás, se preciso for, a mancha com que o inimigo maculou o solo pátrio”.¹⁶³ O inimigo a que se refere o bispo é o comunismo, combatido nas próximas cartas e sutilmente referido neste documento.

A Igreja se utiliza de outros instrumentos na luta contra o comunismo, os círculos operários, já referidos no primeiro capítulo, que impediram a organização sindical dos trabalhadores pelas vertentes vindas de fora do país, e a organização dos trabalhadores tutorada pela Igreja, inviabilizou o desenvolvimento de correntes de pensamento ligadas à esquerda na cidade.

Desta forma, em Limoeiro do Norte a ação da Igreja efetiva o repúdio a toda e qualquer ideário de esquerda e, por que não dizer, comunista, o que deu margem a que as políticas sociais implementadas pela ditadura se fortalecessem e fossem fortalecidas, a exemplo de projetos orientados para a juventude, como, por exemplo, o Projeto Rondon,¹⁶⁴ desenvolvido a nível nacional.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ O Projeto Rondon ou Operação Rondon como ficou também conhecido nos primeiros momentos de sua implantação, fazia referência ao território escolhido para a missão. O convênio inicial era entre a UEG, o Ministério do Interior e o 5º Batalhão de Engenharia do

2.2.1 As políticas sociais da ditadura civil-militar

As políticas sociais do regime ditatorial que nos propusemos a desenhar foram iniciadas pelas mudanças na política econômica que, por sua vez, alteraram a dinâmica social do país, em razão de rápida industrialização e da intensa e precária urbanização. Cabe dizer, segundo Luna e Klein (2014),¹⁶⁵ que os militares deram continuidade ao projeto de criação de um Estado industrial moderno que já estava na agenda do governo Jango. Muito embora diferente do projeto da esquerda, as mudanças econômicas resultaram na consolidação da classe média.¹⁶⁶

O modelo de crescimento ampliava também as desigualdades de classe social e de cor, pois as pessoas com nível educacional mais elevado e os brancos tiveram inicialmente mais oportunidade de ascensão social (...). Essa intensificação da desigualdade também se refletia nas disparidades regionais. Enquanto em algumas regiões ocorriam avanços significativos nos níveis de riqueza, saúde e Educação, o mesmo não ocorria no Norte e no Nordeste o que ampliava as diferenças sociais e regionais já existentes.¹⁶⁷

Cabe frisar que havia desigualdades em todo o país. O diferencial da região Sudeste foi o surto industrial, não ocorrido em outras, o que proporcionou mudanças às quais, entretanto, não contribuíram para reduzir as desigualdades sociais. A realidade social descrita por Luna e Klein (2014) reforça a ideia central desta tese. Em meio às disparidades regionais que caracterizaram o período ditatorial e a precariedade da Educação da região do

Exército. O projeto e seu lema, “integrar para não entregar”, evocando um forte apelo nacionalista, ganha repercussão. O sucesso desse projeto era considerado estratégico para a “revolução” (MOTTAa, 2014).

¹⁶⁵ LUNA, F. V; KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964.** / Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 66.

¹⁶⁶ Outro ponto que teve influência direta no social diz respeito à máquina burocrática do Estado, que necessitava de quadro de pessoal, e a mobilidade estrutural gerada pelo novo contexto que propiciou a consolidação da classe média no Brasil.

¹⁶⁷ LUNA, F. V; KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** / Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – Rio de Janeiro: Zahar:2014. P. 69

Baixo Jaguaribe, já demonstrada em trabalho anterior,¹⁶⁸ fazem do desenvolvimento social e educacional de Limoeiro do Norte um fenômeno atípico no cenário nordestino. Retomando a discussão sobre o projeto de sociedade do regime, o forte aparato repressor deu o tom da nova conjuntura social, que pretendia, via controle autoritário, dar maior eficácia e racionalidade às metas a serem atingidas. As “liberdades” ficaram subscritas ao capital financeiro, em um incentivo às atividades empresariais. No Nordeste, esse contexto foi agravado pelas relações com as oligarquias.

Além disso, os governos militares representaram uma fase de profundas mudanças sociais. A rápida industrialização e a intensa urbanização provocaram o mais intenso processo de mobilidade social da história brasileira, com o surgimento de uma nova elite industrial e gerencial, a partir de uma sociedade ainda agrícola e com baixo padrão educacional. (...) talvez como compensação às políticas de arrocho salarial, realizaram grandes avanços no sistema de assistência social, tanto nos serviços de saúde quanto no sistema de aposentadoria e pensões.¹⁶⁹

O processo de mobilidade¹⁷⁰ e o reajuste do corpo social das grandes cidades somaram esforços à fragilidade com que essa população se expunha à propaganda do governo. Uma sociedade em plena elaboração social, em todos os sentidos, foi presa fácil à concepção de homem e sociedade disseminada pela ditadura.

Outro ponto que teve influência direta no social diz respeito à censura. A própria “comunidade de informação”, buscando legitimar os atos repressivos, acentuava que havia um propósito de degradação da família brasileira, que tinha por foco a juventude, para depois chegar à subversão política.

¹⁶⁸ MOURA, Maria Lenúcia de. **Educação em Tabuleiro do Norte: emergência e evolução do sistema escolar na perspectiva dos protagonistas**. Dissertação de mestrado defendida em 24 de abril de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

¹⁶⁹ LUNA, F. V. e KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. / Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Zahar:2014, p. 66 e 67

¹⁷⁰ Cidades como São Paulo e Rio de Janeiro tiveram um crescimento populacional na casa de milhões entre as décadas de 60 e 80. São Paulo cresceu de 3.8 para 8.6, ultrapassando o Rio, que de 3.3 foi para 5.2. O crescimento da cidade de São Paulo em relação ao Rio de Janeiro foi de mais de oito milhões de habitantes. (LUNA E KLEIN, p. 78.)

Para tanto, o SNI (Serviço Nacional de Informação) tinha como função, segundo Renato Ortiz, “conhecer o que se passa nos mais diversos âmbitos da sociedade, subsidiando as autoridades no processo decisório. (...) A vida social, na sua amplitude e diversidade, era matéria de atenção e intervenção dos militares”.¹⁷¹ A ordem social dos militares tomava forma não apenas na repressão ou antecipação do acesso a determinados bens culturais, mas também na manipulação ideológica dos meios de comunicação. “O domínio da cultura torna-se um espaço estratégico de disputas, daí a necessidade de discipliná-lo”.¹⁷² Validando esta análise, não seria demais destacar as músicas repetidas vezes tocadas nas rádios e capitaneadas pelo governo para reforçar os princípios doutrinários de ordem e progresso, como, por exemplo, “Eu te amo meu Brasil”, de Dom e Ravel. A censura nada tinha de eventual.

A interdição era o desdobramento coerente de uma visão de mundo coercitiva. Mas a estratégia dos militares não se resume ao aspecto da contenção. *O manual básico da Escola Superior de Guerra* deixa isso claro: a cultura não deve ser reprimida, mas desenvolvida desde que fosse submissa à segurança nacional. O controle do aparelho estatal é necessário, mas conjuntamente com o estímulo para se desenvolverem as produções culturais. Por isso a política governamental é dinâmica. Entre 1965 e 1979 são criados inúmeros órgãos que as incentivam: Embratel, Conselho Federal de Cultura, Embratur, Ministério das Telecomunicações, Embrafilme, Telebras, Funarte, Fundação Pró-Memória, Radiobrás, etc.¹⁷³

Percebemos que a censura teve papel-chave no golpe, no reforço da coercitividade, estando suas fases diretamente relacionadas ao desenvolvimento econômico do período e ligadas à própria produção cultural.

Nesse íterim, a sociedade deveria ter acesso a produções que não exacerbassem no quesito liberdade, não protagonizassem cenas que ferissem a moral, o pudor, e que levassem a práticas degradantes, tanto da pessoa, como da família, na concepção do regime. No que diz respeito à cultura, a

¹⁷¹ ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. / Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Zahar:2014 p. 116.

¹⁷² Idem, p. 117.

¹⁷³ Idem, p. 118.

normatização das atividades foi um fator de coerção da conduta da sociedade. A censura, neste caso, era seletiva, o ato repressor atinge a especificidade de algumas obras, mas não a generalidade de sua produção. Podemos analisar esta forma de censura com base na própria visão orgânica a que se ligava o período. A censura agia contra o tumor, e não contra a obra que estava irremediavelmente ligada à indústria cultural e, conseqüentemente, à consolidação do capitalismo.

Desta forma, ainda nos utilizando das contribuições de Ortiz, podemos dizer que, na visão de mundo dos militares, a sociedade, a “totalidade organizada”, deveria gravitar à órbita de um eixo central de onde emana uma só vontade. Nação e Estado eram um só corpo. Dessa forma, eliminar todo e qualquer pensamento comunista faz parte do caráter defensor do Estado. Extirpar condutas que vão de encontro aos valores daquilo que a sociedade denomina de identidade nacional era obrigação do Estado. Corroborando esta concepção ético-moral, conservadora e tradicional, a obscenidade, o erotismo e as más condutas que se chocavam com a moralidade da família deveriam ser censuradas. Essas premissas fizeram da aliança entre governo ditatorial e Igreja um ótimo negócio para ambas as partes.

Em se tratando da disseminação de valores, na Educação, as disciplinas Organização Social e Política Brasileira e Educação Moral e Cívica foram instrumentos utilizados para incutir o tradicionalismo e reforçar as ideias em circulação. Em se tratando de Educação, foram estimulados programas que disseminassem os valores conservadores e patrióticos, no intuito de criar protetores da moral e da família. As ações desencadeadas com base no civismo foram, durante muitos anos, desenvolvidas nas escolas, como a solenidade de hasteamento da bandeira do Brasil, seguido de canto coletivo do Hino Nacional, que em algumas escolas aconteciam diariamente. Todas as ações ligavam-se ao impulso conservador de preservação da ordem social e, como expresso, dos valores tradicionais que, juntos, trabalhavam no combate à subversão da esquerda.

2.2.2 A estrutura e funcionamento do ensino na ditadura

Para compreender a estrutura desenvolvida educacional durante a ditadura, faz-se necessário discorrer um pouco sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1961, cujo acirramento de forças se polarizou entre liberais e conservadores e teve importante cunho ideológico que, confirmando a implementação do projeto conservador, ocorreu por todo o período militar. A reforma do ensino reorientou a lei de 1961 e fixou as diretrizes e bases da Educação nacional. Esta lei teve intenso caráter ideológico, posto em jogo pelas lideranças conservadoras que primavam pelo retorno da Igreja à Educação após a proclamação da República.

Para tanto, a questão acerca do monopólio do ensino pelo Estado veio à pauta, exposta pelos conservadores, bem como a questão da obrigatoriedade de oferta do ensino primário – consagradas na legislação anterior,¹⁷⁴ mas praticamente ignorada. Esses temas estavam diretamente ligados ao contexto social e político do período, considerando que a educação privada teve enorme expansão durante o governo militar.

No momento em que se ia votar a primeira lei geral da Educação no País, as velhas forças conservadoras conseguiram arregimentar-se com eficácia no plano da organização e da ação, para voltar à carga, já não para assumir o controle da orientação religiosa dos alunos das escolas oficiais, mas para conseguir muito mais que isso. A questão da laicidade estava ultrapassada. Agora era preciso obter mais, se possível, tudo o que se perdera com o advento da república.¹⁷⁵

No contexto pré-1964, a efervescência intelectual repercutia em todos os setores da sociedade. As classes populares tornavam-se mais conscientes de seus direitos e faziam pressão sobre as instituições educacionais. O setor empresarial, por sua vez, pressionava o sistema educacional a manter aquele tipo de reprodução da força de trabalho qualificada, para aumentar sua produtividade e elevar o controle sobre o

¹⁷⁴ ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. (1930/1973) Prefácio do professor Francisco Igréssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

¹⁷⁵ ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. (1930/1973) Prefácio do professor Francisco Igréssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009, p. 177.

sistema. Naquele momento, inúmeras contribuições teóricas circulavam, refletindo as contradições e conflitos que deveriam ser traduzidos no texto da nova regulamentação sobre a Educação.

Nessa circunstância histórico-social, marcada por embates teórico-filosóficos e ideológicos, foi aprovada a lei n° 4.024/1961, estabelecendo as diretrizes e bases da Educação nacional (LDB). A nova lei representou, sem dúvida, um significativo passo para a unificação do sistema de ensino, avançando para a definição de linhas gerais do que viria a ser um sistema nacional de Educação. Em ruptura com o dualismo administrativo, concedeu à União a função de centralizar a Educação em todo o país, cabendo aos estados-membros a organização de seus respectivos sistemas, níveis e modalidades de ensino. A oportunidade com que a sociedade contou para modernizar seu sistema de ensino, porém, foi subaproveitada, quando o modelo aprovado não correspondeu aos reais interesses socioculturais, políticos e econômicos do povo brasileiro.

[...] acabou-se por conciliar o pacto das elites (conciliação pelo alto) através do qual se torna possível preservar os interesses dos grupos privilegiados econômica, social e culturalmente, adiando-se para um futuro indefinido a realização das aspirações das massas populares.¹⁷⁶

A lei aprovada foi o resultado possível dos compromissos assumidos entre as tendências progressistas e conservadoras, a qual afirmava a subvenção pelo Estado, da escola particular, com igualdade de tratamento em relação à escola pública, isto em um contexto em que grande parcela da população carente não tinha acesso à escola, seja por falta de vagas, seja por insuficiência de verbas. Uma vez aprovada a nova lei, as verbas seriam distribuídas também às instituições educacionais particulares.

A LDB, aprovada em 1961, afirmava princípios de liberdade e solidariedade humanas, tendo como finalidade garantir os direitos e deveres da pessoa, da família e da sociedade; as liberdades individuais, o

¹⁷⁶ SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional** – Campinas, SP: Autores Associados, 2007; p. 39. (Coleção Educação contemporânea)

desenvolvimento integral da pessoa humana; o domínio dos recursos técnicos e científicos; a preservação e expansão do patrimônio cultural. Condenava o tratamento desigual, consagrando a educação como direito e dever de todos e a igualdade de chances. Esses princípios que, em geral, ofereciam avanços em relação às legislações anteriores, garantiam novas e importantes concessões ao empresariado do ensino, seja na dúbia garantia da educação como direito de todos, na definição da liberdade de ensino, na subvenção, pelo estado, da escola particular e omissão acerca da gratuidade do ensino, e mais tantos outros pontos que confirmavam o compromisso do governo com o empresariado escolar. Percebemos que muitos dos dispositivos expressos na lei trariam à Igreja de volta à frente da Educação brasileira, garantindo além do retorno do ensino facultativo de religião, o financiamento das escolas privadas, antes mesmo que o do ensino oficial.¹⁷⁷

A iniciativa privada estava reivindicando para si a prioridade absoluta de ação e de proteção por parte do Estado e, para tanto, esta se opunha a que este exercesse a sua função democrática, que era a de fornecer educação ao povo, educação que, sendo pública, seria gratuita e, como tal entraria, em condições favoráveis, na linha de competição com a educação particular. Cabia, portanto a iniciativa privada opor-se ao ensino oficial. Mas, não podia ela fazê-lo sem um mínimo de embasamento “filosófico”. Daí, o seu apego aos “direitos da família”. Obviamente, seus interesses não poderiam ser defendidos, se ela não colocasse esses “direitos”, como base de sustentação de suas reivindicações.¹⁷⁸

As contradições da lei trouxeram consequências importantes. As classes dominantes mantiveram privilégios, escondendo-se por meio da garantia formal de chances iguais para todos. À sociedade foi passada a ideia de que todos os interesses foram atendidos: a expansão do ensino médio no setor privado; as oportunidades de ascensão funcional às classes populares; e a preservação das vagas nas universidades aos filhos das classes economicamente favorecidas. Neste último caso, conquista em virtude da

¹⁷⁷ Art. 3º da lei - A Educação da prole é direito inalienável e imprescindível da família. ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. (1930/1973) Prefácio do professor Francisco Igréssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009, p. 174.

¹⁷⁸ ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. (1930/1973) Prefácio do professor Francisco Igréssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009. P. 175.

privatização do ensino médio, que impedia a ascensão das classes populares ao nível superior. Aprofundaremos essa discussão nos itens seguintes, para uma compreensão do fenômeno ocorrido em Limoeiro do Norte.

Ainda em relação ao ingresso nas universidades, Freitag¹⁷⁹ enfatiza que no período correspondente aos anos de 1956 a 1969, manteve-se constante o ingresso de setores médios da sociedade, ao passo que foi reduzida a admissão das classes populares, confirmando a tendência da história da educação nacional, de que as classes desfavorecidas economicamente são excluídas do sistema, à medida que se estreita a pirâmide educacional. Naquele contexto, restava às classes populares o ensino profissionalizante noturno, controlado pelo setor privado e de baixa qualidade, cuja função seria a de fornecer mão de obra qualificada para a empresa. Nem mesmo estas metas, no entanto, foram alcançadas, revelando-se o modelo educacional disfuncional e anacrônico, logo, incapaz de reproduzir a força de trabalho exigida pelo mercado em ascensão no Brasil.

De modo geral, o “regime militar deu continuidade ao persistente crescimento da educação primária e secundária que se iniciara no pós-guerra. Em 1960, 73% das crianças de 5-9 anos de idade frequentavam a escola primária; em 1968 esse percentual havia aumentado para 89%”.¹⁸⁰ Os números demonstram a pressão exercida pela industrialização, mas cabe exprimir que, embora sejam números expressivos, a demanda por Educação era ainda maior, ficando muitas crianças fora da escola.

2.3 DAS POLÍTICAS SOCIAIS À AÇÃO: O PROJETO RONDON NO BRASIL E NA MICRORREGIÃO EM LIMOEIRO DO NORTE

As mobilizações estudantis foram, durante o período da ditadura, uma preocupação para os militares. As políticas pensadas para esse público

¹⁷⁹ FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade. 4 ed. rev. São Paulo; Moraes: 1980.

¹⁸⁰ LUNA, F. V; KLEIN, H. S. **Mudanças sociais no período militar (1964-1985)**. In: **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964.**/ Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1 ed..- Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 71.

iam desde a repressão às tentativas de cooptação ou acomodação.¹⁸¹ A estratégia militar insistia na criação de mecanismos que afastassem os jovens das ideias de esquerda. Nesse intuito, além dos dispositivos de formação de patriotas ordeiros, ligados às disciplinas Moral e Cívica, algumas ações foram desenvolvidas, direcionadas à juventude, com o objetivo de desmobilizar as ideias comunistas que se encontravam bastante disseminadas entre os estudantes. Uma destas ações foi o Projeto Rondon,¹⁸² cujas células foram espalhadas em todo o território brasileiro e que, no Nordeste, repercutiu amplamente na formação dos jovens.

O objetivo principal do Projeto RONDON era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares. Secundariamente, no entanto, a Operação Rondon estava integrada aos planos de interiorizar o surto modernizador e desenvolvimentista, por meio do deslocamento de estudantes e professores portadores de novos conhecimentos para áreas isoladas.¹⁸³

Este projeto era essencialmente militar, tendo objetivos políticos como estímulo, embora, segundo Motta (2014a), esse aspecto tenha sido encoberto com subterfúgios, que iam desde a prática de atividades físicas à realização de práticas assistencialistas, como consultas médicas e tratamentos dentários, tendo como público-alvo a população mais carente.

¹⁸¹MOTTA, Rodrigo. Patto. Sá. A modernização autoritário conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964/** Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1ª ed..- Rio de Janeiro: Zahar: 2014, p. 88.

¹⁸²A hegemonia militar sobre o projeto aparece até no nome, uma homenagem ao marechal do Exército, Cândido Mariano Rondon, figura mítica nas Forças Armadas pelo trabalho de instalação de linhas telegráficas e exploração do Centro-Oeste brasileiro, no início do século XX. Homenageá-lo na Operação Rondon era uma forma simbólica de reatar laços com a experiência importante do Exército na defesa das fronteiras nacionais. No final dos anos 1960, os militares viam-se ainda defendendo os limites territoriais, só que agora se tratava também de fronteiras ideológicas. Levar estudantes dos grandes centros urbanos para os rincões afastados do interior, nas proximidades das fronteiras oeste e norte do país, era parte da estratégia de defender o país do perigo revolucionário. MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 90.

¹⁸³ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 87,88.

A ideia de implantar o projeto, denominado de Operação Rondon,¹⁸⁴ surgiu de um seminário que reuniu militares e professores na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Após o projeto piloto desenvolvido em Rondônia, com 29 alunos da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), em sua maioria dos cursos de Medicina e Engenharia, que contou com dois professores da referida instituição. Com o relato satisfatório da experiência, feito pelos alunos no retorno, e o impacto público positivo com repercussão na imprensa, o projeto foi amplamente desenvolvido, atingindo cerca de 20 mil estudantes.

As proporções tomadas pelo projeto ensejaram um impacto no próprio governo, que passou a utilizar barcos da Marinha e aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para fazer o transporte dos universitários, que a cada ano triplicavam em número. “O crescimento do Projeto Rondon atingiu níveis exponenciais nos primeiros anos, tanto em número de envolvidos, quanto de áreas atingidas. De 29 estudantes mobilizados em julho de 1967 passou-se para trezentos em janeiro de 1968, 3500 em 1969 e 5 mil em 1970”.¹⁸⁵ No auge de seu desenvolvimento, o projeto se transformou em Fundação Projeto Rondon, com cerca de 600 funcionários e 50 mil estudantes mobilizados.

Apesar da divulgação pública positiva feita pela revista *Veja*,¹⁸⁶ a respeito do projeto Motta (2014a) diz que as críticas sobre a superficialidade das atividades chegavam até o governo. No intuito de responder a essas críticas, os coordenadores do projeto instalaram “*campi* avançados”¹⁸⁷ das

¹⁸⁴ O convênio inicial envolvia o Ministério do Interior, a UEG e o 5º Batalhão de Engenharia do Exército. A participação do Ministério do Interior não era obra do acaso, a pasta era ocupada pelo general Afonso de Albuquerque Lima, influente entre a média oficialidade, camada em que se encontravam os mais ardorosos “revolucionários”. MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 90.

¹⁸⁵ MOTTA, Rodrigo. Patto. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P. 92.

¹⁸⁶ “A revista *Veja* representa fonte interessante para apreciar o impacto do Rondon, pois na época adotava postura jornalística de ceticismo cauteloso em relação às atividades do governo, quando não de crítica subliminar, e por isso mesmo, seria submetida à censura prévia. Na mesma matéria em que noticiara o impacto do projeto em outros países, a *Veja* expressou a opinião de que o empreendimento teve sucesso superior às expectativas originais, sendo bem recebido por entidades, empresas e instituições”. MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 92.

¹⁸⁷ Os primeiros *campi* avançados foram os da UFSM, em Roraima, o da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Tefé (AM) e o da UEG, em Parintins (AM), cuja instalação começou

universidades nas áreas assistidas. Assim como em outras regiões remotas do país, o projeto Rondon chegou a Limoeiro do Norte, como também a outras cidades.

Nas palavras de Freitas e Oliveira, historiadoras do município de Limoeiro do Norte, percebe-se a importância do projeto no município: “Limoeiro do Norte atravessa fronteiras e fora se conveniar com a Universidade Estadual de Londrina-PR, para que esta, em seu programa de extensão, instalasse o Campus Avançado do Projeto Rondon nesta cidade, visando a seu maior desenvolvimento, com maior valorização e integração do homem.”¹⁸⁸ O projeto foi instalado no início dos anos de 1970, e os alunos vindos da Universidade Estadual de Londrina desenvolviam atividades ligadas à prática de esportes coletivos e individuais.

em 1969, com o auxílio do Ministério do Interior. No ano de 1973 já estavam em funcionamento dezesseis campi avançados no âmbito das atividades do Projeto Rondon, número que ascendeu para 22 em 1977. Segundo reportagem da época, o sucesso da iniciativa gerou reconhecimento internacional, e alguns países (Israel, México e Argentina) estudavam a implantação de projetos semelhantes. Um detalhe curioso sobre a repercussão internacional: a Rádio Moscou divulgou críticas ao Projeto Rondon e ao seu uso político pela ditadura militar brasileira. MOTTA, R. P. S. As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p 93.

¹⁸⁸ FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos**. [S.l.];[s. ed.]:1997. pag. 70.



Figura 10
Reunião do Projeto RONDON em Limoeiro do Norte
Alunas da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos e o representante do Projeto
Extraído de FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) Limoeiro do
Norte em Fotos e Fatos. 1997.

A inserção do Projeto Rondon em Limoeiro do Norte não ficou circunscrita apenas a recepção dos universitários. A FAFIDAM, como instituição de Ensino Superior, também fez parte do projeto, enviando seus alunos para cidades do interior de São Paulo e de outros estados brasileiros. Em sua entrevista, Aurenice de Andrade Arrais relata que vários alunos desenvolveram projetos em outros estados, participando do Projeto Rondon. Aurenice narra o trabalho feito em Nazaré Paulista por quase dois meses, quando terminou o curso de Geografia e desenvolveu trabalhos ligados à cartografia da cidade. O projeto que encampou os alunos da FAFIDAM foi dirigido pela Universidade Federal do Ceará, com duração de dois meses.

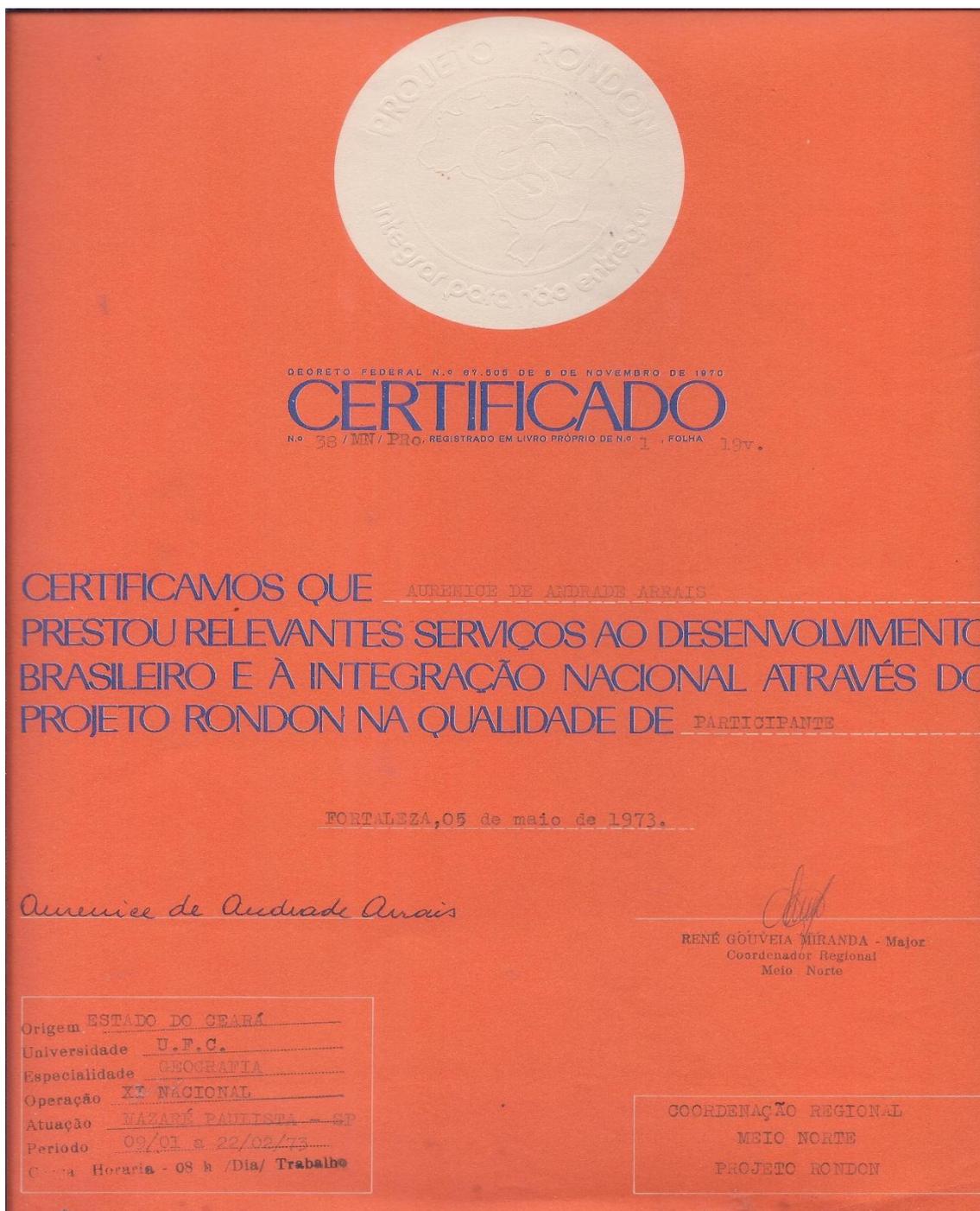


Figura 11
Certificado de Participação no Projeto Rondon
Acervo documental de Aurenice de Andrade Arrais

Os alunos inscritos no Projeto Rondon participaram ainda da operação “Especial Enchentes”, que teve duração de 45 dias, atuando na cidade de Limoeiro do Norte mesmo durante as intempéries climáticas de 1974. Os trabalhos eram dirigidos pelo major René Gouveia Miranda, coordenador

que gerariam as Olimpíadas do Vale do Jaguaribe, referência no estado principalmente nos esportes de quadra.

Para os governos militares, o projeto, além de minimizar a pressão estudantil nas universidades - retirando milhares de estudantes dos grandes centros e direcionando para o interior do país – serviu de vitrine da ditadura. Apesar do esforço de políticas empreendido na desmobilização estudantil, no entanto, os acordos MEC-USAID não passaram incólumes e participaram das pautas de debate do movimento estudantil, que faziam forte campanha contrária aos acordos, denunciando-os como mecanismo de subordinação da Educação aos interesses estadunidenses.

As políticas para a Educação no período ditatorial: os acordos MEC-USAID

Apesar de uma parte considerável do financiamento da Educação, via acordos MEC-USAID, beneficiar a educação primária, interessa-nos aqui analisar sua interferência no Ensino Superior ou os rumos desse financiamento na universidade. “Antes de o governo dos Estados Unidos se interessar pelos problemas da nossa educação, entidades privadas daquele país, como a Fundação Rockefeller já vinham atuando no Brasil, fazendo a chamada filantropia científica”.¹⁸⁹ O que divergia, em relação às parcerias com a Fundação Rockefeller, desde os anos 1920, dos acordos era a interferência oficial do governo ianque¹⁹⁰ nos rumos da Educação brasileira, o que causou descontentamento e se transformou em bandeira do movimento estudantil.

¹⁸⁹ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. pag. 110.

¹⁹⁰ Segundo Motta (2014), as motivações que levaram o governo dos Estados Unidos a intervir na Educação brasileira datam do contexto da Segunda Guerra, quando a necessidade de vencer a Alemanha na região Atlântico-Sul, pôs o Brasil em terreno estratégico para a instalação de bases em solo brasileiro. Depois, no contexto de luta contra o comunismo, a Revolução Cubana foi o ponto chave para o estreitamento dos laços com o Brasil, agora com políticas intervencionistas na política e na economia. “Em resposta a Cuba e ao perigo que ela representava para seus interesses, Washington lançou amplo programa voltado para a modernização econômica e social, mas, também para o treinamento das forças de segurança, militares e policiais”. O programa foi anunciado pelo presidente John Kennedy e, de acordo com Motta, implantado em 1961. Tinha por objetivo injetar recursos financeiros e técnicos na América Latina, para estimular o desenvolvimento e barrar a avalanche revolucionária vinda de Cuba. MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Para compreender melhor o percurso desses acordos, trataremos rapidamente do desenvolvimento originário de seu projeto.

No planejamento para a América Latina desenvolvido pelo governo Kennedy, a Educação ocupava o centro do projeto, pela formação não somente da mão de obra, mas também de líderes. Além de tudo, as instituições educativas poderiam ser utilizadas como centro irradiador dos valores necessários ao projeto. De acordo com pesquisa desenvolvida por Motta (2014), os objetivos do projeto de cooperação entre os Estados Unidos e as autoridades educacionais brasileiras eram:

Objetivos gerais: 1. Um sistema educacional mais moderno e mais efetivo, particularmente nos níveis superior e secundário. 2. Encorajar a formação de um conjunto de educadores e estudantes orientados para os Estados Unidos, para influenciar o Brasil na direção dos objetivos políticos, econômicos e sociais -
Objetivos específicos: 1. Modernização educacional tanto em aspectos substantivos quanto administrativos, particularmente nos níveis superior e secundário. 2. Desenvolvimento planejado e contínuo de relações entre universidades norte-americanas e brasileiras. 3. Desenvolver entre os cidadãos de cada país uma compreensão mais acurada e simpática dos respectivos problemas. 4. Desenvolver entre os brasileiros um compromisso crescente com os valores do desenvolvimento e da democracia, um dos quais é um olhar internacionalista, em lugar da xenofobia.¹⁹¹

O documento analisado pelo autor data de 1969, período em que, por aqui, a ditadura já havia desencadeado inúmeras prisões e expurgos que, sem dúvida, iam de encontro à “democracia” anunciada no projeto. O documento reforça a parceria em torno da modernização e aponta para uma formação orientada para a consolidação dos objetivos políticos e econômicos dos Estados Unidos. A formação de séquito simpático aos objetivos dos EUA é central no documento, a fim de dar suporte à política econômica do país, bem como ao treinamento de professores. O fomento à saída do país para cursar

¹⁹¹ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 94

pós-graduação¹⁹² foi um aspecto relevante da implementação dos valores necessários ao estímulo do capitalismo em desenvolvimento naquela ocasião.

Anterior a 1964, os projetos dos Estados Unidos para o Brasil ganharam novo fôlego após o golpe, pois deixaram de financiar algumas universidades em projetos esporádicos e passaram a comandar o ritmo da reforma universitária, uma vez que a parceria foi firmada com o MEC, órgão máximo nos ditames da educação brasileira. Dentre os acordos, o mais polêmico tratava da reforma universitária em si, da sua expansão e de seus fundamentos.¹⁹³ Cabe frisar que as mudanças foram dirigidas por um grupo misto formado de especialistas estadunidenses e brasileiros designados pelo MEC. Este tipo de formação de comissão – mista – foi um modelo estabelecido para a maior parte dos acordos.

[...] dada a publicidade alcançada pelos convênios com o MEC, os projetos com financiamento americano de maior duração e impacto, atraíram pouca atenção na época, nem sequer integrando a lista dos fatídicos sete acordos MEC-USAID. Refiro-me às parcerias firmadas diretamente com as universidades brasileiras, em especial as dedicadas à agricultura. Os convênios que beneficiaram a UFV, a UFRGS e a UFC, mais a Esalt/USP, propiciaram milhões de dólares para a montagem de laboratórios, compra de suprimentos e pagamento de pessoal.¹⁹⁴

Percebemos que a influência dos Estados Unidos na Educação, principalmente de cunho superior, se fez para além dos acordos MEC-USAID, ocupando longamente a atenção. Embora projetos menores, aparentemente sem relevância, cooptavam os agentes ligados a esses projetos, as parcerias em geral estavam ligadas a cursos mais técnicos.

De acordo com Motta (2014a), comprometendo ainda mais os acordos no contexto político estadunidense, a CIA (Central Intelligence Agency) produziu um relatório sobre o desenvolvimento científico nas universidades. O

¹⁹² A esse respeito ler Motta (2014). O autor enumera a quantidade de profissionais que estiveram fora do país para especialização durante a ditadura, suas universidades e os projetos a que estavam vinculados. MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁹³ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

¹⁹⁴ Idem

relatório, deveras pessimista, expressava que o desenvolvimento no campo científico não proporcionaria a saída do Brasil de seu processo de subdesenvolvimento, e que o maior número de vagas ofertadas continuava sendo na área de Humanidades e não da Ciência e Tecnologia.¹⁹⁵

Percebemos que a “americanização” de nosso sistema de ensino universitário, apesar do financiamento, não se projetou como esperado, uma vez que os pilares da concepção estadunidense – despolitização e pagamento de mensalidade - não conseguiram aqui encontrar terreno fértil para se desenvolverem. Malgrado a proliferação de instituições de ensino superior privadas no país, as universidades públicas – por seus estudantes e professores – não cederam aos valores ianques e, embora com o regime endurecido, resistiram.

O movimento estudantil e a luta contra “americanização” da educação

Apesar do investimento político e financeiro em torno de projetos que desviassem a juventude de suas bandeiras de luta, sobretudo por meio do Projeto Rondon e das disciplinas EPB e EMC, houve a intensificação dos protestos contra os acordos MEC-USAID, desde 1967, ganhando ampla repercussão na UNE.

A fragilidade do momento – com a repressão militar dentro e fora das universidades, bem como o sistemático uso da tortura, tinham repercutido fora do país causando certo desconforto para os Estado Unidos que, naquele momento, era promotor da democracia, e também com o posicionamento do

¹⁹⁵ Motta (2014) aponta em seu texto a contabilidade dos acordos, que segundo ele, foram vultuosos para o período. O autor comenta o relatório do GAO (Government Accountability Office), que registrou o montante de investimentos em educação no Brasil, entre 1961 e 1973 em torno de 183 milhões de dólares. No relatório da própria USAID, os gastos se mostraram em torno de 132 milhões e 500 mil dólares gastos na área de Educação. De acordo com o autor, a diferença nos relatórios é devido à forma como cada agência procedeu na avaliação. O GAO trabalhou com os recursos tanto diretos quanto indiretos com a Educação, financiamentos provavelmente provindos de outros fundos da USAID. Do total destes gastos, 30% foram para as universidades e o restante do montante para a educação primária e secundária. MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Congresso sobre os “excessos” repressivos do Brasil, haja vista o fato de que um dos argumentos para o financiamento de projetos no Brasil era o fortalecimento da democracia.

Em virtude de ampla repercussão da interferência dos Estados Unidos na Educação brasileira, por via dos acordos, passando a ser os acordos MEC-USAID, em 1966, tema de protestos nas ruas, o governo Costa e Silva adiou o início da implementação dos acordos, em razão de sua negativa repercussão. É necessário frisar que, entre seus apoiadores, havia grupos nacionalistas de direita das Forças Armadas, os quais haviam atacado o governo Castello Branco pelo excesso de afinidade com os interesses estadunidenses.¹⁹⁶

Na leitura desses órgãos estrangeiros, o governo de Costa e Silva representou, de início, um adiamento dos acordos. O desgaste político momentâneo incidiu sobre a quebra do acordo que tratava do planejamento e da reestruturação das universidades. Como estratégia para novos acordos foram desenvolvidos projetos multilaterais, envolvendo órgãos internacionais tais como o Banco Mundial e entidades científicas dos EUA, respeitadas, mas patrocinadas financeiramente pelo USAID.¹⁹⁷

Desde 1966, os ataques à “americanização” da educação brasileira já faziam parte das bandeiras da UNE que, clandestina já em 1967, convocou os estudantes para uma jornada de luta contra os acordos, levando milhares de jovens às ruas, cobrando solução para a falta de vagas nas universidades públicas.

Em 1968, as manifestações se intensificaram, com a ocupação de alguns *campi* pelos estudantes, ocasionando, por parte do governo, represálias que ficaram marcadas na história da luta pela Educação no país, em função do grau de violência e da invasão dos *campi* pela polícia.

¹⁹⁶ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.129.

¹⁹⁷ Com a instituição do AI-5, o governo “republicano” Nixon abandonou o programa Aliança para o Progresso, mantendo as atividades da AID. MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.p. 139.

O ativismo, em parte, também era motivado pelas discussões sobre a reforma universitária, de que os estudantes pretendiam tomar parte (...). Nesse contexto, as lideranças estudantis recuperaram bandeiras da UNE anteriores a 1964, como a proposta de universidade crítica e popular, exigindo maior participação dos órgãos decisórios internos.¹⁹⁸

Na discussão sobre a reforma universitária havia parte da pauta que, podemos dizer, era convergente entre governo e estudantes, tais como a modernização da carreira docente, a extinção das cátedras e o fomento à pesquisa. Havia, entretanto, enorme divergência sobre a orientação técnica e privatista dos EUA. Os anos de 1960 presenciaram um dos maiores embates que o governo militar teria em vinte e um anos de ditadura. É sabido que as universidades tinham papel estratégico nos planos de desenvolvimento do país, no entanto, as universidades estiveram sob o olhar atento das autoridades castrenses por outro motivo: constituíam-se *locus* de atuação dos “inimigos comunistas”, de onde emanava propagação de ideias marxistas e desenvolvimento de atividades de contestação. Sem relatar, ainda, as condutas reprováveis pelo setor conservador, tais como o uso de drogas e a promiscuidade sexual. Neste contexto, a universidade estava no centro das preocupações do governo, o que possibilitou a reforma fosse concretizada.

Assim, paradoxalmente, as reformas saíram do papel, graças a ação de duas forças oponentes, com objetivos conflitantes: militares e estudantes. Em carta escrita no fim de dezembro de 1968, pouco após o AI-5 e a aprovação da reforma universitária, o general Antônio Carlos Muricy, chefe do Estado-Maior do Exército, afirmou: “Só muito a curto prazo e, em parte por pressão nossa e em parte pela pressão dos estudantes foi possível levar a frente a reforma universitária.”¹⁹⁹

Ainda segundo, Motta (2014), existem vários indícios de que a decisão de acelerar as mudanças estruturais no ensino superior tenha sido tomada em decorrência da pressão dos estudantes, a exemplo dos demonstrados pelo jornal *O Globo*.

¹⁹⁸ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014; p. 99.

¹⁹⁹ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 103.

Assim, com a reforma do ensino superior, vários outros dispositivos foram utilizados na luta contra o comunismo. A disseminação de ideais patrióticos, com a criação da disciplina Educação Moral e Cívica, tinha como objetivo inculcar nos jovens a moral necessária à condução da sociedade dentro do projeto militar.

Motta (2014a) enumera vários eventos de entusiastas das ideias patrióticas no meio acadêmico, como o caso da ex-nadadora Maria Lenk, à frente da Faculdade de Educação Física da UFRJ. Lenk se pronunciou contra o convite de participação de um docente aposentado pelo AI-5 em atividades da instituição e expressou seu entusiasmo para com a retirada dos “comunistas” do meio acadêmico. Em carta ao responsável pelo convite ao professor, escreveu que 1968 havia sido um ano de tristezas, pelo engajamento de professores e estudantes em passeatas, deixando de lado suas atividades nas universidades. Declara que não toleraria o retorno de tais atividades agora que estava à frente da instituição:

Graças a Deus e graças aos nossos esforços incessantes. Agora estou tranquila, que meus alunos e meus professores estão cientes de que no recinto de nossa escola, a missão a cumprir é formar profissionais capazes, que possam transmitir aos educandos brasileiros os verdadeiros fundamentos da moral e do civismo para o bem do Brasil.²⁰⁰

Manifestações como esta não deixam dúvidas com relação às delações e perseguições feitas por colegas de trabalho e até mesmo por pessoas da família. Práticas que contribuíram para o desenvolvimento de políticas que visavam “castrar” toda forma de pensamento autônomo, todo modo de liberdade de expressão.

²⁰⁰ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 184.

2.4 FORMAÇÃO MORAL PARA JUVENTUDE: POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO NO COMBATE AO COMUNISMO

Diferente da professora Maria Lenk, segundo Motta²⁰¹, nem todos os apoiadores do regime eram entusiastas da ideia de uma formação moral para a juventude, uma vez que esta tinha ligação direta com a extrema direita e gestava denúncias de fascismo. A ideia, no entanto, tomou forma, sobretudo no decreto nº 869, definindo a disciplina Educação Moral e Cívica, que tinha os seguintes objetivos:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições e instituições e os grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sóciopolítica-econômica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando o bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Notemos que as referências democráticas estão sob inspiração divina e que a unidade nacional é exaltada, assim como a subserviência à Pátria, à lei e ao trabalho. Os objetivos da Educação Moral e Cívica (EMC) subscrevem intensivo teor conservador e, ao ser ministrada durante a vida escolar, contribuiria para formar cidadãos ordeiros e cumpridores da lei.

²⁰¹MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Para Motta, os valores de inspiração para criar a disciplina, que por sua vez era destinada a atingir não apenas os jovens, mas intervir na formação dos valores das gerações futuras por meio das crianças, e que incidiam diretamente em seus objetivos, tinham ligação direta com os grupos que davam sustentação à ditadura. Para ele, ao mesmo tempo em que possuía laivos de republicanismo autoritário, patriotismo conservador, catolicismo tradicional próprios da tradição integralista, a disciplina expressava valores do setor liberal como o “princípio democrático” e o “amor à liberdade”.²⁰² Cabe ressaltar, entretanto, fato importante para o objeto desta tese, que os valores possuíam fortes traços conservadores e tradicionais, e que os dispositivos ligados à democracia estavam sob o olhar divino e a intervenção dos militares.

A disciplina EMC era obrigatória em todos os níveis de ensino. Na esfera universitária, denominavam-se Estudos dos Problemas Brasileiros. No Ensino Médio havia ainda a disciplina Organização Social e Política Brasileira. Para acompanhar a implantação, bem como o desenvolvimento dessas disciplinas, foi criada a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), composta de nove membros, incluindo o presidente da República e o ministro da Educação.

Além dos dispositivos de que a CNMC dispunha para desenvolver os valores caros ao regime, como a produção de livros elaborados quase sempre por militares, em larga escala, a Comissão determinou, junto ao Conselho Federal de Educação, que os docentes responsáveis por estas disciplinas teriam formação própria para o desempenho de seu papel. Os professores de EMC e OSPB seriam licenciados em Estudos Sociais. Para atuar no Ensino Primário, seria necessária a licenciatura curta e, no Ensino Médio, seria exigida a licenciatura plena.

Na base do governo ditador, os conservadores católicos influenciavam nessa formação moral da juventude e, particularmente, nos objetivos da EMC. Em Limoeiro do Norte, esta influência se consubstanciava na própria ação da

²⁰² A menção à liberdade de certo põe em xeque as acusações de fascismo, no entanto, era certamente e um formato ao agrado das facções de direita radical, inclusive os fascistas. Por outro lado, o ensino de tais valores nas escolas poderia servir de propaganda indireta do regime militar, que se apresentava como defensor da Pátria e da moral, e opositor da subversão. (MOTTAa: 2014, p.186)

Igreja, aliada do governo nesse período de cerceamento dos direitos civis e protagonista do projeto social para a região.

2.5 A IGREJA EM LIMOEIRO DO NORTE: VELHAS CONCEPÇÕES EM NOVAS PRÁTICAS

Para tratarmos desse tema e compreendermos melhor a base sobre a qual é desenvolvida esta tese, é necessário nos debruçarmos um pouco sobre as mudanças que nesse período ocorriam no interior da Igreja Católica no mundo, mas especialmente no Brasil.

O movimento de abertura a práticas inovadoras, no interior da Igreja, contrasta com o permanente conservadorismo da Diocese limoieirense. Longe de ousar dar conta de tão complexo tema, haja vista divergências ainda hoje percebidas, como a escolha do Papa Francisco, em 2013. Aqui, propusemos apenas apontar as mudanças pelas quais a Igreja atravessava e sua repercussão no contexto social de 1960.

Período rico de elaboração política e estabelecimento de opções no contexto social, os anos de 1960 inauguraram outra posição da Igreja em relação aos problemas sociais.

O novo lugar que, progressivamente, o catolicismo foi ocupando na sociedade brasileira, neste período, modificou seu perfil tanto interna quanto externamente. Foi ocorrendo, assim, uma metamorfose na compreensão de si mesmo. O seu perfil institucional foi sendo alterado. Com isso a imagem tradicional da Igreja, sua linguagem e sua projeção na sociedade apresentavam uma nova direção. A instituição eclesiástica começava a abrir novos horizontes em sua práxis. (...) O envolvimento e a militância de alguns membros do catolicismo em diversas áreas da sociedade contribuíram grandemente para essa mudança.²⁰³

Definitivamente, em Limoeiro do Norte os novos ventos não chegaram. Com relação à prática social e ao engajamento político de seus párocos, a

²⁰³ DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**/ Org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano; v. 4), p. 96.

Igreja continuou seu trabalho de organização do corpo social e atendimento às bases da família e da moral. O teor cívico permaneceu intenso na formação dos jovens, a força da juventude foi capitaneada para os esportes, prática desenvolvida durante o Projeto Rondon e continuada pelos prefeitos das cidades do Vale do Jaguaribe. As disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira eram ministradas por padres, nos colégios de Ensino Médio e mesmo na Faculdade.

Com relação às novas práticas, apenas o Seminário Cura d’Ars passou por transformações após a realização do Concílio Vaticano II e da decisão da Igreja de se abrir à “modernidade” que os tempos requeriam. O Seminário foi fechado em 1969, dando lugar ao Centro Diocesano de Pastoral. As turmas, cuja formação se encontrava na metade, foram enviadas aos Seminários de Fortaleza e do Recife. Em 1970, iniciou-se uma nova fase que se estendeu até 1999. As novas vocações sacerdotais surgidas eram acompanhadas de perto pelos párocos. Os futuros seminaristas continuavam os estudos em colégios da rede pública ou privada – de acordo com a posse de suas famílias – e acompanhavam os trabalhos da Igreja ajudando o pároco que, no momento oportuno, confirmava a vocação sacerdotal do jovem, então encaminhado para estudar Filosofia e Teologia em Fortaleza. A partir desse momento, o moço seguia rumo à reta final da formação de sacerdócio.

2.6 A EDUCAÇÃO ELEMENTAR E ENSINO MÉDIO: ELEMENTOS POLÍTICOS E IDEOLÓGICOS

Segundo Romanelli (2009), no período de 1960 a 1964, o crescimento de matrículas no Ensino Primário foi de 36% e no Ensino Médio de 60%. O mesmo crescimento, no período de 1964 a 1968, foi este: no Primário, 16%, e no Ensino Médio, 69%.²⁰⁴ No momento, apenas esses dois níveis interessam à análise do desenvolvimento da Educação em Limoeiro do Norte, mas retomaremos o Ensino Superior, nosso foco, no momento oportuno. Ainda segundo a autora, a política educacional adotada após 1964 evoluiu de forma

²⁰⁴ ROMANELLI, Otaíza. Oliveira. **História da Educação no Brasil**. (1930/1973) Prefácio do professor Francisco Igréssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009. P. 177, p. 206

diferenciada. No primeiro momento, tenta atender a demanda quantitativa, exposta numericamente acima. Ocorre uma descontinuidade no segundo momento, com a adoção de uma política econômica de contenção de gastos, necessária ideologicamente ao novo regime.

Nos dois períodos, o nível de maior expansão foi equivalente ao ensino médio:

As mudanças mais importantes ocorreram no ensino secundário. Enquanto o ensino primário apresentou uma trajetória regular de crescimento, mantida pela continuidade de investimentos, no ensino secundário ocorreu uma alteração drástica no ritmo de expansão. Entre 1963-1984 o número de professores do ensino secundário duplicou, passando de cerca de 121 mil para 215 mil, e as matrículas aumentaram de 1,7 milhão para 3 milhões. Mas a grande transformação foi no papel que o Governo passou a desempenhar no ensino secundário.²⁰⁵

Acompanhando a onda de mudanças sociais ocorridas durante a ditadura, na educação as transformações alteram todo o sistema. Percebemos que a educação privada atingiu índices gigantescos. A política educacional do período promoveu a entrega do nível secundário aos empresários do ensino, os quais, naquele momento, descobriram como o seguimento podia trazer retorno financeiro. Luna e Klein confirmam:

Em 1963, 60% dos alunos desse nível de ensino estavam matriculados em escolas secundárias privadas. Em 1984 a situação se alterara radicalmente, pois naquele ano, 65% das matrículas no ensino secundário ocorriam nas escolas públicas. Os 3 milhões de estudantes do ensino secundário representavam mais de 22% de todos os estudantes de 15-19 anos, contra 12% em 1972.²⁰⁶

Uma das maiores heranças do regime, a educação privada, ainda hoje assombra a Educação brasileira, subsidiada em função da incompetência dos dirigentes do país e da eterna benevolência com a classe empresarial.

Em Limoeiro do Norte, nesse período, a Igreja já havia expandido o ensino secundário. Havia escolas para rapazes, o Colégio Diocesano Padre Anchieta; uma escola ligada à área técnica, o Liceu de Artes e Ofícios; e o

²⁰⁵ LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964.**/ Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridente; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 72

²⁰⁶ Idem.

Patronato Santo Antônio dos Pobres, escola para meninas de ensino primário.²⁰⁷ Cabe lembrar que todas estas escolas eram privadas, menos o Liceu de Arte e Ofícios. De certo modo, foi rápida a expansão do ensino no município durante a ditadura. Igreja, Estado e elite promoveram a expansão da Educação para além dos limites que a cidade impunha pelo seu caráter interiorano, de forma que passou, nas décadas posteriores, a ser chamada de “Princesa do Vale” e, para alguns, de “Cidade da Educação”.

Enfim, a estrutura e a organização imposta ao sistema nacional de ensino tiveram como objetivo desenvolver, junto às futuras gerações, um projeto social capaz de restabelecer a ordem, em função da qual todas as instâncias sociais foram mobilizadas. Essa lógica não era diferente em Limoeiro do Norte.

2.7 ENSINO SUPERIOR: DA CONTENÇÃO NACIONAL À OFERTA EM LIMOEIRO DO NORTE

É sabido que a crise produzida no Ensino Superior, no Brasil, acirrou o conflito social com o governo militar, período que ficou indelevelmente marcado por censura, prisões e mortes, embora essa resistência não tenha alcançado, com a mesma intensidade, o conjunto das instituições superiores do país. Enquanto no Rio de Janeiro, em junho de 1968, os estudantes participavam da Marcha dos Cem Mil, cobrando uma postura do governo às suas demandas, em Limoeiro do Norte, foco deste estudo, o governo estadual estimulou a criação de uma instituição no sertão cearense.

Dessa forma, este trabalho tenta compreender a dinâmica do Ensino Superior ocorrida em Limoeiro do Norte. Enquanto no contexto nacional os estudantes iniciavam uma luta histórica por vagas, por ser um período de contenção, em Limoeiro do Norte a Igreja recebia parecer favorável à criação de uma Faculdade de Filosofia que, por excelência, em outros estados era alvo de vigilância do regime ditatorial.

²⁰⁷ LIMA. Lauro de Oliveira. **Sistema Escolar de Limoeiro do Norte: da Colônia à escola que revolucionou o Município**. Fortaleza: Premius Editora, 2002.

No cômputo nacional, no período de 1960-1964, o Ensino Superior contava com um total de vagas de 63,90%, relativo ao número de inscritos no exame vestibular de 50,81%. No período seguinte, 1964-1968, o número de vagas caiu para 52,76 %, enquanto a demanda cresceu para 120,55%. “A política educacional adotada, portanto, foi a de contenção da expansão em limites compatíveis com o modelo econômico, com sua fase de “recuperação” e com as funções do Estado nesse desenvolvimento”.²⁰⁸ Como expresso anteriormente, a política educacional aprofundou a crise que a universidade atravessava, uma vez que, com o advento do golpe, foi interrompido o projeto de reforma universitária²⁰⁹ que vinha sendo gestado e defendido por expressivos segmentos da sociedade, cuja intenção era estabelecer uma relativa autonomia para a instituição.²¹⁰

O golpe de 1964 não foi um movimento essencialmente antirreformista, mas sobretudo anticomunista. Parte dos apoiadores do golpe era favorável a reformas, desde que afastado qualquer perigo de radicalização e fortalecimento de lideranças revolucionárias. Também à direita aceitava-se o argumento reformista de que as universidades precisavam de mudanças para superar certos arcaísmos. (...) Outro problema sensível era a escassez de vagas para os jovens em condições de ingressar na universidade, um grupo em expansão, em demográfico nos anos de 1950-60.²¹¹

²⁰⁸ FREITAG, 1980. **Escola, estado e sociedade**. 4 ed. rev. São Paulo; morais 1980

²⁰⁹ Com o advento dos 50 anos do golpe, novas pesquisas solapam algumas questões já consideradas claras. Motta afirma ser este um momento propício à novas investidas no tema. O próprio autor enumera algumas indagações pertinentes: “Se o eixo do conflito era a oposição nacionalismo versus internacionalismo, com os golpistas perfilando-se na última posição, como explicar a intensificação do desenvolvimento sob o regime militar, que aumentou a intervenção estatal na economia? Se o golpe foi essencialmente fruto de maquinações dos Estados Unidos, como encaixar nesse esquema o afastamento em relação a Washington a partir do segundo governo militar? Se os militares seguiram um script desenhado pelo capitalismo multinacional, por que os capitais privados internacionais não vieram em avalanche quando da vitória dos golpistas, e só intensificaram de fato seus investimentos no quadro do “milagre econômico”, anos depois? Se o movimento de 1964 foi estruturado à base da rejeição total do programa reformista, por que a ditadura se apropriou de alguns projetos defendidos no contexto do governo João Goulart, como a reforma universitária, e por que o primeiro presidente militar, Castelo Branco, propôs ao Congresso mudanças na Constituição para viabilizar a distribuição de terras?” Essas questões nos colocam a certeza do quanto existe ainda a pesquisar, principalmente em matéria de Educação. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²¹⁰ RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12º Ed. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1992 (Coleção Educação Contemporânea).

²¹¹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, Introdução, p. 9.

De acordo com Romanelli (2009), as atitudes do governo passam por duas fases: de início, defendia os interesses de parte de seus apoiadores que faziam frente às investidas de estudantes e professores pelas reformas nesse nível de ensino. Depois, mudou seu posicionamento, implementando a reforma do Ensino Superior, partindo da certeza de que as mudanças não alterariam o *status quo*.

A lei que reforma o ensino universitário, lei n° 5.540/1968, traz modificações justamente na linha das necessidades apontadas pelo grupo de trabalho da reforma universitária, composto por técnicos brasileiros ligados ao novo governo. Esse grupo representava uma minoria empresarial ligada ao golpe e às agências internacionais, e cujo objetivo era expandir o Ensino Superior com um mínimo de custo, para não prejudicar o atendimento dos níveis inferiores, considerados prioritários na agenda do Brasil-potência, uma vez que a defasada média de escolaridade era um obstáculo.²¹²

A gestão do país ocorre sob o discurso do “Brasil-potência”, do tecnicismo, de eficiência e produtividade que, contraditoriamente, correspondia, no campo educacional, ao elevado índice de analfabetismo, configurando-se no país uma perspectiva economicista, à qual a Educação sempre esteve subordinada. Em relação à natureza de tal opção, as leis de criação do MOBRAL e de Reforma Universitária já apontavam o predomínio dessa perspectiva “decorrente do estabelecimento de uma relação direta entre a produção e a educação, próprio à concepção tecnicista de conceber e agir no campo da educação”.²¹³

A Educação, nessa circunstância, aparece como uma das principais instâncias do Estado, pois “era um dos setores prioritários da pauta modernizadora, por seus efeitos multiplicadores e por incutir valores nos jovens”,²¹⁴ constituindo-se, pois, um dos mais poderosos instrumentos utilizados pela ditadura, afora os aparelhos repressivos, responsáveis por

²¹² RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12º Ed. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1992. (Coleção Educação Contemporânea)

²¹³ RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12º Ed. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1992. P. 67 (Coleção Educação Contemporânea)

²¹⁴ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p, 10

conter os movimentos contestatórios. Tais movimentos encontravam nos estudantes um dos principais protagonistas e, por isso mesmo, os principais “alvos” de medidas de disciplinamento e controle. Não é, pois, de se desconsiderar o fato de que as leis relativas à educação nacional foram elaboradas a “portas fechadas”, num contexto em que prisões políticas, delações e tortura passaram a ser regra, tornando difícil o envolvimento da sociedade no debate acerca dos fundamentos e do papel da Educação nacional, característica do período anterior.²¹⁵

Com respeito à pauta modernizadora, Motta (2014) acentua ter sido implantado o modelo de universidade dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos, donde vinham os recursos que financiaram a Educação nacional.

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço à iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedra, fomento à pesquisa e pós-graduação.²¹⁶

Vale ressaltar o fato de que o fomento à pesquisa e à pós-graduação ocorreu nas áreas técnicas, não atingindo aquelas ligadas às Ciências Humanas. Os técnicos com formação em Economia, cuja opinião ganhou muito peso nos governos militares, enfatizavam a importância de inverter²¹⁷ a tradição brasileira de haver mais estudantes matriculados nos cursos de Ciências Humanas do que nas áreas de Ciência e Tecnologia, atendendo assim as novas necessidades da indústria em expansão e da máquina do Estado.

Nesse sentido, a Educação passou a funcionar sob a perspectiva do mercado, tendo como eixo a racionalidade, exigindo sua reordenação e tornando-a, também, objetiva e operacional. Disso resulta, como enfatiza

²¹⁵ RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12^o Ed. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1992; p. 45. (Coleção Educação Contemporânea)

²¹⁶ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 15.

²¹⁷ Idem.

Saviani,²¹⁸ a operacionalização dos objetivos e a mecanização do trabalho pedagógico, disseminados mediante a implementação de metodologias baseadas no enfoque sistêmico, no micro-ensino, no tele-ensino, na instrução programada. Outro reflexo grave ocorreu no parcelamento do trabalho docente, por meio da especialização de funções e padronização do sistema, consistindo em ajustamento e homogeneização das diferentes disciplinas e práticas pedagógicas. À maneira da fábrica, tratava-se de objetivar o trabalho pedagógico, adaptando-o ao trabalho fabril, minimizando os aspectos subjetivos capazes de submeter ao risco a sua eficiência.

As políticas de controle não se processam sem tensões e conflitos, mesmo que desenvolvidas em circunstâncias diferenciadas daquelas que caracterizaram o período populista-desenvolvimentista. O autoritarismo na elaboração dos projetos e a mobilização de um forte aparato policial-militar foram uma demonstração de que a efetivação da política governamental não se realizaria sem luta, daí a tentativa de fazer desaparecer do panorama nacional quaisquer tentativas de resistência; quadro evidenciado quando da implementação, logo de partida, de várias medidas, dentre elas a lei n° 4.464/1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda, que proibia o funcionamento da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Saviani (1981) chama atenção para o fato de que essas medidas, orientadas pela doutrina da interdependência, entravam em conflito com a orientação nacional-desenvolvimentista e as reivindicações estudantis, o que torna a universidade um dos principais focos de resistência, estabelecendo um confronto com o governo militar e conduzindo à crise de 1968.

Assim, com a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, seguida, após a decretação do Ato Institucional No. 5, de 13 de dezembro de 1968, pelos decretos-leis No. 464 e 477, de fevereiro de 1969, consumou-se a ruptura política, também no âmbito educacional, tendo em vista a manutenção da ordem socioeconômica em nome da defesa da democracia. E o setor

²¹⁸ SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistemas**. 6ª ed. São Paulo. Saraiva: 1981.

estudantil foi, também ele, excluído deliberadamente do regime que se autoproclamou democrático.²¹⁹

Nesse contexto, e sobre essas bases, é que foi aprovada a lei n° 5.540 (reforma universitária), estabelecendo as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior, sua articulação com o Ensino Médio e outras providências que se manifestaram depois, quando da aprovação da lei n° 5.692, de 1971, que fixou as diretrizes e bases do ensino de 1° e 2° graus.

No texto da lei, identificamos o instituto da departamentalização, da matrícula por disciplina, do curso básico, e da institucionalização da pós-graduação, mas também a racionalização das estruturas acadêmicas e a otimização de recursos, o sistema de créditos, o exame vestibular unificado e classificatório, os cursos de pequena duração, a restrição da participação estudantil nos processos decisórios, além de medidas de contenção e expulsão do aluno durante o percurso universitário, por via do jubramento. Como exposto, a reforma proposta para o Ensino Superior tinha seus fundamentos no “modelo de organização por departamentos e criando a estrutura de formação em três níveis: graduação, mestrado e doutorado”.²²⁰

Para impedir protestos acadêmicos contra essas medidas de contenção, foi estabelecido o decreto-lei nº 477/1969, atribuindo às autoridades educacionais o poder de intervir nas atividades consideradas subversivas,²²¹ desligando estudantes e demitindo funcionários e professores. A nova legislação educacional visava, antes de tudo, conter a crise universitária decorrente da insatisfação generalizada entre alunos e professores em relação a uma estrutura que perpetuava a desigualdade e a exclusão na maioria da população brasileira. Após-64 foram instaladas comissões de inquérito policial-

²¹⁹ SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistemas**. 6ª ed. São Paulo. Saraiva: 1981.

²²⁰ LUNA, F. V; KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964/** Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 73.

²²¹ Segundo Motta(2014), foram combatidas todas e quaisquer ideias ligadas à esquerda e que por ventura fossem consideradas perigosas. Neste sentido, o governo ditatorial criou as ASIs – Assessoria de Segurança e Informação - que se colocava a vigiar todo movimento estudantil. p, 15.

militar (IPMs) em quase todas as instituições educacionais, acadêmicas e científicas.

Prenderam-se, demitiram-se inúmeros professores e estudantes, com base em acusações de 'subversão'. Na Universidade de Brasília, após um primeiro expurgo em 1964, um novo Reitor, nomeado em 1965, formou listas de professores a serem sumariamente demitidos, o que deu lugar ao pedido de demissão de quase totalidade dos professores e assistentes da mesma Universidade, criando-se uma crise sem precedentes na história das instituições de Ensino Superior brasileiras. Em seguida, como se os processos se encadeassem em obediência a um plano elaborado por organismos ou poderes superiores, a opinião pública mundial viu o desenrolar de acontecimentos similares nas universidades líderes de outros países do continente.²²²

Desse modo, foi aprovada a Lei de Reforma Universitária, que se fundamentava na racionalização das estruturas e dos recursos, bem como na "democratização do ensino". Visava a redução da pressão sobre a universidade, por meio do aumento da absorção dos candidatos ao vestibular (reivindicação manifesta pelos estudantes), para em seguida discipliná-los, como bem explicitou o ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, quatro anos antes e logo após o golpe militar: "os estudantes devem estudar e os professores ensinar (não fazer política)".²²³

Observa-se que a política educacional pós-64 evoluiu de forma diferente da anterior, tentando, de início, atender à demanda social da Educação, pelo menos de forma quantitativa. No ano de 1965, o aumento da quantidade percentual destinada ao setor permitiu que a educação pública passasse do quarto lugar, do período anterior, para o segundo lugar nas prioridades. Os municípios, no entanto, tiveram rebaixadas suas dotações orçamentárias para a Educação pública em 2,6%, e uma diminuição, em relação aos anos de 1955 a 1965, da procura por matrícula, no início do ano, sem que o problema do analfabetismo tenha sido superado, perfazendo no ano de 1970, 33,6% da população. Observa-se, ainda, a manutenção da

²²² LOPES (1977: 98).

²²³ FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4 ed. rev. São Paulo; Moraes: 1980, p. 102

concentração popular nas zonas urbanas e suburbanas, atingindo, já em 1970, mais da metade da população, ou seja, 56% (RIBEIRO, 1993, p. 132).

Integrando essa realidade educacional mais ampla às reformas do ensino superior durante o regime militar, mesmo objetivando passar uma ideia democratizante, a reforma não chegou a empolgar nem mesmo o setor simpatizante ao conservadorismo governamental.²²⁴ A limitação da expansão provocou o agravamento da crise do sistema educacional, não correspondendo nem às exigências do sistema econômico, nem da comunidade acadêmica. Os níveis primários e superiores foram alvo, nesse período, de uma queda considerável e, nesse último caso, sitiou as esperanças depositadas pelos setores médios à prometida ascensão social, que caracterizava as formulações pedagógicas tradicionais. “A crise se substanciou, portanto, no crescente protesto de docentes e discentes e na impossibilidade de se efetuar um trabalho normal dentro das salas de aula das escolas superiores, sobretudo, superlotadas e desprovidas de recursos”.²²⁵

Como destacamos, a reforma universitária promovida pela lei n° 5.540/1968 acabou por propiciar a constituição de um reduto ideológico do regime anterior, e de forte oposição às políticas educacionais do regime ditatorial. A velha bandeira da reforma do sistema de Ensino Superior se mantinha, assim, firme. Reforçando a ideia já esboçada anteriormente, a contradição do período é, nesse sentido e em outros pontos, flagrante. De um lado, a manutenção e a crescente incapacidade do sistema educacional em preparar recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico; de outro, a incapacidade de atender as amplas demandas sociais por educação, aqui compreendidas pela educação pública, sobretudo. Ao contrário, vamos identificar nesse período a expansão dos estabelecimentos de ensino privado, num contexto pautado na extensão dos financiamentos às empresas privadas, em contraposição às tendências reformistas ou estatizantes, contexto que se apoiava, ao menos no discurso, no populismo-desenvolvimentista no Brasil.

²²⁴ Mesmo com declaradas intenções para com as universidades, o que ocorreu de fato, no início da ditadura, foi um atraso em relação ao repasse de verbas que provocaram um estado lastimável de carências. Nesse momento a contenção de gastos para socorrer a economia falava mais alto aos técnicos, estes sem qualquer preocupação com a vida universitária.

²²⁵ LOPES, 1977, p. 76.

Ainda em relação ao ingresso nas universidades,²²⁶ Freitag (1980)²²⁷ enfatiza que, no período correspondente aos anos de 1956 a 1969, manteve-se constante o ingresso de setores médios da sociedade, ao passo que houve redução no ingresso das classes populares, confirmando a tendência da história da Educação nacional, de que as classes desfavorecidas economicamente são excluídas do sistema à medida que se estreita a pirâmide educacional. Naquele contexto, restava às classes populares o ensino profissionalizante noturno, controlado pelo setor privado e de baixa qualidade, cuja função seria fornecer mão de obra qualificada às empresas. Nem mesmo essas metas, no entanto, foram alcançadas, revelando-se o modelo educacional disfuncional, anacrônico e incapaz de reproduzir a força de trabalho exigida pelo mercado em ascensão no Brasil.

No Nordeste, em termos de níveis educacionais, a situação se mantinha mais desfavorável em relação ao quadro nacional, demonstrando que nessa região as políticas sociais foram muito menos eficazes, haja vista a intensificação de uma política econômica nacional voltada ao modelo “associado” de desenvolvimento econômico, que consistia na eliminação dos obstáculos à expansão do capitalismo internacional, com ênfase na modernização industrial e na perspectiva da consolidação do Brasil-potência, centrada nos grandes polos industriais do país.

Do ponto de vista da política de industrialização implementada em âmbito nacional, ao Nordeste restou um tipo de industrialização sem proteção, em relação à indústria do Sudeste. Aquela era obrigada, ainda, a adquirir nesta região, a preços protegidos, a maior parte de máquinas e equipamentos industriais (60%).

²²⁶ Sobre esta questão, Motta evidencia haver inexistência de vagas para os jovens que tinham condições de ingressar no Ensino Superior e, que a expansão ocorrida entre 1940 e 1960 não acompanhava a demanda surgida com as transformações ocorridas no contexto social pela industrialização, a urbanização e a explosão demográfica. Como agravante da situação, “como os exames de seleção de algumas faculdades aprovaram um número de candidatos superior às vagas, surgiu a figura do “excedente”, o estudante aprovado nos testes e que se achava no direito de nelas ingressar, o que serviu de combustível para inflamar os protestos estudantis”. MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p, 67

²²⁷ FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4 ed. rev. São Paulo; Moraes: 1980.

Em um contexto nacional, que buscava articular o desenvolvimento econômico à Educação, mediante institucionalização de um tipo de economicismo educativo e de campanha ideológica de mobilidade social, via Educação, à maioria da população nordestina restou a intensificação do processo migratório.

Essa situação atingiu, inevitavelmente, a Educação no Nordeste, chegando essa região, em 1970, alcançar 55% de analfabetos. Situação delicada, justamente no início de uma década caracterizada nacionalmente por alguns pela melhoria dos níveis gerais de vida e pelo crescimento econômico. É certo que, embora tenha ocorrido essa melhoria dos níveis de vida, no aspecto geral, necessariamente, não houve a elevação do padrão de vida da população (FREITAG, 1980). Relativamente à escolarização, no Nordeste, em sintonia com os números mostrados há pouco, cresceram os incentivos do governo à iniciativa privada, fundamentando, principalmente, o apadrinhamento político via bolsas de estudos (MOURA, 2004).

Diferenciando-se do período anterior e, sobretudo, do Nordeste na fase que corresponde ao regime militar, é possível identificar

Uma penetração e expansão da rede particular do ensino em três áreas: no ensino propedêutico para as universidades (os famosos cursinhos pré-vestibulares), no ensino supletivo (considerado educação de adultos) e no Ensino Superior de graduação e pós-graduação. Assim a gratuidade do ensino prometida pelo governo até o 8º ano primário não veio perturbar o setor privado, mas sim fazer com que definitivamente abandonasse a área do secundário formal vindo a utilizar as novas brechas que lhe são abertas pela legislação atual.²²⁸

Desta forma, a realidade produzida pelas legislações educacionais, no período da ditadura, sobretudo em relação ao nível superior e ensinos de 1º e 2º graus, é marcada, com a Constituição de 1967, pelo fortalecimento do ensino particular, e também, talvez por isso mesmo, pelo retrocesso estatístico da Educação pública, demonstrado até o ano de 1968. Afinal, o empresariado do ensino precisava de novas áreas de ação, outras vantagens e concessões, efetivadas com a implementação do sistema de bolsas para alunos e do

²²⁸ FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4 ed. rev. São Paulo; Moraes: 1980.

pagamento de taxas. Contudo, a fim de garantir a modernização acelerada com base no modelo desnacionalizante, seria necessário excluir os educadores e amplos setores da sociedade do processo político e do debate sobre os rumos que estaria tomando a educação Nacional.²²⁹

O panorama privatizante da educação ora apresentado²³⁰ dialoga com a tese. Quanto à FAFIDAM, é fato que essa instituição recebeu diversas concessões do setor público, sendo criada como autarquia estadual com autonomia administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar. No que diz respeito ao setor público, no Ceará, precisamente ao interior do estado, a Educação não foi priorizada por seus governantes, haja vista a precariedade das poucas escolas públicas, desassistidas completamente de material. Não havia carteiras e as crianças se sentavam em bancos de carnaúba, feitos de forquilhas, ou ficavam de pé e faziam anotações apoiadas nas janelas.²³¹ O descaso dos governantes para com a educação deu margem à implantação de escolas privadas, em se tratando da microrregião do Baixo Jaguaribe. A Igreja foi responsável pela criação de instituições de ensino de várias modalidades, dentre as quais o Colégio Diocesano Padre Anchieta e a FAFIDAM, a qual contou com o financiamento estatal.

No intuito de consolidar essas afirmações – sobre as concessões do então governo ditatorial à criação da FAFIDAM – apresentaremos no terceiro capítulo o projeto educativo que deu origem à criação de uma Faculdade de Filosofia no interior do Ceará, em plena ditadura civil-militar. Preliminarmente vimos, até aqui, que o projeto desenvolvido pelo bispo Dom Aureliano Matos possuía os mesmos princípios do “projeto” do governo ditatorial, os quais se pautavam na busca da moral, no cumprimento do civismo, no desenvolvimento de práticas conservadoras e de cunho privado. Assim, voltava-se ao

²²⁹ SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistemas**. São Paulo. Saraiva: 1981.

²³⁰ É importante lembrar que nesse contexto da ditadura houve uma grande expansão da Educação privada. A esse respeito ler: FREITAG (1980), ROMANELLI (1989), RIBEIRO (1992) e SAVIANI (1981).

²³¹ MOURA, Maria Lenúcia. **Educação em Tabuleiro do Norte: emergência e evolução do sistema escolar na perspectiva dos protagonistas**. Dissertação de mestrado defendida em 24 de abril de 2006, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

atendimento da satisfação dos interesses da elite, fossem no contexto nacional, pelo foco do desenvolvimento ligado ao liberalismo, ou no plano estadual, pela parceria com uma elite que vivia a reboque do Estado, ou mesmo no contexto local, em que as instituições criadas pelo bispo atendiam às demandas por Educação e trabalhavam na sustentação dos princípios conservadores, caros à mesma elite limoeirense.

3. ESTADO DITATORIAL E IGREJA NA CONSTITUIÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO: O CASO FAFIDAM

Meu caro amigo

Chico Buarque de Holanda

Meu caro amigo me perdoe, por favor
Se eu não lhe faço uma visita
Mas como agora apareceu um portador
Mando notícias nessa fita
Aqui na terra 'tão jogando futebol
Tem muito samba, muito choro e rock'n' roll
Uns dias chove, noutros dias bate sol
Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta
Muita mutreta pra levar a situação
Que a gente vai levando de teimoso e de pirraça
E a gente vai tomando, que também, sem a cachaça
Ninguém segura esse rojão

Meu caro amigo eu não pretendo provocar
Nem atiçar suas saudades
Mas acontece que não posso me furtar
A lhe contar as novidades
Aqui na terra 'tão jogando futebol
Tem muito samba, muito choro e rock'n' roll
Uns dias chove, noutros dias bate sol
Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta
É pirueta pra cavar o ganha-pão
Que a gente vai cavando só de birra, só de sarro
E a gente vai fumando que, também, sem um cigarro
Ninguém segura esse rojão

Meu caro amigo eu quis até telefonar
Mas a tarifa não tem graça
Eu ando aflito pra fazer você ficar
A par de tudo que se passa
Aqui na terra 'tão jogando futebol
Tem muito samba, muito choro e rock'n' roll
Uns dias chove, noutros dias bate sol
Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta
Muita careta pra engolir a transação
E a gente tá engolindo cada sapo no caminho
E a gente vai se amando que, também, sem um carinho
Ninguém segura esse rojão

Meu caro amigo eu bem queria lhe escrever
Mas o correio andou arisco
Se me permitem, vou tentar lhe remeter
Notícias frescas nesse disco
Aqui na terra 'tão jogando futebol
Tem muito samba, muito choro e rock'n' roll
Uns dias chove, noutros dias bate sol
Mas o que eu quero é lhe dizer que a coisa aqui tá preta
A Marieta manda um beijo para os seus
Um beijo na família, na Cecília e nas crianças
O Francis aproveita pra também mandar lembranças

Composta em 1976, a canção escrita por Chico Buarque foi um desabafo às condições de estrangulamento de liberdade sob os quais vivia a sociedade brasileira após a edição do AI-5. A forte censura que sufocava as manifestações da área artística criou maneiras de subverter a ordem, se utilizando do lirismo para denunciar as formas de opressão de que eram vítimas no contexto de cerceamento da liberdade de expressão. A canção escrita a Augusto Boal, quando estava no exílio, denuncia a realidade social do início dos anos de 1970, a qual se legitima como forma de resistência à ditadura.

As letras das canções, o movimento artístico e o teatro fizeram história, agitando a vida dos censores e contribuindo com a produção de documentos que hoje, passados cinquenta anos, ajudam-nos a compreender aquele momento conturbado da história.²³² Nessa mesma direção caminha a documentação pessoal daqueles que estavam diretamente envolvidos com o golpe, fossem pró ou contra o regime. Transcorrido meio século, percebemos, por meio de literatura especializada, que naquele momento histórico duas forças se confrontavam e produziram documentos que buscavam legitimar suas ações, apesar da vitória do movimento ditatorial.

No aparato legal do novo regime, outros instrumentos foram elaborados, a exemplo da Constituição de 1967, de emendas constitucionais de 1969 e de vários decretos. A resistência buscou formas de reverter essa situação, fossem por meio de tentativas de Brizola, logo após o golpe, quando buscou organizar uma resistência na clandestinidade,²³³ fossem as muitas formas de levante dos grupos de esquerda no decorrer do período.

Vários personagens que viveram aqueles dias como também estudiosos defendem que a resistência era possível e que o golpe poderia ter sido revertido (...). É claro que, se tivesse

²³² HERMETO, Miriam. **‘Olha a Gota que falta’: um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-1980)** [manuscrito] / Miriam Hermeto. – Belo Horizonte: UFMG, 2010.

²³³ FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 369.

resistido, a história seria outra (...). Nesse caso, como em todos os demais, jamais saberemos o que teria acontecido (...).²³⁴

Uma das suposições foi elaborada pelo próprio João Goulart, que disse, em entrevista a Jorge Otero, quando ainda estava em exílio no Uruguai:

Haveria mesmo derramamento de sangue. Mas esse sangue a ser derramado seria o de civis. Era mister evitá-lo. Porque, Jorge, já lhe disse: lobos não comem lobos, ameaçam, fazem pronunciamentos. No final, dá um jeito. Além disso, até que ponto poderíamos resistir? (...) Não, Jorge, eu não teria esse direito. Nem gostaria de arcar com essa enorme responsabilidade, que contraria meu foro íntimo.²³⁵

Apesar das inúmeras ilações, elas em nada mudam os fatos, e estes dão conta de que, ao se efetivar o golpe, e mesmo anos depois, ele se tornou um momento marcadamente depreciativo, na recente história democrática do Brasil; um assunto ainda difícil de ser tratado, principalmente por aqueles que viveram o período, diretamente ligados aos fatos ou não. Esse é o caso de algumas das pessoas entrevistadas neste trabalho, que embora não estivessem envolvidas e vivendo distantes dos principais centros de repressão, ainda se retraem e/ou se envergonham ao lembrar sua participação na marcha que comemorava, naquele momento, a vitória dos militares.²³⁶

Diferentemente de vários países latino-americanos que assumiram o seu regime ditatorial, o Brasil procurou gestar uma imagem de democracia, o que teria caracterizado o seu perfil híbrido, constitucional e institucional.

A busca pela implementação dos objetivos do regime, no intuito de proporcionar o desenvolvimento do país, foi instituída no campo educacional pela lei nº 5.540/1968, que regulamentou a reforma universitária e instituiu os princípios para a organização e o funcionamento do Ensino Superior, bem como sua articulação com o nível médio; e a lei nº 5.692/1971, que fixa diretrizes para os níveis de 1º e 2º graus, com um claro direcionamento à

²³⁴ FERREIRA, Jorge. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 369-370.

²³⁵ Citado em Jorge Otero. João Goulart: Lembranças do Exílio. Rio de Janeiro, casa Jorge, 2001, p 168-9.

²³⁶ Os entrevistados afirmaram não possuir a completa noção da realidade dos acontecimentos, no período, e declararam só ter noção do que seria a ditadura, de fato, anos depois.

profissionalização do Ensino Médio e o objetivo de conter a demanda para o Ensino Superior.

Percebemos, pelas leis instituídas, que o projeto de reforma não trazia uma proposta pedagógica bem definida, alinhando-se ao período de censura de sua constituição e, como resultante da própria ditadura, com predomínio de técnicas e de medidas de cunho administrativo e organizacional.

Nesse ínterim, as políticas desenvolvidas para a universidade asseguravam o continuísmo das práticas conservadoras. O ensino superior no Brasil pré-1964 já significava, cada vez mais, a chance de alguns setores ascenderem socialmente; e de outros, não descerem com tanta velocidade. A reforma universitária, incluída nas reformas de base propostas no período janguista, direcionava-se no sentido de democratização do Ensino Superior. Talvez fosse uma forma de, na balança de ascendência e descendência social, diminuir a velocidade de queda de níveis de vida de determinados setores que, para se manterem em suas posições, começaram a sentir a necessidade de mais anos de escolarização. A reforma implantada na ditadura, pela lei nº 5.580/1968, foi no sentido contrário da reforma janguista, malgrado dissimular sua intenção de, sobretudo, abafar a crise estudantil que se aguçara naquele ano. Essa crise, ao menos em parte, espelhava justamente os desejos dos setores médios em democratizar o acesso à universidade (GHIRALDELLI, 1990, p 174).

Apesar do aspecto modernizante, este processo em nada contribuiu para a implementação de um Ensino Superior que atendesse à proposta econômica do próprio governo. Diferentemente do contexto nacional, em Limoeiro do Norte a proposta da educação contribuiu harmoniosamente para os objetivos dos líderes eclesiásticos e políticos.

No decorrer do primeiro e do segundo capítulos, defendemos duas pré-teses que procuraram situar o município de Limoeiro do Norte no âmbito histórico da ditadura no Brasil, insistindo que:

- 1 as práticas políticas desenvolvidas entre a Igreja e a elite limoeirense, e o papel das instituições criadas por Dom Aureliano Matos durante o

- desenvolvimento do projeto da Igreja, reforçaram a política ditatorial na microrregião do Baixo Jaguaribe; e
- 2 o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte, sob os auspícios da Igreja, tinha relações estreitas com o projeto do governo.

Já neste capítulo, procuramos compreender, no contexto da ditadura civil-militar, como as políticas e práticas educativas estabelecidas na FAFIDAM permitiram o fortalecimento da ordem social conservadora, no setor de Educação do Baixo Jaguaribe. Para tanto, privilegiaremos os diversos instrumentos que buscaram, no interior daquela Faculdade, consolidar a visão de mundo dominante, então vigente.

Dessa forma, temos a terceira pré-tese, correspondente a este capítulo, momento, no qual articularemos as duas primeiras pré-teses no âmbito da Educação local, afirmando que as políticas e práticas no Ensino Superior, sob o controle da Igreja, fortaleceram a ordem social conservadora da ditadura na microrregião. Em alguns momentos, mediante prática de expurgos e perseguições, e em outros, por meio de acomodação e conciliação nas práticas cotidianas. Analisaremos o projeto educativo que originou a FAFIDAM e, pelas falas dos universitários do período, procuraremos apreender o contexto social no qual aqueles jovens estavam inseridos, estabelecendo, por meio dessas narrativas, uma análise dos fatos ocorridos no interior daquela Faculdade. Procuraremos, no entanto, não perder de vista sua unidade com os ventos nacionais, razão pela qual iniciamos nosso debate pelo contexto do país.

3.1 A RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL-MILITAR

Segundo Carlos Fico (2012), a ação que desencadeou a ditadura no Brasil ocorreu fora do controle dos líderes da “revolução”. O golpe “ter-se-ia iniciado contra a vontade daqueles que o tramaram”.²³⁷ O autor aponta para um panorama único se pensarmos que, de um lado, golpistas aparentemente

²³⁷ FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012. p. 15.

desarticulados tiveram o regime de exceção deflagrado por um general que se antecipa ao fato; do outro, um chefe de Estado que não se impôs frente ao golpe e uma esquerda que, embora ciente das articulações para retirada de Jango da presidência da República não havia traçado planos efetivos de resistência. Apesar de os episódios traçados pelo autor fugirem da lógica formal da hierarquia militar, e demonstrarem certo descompasso nas ações castrenses, no que se refere à ação que desencadeou o golpe os militares sabiam bem o que fazer com relação aos comunistas, pois, de posse do poder, desencadearam já no dia seguinte as prisões. Ao final do ano de 1964, o número de presos políticos somava mais de cinquenta mil,²³⁸ o que deixa claro a forte vigilância do sistema repressivo político existente no setor militar mesmo antes do golpe.

Apesar da imprecisão dos números, pela ausência de uma coordenação nacional das ações de repressão, “com base nos dados colhidos pela embaixada e alguns consulados, pode-se estimar entre 20 mil e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe”.²³⁹ Percebemos, com suporte nos autores citados, que a guerra contra o comunismo era item número um da agenda do golpe e consenso entre os militares.

A realidade social que se desenhou mediante o advento da ditadura no país fomentou fortes dispositivos de controle políticos e sociais. Partiremos da análise da conjuntura por via das mudanças sociais ocorridas para conformar os mecanismos de controle da vida social do governo golpista, no intuito de compreender as ações desencadeadas em Limoeiro do Norte. Não pretendemos aqui traçar intensa discussão sobre o golpe, mas buscar nas entrelinhas das ações militares o que poderia ser considerado um projeto de sociedade.

Antes de prosseguirmos, no entanto, faz-se necessário discorrer sobre a escolha da denominação civil-militar para o golpe. A referência de que o golpe fosse também civil se filia diretamente ao objetivo da tese, uma vez que visa

²³⁸ BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1930 a 1960**. 3ª ed., São Paulo, Alfa-Ômega, s.d., p. 142.

²³⁹ MOTTA, Rodrigo. Pato. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 26.

demonstrar que a base conservadora de uma elite desejosa de se perpetuar no poder, aliada à Igreja, consolidou o projeto conservador em Limoeiro do Norte em todas as esferas da vida social, sobretudo no campo educacional. Associando esse pensamento à elite diretamente envolvida no golpe, no contexto nacional, podemos dizer que o conservadorismo incrustado na sociedade brasileira permitiu a articulação de um golpe militar no qual a própria elite, mesmo participando ativamente, não tinha o controle da situação.

Tratando da discussão sobre o recorte do período da ditadura e das evidências na participação civil no golpe, Arão Reis (2014) ironiza: “No mesmo movimento, obscureceu-se a participação dos civis na construção do regime, esvaziando-se de quebra o estudo e a compreensão das complexas relações que sempre vigoraram entre o poder ditatorial e a sociedade”.²⁴⁰ Ao mesmo tempo em que havia intensa insatisfação por parte dos militares com os rumos que o governo Jango tomava, havia uma elite que historicamente se apoiou no Estado, para barganhar benesses ou incorporar-se aos quadros de salários.

Muitas são as teses que pretendem dar conta desse objeto. Há, por exemplo, a relação entre o braço militar e a sociedade na aplicação do golpe. Assim como Arão Reis (2014), René Armand Dreifuss advoga a ideia de que o golpe não foi apenas das forças armadas organizadas, a despeito das classes dominantes, mas sim que “o Estado teria sido diretamente reorganizado pela elite”.²⁴¹ Visto desta forma, o protagonismo do golpe vem às mãos da sociedade, que fazia jus a um processo de luta política de um determinado setor em função de seus interesses. Discordando de Dreifuss, apesar de aceitar também o apoio irrestrito da elite ao golpe, Soares ressalva que o golpe foi militar e deu origem a um regime igualmente militar.²⁴² Aqui salientamos que, a despeito de uma das pré-teses já levantada no capítulo anterior, de que o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte sob os auspícios da Igreja tinha relações estreitas com o projeto do governo civil-militar, essa tese

²⁴⁰ REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**./Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Mota – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar: 2014.

²⁴¹ FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012; p. 37

²⁴² SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

se filia às ideias compartilhadas pelos autores que vêem o protagonismo na sociedade, precisamente da elite, o que confirma a denominação civil-militar. Assim, advogamos a ideia de que, para efeito deste estudo, a elite limoeirense e também a Igreja deram suporte ao regime, ao mesmo tempo em que ganhavam benesses do governo ditador.

Concordamos com Motta (2014), no entanto, quando ele frisa que há muito que se investigar sobre a ditadura brasileira, haja vista o governo ditatorial ter posto em prática algumas das mudanças defendidas pelo governo de Jango para modernizar o Estado, o que para nós só evidencia ainda mais a participação da elite.

Na inexistência ou falta de acesso a vestígios documentais e/ou memorialísticos de um projeto de governo dos golpistas, no qual, aparentemente, o que unia todos era o perigo comunista, buscamos fundamentar a discussão de que o capítulo necessita mediante as ações corporificadas nas políticas desencadeadas por esse governo. Nas palavras de Motta (2014):

Para compreender as políticas implantadas pela ditadura é preciso considerar que não havia um projeto perfeitamente desenhado antes do golpe: muitas das escolhas foram tomadas ao sabor dos eventos, das pressões e das lutas travadas ao longo dos anos, às vezes de maneira improvisada. Os programas do regime militar resultaram das negociações e dos conflitos entre os grupos apoiadores do regime, que foram influenciados por pressões internacionais, pelo contexto econômico, pelas ações dos opositores e também pelas tradições do país, sem esquecer que as preferências pessoais dos detentores do poder igualmente entram em conta.²⁴³

As afirmações do autor tomam consistência inegável se observarmos a oscilação no maquinário da censura, que em alguns momentos foi mais branda e em outros, mais ferrenha.²⁴⁴ Ainda tratando dos grupos,

²⁴³ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A modernização autoritário conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. /Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Pato Sá Mota – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar: 2014. p. 49, 50.

²⁴⁴ Juliano Martins Doberstein. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. Porto Alegre 2007. Dissertação de

Motta (2014) acentua que o golpe foi tramado por grupos “ideologicamente distintos”, mobilizados em torno do expurgo ao comunismo. Como matrizes ideológicas, esses grupos evocavam desde o nacionalismo autoritário até o liberalismo ou o conservadorismo.²⁴⁵ Essas vertentes demandavam políticas diferenciadas para o contexto, dificultando o traçado único de uma política social para o período. Partimos da compreensão de que a “visão de mundo” compartilhada pelos grupos que fizeram “a revolução”, visão incorporada ou absorvida coercitivamente pelo golpe, era contrária a uma concepção que então se constituía de democracia e de projeto de República, “baseado no protagonismo do Estado em aliança com as classes populares”,²⁴⁶ defendido acaloradamente por parte da esquerda.

Se o golpe possui particularidades, a própria resistência também se processou de acordo com os vários momentos da ditadura, expressa em menos e mais liberdade de expressão, com forte censura oscilando entre o diálogo e a repressão. A força usada pelo militares e as tentativas de legitimar o golpe deram o tom com que os grupos contrários ao regime se organizaram no combate à ditadura (RIDENTI, 2014). Com a decisão de opor-se ao regime e de divergir do modelo de governo instalado, a esquerda brasileira, então um imenso mosaico de organizações políticas, estabeleceu focos de resistência de vários matizes. Houve tentativas de participação nas eleições de 1966, frustradas com o endurecimento do regime, e em 1968, via movimento estudantil, cuja resistência tomou forma na deflagração de greves contra a política econômica. O MDB, funcionando após a reforma do sistema partidário e criado pelo bipartidarismo que durou 14 longos anos, após reorganização de um grupo mais destemido, buscou apoiar o movimento estudantil no Congresso, o que ensejou a edição do AI-5.

mestrado em História. Programa de Pós graduação em História da Universidade federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

²⁴⁵ Para simplificar, pode-se dizer que os liberais sustentavam os Projetos modernizadores, e os conservadores as políticas conservantistas, enquanto os nacionalistas dividiam-se entre os dois pólos, e todos apoiavam a repressão e as medidas autoritárias, embora os liberais fossem mais sensíveis à moderação. (...) Do ponto de vista ideológico, o regime militar era ambíguo e heterogêneo em consequência de sua composição complexa. (MOTTA: 2014 p, 290, 291)

²⁴⁶ REIS, Daniel Aarão. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. / Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Mota – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar: 2014.

Após algumas tentativas frustradas de resistência e em razão do grande número de pessoas presas,²⁴⁷ novas estratégias primaram pela resistência, principalmente por parte de estudantes que se engajaram na luta política.

Compreendemos, lendo a literatura especializada, a exemplo de Fico (2012), Ridenti (2014) e Motta (2014a), que a resistência à ditadura se deu de formas diferenciadas no meio acadêmico, fossem no corpo docente, discente e até mesmo entre os dirigentes. Com a criação de centros de mobilização da esquerda de norte a sul do país, as universidades foram palco de profundos entraves e, por vezes, tornaram-se o alvo “da força” da ditadura.

3.2 A CONTRIBUIÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA NO BRASIL

No primeiro de abril de 1964, a comunidade acadêmica foi, em grande parte, surpreendida pelo golpe civil-militar. Vários setores do meio universitário viviam, naquele momento, forte impulso revolucionário, creditado às correntes de esquerda, bastante difundidas e orientadas em suas bases ideológicas. O movimento estudantil havia se estruturado, tornando-se combativo, transformando o interior das universidades em palco de debates desmontado pelo golpe militar. Pouco depois, no entanto, a força do movimento estudantil foi retomada, à medida que “as esquerdas universitárias foram se rearticulando”.²⁴⁸

Pela sua fraqueza orgânica, inserida num quadro nacional em que os setores civis moderados de direita estavam cada vez menos influentes diante da militarização crescente do governo, os estudantes liberais foram logo substituídos na direção das entidades por estudantes de esquerda, que ao poucos retomavam o lugar de destaque ocupado no movimento

²⁴⁷ “Com base nos dados colhidos pela embaixada e alguns consulados, pode-se estimar entre 20 mil e 30 mil o número de pessoas detidas no momento do golpe. A maioria dos presos logo foi solta, após breve interrogatório, e parte deles ficou livre de qualquer investigação, enquanto outros tantos foram liberados com instruções de aguardar inquéritos e eventuais processos judiciais. Em maio de 1964, estimava-se que algo entre mil e três mil pessoas permaneciam encarceradas” (MOTTA, 2014, p 26).

²⁴⁸ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ed. Rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 124.

estudantil desde o final dos anos de 1950, perdido principalmente em razão da repressão pós-golpe.²⁴⁹

Visto como espaço de formação da elite intelectual e política do país, as universidades foram o ponto estratégico de caça aos inimigos do novo regime. Entre a mobilização revolucionária e o conservadorismo impregnado na sociedade, a força foi utilizada para o ajustamento de contas.

Diversas foram as posições assumidas, de professores e/ou dirigentes, tão diferenciadas que sequer podem ser agrupadas num raciocínio puramente lógico como, por exemplo, reunindo todos em uma aproximação com o poder. No que diz respeito ao Rio de Janeiro e São Paulo, foco prioritário da repressão, Motta relata várias posições.

Diferente do movimento estudantil, segundo Motta (2014),

Entre os professores universitários a situação não era a mesma, e as ideias de esquerda não encontravam tanta reciprocidade. Nos meios acadêmicos eram fortes os laços com valores conservadores, em alguns casos até a extrema direita. Em geral as faculdades de direito e de medicina eram baluartes conservadores, apesar de certas exceções, e, de maneira geral, o corpo docente pedia politicamente para o centro. Havia docentes com opiniões de esquerda, alguns até com militância no PCB, ativa ou pregressa. E havia também pequeno grupo de jovens professores, na faixa etária entre os vinte e os trinta anos, que partilhavam os ideias do movimento estudantil, do qual, aliás, eram egressos. Mas os docentes sensíveis ao apelo da esquerda representavam franca minoria nos meios universitários antes de 1964.²⁵⁰

Ainda consoante o autor, essa realidade mudaria durante a ditadura, havendo forte adesão dos professores à resistência ao regime. Com relação à FAFIDAM, a própria estrutura da faculdade inibia posicionamentos ligados às correntes de esquerda. O professor Luiz Cruz Lima relata esse fato:

Me submeti à seleção para professor, era recém-formado, vinha cheio de ideias comunistas, porque eu fui comunista.

²⁴⁹ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2ed. Rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 124.

²⁵⁰ MOTTA, Rodrigo. Pato. Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.25

Nisso eles me receberam com certa cautela, estávamos em 1971, anos de chumbo. Eu tinha sido preso em 1964 e já fui para lá com esta mancha negra, terrível, criminoso da pátria. Eu era de uma linha mais radical trotskista. Quando eu chego lá, o próprio Misael foi assistir minha aula, e mantendo minhas concepções e minha coragem, dei minha aula - eu sabia que era uma Faculdade entregue à Igreja - a aula permitia um posicionamento de esquerda, de análise, então me contive, confesso que nesse momento, já havendo sofrido as agruras da perseguição, eu me contive.²⁵¹

Na fala do professor, destacam-se a realidade da FAFIDAM e da própria Igreja. Esse aspecto era suficiente para o professor, recém-chegado e oriundo da militância de esquerda, compreender o contexto em que se inseria naquele momento. Embora afirme que, enquanto esteve na FAFIDAM não contribuiu com a discussão sobre o momento pelo qual passava o país, deixando de lado suas concepções ideológicas, suas contribuições à quebra do rigor, no contexto da Faculdade, foram sentidas pelos alunos. Em vários relatos de alunos de outros cursos, pudemos ouvir a referência à Geografia, curso no qual o professor lecionou, como aquele que desenvolvia atividades diferenciadas dos demais cursos:

No período da faculdade eu era louca para ser do curso de Geografia (risos), devido às viagens. O curso de Geografia tinha aulas de campo, saiam para vários lugares, e como no meu curso as aulas eram muito tradicionais. Embora tivéssemos bons professores, eu ficava com vontade de participar das aulas da Geografia.²⁵²

Fugindo um pouco do contexto das práticas tradicionais de sala de aula, o curso imprimia essa noção de diferenciação também em seus alunos:

As aulas tinham seu dinamismo, nós tínhamos aulas com mapas, aulas práticas, tínhamos muitas aulas de campo. Eu considero o nosso curso muito bom para a época, tanto pelo comprometimento dos professores, quanto o nosso. O dinamismo da professora Cilda chamava a atenção, tinha muito conhecimento, se destacava entre os professores. A aula era expositiva, mas ela dava um dinamismo, fazia muitas

²⁵¹ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

²⁵² GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha/CE; Brasil. 28 maio de 2014. 1 hora e 45 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

perguntas, trabalhos de grupos. Outro professor que tinha boas aulas era o Mariano, excelente professor de cartografia. As aulas eram boas.²⁵³

No contexto conservador da cidade, as formas de resistência embora tímidas e por vezes desenvolvidas aleatoriamente, tiveram sua importância no processo de mudanças pelas quais a FAFIDAM passou, desde a sua criação, e cujos reflexos se podem apontar ainda hoje.

Na lógica de antecipação à propagação do comunismo e da resistência à ditadura, muitas foram as ações desenvolvidas pelas direções de centros universitários, faculdades e universidades. À luz de Motta, analisaremos as práticas da ditadura ocorridas na FAFIDAM, partindo das contribuições do autor no contexto mais amplo à análise do ocorrido em Limoeiro do Norte.

3.2.1 Práticas da ditadura: demissões, prisões, torturas, expurgos e aposentadorias

Recorremos ao trabalho de Motta para nos auxiliar a compreender as peculiaridades das ações dos diversos *campi* brasileiros, no que diz respeito à conduta dos reitores. Premissa básica do autor é a extrema importância de se considerar que a intensidade da repressão dependia das condições locais, das atitudes dos dirigentes universitários e de seu prestígio, assim como da atuação de líderes civis e dos comandos militares. É justamente nesse caráter das condições locais, e mais ainda no prestígio que tinha Dom Aureliano Matos e seus sucessores junto ao governo do Estado, que iremos nos debruçar.

É recorrente nas contribuições de Motta (2014a) sobre esse tema, a menção às ações desencadeadas em função da proximidade e da ligação afetiva entre as partes.

²⁵³ OLIVEIRA, Francisca Maria de. Fortaleza/CE; Brasil. 21 janeiro de 2014. 2 horas e 9 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Um fato ocorreu, não por desconhecimento nem por posições ideológicas em contrário, mas por forte pressão exercida pela direção da Faculdade, conforme o relato do professor Luiz Cruz Lima:

Eis que começo a me empolgar nas aulas e o padre Pitombeira me chama para me avisar que tinha gente na FAFIDAM paga para me observar, e que estava sendo seguido não apenas dentro da Faculdade, mas também na rua.²⁵⁴

Contemporâneo do professor Luiz Cruz Lima, Valter Pinheiro reitera esse fato:

[...] um ano após eu ter concluído o curso de Letras, não chegou nem a ser um ano, fui contatado pelo chefe de Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos FAFIDAM, em Limoeiro do Norte. O Departamento estava precisando de um professor de Francês e como eu tinha licença pra ensinar Francês, Literatura Francesa, Português, Literatura de Língua Portuguesa, fui contratado pela Faculdade. (...) Fui indicado por uma religiosa que fazia Letras comigo (...) o nome dela não recordo, inclusive fazíamos parte de um grupo de estudo de Francês, eu, Socorro Diógenes, ela e mais outros. Eu tinha um certo domínio da língua. (...). Então eu fui pra lá. Na faculdade eu não tive nenhuma atuação política. Porque inclusive, fui para lá depois da primeira prisão e estava perdido, assim, sem nenhuma orientação. Eu não era mais militante do MCI, não era mais militante do PCBR. O PCBR foi praticamente dizimado aqui em Fortaleza. Então eu estava sem nenhuma orientação. Em Limoeiro do Norte eu evitava chegar na Faculdade - numa cidade que não conhecia ninguém - fazer um discurso político, lá eu fui realmente pra sobrevivência. Mesmo sem militância, em conversas com outros professores, fiquei sabendo que alguns professores eram militantes do PCBR, mas que tinham sido advertidos, assim como eu também fui, que os professores eram observados.²⁵⁵

Fazia parte da “acolhida” dos professores recém-contratados da FAFIDAM um aviso discreto das condições de atuação dos professores na Faculdade. Segundo Valter Pinheiro, em uma conversa muito discreta, ele foi informado, por outro professor, de que os docentes tinham sua conduta, em

²⁵⁴ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

²⁵⁵ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 08 de agosto de 2013.

sala de aula, observada cotidianamente. Segundo Valter Pinheiro, em nenhum momento de sua contratação, esse assunto foi pauta de discussão.

FAFIDAM: resistência nacional contida

Uma das práticas utilizadas pelos dirigentes da FAFIDAM, no intuito de controlar as atividades dos professores da instituição, foi requerer todos os semestres, durante um determinado período, uma declaração de “boa conduta”, expedida pela Delegacia de Polícia. Alguns ex-professores relatam essa prática da direção. A ex-professora Márcia Helena relata um fato que presenciou:

Todos os semestres nós tínhamos que pegar uma declaração semestral que não devia nada para poder continuar a dar as aulas – quando eu entrei na FAFIDAM ainda tive que entregar umas duas dessas declarações que eram expedidas pela delegacia, que a gente pegava com o delegado. Então fomos eu, a Neide e outros colegas na delegacia, ao chegarmos, o delegado falou que estavam todas prontas, mas que tinha uma que ele não entregaria. A Neide ficou apreensiva, e quando o delegado se ausentou da sala por alguns instantes, a Neide perguntou se eu não teria coragem de olhar de quem era o documento que ele estava omitindo embaixo da pasta. Eu estava perto da mesa dele, então levantei a pilha de papéis e vi que era o documento do Luiz Cruz Lima. Nessa época eu não o conhecia bem, a Neide é que era do mesmo curso dele. (...) Era terrível, se não andávamos na linha, não recebíamos a declaração.²⁵⁶

O professor Luiz Cruz Lima confirma o fato:

Chegou uma época em que eles passaram a exigir a folha corrida da polícia, a gente pegava essa folha com o delegado da cidade. Numa dessas vezes, quando alguns colegas, professoras também da FAFIDAM foram lá pegar, o delegado falou para elas que tinha a folha de um certo professor que ele não entregaria e teria dito que primeiro iria ter uma “conversinha” com esse professor. Depois, o delegado se ausentou da sala por alguns instantes e elas olharam rapidamente a última folha da pilha para ver de quem se

²⁵⁶ SOUSA, Márcia Helena S. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 40 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

tratava, e era a minha ficha. A Márcia me falou depois sobre o ocorrido e eu tomei as providências para ser liberado. O fato é que a outra professora que estava com a Márcia era do meu curso – da Geografia - e não me falou nada, ela era minha contemporânea do tempo da Faculdade, sabia minhas posições e não me falou, por certo queria que eu caísse.²⁵⁷

O relato dessa exigência por parte da direção foi confirmado apenas por professores que não eram de Limoeiro do Norte, o que denuncia práticas diferenciadas para o mesmo corpo docente. Percebemos que a direção da Faculdade mantinha ações de controle. Enquanto as direções de centros universitários e faculdades, no contexto mais amplo, mantinham ações de demissão, aposentadoria e delação, na FAFIDAM a direção se antecipava, fazia o controle da vida dos professores e exigia, de maneira sucinta, mediante declaração de boa conduta, uma vida pessoal dentro dos rigores do conservadorismo. Desta forma, os “problemas” não chegariam à Faculdade nem à cidade. Os professores eram vigiados e seus antecedentes e atividades fora da Faculdade comprovados pela polícia, para que não se envolvessem nas ideias de esquerda e não ofendessem a paz “ordeira” de Limoeiro do Norte. Reforçando a análise de que esta atitude era uma estratégia de controle sobre os docentes, constatamos que o pedido de declaração não se estendia a todos os professores, o que evidencia ainda mais esse controle, uma vez que os professores da cidade eram todos provenientes das “boas” famílias limoeirenses e tinham sido alunos da instituição.

As ações de controle da direção não ficaram restritas à atividade intelectual, os relatos de ex-professores deram conta de um forte controle também das atividades sociais que eles desenvolviam fora dos muros da Faculdade.

Controle social e conservadorismo

²⁵⁷ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Como já frisado, o controle das atividades sucedia, não somente com relação à vida política, mas também à social, nos momentos em que os professores se reuniam após as aulas, mas recaía, principalmente, sobre as mulheres. O pensamento conservador da Igreja, no que se refere ao papel da mulher na sociedade, requeria das docentes um comportamento dentro da moral e dos “bons costumes” limoeirenses. O cônego Misael Alves de Sousa interpelava com frequência às docentes que “ousavam” sair do padrão de conduta:

O ambiente era marcadamente seguido pelo Cônego Misael enquanto vivia, ninguém tinha liberdade de desenvolvimento intelectual, só para você ter uma ideia da marcação do Cônego, quando eu passei a chegar na quinta-feira e retornando à Fortaleza no sábado depois das aulas da manhã. (...), a gente ia para os barzinhos na sexta à noite e alguns alunos também iam. Uma certa aluna ligada ao Cônego Misael contou para ele esse fato. Nós tínhamos uma colega – também professora - que era muito alegre, muito risonha, afeita a contar piadas, que recebeu uma chamada dele por conta dessas nossas idas aos barzinhos. Ele teria dito a ela que estava sabendo que ela estava andando à noite com os professores. Percebemos que era uma posição altamente conservadora.²⁵⁸

Mesmo fora do ambiente acadêmico, as professoras eram observadas em sua conduta e, por vezes, chamadas à atenção pelo fato de estarem acompanhadas de professores e alunos em um bar. Considerava-se que as professoras transgrediam a “moral” imposta. Em sua entrevista, o professor Luiz Cruz Lima relata que a mesma professora que recebia chamadas do cônego por andar na companhia de professores, “transgredia” a ordem e a moral de outra forma:

Essa nossa colega, professora, possuía um enorme quadril, e para provocar os padres vestiu, um certo dia, para dar aula pela manhã, uma calça branca com uma calcinha vermelha. E ao descer para tomar o café da manhã provocou uma euforia entre os padres. Nesse período nos hospedávamos no Seminário, no velho Seminário, pois na cidade não tinha onde ficar hospedado. Nessa época, Dom Pompeu Bezerra Bessa era o bispo – um bispo já da nova geração. (...) Todos nós sabíamos o que ocorria ali nos bastidores. Tinha padres no Seminário altamente conservadores, mas sabíamos das

²⁵⁸ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

podridões, (...) padres amasiados com irmãs, outro que “pegava” aluna. E, em meio a tudo isso, tinha um padre de Portugal, muito engraçado, que esculhambava tudo, escrachava, (...), mas o conservadorismo ditava as regras.²⁵⁹

O zelo do cônego Misael Alves de Sousa com o ambiente da Faculdade tem raízes na condução do contexto social da cidade. Uma década antes, Dom Aureliano Matos, segundo relatos, teria expulsado as “raparigas” da cidade. O professor Luiz Cruz Lima relata:

[...] existia uma comunidade chamada de carnaubinha. [...] Limoeiro do Norte era uma cidade cercado por carnaubeiras e fora dos limites da cidade, no sentido de quem ia para a cidade de Quixeré, ficavam as casas de prostituição, bordéis. Essas casas de prostituição eram de mulheres que haviam sido expulsas de Limoeiro do Norte por Dom Aureliano Matos e, por esse motivo, não podiam entrar na cidade. Ao serem expulsas, elas criaram um núcleo chamado de carnaubinha, o Doutor Caetano à noite me chamava para tomar cerveja lá, e, ele quebrava esse “ranço” do conservadorismo. Ele conversava bastante com elas, ali mesmo consultava, passava remédio numa folha de papel qualquer. Então, a carnaubinha era marca típica do controle que Dom Aureliano Matos tinha do contexto social da cidade.²⁶⁰

Esse relato expõe todo o conservadorismo que reinava em Limoeiro do Norte, porém não foge ao contexto nacional. Exemplo disto é o farto material arquivado, pertencente à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que, resultante de forte conservadorismo, denuncia, filmes, músicas etc. As cartas são repletas de menções à moral, à falta de respeito e à violação dos valores da família.²⁶¹ No contexto mais amplo, as pessoas se dirigiam aos órgãos de censura para denunciar os “subversivos”. Em Limoeiro do Norte, Dom Aureliano Matos “protegia” a família limoeirense da má influência dos bordéis e, até mesmo, da presença de outras religiões. Em entrevista, monsenhor João Olímpio Castelo Branco revelou que, “quando o bispo sabia

²⁵⁹ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

²⁶⁰ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

²⁶¹ FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

que tinha alguém de outra religião querendo comprar uma casa na cidade, ele ia lá e comprava a casa primeiro”.²⁶²

O controle do social não se dava apenas pelo cerceamento do direito de escolha do logradouro para os “forasteiros”, nem também só pelo cerceamento do direito de ir e vir das munícipes que viviam dos bordéis, mas também sobre as mulheres da cidade de um modo geral. Em sua entrevista, o professor Luiz Cruz Lima comenta o que testemunhou na cidade:

[...] Limoeiro do Norte se manteve conservador pela própria formação histórica, pela tradição, pela força da Igreja, e também por um fato importante, a vida econômica e social, o social num sentido amplo. Limoeiro do Norte não tinha condições para uma ventania, uma tempestade de mudanças de ideias. Um exemplo desse social opressor, da sociedade de lá, era o clube da cidade. No prédio ao lado da Igreja matriz ficava este clube, nele somente entravam mulheres casadas, muito bem trajadas e de família cristã. Quem não fosse, não entrava. Nós sabíamos que algumas alunas na Faculdade viajavam à Fortaleza apenas para se “divertir”, porque em Limoeiro do Norte isso não era permitido.

O controle do contexto social pelo bispo, a imposição das regras de decoro e da moral se projetavam além das portas da Igreja, exercendo, desta forma, a separação entre as “boas” e “más” ovelhas. Nesse processo, a repressão à figura feminina era uma constante. O cuidado excessivo para com a imaculação da figura da mãe/mulher se dava no mesmo sentido em que, nacionalmente, o Departamento de Controle das Diversões Públicas (DCDP) recebia queixas de pessoas sobre a veiculação de propagandas nocivas à mulher. As cartas endereçadas ao DCDP argumentavam que a fragilidade feminina estava sendo corrompida pelas propagandas (MOTTA, 2014).

Se, em âmbito nacional, repressão e resistência à ditadura fazem parte do contexto, em Limoeiro do Norte a díade repressão/resistência não se confirma. A Faculdade não foi palco de atuação de militância. A resistência ficou circunscrita à “quebra” da moral e do conservadorismo das aulas por alguns professores, mas nenhum dos docentes, discentes ou funcionários

²⁶² BRANCO, João Olímpio de Castelo. Flores/Russas/CE; Brasil. 21 de dezembro de 2014. 2 horas e 10 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

desenvolveu atividades ligadas à militância da esquerda. Esse fato é confirmado nas entrevistas com egressos na Faculdade no período da ditadura: “Naquela época a gente não ouvia falar em ditadura. Nas conversas em sala de aula nenhum professor falava sobre isso, esse assunto não fazia parte das conversas entre os alunos”.²⁶³

As práticas repressoras do período da ditadura, incluindo tortura e morte, expuseram milhares de pessoas à violência do regime. Segundo Ridenti (2010), o número de mortes vai além do que foi estimado.²⁶⁴ Também muitos foram os torturados que, por algum motivo, não recorreram – após a abertura política – aos canais competentes para denunciar a violência que sofreram. Muitos ficavam sem o reparo legal e o reconhecimento das perdas que esse período trouxe para suas vidas.

Os atingidos pelas arbitrariedades da ditadura, entretanto, foram muitos mais – como se pode constatar, por exemplo, pelos números da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça brasileira, criada em 2001 para indenizar os perseguidos políticos. Até maio de 2007, a Comissão analisou 29.079 pedidos dos quais 55% foram atendidos, restando ainda 28.558 processos para serem analisados [...]. O balanço final das vítimas da ditadura só poderá ser feito após abertura de todos os documentos de Estado da época, principalmente os militares.²⁶⁵

As afirmações de Ridenti (2010) se confirmam no contexto limoeirense. Exemplo é o caso do ex-professor da FAFIDAM, Valter Pinheiro, que não buscou, no primeiro momento, a indenização de suas perdas. Assim como tantos outros, o professor Valter Pinheiro não fazia parte das estatísticas oficiais, que nos leva a crer que o número tem vertente crescente, se dermos voz aos personagens que não estavam na linha de frente da resistência da esquerda, mas que nem por isso deixaram de sofrer as agruras do momento. Valter Pinheiro foi demitido no ano de 1972. Sua trajetória na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos será discutida no próximo capítulo.

²⁶³ GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha/CE; Brasil. 28 maio de 2014. 1 hora e 45 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

²⁶⁴ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. Rev.e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 293.

²⁶⁵ RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. 2 ed. Rev.e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 294.

Com relação aos expurgos, esses não ficaram circunscritos às pessoas, já que algumas bibliotecas também foram alvo de ação da censura e, depredadas. Isso aconteceu tanto em bibliotecas particulares como em instituições públicas. As editoras, no entanto, foram os principais alvos das ações, afetando diretamente seus estoques e, conseqüentemente, os das livrarias.

As motivações para os expurgos, segundo Motta (2014), repousavam, sobretudo, no critério ideológico, estando claramente anunciado:

Os documentos disponíveis comprovam essa preocupação, como uma lista de aposentadorias chancelada por Costa e Silva que apresentava os seguintes argumentos para as punições: “comunismo, esquerdismo, atividades subversivas ou contrárias à revolução.” (...) muitos dos punidos tinham perfil de esquerda. Parte deles era composta por conhecidos militantes do Partido Comunista. (...) A maioria dos docentes expurgados tinha inclinação ideológica à esquerda, embora militantes efetivos fossem poucos. No entanto, como parte dos punidos em 1969, não perfilava ideias de esquerda ou as havia abandonado após breve militância juvenil.²⁶⁶

No caso de professores, o crivo ideológico não é suficiente para explicar todos os eventos, pois alguns presos políticos haviam abandonado a militância ainda na juventude. Isso aponta que a vigilância já era um fato antes mesmo do golpe. No plano nacional, os expurgos com a edição do AI-5 tiveram um impacto bem maior na vida universitária do que em 1964, no que tange, sobretudo, às aposentadorias e demissões. O mapeamento destes expurgos não contabiliza o afastamento de inúmeros professores demitidos por direções de Faculdades simpáticas ao regime, por meio da rescisão de contratos sem maiores explicações, a exemplo do caso do professor Valter Pinheiro, da FAFIDAM.

Compreendemos, para efeito deste capítulo, que em Limoeiro do Norte a Igreja,²⁶⁷ por meio da FAFIDAM, fortaleceu a ordem social conservadora do

²⁶⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

²⁶⁷ De acordo com Moacir Gadotti (1997), a Igreja no Brasil sempre esteve ligada às classes dominantes. Durante o Estado Novo, apoiou Vargas alegando que as reformas implementadas tinham inspiração na doutrina social. Foi somente a partir da década de 1950, e num

regime ditatorial no Baixo Jaguaribe, e que ela mesma saiu fortalecida, em função do apoio dado pelo Estado ao seu projeto social, conforme veremos a seguir.

3.3 DO PROJETO ARQUITETÔNICO AO PROJETO PEDAGÓGICO: UM ACORDO DITATORIAL

Como já mencionado, a instalação da FAFIDAM foi um trabalho assumido pelo cônego Misael Alves de Sousa. Para dar início às atividades, e por necessitar de um espaço físico, o padre alugou um prédio do setor local da então Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). O prédio ficaria à disposição da Faculdade por um ano e o contrato estabelecido pelas partes foi assinado em 21 de março de 1967, pelo senhor Antônio Chagas de Brito, presidente da CNEG, e cônego Misael Alves de Sousa, futuro diretor da FAFIDAM.

Durante o período de um ano, o trabalho foi circunscrito à legalização da Faculdade: pedido de autorização e funcionamento, que foi entregue ao Conselho Estadual de Educação, em 20 de abril de 1967, e a construção do projeto da Faculdade. No relatório escrito ao presidente do Conselho Estadual de Educação, consta o objetivo da instituição: formar professores para atuarem no nível médio das escolas com licenciaturas de primeiro ciclo.

movimento lento, que uma ala da Igreja, formada por padres recém chegados da Europa, apoiou o movimento estudantil católico. GADOTTI. Moacir. Concepção dialética da Educação: um estudo introdutório/ Moacir Gadotti – 10ª edição – São Paulo: Cortez, 1997.

Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte
Ceará

Of.nº

Do Diretor da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte
Ao Exmo.Sr.Presidente do Conselho Estadual de Educação
Ass.Relatório para autorização e funcionamento
(encaminha)

Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de V.Excia. o Relatório referente ao pedido e autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte, criada pela Lei Estadual nº 8.716, de 6 de janeiro de 1967.

Ao encaminhar o presente Relatório, cumpro o dever de esclarecer a V.Excia. que esta Faculdade foi estruturada para formar professores para o atendimento à Escola Média da Região Jaguaribana, com licenciatura de 1º Ciclo, conforme opina o egrégio Conselho Federal de Educação, em seu Parecer publicado "in Documenta" nº 31, pag.107.

Em consequência, o grupo de professores interessados pelo funcionamento de uma Faculdade desta natureza promoveu os trabalhos de sua criação, baseando-se em outros Pareceres, que fixam normas para os Cursos de Pedagogia, Geografia, História, Matemática e Letras, com o funcionamento regular de três anos.

Como se pode ver das Peças que instruem o presente Processo, foram obedecidos os Currículos mínimos e incluídas as matérias pedagógicas, de que trata a Legislação em vigor.

O Corpo Docente foi escolhido dentre professores licenciados, médicos, bacharéis, agrônomos e mestres de notório saber e larga vivência de magistério, nesta cidade.

Acresce salientar ainda que esta Diretoria já tomou a iniciativa de constituir um grupo de trabalho, responsável pela elaboração do Regimento Interno, cuja remessa será feita oportunamente, ao Douto Conselho, para exame e aprovação.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.Excia. os meus protestos de respeito e consideração.

Limoeiro do Norte, 20 de abril de 1967

Cônego Misael Alves de Sousa
Cônego Misael Alves de Sousa-Diretor

Figura 13
Relatório ao Conselho Estadual de Educação
Acervo da FAFIDAM

Nesse ínterim, o padre Mariano cedeu o prédio destinado a um projeto de catecismo, que na ocasião pertencia à Associação da Assistência Educacional a Menores, para o funcionamento imediato. Alguns entrevistados relataram que, ao ingressarem na Faculdade, no primeiro exame vestibular, os quadros-negros eram bem baixinhos, destinados que eram a crianças que frequentariam aquelas salas. O prédio da Associação era de pequeno porte, mas foi ampliado para receber a Faculdade. A cessão do prédio gerou divergências entre os padres, demandando argumentações em favor e contrárias. Segundo monsenhor João Olímpio Castelo Branco, em entrevista, ao final da discussão a vontade de Dom Aureliano prevaleceu.

Segundo Arnóbio Santiago, ex-aluno da faculdade:

O prédio da FAFIDAM já estava pronto, inclusive com portas largas, que lembravam garagens. Aquele prédio foi construído através do padre Mariano, que era sobrinho do Dom Aureliano Matos, era ele que ia a Brasília atrás do recurso. Então o prédio foi construído para uma escola infantil, para atender crianças carentes. Mas com o pedido do Dom Aureliano aceito pelo governador durante almoço no Liceu de Artes e Ofícios, o padre Mariano cedeu o prédio da catequese. O prédio estava arrumado, não tinha nada para se fazer para instalação. Não foi construído especificamente para a Faculdade. Mas a estrutura já era esta que ainda está aí. As salas estavam prontas, o auditório e a parte da diretoria e secretaria, depois foram ampliando.²⁶⁸

Em 1970, o prédio foi desapropriado pelo governo do estado do Ceará, cujo governador, senhor Plácido Aderaldo Castelo, pagou uma indenização de duzentos e dezesseis mil, trezentos e oitenta e sete cruzeiros novos e trinta e três centavos. O referido decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado do Ceará no dia 19 de fevereiro daquele ano.

O prédio da FAFIDAM exprime toda a ligação da qual falamos desde o terceiro capítulo: uma estreita ligação entre Igreja, Estado e o projeto da instituição. O prédio tem a forma de um cálice, que simboliza a fonte onde todos os fiéis deveriam buscar a salvação. A Eucaristia, da qual o cálice faz

²⁶⁸ SANTIAGO, Arnóbio. Limoeiro do Norte/CE; Brasil. 19 de fevereiro de 2015. 1 hora e 34 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

parte, é o próprio mistério da Igreja, pois é a realização incessante da promessa de Cristo.

O Concílio Vaticano II afirmou que o sacrifício eucarístico é fonte e centro de toda a vida cristã. Com efeito, na Santíssima Eucaristia está contido todo o tesouro espiritual da Igreja, isto é, o próprio Cristo. Beber da fonte significa buscar o “conhecimento” das mãos de Cristo. O sangue significa a aliança entre Deus e os homens, o sangue de Cristo derramado para libertar os cristãos do pecado. O conhecimento travestido de sangue de Cristo toma a simbologia da libertação dos pecadores. Conhecer para libertar, nesse contexto, não significa a busca da razão e do conhecimento historicamente constituído pela humanidade, mas significa “conhecer”, por via da Igreja e dos iluminados, ou receber o caminho.²⁶⁹

Durante a pesquisa de campo, não encontramos quem pudesse falar sobre a arquitetura do prédio. Nenhum dos entrevistados sabia que o *hall* de entrada e o auditório formam um imenso cálice. Por este motivo, também não houve quem explicasse a simbologia por trás da arquitetura.²⁷⁰ O professor José Maria Nunes confirmou o fato de o prédio ter sido construído de início para a catequese, e posteriormente cedido à Faculdade.

O *hall* da Faculdade é a base do cálice, no qual se encontrava e se encontra até hoje, a sala do diretor, no lado esquerdo da base. A secretaria está no lado direito da base. Em sua copa, lugar que abriga o sangue de Cristo, fica o auditório da instituição, local de comemorações, refeições de grau e, posteriormente, após os anos 2000, de muitos debates e discussões polêmicas.

Na figura 14, podemos ver a copa do cálice que, como citado, abriga o auditório. A formação em V era destacada pela disposição das cadeiras. Num

²⁶⁹ Nos anos de 1950 e 1960 as missas eram celebradas em Latim, os sacerdotes e conseqüentemente seu bispo não tinham preocupação em proporcionar os fiéis o conhecimento da palavra; a Igreja tinha como preocupação os cânones e ritos.

²⁷⁰ Durante sua entrevista, monsenhor João Olímpio Castelo Branco relatou-nos que se o braço direito do bispo Dom Aureliano Matos foi o cônego Misael Alves de Sousa, o braço esquerdo – o mentor intelectual – seria Dom Falcão – atual cardeal emérito de Brasília – e que muitas das nossas indagações ele saberia responder. Por fim, fez-nos prometer que, indo a Brasília falar com o cardeal, no retorno o procuraríamos para compartilhar os nossos achados de pesquisa. Somando esforços nesse sentido, colocou-me em contato com a família de Dom Falcão que ainda reside em Limoeiro do Norte, a fim de conseguir um contato direto.

olhar atento à arquitetura do auditório, as cadeiras se projetavam tomando o lugar do líquido a ser sorvido. Com a reforma do auditório – depois de anos interdito – as mudanças feitas internamente não repercutiram sobre a arquitetura do local. O cálice/auditório continua a receber, em sua assistência, o corpo que receberá as ideias anunciadas e discutidas por aqueles que, estando na borda do cálice, terão suas ideias sorvidas e experimentadas a pequenos goles.



Figura 14
Auditório da FAFIDAM – Década de 1970
Acervo fotográfico da FAFIDAM

A FAFIDAM, como instituição social e por meio dos dogmas da Igreja, impunha um padrão de controle aos jovens. O fato simples da composição do quadro de professores impõe uma linguagem usual da Igreja, haja vista o fato de parte desse corpo docente ser composta de padres:

A linguagem é a instituição fundamental da sociedade, além de ser a primeira instituição inserida na biografia do indivíduo. É uma instituição fundamental porque qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacente da linguagem. Sejam quais

forem as outras características do Estado, da economia e do sistema educacional, os mesmos dependem dum arcabouço linguístico de classificações, conceitos e imperativos dirigidos à conduta individual; em outras palavras, dependem dum universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes.²⁷¹

Reportando-nos ao primeiro capítulo, precisamente à teorização sobre instituições, a linguagem, na leitura de Berger e Berger, é a primeira instituição com a qual se defronta a pessoa e que envolve a criança em seus aspectos macrossociais. E pela linguagem que a criança toma conhecimento do mundo situado “lá fora”.

As práticas próprias da Igreja e o aparato linguístico dessa instituição se encontravam no interior da FAFIDAM em todos os seus momentos, fossem no ensino, no aprendizado ou mesmo no lazer. É recorrente nas falas de alguns entrevistados, quando indagados sobre os professores da instituição, os padres aparecerem marcados com respeito e admiração. Quando indagados sobre a postura dos padres em sala de aula, o tom da fala dos entrevistados muda, a fala se torna baixa, cerimoniosa e pausada, o que nos reportou à orientação linguística dos sacerdotes. Esse panorama é reforçado pelo fato de a região ser, no período em estudo, majoritariamente católica, quando se aprendiam as primeiras rezas na escola. Os alunos entravam em contato com o universo cerimonial da Igreja Católica desde a tenra idade. Decerto, por ser uma região em que o protestantismo era quase inexistente, os jovens que frequentaram a FAFIDAM possuíam formação linguística que favoreceu o ambiente da Faculdade.

A caracterização do ambiente eclesiástico na ambiência da Faculdade estava longe de estar centrada apenas nos aspectos imateriais. A estrutura do prédio da FAFIDAM foi desenvolvida para imitar a forma de um cálice. Na figura seguinte, visualizamos a estrutura inicial do prédio de modo nítido, embora a figura seja recente, abrigando as reformas pelas quais passou o prédio nos últimos anos. No projeto inicial, havia apenas o cálice que compõe

²⁷¹ BERGER, P. e BERGER, B. O que é uma Instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

o *hall* de entrada e o auditório, a diretoria, a sala dos professores e as alamedas, que eram compostas pelas salas de aula e a biblioteca.



Figura 15
Visão panorâmica do prédio da FAFIDAM
Fonte: *Google Maps* em junho de 2013

Ao adentrar no universo da Faculdade estamos dentro do cálice, o Santo Graal, e “somos” o sangue de Cristo derramado pela remissão dos pecados. Ao passar pela recepção, simbolicamente, somos lavados pelo sangue de Cristo. As salas de aula compunham as alamedas que circundam o cálice, como pode ser observado na figura 15. As salas não possuíam paredes na parte que ficava de frente ao pátio, de forma que quem estivesse na borda do cálice teria acesso visual a todas as salas. O cálice está sempre em vigília às atividades que acontecem em seu redor.

As atividades desenvolvidas pelos professores eram facilmente acompanhadas por quem passasse pelo pátio, ou até mesmo pela ala da esquerda. Para observar o que se passava em todas as salas, bastava ficar parado na rampa de acesso às salas. A visão era plena dos trabalhos desenvolvidos pelos professores.

A organização espacial é relatada pelos entrevistados:

A organização espacial da Faculdade emanava o controle, se o padre se postasse lá no início, ele via todas as salas, nenhuma sala era fechada, eram abertas como se fossem para entrar e sair carros, eram abertas, comentavam que era por conta do calor. Essa arquitetura, esse controle é típico do controle do poder (...). Se você se colocasse em qualquer posição, você via o que os professores estavam fazendo, os gestos, não havia segredo. Se a gente saía da sala para fazer qualquer coisa, via todo mundo. Outra coisa importante, havia o controle de entrada e saída, a diretoria era na entrada e ficava tanto na direita quanto na esquerda. Ninguém entrava sem que o diretor soubesse.²⁷²

A vigilância fazia parte do cotidiano da instituição. O sentimento emana nas palavras do entrevistado, que enfatiza todas as frases ditas com uma pausa, administrando um rápido silêncio, como se procurasse retornar à época vivida.



Figura 16
Sala de aula da FAFIDAM/alameda da direita/Vista do pátio
Acervo fotográfico do Professor Doutor Luiz Cruz Lima

²⁷² LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Este documento ilustra a fala do entrevistado: uma fotografia tirada do pátio, confirmando que o contato visual de quem estava fora da sala era total, não havia como desenvolver um trabalho sem ser acompanhado por espectadores. Não havia necessidade de informantes do que ocorria nas aulas, pois o cotidiano das turmas era facilmente visualizado.

Quando perguntados sobre o contexto de exceção e a repressão às condutas contrárias à ditadura, as opiniões divergem. Alguns entrevistados relatam a completa inexistência de referências à ditadura de qualquer forma, como é o caso do ex-aluno e professor Arnóbio Santiago de Freitas, que frisa não ter acompanhado qualquer ação que pudesse lembrar que vissem um contexto de exceção e uma intensa caça aos “agitadores” no plano nacional. Arnóbio afirma ter ouvido referência ao contexto ditatorial apenas uma vez:

[...] as instalações da FAFIDAM eram precárias demais, as salas tinham somente uma lâmpada fluorescente, e a gente começou a questionar, porque tinha que colocar outra lâmpada. A gente sabe que fisicamente a fluorescente apaga 25 segundos, a nossa visão não percebe, mais ela apaga, então reivindicávamos uma outra lâmpada e fizemos uma barreira para não entrarmos na sala de aula até colocarem a luz. Então chegou ao conhecimento do Misael e ele nos ameaçou com relação à ditadura. Ele lembrou da ditadura e falava vocês não podem fazer isso. Mas, depois disso colocaram outra lâmpada.

Os fatos lembrados por Arnóbio Santiago revelam um pouco do contexto vivido na instituição. Embora, segundo o entrevistado, sem a menor pretensão ou mesmo intenção de “agitar” a instituição com reivindicações socialistas, a turma de alunos acabaria por despertar no cônego a lembrança das repressões em nível nacional. Num contexto sem qualquer referência à ditadura, segundo já relatou o entrevistado, a ameaça do cônego aos alunos pode ser entendida como um termômetro da conjuntura.

Em nossa leitura, apesar de os relatos afirmarem não ter havido ocorrência ou fato que lembrasse que eles viviam um momento delicado de

nossa recente história democrática, a direção fazia seu trabalho de reagir antecipadamente a ameaças contra a ordem conservadora, atenta que estava a todos os acontecimentos. Esta percepção explicaria a ameaça desproporcional aos alunos, já que o contexto da instituição era de extremada calma, em relação ao que ocorria no restante do Brasil.

Já o professor José Maria Nunes Guerreiro tem referências diferentes sobre o assunto, apesar de apenas hoje, passados anos, fazer remissão a tais fatos. Aqui, lembramos que, ao olhar para o passado com a experiência do presente, o entrevistado faz uma nova leitura do ocorrido. Segundo seu depoimento, havia resquícios do que ocorria nacionalmente:

Havia alguns resquícios do contexto de exceção na FAFIDAM. Era muito sutil, mais havia. Uma vez o padre Pitombeira nos falou que quando ele foi indicado para a direção da Faculdade, já estava sendo investigado há três meses. O nome dele tinha sido colocado no serviço de escuta, para saber se ele tinha, como se dizia, *rabão preso*. Tinha o SNI – Serviço Nacional de Informações – que era nacional e no estado tinha o SEI – Serviço Estadual de Informações -, que era o liame para informar ao SNI. Quando ele soube, o nome dele já estava sendo investigado há três ou quatro meses pelo sistema.²⁷³

A exemplo do contexto nacional, os padres eram, por vezes, foco de investigações. Diferentes da ala da Igreja ligada à renovação, cujos padres estavam engajados na resistência à ditadura, como Frei Tito, contemporâneo do professor Valter Pinheiro, em Limoeiro do Norte não havia resquícios de um pensamento católico ligado à contestação de esquerda.

Diante do exposto, a caracterização simbólica do sangue de Cristo, a vigilância diária, a formação dos jovens e a historicidade da Faculdade conferem a essa instituição o caráter de formadora não apenas de profissionais da Educação, mas de condicionantes próprios do catolicismo mais tradicional, que bebem da Igreja sem saber o significado do que está sendo sorvido.

Não ficou evidente nas narrativas se o prédio da FAFIDAM foi construído especificamente para a instituição. Ficou claro que, quando foi cedido pelo

²⁷³ GUERREIRO, José Maria Nunes. Limoeiro do Norte/CE; Brasil. 18 de fevereiro de 2015. Gravação: 48 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

setor de catequese, já havia uma estrutura adiantada. Os entrevistados não souberam precisar se era a mesma que até hoje abriga os universitários da região do Baixo Jaguaribe. Compreendemos que, mediante a estrutura do cálice, ponto que nos interessa, essa estrutura pode já ter sido pensada para receber a Faculdade pelas dimensões do auditório que seria demasiadamente grande para as crianças do catecismo. Toda a caracterização do cálice se encaixa no objetivo da Igreja para a microrregião do Baixo Jaguaribe. O cálice simboliza o meio pelo qual as pessoas enxergariam o mundo. Qualquer ameaça a esse mundo cristão, criado pelos líderes religiosos, seria comprometer o projeto da Igreja.

Assim, compreendemos que, no contexto da ditadura iniciada pelo golpe de 1964 e bruta e endurecida após 1968, ano em que a FAFIDAM passa a funcionar, as políticas e práticas educativas estabelecidas nessa instituição, em seus dez primeiros anos de funcionamento, permitiram o fortalecimento da ordem social conservadora na Educação da microrregião do Baixo Jaguaribe. Tais políticas e práticas desenvolvidas por seus dirigentes e impostas aos professores – além das atitudes em sala de aula, bem como aquelas vividas socialmente enquanto permaneciam na cidade – possibilitaram erguer barreiras importantes às aspirações democráticas que circulavam em outros centros acadêmicos. Essa realidade pode ser confirmada tanto na conformação do projeto educativo FAFIDAM à ordem nacional como na gestão da FAFIDAM desde sua criação.

3.4 A PARCERIA ENTRE ESTADO DITATORIAL E IGREJA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO FAFIDAM

Na obra *Na ribeira do rio das onças*, publicada em 1997, o professor Lauro de Oliveira Lima resume o trabalho sacerdotal do padre Francisco de Assis Pitombeira (diretor da FAFIDAM no contexto da ditadura)²⁷⁴ como “o padre que não deu certo”. Com esta expressão o autor quis dizer que a história

²⁷⁴ O padre Pitombeira foi vice-diretor da Faculdade na gestão do Cônego Misael Alves de Sousa e assumiu a direção após sua morte, ficando à frente da instituição por dez anos.

de vida do padre Pitombeira – como conhecido – o destacaria mais como educador, e menos como sacerdote. Esquece o autor, de que a história da Educação brasileira começa com a ação sacerdotal por meio dos padres-professores da Companhia de Jesus,²⁷⁵ como esclarece Romanelli (2009).²⁷⁶

Reafirmamos, então que a história da Igreja passa pela história da Educação, visando reforçar a sua doutrina por via do trabalho social-educativo. Nesse sentido, na contramão da caracterização feita por Lima (1997), na nossa leitura o padre Pitombeira “deu certo” quando assumiu a continuidade do projeto social da Igreja na microrregião, em Limoeiro do Norte, que numa determinada circunstância histórica também serviu à nova ordem nacional imposta pela ditadura civil-militar.

A ação sacerdotal no âmbito educativo não foi encerrada com a expulsão dos jesuítas.²⁷⁷ No contexto em estudo, os padres iriam cumprir um lugar importante na doutrina de segurança nacional expressa na formação moral da juventude (MOTTA 2014b) que, com relação ao Ensino Superior, ganha expressão no projeto FAFIDAM elaborado pela Igreja sob os auspícios do Estado, que se tornou o principal financiador de uma gestão privada, na contramão de sua falta de compromisso com a educação superior pública nacional.

²⁷⁵ No Brasil, a ordem dos jesuítas contribuiu para o desenvolvimento da Educação durante longo tempo. Os “soldados de Cristo”, como são conhecidos, contribuíram para que fossem transmitidas à Colônia os traços da cultura aristocrática, bem como instituíram escolas que eram frequentadas pelos filhos homens, menos o primogênito. Desta forma, os jesuítas desenvolveram a educação elementar para a população índia e branca em geral, salvo as mulheres, educação média para os homens da classe dominante e educação sacerdotal para aqueles pertencentes a esta última classe, que fossem seguir nos ensinamentos da Igreja (ROMANELLI, 2009).

²⁷⁶ Enquanto tarefa educativa, os jesuítas tinham por objetivo prático o recrutamento de fiéis servis à obra, ambos os objetivos se consolidaram na ação educadora implementada pelos “soldados de cristo”. A catequese – ponto alto – assegurou a conversão da população indígena, colocada em prática nas escolas elementares criada para os curumins. A presença dos padres era garantia da manutenção da fé entre os colonos. A fim de reforçar a fé, a mesma escola dos curumins era destinada aos filhos dos colonos. Com relação aos servidores da Ordem, foram criados colégios para onde caminhavam os filhos da camada dominante que iriam fazer parte da fileira de sacerdotes. ROMANELLI (2009).

²⁷⁷ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)** Prefácio do prof. Francisco Igléssias. 3 Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

A criação da FAFIDAM: dos termos da lei às práticas político-educativas

No contexto do Estado ditatorial, as universidades brasileiras enfrentaram momentos de repressão, controle ideológico do corpo docente e do ensino. Foi sob igual realidade que o governo fechou um dos maiores acordos com o governo dos EUA, relativo ao ensino no país. De acordo com Dantas (2005), no quadro dos acordos MEC-USAID, o Estado brasileiro concedeu “facilidades” ao estabelecimento de instituições de Ensino Superior privado, em vez de ampliar as vagas nas instituições públicas, conservando, desta forma, os já insuficientes recursos do Estado.²⁷⁸

Na contramão da realidade nacional, em agosto de 1966, em plena consolidação desses acordos, o governador do estado do Ceará, cel. Virgílio Távora, criou, por meio da lei n° 8.557, a FAFIDAM, entidade estruturada como autarquia que, em 1967, pela lei n° 8.716, passou a ter autonomia administrativa, financeira, pedagógica, didática e disciplinar, a exemplo de outras faculdades, como a Escola de Administração e a Escola de Veterinária do Ceará.

No documento de criação da instituição, ao tratar da entidade mantenedora, ficou fixado que:

O Art. 4º estabelece que o orçamento anual da Faculdade será aprovado por decreto do governador do Estado, mediante proposta do Diretor, ouvido previamente o Conselho Departamental.

Além dos recursos ordinários permanentes, destinados pelo Estado, constituem receita da Faculdade, conforme o art. 5º da Lei Nº 8716/67:

- a) subvenções, auxílios e contribuições que a qualquer título forem atribuídas pela União e pelos Municípios;
- b) doações ou legados;
- c) renda de aplicações de bens e valores patrimoniais;
- d) subvenções, auxílios e contribuições destinados por entidade autárquica e sociedades de economia;
- e) outras contribuições que lhes destinar o Estado;
- f) juros de depósito bancário;
- g) retribuições de atividades remuneradas;
- h) receitas eventuais;

²⁷⁸ Dantas, Alinne de Oliveira e Araujo, Josimeire de Omena. A questão do financiamento da assistência estudantil nos trâmites da reforma universitária do governo Lula. In: **Reforma universitária: a universidade pública em questão**/ Josimeire de Omena Araújo, Maria Valéria Costa Correia (Organizadoras). – Maceió: EDUFAL, 2005.

A receita e a despesa da Faculdade são fixadas, anualmente, por decreto do Governo do Estado, obedecendo ao percentual de 4,5% do Fundo Especial de Desenvolvimento do Ceará.

O texto da lei é claro. O governo estadual se comprometeu com o financiamento da FAFIDAM, embora o documento abra um conjunto de possibilidades orçamentárias. Além disso, o orçamento da instituição era planejado e conseqüentemente discutido diretamente com o governador, o que possibilitava uma enorme vantagem para a Faculdade. Chegando a declarar uma capacidade financeira, entre ativo e passivo, em 31 de dezembro de 1972, de 411.681 cruzeiros, proventos da própria instituição, seu diretor, cônego Misael Alves de Sousa, declarou ainda no documento o orçamento sintético para o ano de 1973, que seria de 931.800 cruzeiros. Dentre as despesas, estava a formação dos professores recém-chegados, ganhando destaque o investimento em curso de aperfeiçoamento, embora por ocasião das entrevistas esses cursos não tenham sido confirmados por nenhum professor da instituição.

A inexistência de informação sobre estes cursos não nos permite analisar o seu conteúdo, porém, segundo Roberto Lerher,²⁷⁹ no contexto dos governos militares, a modernização conservadora, ao apoiar a expansão do Ensino Superior e também o crescimento da pós-graduação e da pesquisa em áreas básicas, buscava corresponder primeiro aos acordos estabelecidos com os organismos internacionais, depois com os interesses econômicos e estratégicos da ditadura militar.

Na mesma direção, insere-se a contratação de quadros docentes. Nos termos da lei, o ingresso na FAFIDAM poderia ser assegurado por meio de concurso público. O primeiro concurso para ingresso no quadro do magistério superior da FAFIDAM, conforme o decreto n° 8.295, foi publicado no Diário Oficial do Estado de Ceará em 08 de novembro de 1967. Não negava, contudo, a possibilidade de ingresso por outros mecanismos de contratação, como fica evidenciado na fala do professor José Maria Nunes Guerreiro:

²⁷⁹LEHER, Roberto. "Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas." In: GENTILI, P. (Org.), **Universidades na penumbra: Neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001, p. 179.

Com dois anos que eu estava como professor colaborador na FAFIDAM, vem o diabo da política, e o governador Virgílio Távora se afasta para se candidatar a senador. Em toda a UECE, nós, os professores colaboradores, éramos cento e oitenta, aqui em Limoeiro do Norte éramos oito, éramos eu, Betinha, Vitor, Socorro Dantas de Morada Nova, Mílvia, Arnóbio. Não me recordo dos outros dois. Observe que cento e oitenta professores representava naquele contexto político cento e oitenta famílias. Virgílio, candidato ao senado baixa um decreto nos enquadrando como professores efetivos. Eu lhe pergunto: você não queria não? Tem gente que me censura por isso! É muito bacana! Eu fui bom aluno, estudei com excelentes mestres, então ia rejeitar? Eu tenho esse decreto.

Assim, sem lei que circunscrevesse a obrigatoriedade da entrada no serviço público por concurso, alguns professores foram efetivados na instituição via decreto, reproduzindo práticas políticas de apadrinhamento e clientelismo político. Esta perspectiva é reforçada por Agostinho Paludo (2010), em sua análise sobre a reforma da administração pública realizada pelos governos militares,²⁸⁰ quando diz que a reforma do decreto-lei nº 200/1967 abriu a possibilidade de contratar diretamente os quadros da administração indireta, mediante a aplicação da Consolidação das Leis do Trabalho. Com efeito, tem-se a perda de controle pelas agências centrais de Administração direta, trazendo outras consequências inesperadas, como a reprodução de práticas clientelistas e o enfraquecimento da administração indireta.

Para o ex-professor da FAFIDAM, Luiz Cruz Lima, a prática de ingresso sem concurso favoreceu o conservadorismo. Em suas palavras:

Quando entrei lá, em 1971 já tinha alguns colegas que iam de Fortaleza. Eles faziam uma seleção para entrar. Então quando terminei a Faculdade em 1971, eles estavam requerendo três professores e submeteram os candidatos a prova, entrevista e a uma aula. Era um concurso. Só que não era em edital, dentro do prisma do conservadorismo, porque não queriam abrir a instituição para qualquer pessoa.²⁸¹

²⁸⁰ PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública: teoria e questões**/ Augustinho Vicente Paludo. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010, p. 92.

²⁸¹ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Na visão do entrevistado, pertencente ao quadro docente por mais de dez anos, a contratação de professores fora do regime de edital era feita para não admitir pessoas que não estivessem dentro dos valores considerados adequados aos dirigentes. Em nossa leitura, essa afirmação ganha força ao analisarmos o número de professores concursados e a sua relação com as famílias da cidade. Oitenta por cento dos professores concursados pertenciam a Limoeiro e cidades vizinhas, bem como alguns contratados. As áreas de contratação eram justamente aquelas nas quais não havia pessoas formadas na cidade, realidade que, à proporção que a Faculdade formava alunos, mudou. Os alunos, ao se formarem, voltavam à instituição para fazer parte do quadro.

Nessa realidade, como demonstramos no Quadro abaixo, do final dos anos 1960 ao de 1970, ponto alto da ditadura, o corpo docente estava formado por um total de 32 professores, entre concursados e contratados (professores e padres).

QUADRO DO CORPO DOCENTE DA FAFIDAM

CORPO DOCENTE	FORMAÇÃO	ÁREA/CURSO
Valderi Maia Lima	Licenciada em Pedagogia Bacharel em Pedagogia	Sociologia
José N. de Sousa	Licenciado em Filosofia	Psicologia
José Evaldo Moreira	Licenciado em Filosofia	Pedagogia
Ari S. Lima Verde	Diploma de Médico	Pedagogia
Manuel Martins Moura	Bacharel em Pedagogia Licenciado em Pedagogia Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais	Pedagogia
Maria Crismanda S. Oliveira	Bacharel em Pedagogia Licenciado em Pedagogia	Pedagogia
Antônio S. Rodrigues	Licenciado em Filosofia	Filosofia
Francisco José Rodrigues	Licenciatura em História	História
Raimundo Elmo de P. Vasconcelos	Licenciado em História	Filosofia
José Fábio R. e Santiago	Licenciado em Geografia e História	História
Antônio P. Freire	Licenciado em Filosofia	Sociologia
Misael Alves de Sousa	Curso de Filosofia	História

Sebastião R. de Brito	Licenciado em Filosofia	Sociologia
Timóteo Sérgio F. Lima	Licenciado em Geografia	Geografia
Neide Gomes Garcia	Licenciado em Geografia Bacharel em Geografia	Geografia
Luiz Cruz Lima	Licenciado em Geografia Bacharel em Geografia	Geografia
Paulo Morais de Sousa	Licenciado em Geografia Bacharel em Geografia	Geografia
Francisco M. da Silva	Licenciado em Geografia	Geografia
Francisco Benito F. de Melo	Licenciado em Letras	Língua Portuguesa
Maria de Lourdes Melo	Licenciado em Letras Clássicas Bacharel em Letras Clássicas	Língua Portuguesa
José R. S. de Oliveira	Licenciado em Filosofia	Língua Francesa
José R. F. Bessa	Licenciatura em Letras	Língua Portuguesa
Francisco de Assis Pitombeira	Licenciatura em Filosofia	Filosofia
Maria Eurides P. de Freitas	Bacharel em Letras Clássicas Licenciatura em Letras Clássicas	Língua Portuguesa
Maria Luci de Menezes	Licenciatura em Letras	Língua Portuguesa
Maria Iram de O. Castro	Bacharel em Letras Neolatinas Licenciado em Letras Neolatinas	Língua Francesa
Aldo Marques da Silva	Bacharel em Matemática Licenciatura Curta em Matemática	Matemática
Valter Pinheiro	Licenciado em Letras	Língua Portuguesa
Airton Marques da Silva	Engenheiro Químico	Estatística
Júlio Leite Filho	Licenciado em Letras	Língua Inglesa
Márcia Helena S. de Sousa	Licenciatura em Letras	Língua Inglesa
Maria Zaneir G. Teixeira	Bacharel em Administração	Economia

No plano formal, estamos nos reportando a 32 professores, o que nos permitiria dizer que, naquele contexto histórico, a FAFIDAM reunia um corpo docente suficientemente capaz de integrar a Faculdade ao contexto nacional, como instituição capaz de garantir uma formação verdadeiramente acadêmica para a juventude da região. O que prevaleceu, entretanto, foi a prática do silêncio e, por conseguinte, a transmissão de um conhecimento completamente desvinculado dos problemas vividos no país, em tempo ditatorial.

Essa realidade foi validada pelo professor Luiz Cruz Lima:

No desenvolvimento das aulas, posso lhe dizer que sou um entusiasta, desenvolvo uma Geografia crítica, não é uma geografia reacionária. No entanto, quando estava em sala de aula, eu me “engasgava”, não havia espaço. Então o

desenvolvimento intelectual da turma não se dava de forma plena, por conta desse empecilho, mesmo depois da morte do padre Misael, pois a gente não tinha ainda segurança. Eu entrei na época de chumbo, com toda a pressão do contexto, me demorei lá mais de dez anos e nesse período havia uma forte pressão sobre mim.

Apesar da ditadura, Fortaleza sediou o Congresso Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) de 1968, constituindo-se num marco da história da Geografia brasileira, ao assegurar acalorados debates teóricos/ideológicos, que propiciaram a manifestação nacional da nascente geografia crítica. No território limoeirense, a ordem foi mantida com mais eficácia do que aquela que assegurou o governo militar. Não havia mobilização estudantil nem interlocução do corpo docente, fato que impediu dois militantes do PCBR²⁸² de se encontrarem, ao tempo em que estavam na FAFIDAM. Como testemunha Luiz Cruz Lima:

No momento em que eu estava na FAFIDAM, também era professor um companheiro meu de atividade política, nós éramos membros do PCBR, no entanto nós nunca nos encontramos em Limoeiro do Norte, estávamos lotados em dias diferentes, eu era lotado no final da semana e o Valter Pinheiro, no início.

De modo resumido, havia de um lado uma legislação que propiciava o ingresso na carreira docente sem concurso, mediante práticas clientelistas e/ou de censura, considerando que estávamos num estado de exceção, e por outro, a prática educativa do silêncio, disfarçada de uma gestão competente, que agrupava em torno de si professores desvinculados das problemáticas políticas mais amplas do país, muitos dos quais oriundos da própria região e formados naquela instituição. Do quadro acima, apenas nove não eram da região do Vale do Jaguaribe.

²⁸²O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário foi fundado em 1968, representando uma dissidência do PCB, aproximando-se das organizações trotskistas.

A gestão da Igreja na construção da FAFIDAM

Como percebemos no desenvolvimento da tese, o projeto do bispo Dom Aureliano Matos mudaria toda a cartografia, toda a dinâmica espacial do lugar e mesmo no que se refere ao desenvolvimento da região. Antes de adentrarmos na gestão da Igreja, para construção da FAFIDAM, retomaremos à gestão da educação limoeirense. Num esboço amostral, expusemos na figura 17 o mapa da distribuição dos estabelecimentos de ensino fundamental do Ceará, destacando a microrregião do Baixo Jaguaribe que, após a intervenção do projeto educativo da Igreja, fez de Limoeiro do Norte o centro de irradiação de desenvolvimento da microrregião, sobretudo sob o prisma educacional.

Observamos que Limoeiro do Norte, não obstante compreender um território menor do que as cidades de Russas e Aracati, possui quase o mesmo número de estabelecimentos. Limoeiro do Norte tem sete estabelecimentos de ensino, assim como Russas, sendo que a cidade de Aracati possui oito. Percebemos ainda, no quadro apresentado pelo IPECE, que a população absoluta das três cidades é praticamente a mesma, estando os três municípios no mesmo nível populacional. Analisando as informações do mapa, constatamos que, no final dos anos de 1950 e início da década de 1960, a cidade de Limoeiro do Norte estava no mesmo nível de desenvolvimento educacional das demais.

No âmbito da Educação, como vemos no projeto da FAFIDAM, escrito pelo cônego Misael Alves de Sousa, precisamente na 4ª página,²⁸³ percebemos que Limoeiro do Norte, no final de 1960, em relação aos outros municípios, possuía o dobro da maior parte dos estabelecimentos de ensino de segundo grau de qualquer outra cidade. Havia ali seis estabelecimentos de ensino, seguindo-se o município de Aracati, com quatro, e o de Russas, com três, enquanto todas as demais cidades tinham apenas um estabelecimento de ensino de 2ª grau. Ampliando as informações a um horizonte maior, já exposto nos capítulos anteriores, percebemos que o desenvolvimento educacional de Limoeiro do Norte proporcionou ao município a conquista de um *status* superior

²⁸³ Ver anexo 8 - Projeto da FAFIDAM.

em relação aos municípios da região e também tornou a Igreja a principal agência de promoção da ordem.

Reforçamos o fato de que Limoeiro do Norte era uma cidade de médio porte na microrregião, havendo outras, Russas e Aracati, maiores e mais desenvolvidas. Após o pleno desenvolvimento do projeto do bispo, o município teve um crescimento na oferta de Educação em todos os segmentos, o que lhe conferiu o título de “Princesinha do Vale”, passando a ser o centro de irradiação de Educação, comunicação e desenvolvimento.

No mapa percebemos a extensão do projeto do bispo e o impacto da força política e social de Limoeiro do Norte sobre as demais cidades. As instituições educacionais criadas pelo bispo atingiram toda a microrregião. Os alunos de aproximadamente onze cidades estudavam em Limoeiro do Norte e, como podemos observar no mapa, entre Limoeiro do Norte e as demais cidades, havia uma longa distância, sobretudo dificultada pelas péssimas condições de acesso. Realçamos que, naquele período, Limoeiro do Norte ajudou a formar um quadro significativo de jovens de todas as cidades, se considerarmos a população de cada uma delas. Não podemos esquecer que as instituições de ensino de segundo grau que existiam na região eram privadas, em sua maioria, dirigidas pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Naquele contexto histórico, o ensino de segundo grau passou praticamente para o controle da iniciativa privada em quase todo o país. Nas palavras de Ghiraldelli Jr,

O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na Presidência da República, se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem devida qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. Penso que só uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela Ditadura Militar.²⁸⁴

²⁸⁴ GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p.112.

Como vemos, em Limoeiro do Norte, a política para a Educação se desenvolveu com as mesmas referências nacionais, quando a educação privada ganha enormes proporções se comparada à educação pública. Assim, reforçamos a pré-tese de que o projeto educativo desenvolvido em Limoeiro do Norte, sob os auspícios da Igreja, tinha relações estreitas com o projeto do governo civil-militar.²⁸⁵ No que diz respeito à concepção educativa, no período em que dominou o Ensino Médio e, particularmente a FAFIDAM, a Igreja valorizava uma formação enciclopédica e doutrinária, propiciando a manutenção da ordem conservadora que naquele contexto também requeria o governo ditatorial.

É preciso destacar o fato de que o projeto desenvolvia a Educação preferencialmente para a classe mais abastada, haja vista que as escolas, em sua maioria, eram privadas, oferecendo Educação nos níveis médio e superior, educação formal e informal (a rádio), educação propedêutica, sacerdotal e profissional.

No mapa seguinte, podemos confirmar a repercussão educacional no *locus* de nosso estado. As instituições ligadas à Igreja cobrem todo o território da microrregião jaguaribana, chegando mesmo até o alto da serra, na divisa com o Rio Grande do Norte,²⁸⁶ na cidade de Pereiro, a 180km de Limoeiro do Norte.

²⁸⁵ Frisamos que, embora não faça parte do objeto desta tese um estudo sobre o tema, não era meta nem política do governo estadual, desenvolver o ensino de segundo grau nas outras Cidades. As instituições de Ensino de 2º Grau que existiam nas cidades citadas na página anterior, na década em estudo, eram prevalentemente privadas, muitas ligadas à CNEG.

²⁸⁶ Por não ser o foco da pesquisa, não citamos a recorrência de alunos do estado do Rio Grande do Norte. A proximidade da cidade do referido estado proporcionou a ida dos alunos para Limoeiro do Norte, o que vem a reforçar também a repercussão da educação. O registro desses alunos é encontrado em todas as instituições criadas pelo bispo. Do Seminário Santo Cura D'ars, ao Patronato Santo Antônio dos Pobres.

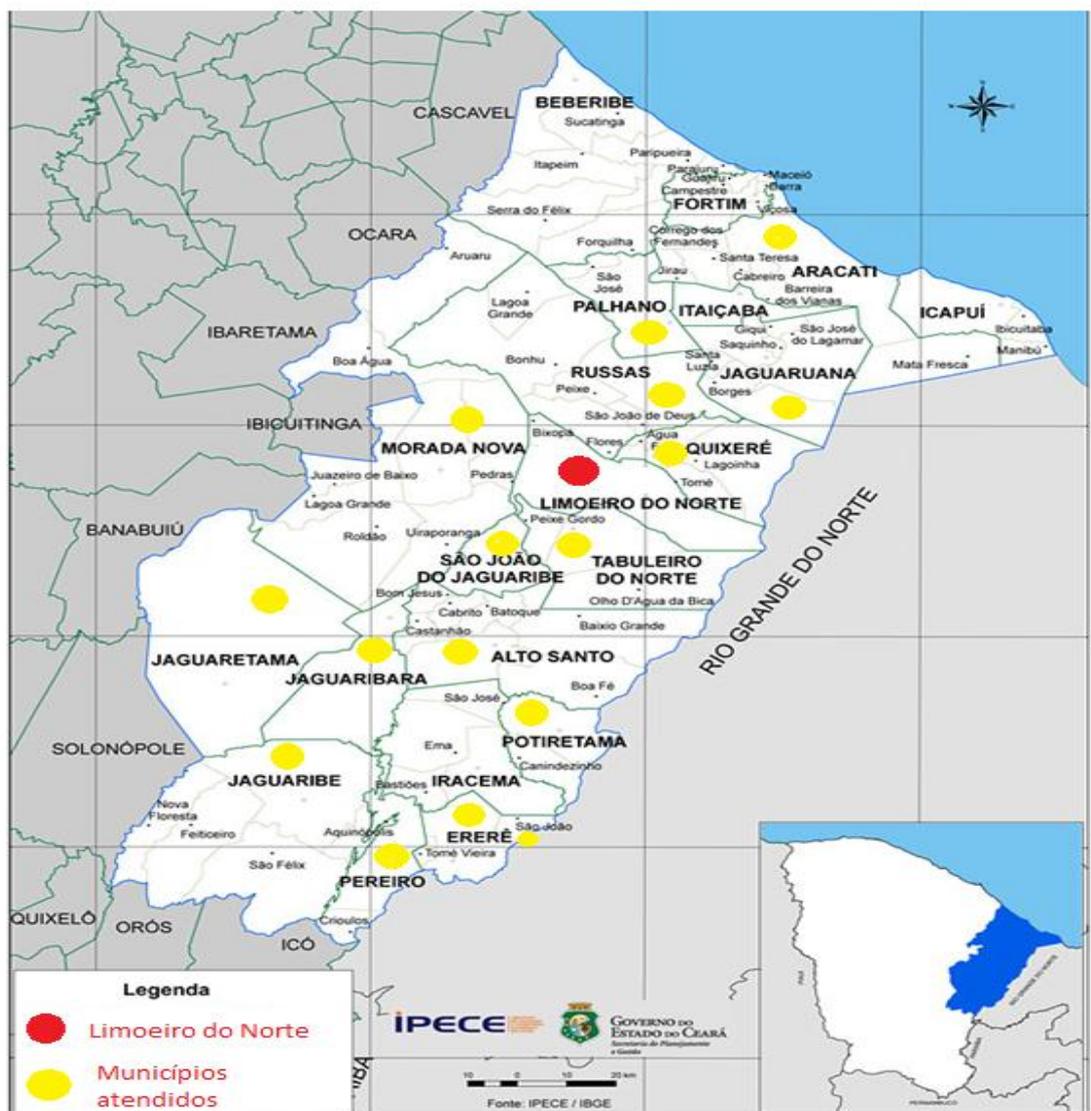


Figura 17

Mapa dos Municípios atendidos pelas instituições educacionais (públicas e privadas) de Limoeiro do Norte - CE, anos de 1960-70. Fonte: Mapa disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/130x.htm>. Fonte de Dados: dados coletados pela autora durante análise documental e entrevistas realizadas em Limoeiro do Norte (CE) no ano de 2013.

Observemos que no mapa os municípios atendidos por Limoeiro do Norte estão distantes da cidade numa média entre 15 e 130 quilômetros, o que permite uma ideia da repercussão educacional desenvolvida na cidade em relação aos demais municípios. A distância fica ainda maior se pensarmos nos meios de acesso, tanto no que se refere a veículos, como em se tratando de

estradas carroçáveis. Os alunos se deslocavam para a cidade em bicicletas ou passavam a residir na cidade durante a semana.

Podemos afirmar, de acordo com os depoimentos, que a Igreja foi o principal agente de desenvolvimento da Educação e esteve sempre alicerçada pelo Estado ditador. Esta afirmação ganha força no projeto da FAFIDAM, pois o ensino superior não estava nas demandas do Estado e se gestou apenas depois do pedido do bispo.

A elaboração do projeto, sua execução e a consolidação da FAFIDAM como instituição formadora, esteve durante os vinte anos dos governos militares controlada pela Igreja, sempre à frente da gestão da Faculdade. Não é de se estranhar o fato de que, ao longo desses anos, os quadros a ela incorporados estivessem intimamente vinculados à proposta educativa que levou à sua criação, tornando-lhe uma instância fundamental de irradiação do conservadorismo. Nesse sentido, com exceção de alguns professores vindos de outras regiões e concursados, a base social da FAFIDAM era ao mesmo tempo aquela que se calava ante as perseguições e expurgos que silenciosamente perpassavam os “corredores” da FAFIDAM. Desde o seu nascedouro, a Faculdade se constituiu num lugar importante na microrregião, que ultrapassava o campo religioso e o terreno educacional.

O bispo Dom Aureliano Matos, por exemplo, como mentor intelectual da FAFIDAM, esteve sempre ligado ao panorama político. A documentação da Cúria Diocesana referente ao período em que esteve à frente da Diocese – de 29 de setembro de 1940 a 19 de agosto de 1967 – comprova tal afirmação. O bispo conclamava os diocesanos a exercerem a cidadania no ato de votar, cientes de suas responsabilidades. A circular n° 85, de agosto de 1962, foi lida para os fiéis nas missas, em igrejas e capelas da região jaguaribana e nas reuniões onde houvesse representantes da Igreja, como monsenhor João Olímpio Castelo Branco. Vale notar que o documento veio a público pouco antes das eleições gerais de 07 de outubro de 1962, realizadas em vinte e dois estados. Na ocasião, foram eleitos Virgílio Távora²⁸⁷ para governador e

²⁸⁷ Natural da cidade de Jaguaribe, e de família com forte influência política, Virgílio Távora entrou na Escola Militar do Realengo em 1938, chegando ao posto de coronel em 1960. Eleito deputado federal em 1950 e 1954, ocupou uma diretoria na Companhia Urbanizadora da

Figueiredo Correia para vice-governador, e os senadores Carlos Jereissati e Wilson Gonçalves. No documento, o bispo salienta como o voto deveria ser considerado sagrado e que vendê-lo ou trocá-lo seria desfazer-se da própria dignidade.

A circular não deixa dúvidas quanto à atuação do bispo em terreno político, embora monsenhor João Olímpio Castelo Branco faça afirmações em contrário.²⁸⁸ Em nossa leitura, o bispo não apenas participava das decisões políticas referentes a Limoeiro do Norte como também sabia a força que tinha diante do governo e, conseqüentemente, dos fiéis.

nova capital e no conselho nacional do Serviço Social Rural do governo de Juscelino Kubitschek, embora fosse da UDN. No gabinete parlamentarista de Tancredo Neves, no governo João Goulart, foi titular do Ministério dos Transportes, cargo que deixou para eleger-se governador do Ceará à frente de um acordo que reuniu seu partido ao PSD, numa aliança inédita no estado, o que lhe garantiria sair vitorioso das eleições, diferente de 1958, quando havia sido derrotado numa disputa com Parsifal Barroso ao governo do estado. Como parte do acordo, o PSD elegeu Figueiredo Correia para vice-governador. Agropecuarista nascido em Várzea Alegre, advogado pela Universidade Federal do Ceará, e eleito deputado estadual em 1947, 1950, 1954 e 1958, Correia desincompatibilizou do mandato para assumir a Secretaria de Educação no governo Parsifal Barroso. Na eleição para senador, o mais votado foi o paraibano Wilson Gonçalves, que havia se formado advogado também pela Universidade Federal do Ceará em 1937, trabalhando no Ceará, Paraíba e Pernambuco até chegar à prefeitura do Crato em 1943, a convite do interventor Menezes Pimentel. Foi Menezes quem presenteou o grupo político de Limoeiro do Norte com cem contos de reis em notas do Estado, para entrar na disputa pela Diocese. Eleito deputado estadual pelo PSD por três vezes a partir de 1947, venceu a eleição para vice-governador em 1958 na chapa de Parsifal Barroso, tornando-se naquele momento senador. A segunda vaga em disputa coube ao empresário Carlos Jereissati. Descendente de libaneses, nasceu em Fortaleza e fez carreira política no PTB, vencendo as eleições para deputado federal em 1954 e 1958 (FARIAS, 2012).

²⁸⁸ João Olímpio Castello Branco, Entrevista concedida a Cíntia Chaves em Limoeiro do Norte, em 28 de agosto de 2012.

CIRCULAR Nº 85.

Prezadíssimos Diocesanos

Neste momento delicado da nossa história política, quando a garantia de nossas instituições democráticas e a tranquilidade do país vão depender do nosso voto, cumpre exercê-lo cientes de nossa tremenda responsabilidade.

Ao penetrar na cabine para votar, lembre-se cada um que vai influir definitivamente, com seu voto, nos destinos da Pátria e aquiã da Igreja.

Como cristãos não poderemos cumprir o nobre dever de votar sem ouvir a voz da nossa consciência cristã.

A Pátria e a Igreja esperam que nas desmintamos as nossas tradições de um povo formado pelos ensinamentos do Evangelho, onde houvermos este espírito de paz, de ordem que aflora em todos os acontecimentos de nossa história.

Não votemos para as altas funções do legislativo e do executivo, ou seja para deputados ou governador do Estado em quem não seja a garantia de nossas tradições cristãs, a segurança de nosso regime democrático; em quem bandeando-se para o esquerdismo torna-se o defensor e propulsor do comunismo mesmo que não se diga seu adepto, e estes são os mais perigosos.

A gravidade da hora que vivemos não permite que ajamos na dúvida. Queremos definição, para que não hajam enganos nocivos e irremediáveis, arrependimentos tardios, como aconteceu em Cuba.

Além disto, é preciso não esquecer que o voto é sagrado e não pode ser trocado por qualquer prato de lentilhas.

Vender seu voto é vender a própria personalidade. É ultrajar o nosso sistema político representativo. É comerciar com o futuro da pátria. É decepcionar a Igreja que já não poderá confiar em seus filhos.

Diante da cabine dois caminhos abrem-se para nós: Ou seremos homens de bem, cristãos autênticos, votando com a nossa consciência de católicos, com os olhos na Pátria e na Igreja; ou então seremos uns traidores e suicidas entregando, com o nosso voto, o futuro da Pátria que é o nosso futuro, nas mãos dos seus inimigos que são os vovos da civilização cristã, embora, desfarçados com o rótulo de nacionalistas ou coisas semelhantes.

Não passemos com o nosso voto o recibo de homens indignos de um grande pátria cristã, como é o Brasil, o maior país católico do mundo.

Eleitor do sertão, onde a fé tem raízes mais profundas, orientado pelos ensinamentos da Igreja, sem precisar de ir pedir luzes à beatriz na nos comícios políticos e mostra com o teu voto esclarecido que a Pátria e a Igreja podem confiar em ti.

Limceiro do Norte, 28 de Agosto de 1962

Aureliano Bispo Diocesano

Figura 18

Circular Nº 85, de 28 de agosto de 1962, escrita pelo Bispo Dom Aureliano Matos
Acervo da Cúria Diocesana

O antístite encerra o documento abrindo dois caminhos possíveis no exercício do voto: “ou seremos homens de bem, cristãos autênticos, votando com a nossa consciência de católicos, com os olhos na Pátria e na Igreja; ou então seremos traidores e suicidas, entregando nas mãos dos inimigos o futuro da pátria”. Nos documentos escritos pelo prelado, a recorrência aos inimigos é constante, principalmente quando fala da juventude que, segundo ele, estava exposta à corrupção do mundo, pela cultura que chamava de desmoralizante, impudica, imoral e ímpia.

Um dos mais belos sentimentos que empolgam a alma do moço é o amor da Pátria. Com o sangue quente que lhe ferve nas veias lavar, se preciso for, a mancha com que o inimigo maculou o solo pátrio.²⁸⁹

Fica evidente nos documentos escritos pelo bispo aos fiéis uma recorrência à vida política da região e uma relação dos objetivos de seu projeto educativo com a “proteção da Pátria”. O patriotismo era a arma necessária no combate ao “inimigo”, que não é denominado claramente nas cartas pastorais, mas foi implicitamente adjetivado.²⁹⁰ A luta contra o inimigo iniciada por Dom Aureliano Matos foi continuada pelo cônego Misael Alves de Sousa. Dando continuidade ao projeto do bispo, consubstanciado fundamentalmente na construção e consolidação da FAFIDAM como instância formadora, o cônego elaborou um edital de concurso, em 1968, para provimento de cargos administrativos.

Para melhor elucidar as relações entre a Igreja e o Estado ditador na construção do projeto educativo FAFIDAM, faz-se necessário, nesse momento, destacar a política para a Educação do estado do Ceará no propósito de entender as bases sobre as quais ocorreu a criação de uma instituição de Ensino Superior na microrregião do Baixo Jaguaribe. Cabe lembrar que nacionalmente essa política se orientava pela racionalização e contenção da oferta, buscando o controle dos estudantes.²⁹¹

No Ceará, embora os partidos a que pertenciam o presidente e o governador não fossem os mesmos, havia uma sintonia entre as propostas para a Educação, no governo Virgílio Távora (1963-1967), e mais acirradamente no de Plácido Castelo (1967-1971). Constata-se significativa quantidade de investimento público em área privada no setor educacional, seja

²⁸⁹ Ver anexo 1 – Primeira Carta Pastoral.

²⁹⁰ Ver anexo 3 – Terceira Carta Pastoral.

²⁹¹ Segundo Romanelli, após 1964, a política educacional evoluiu de maneira distinta, de 1960 a 1964 e de 1964 a 1968, lembrando também que as grandes reformas na educação somente aconteceram a partir de 1968. No primeiro período, a política educacional buscou atender as demandas quantitativas e no segundo momento essa expansão não deixou de existir, no entanto foi bem mais lenta. Com relação ao ensino superior, a oferta do sistema teve um decréscimo enorme. De 1960 a 1964 o número de inscritos no vestibular aumentava numa proporção de 50%, enquanto as vagas cresciam em 64%, o que equivalia a um saldo positivo. No período de 1964 a 1968, a demanda de inscritos chegou a 120%, enquanto a oferta cresceu apenas 52%. O resultado disso foram as intensas manifestações estudantis de que já nos ocupamos em momento anterior. (ROMANELLI: 2009)

em compra de vagas ou fornecimento de subsídios, deixando claro que o setor público não era alvo da política local.

Nas mensagens governamentais relativas à Educação, de 1965 a 1982, o Ensino Superior foi citado onze vezes. Nessas mensagens, chama atenção a de 1965, quando o governo do estado declarou que não tinha condições financeiras de arcar com a manutenção do Ensino Superior, deixando claro que os recursos financeiros somente cobririam precariamente os níveis Primário e Médio. Cabe lembrar que, em 1966, o governador presenteou Dom Aureliano Matos com a criação da FAFIDAM. Desta forma, as despesas decorrentes da criação da FAFIDAM, bem como a desapropriação do prédio, foram feitas pelo governo estadual. Para explicar a falta de sintonia entre o anunciado e o proposto com relação ao Ensino Superior no governo de Virgílio Távora – embora essa falta de sintonia seja uma constante na gestão pública nos três níveis, municipal, estadual e federal – expomos o relato do professor Luiz Cruz Lima:

Nós tivemos um grande governador, o Virgílio Távora, historicamente reconhecido. Quando digo grande, não falo do meu ponto de vista, mas o reconhecimento da história. (...) O Virgílio era udenista, e como udenista ele era um homem da linha conservadora, e sendo desta linha, atendia os interesses do interior, além disso ele é jaguaribano, a família Távora é de Jaguaribe. Ele tinha uma visão plena de quem eram os pontos dos votos de qualquer lugar do Ceará. Ao notar, antes mesmo da ditadura, que Dom Aureliano Matos era o grande líder religioso da região do Vale do Jaguaribe – a paróquia que ele comandava era enorme –, passou a dar mais atenção a esse fato, até porque, isso para o Virgílio era uma marca importantíssima para definir qualquer pleito que ele tivesse para a votação. Desta forma o governador fez uma viagem a Limoeiro do Norte no dia do aniversário de Dom Aureliano, foi “tomar a benção” ao bispo. Nesse dia ele perguntou a Dom Aureliano o que ele gostaria de ganhar, e sem titubear, para marcar a força do elemento principal de manter o conservadorismo, Dom Aureliano pediu a Faculdade. Nasce a FAFIDAM, um presente do governador para Dom Aureliano Matos.²⁹²

O entrevistado destacou a influência do bispo, a extensão de sua paróquia e a grande liderança política que era Dom Aureliano Matos, como

²⁹² LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

fator preponderante para a criação da Faculdade. A disposição do então governador de presentear o bispo confrontava o próprio orçamento do estado e os documentos propalados pelo governo. Desta forma, atender ao bispo, nas palavras de nosso entrevistado e em nossa leitura, significava apoio certo nas eleições futuras. Instituições distintas, mas representantes de uma mesma perspectiva, a UDN e a Igreja possuíam uma base bastante conservadora. Igreja e governo apoiaram-se em seus projetos.

O deslocamento formal da FAFIDAM do controle da Igreja não significou, todavia, o fim de sua influência sobre a instituição, assim como no conjunto das instituições sociais locais. As mudanças, na realidade, só foram procedidas nos anos 2000, com novo quadro de docentes concursados em 1988, que inauguraram uma batalha, às vezes silenciosa outras vezes abertas, contra a estrutura de poder que se consolidou durante décadas na região, e que nem mesmo o fim da ditadura civil-militar liquidou.

Dessa forma, vê-se que a doutrina da Igreja participou do projeto social que alicerçou o campo de atuação para o projeto social civil-militar. Não significa dizer que sua doutrina tenha sido pensada para dar suporte ao regime, mas que o conservadorismo, do qual a doutrina bebe, dialogava diretamente com as bases do projeto moral e social do novo regime.

Criada a instituição, a aula inaugural da FAFIDAM contou com as participações do secretário de cultura do estado, historiador Raimundo Girão, do reitor da Universidade Federal do Ceará, de secretários de Estado, da congregação e de 208 alunos. Após curto espaço funcionando em prédio alugado, a instituição passou a ter curso no prédio da catequese, como já mencionado, localizada na principal artéria urbana de Limoeiro do Norte, antiga Avenida Santos Dumont, hoje denominada Avenida Dom Aureliano Matos.

O projeto da Faculdade, escrito pelo cônego Misael Alves de Sousa, é um documento cuidadosamente elaborado. Nele, consta um adendo onde são enumerados os aspectos sociais, econômicos, geográficos, culturais e históricos da região do Vale do Jaguaribe. Na justificativa ao Conselho Estadual de Educação, o cônego faz uma descrição de todas as cidades da região que a Faculdade pretendia atender, com a formação de professores. O

documento denota, ainda, no histórico da região, um levantamento populacional dos dezesseis municípios que seriam atendidos pela Instituição,²⁹³ bem como a distância que se encontravam em relação a Limoeiro do Norte. Também acentua a dependência de algumas daquelas cidades em relação a Limoeiro do Norte, sobretudo pela inexistência de médicos, hospitais e estabelecimentos bancários ou estabelecimentos de crédito, de saúde, bem como as condições sanitárias de cada cidade. O documento explora a capacidade de desenvolvimento dos municípios, deixando clara a superioridade de Limoeiro do Norte dentre as demais cidades da região, superioridade esta alcançada após o desenvolvimento do projeto do bispo. Além disto, enumera todos os estabelecimentos de Educação da região, com enfoque em seis escolas de 2º grau, públicas e privadas. Expõe, ainda, que a matrícula do município no Ensino Médio, Secundário como trata o documento, chegava a mais de mil alunos, deixando claro que a futura instituição teria demanda.

O cônego Misael Alves de Sousa encerrou o documento enfatizando os esforços do governo estadual na melhoria da Educação, criando a Faculdade de Filosofia. Para concretização desse projeto, o clérigo teria adotado todas as providências para que a instituição pudesse alcançar seus objetivos, a fecundar com “semente de cultura confiada à Terra Generosa da Região Jaguaribana”.²⁹⁴ Caberia agora ao Conselho Estadual de Educação “completar este ato governamental, autorizando de imediato o funcionamento da faculdade”.

Enumera, ainda, como veremos na figura 19, a população dos quinze municípios que seriam beneficiadas com a criação da Faculdade, reforçando novamente a demanda por Educação Superior.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem, ibidem.

Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte
Ceará

HISTÓRICO DA REGIÃO

Como adendo informativo apresentamos alguns aspectos da Região do Baixo Jaguaribe, focalizando, principalmente, aspectos geográficos e culturais / das cidades da região.

Situação Geográfica - A região do Baixo Vale do Jaguaribe, está determinada pelo Rio Jaguaribe, estendendo-se entre as cidades de Jaguaribe e Aracati. As condições geográficas e econômicas da região tornam as cidades interligadas numa mesma esfera de atividades sócio-econômicas.

Cidades e respectivas populações.

Aracati	45.840 habitantes
Alto Santo	11.347 "
Itaiçaba	5.666
Iracema	19.839
Jaguaretama	16.270
Jaguaribara	7.715
Jaguaribe	23.664
Jaguaruana	20.220
Palhano	4.375
Pereiro	20.172
Quixeré	9.546
Russas	29.463
LIMOEIRO DO NORTE	20.679
Morada Nova	42.789
São João do Jaguaribe	6.994
Taboleiro do Norte	<u>13.940</u>
Total.....	298.319

Figura 19

3ª folha que integra o documento de criação da FAFIDAM

Acervo da FAFIDAM

Obstinado pela manutenção da Faculdade como instituição necessária à região, cômego Misael Alves de Sousa, segundo Arnóbio Santiago de Freitas,²⁹⁵ estava sempre atento à chegada de novos moradores em Limoeiro. Relata que era comum o cômego fazer visitas a profissionais que ali chegavam para trabalhar, tendo como propósito convidar essas pessoas a prestarem exame vestibular para um dos cursos da FAFIDAM. Em nossa leitura, tal prática, além de estar diretamente ligada à consolidação e manutenção da Faculdade – lembramos que nesse período os alunos pagavam uma taxa – também permitia a aproximação com as pessoas “vindas de outros lugares”, colocando-as em contato direto com as práticas conservadoras da cidade. Tal feito já era praticado anos antes pelo bispo, imbuído de autoridade do resguardo das “boas” condutas e da proteção à cidade. A esse respeito, Mercadante (1972) assinala:

A forma conservadora norteia-se pela experiência do passado, parte do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual. Trata-se assim do aproveitamento do passado para uma experiência real, isto é, como se o passado se experimentasse como um presente virtual.²⁹⁶

Mercadante acentua que somente a história pode confirmar, positiva ou negativamente, uma pretensão política. Em nossa análise, concluímos que as políticas e práticas estabelecidas no interior da FAFIDAM – apoiadas nas práticas do bispo – transmitiram um enorme legado conservador àquela instituição, que persiste ainda hoje, anos após a saída da Igreja da gestão da Faculdade e de sua incorporação à Universidade Estadual do Ceará, tornando-se, dessa forma, uma instituição pública de fato e de direito.

Concluímos, então, que a FAFIDAM gestou-se como um projeto original, simbiose entre um projeto político e um projeto social que, durante anos, transformou a paisagem cultural daquela cidade, ao se antecipar ao controle social da ditadura e da ação autoritária que o estado de exceção infligiu ao

²⁹⁵ SANTIAGO, Arnóbio. Limoeiro do Norte/CE; Brasil. 19 de fevereiro de 2015. 1 hora e 34 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

²⁹⁶ MERCADANTE. Paulo. **A consciência conservadora no Brasil: contribuições ao estudo da formação brasileira**. 2ª edição. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 218.

país. Assim, a FAFIDAM colaboraria com a manutenção dos princípios fundamentais daquele regime, a saber: a Pátria, a moral e o “anticomunismo”, sínteses da lógica de poder que historicamente dominou o Nordeste brasileiro, com intensa e duradoura repercussão social.

4. FAFIDAM: REAÇÃO ANTECIPADA À AMEAÇA CONTRA A ORDEM CONSERVADORA

CÁLICE

Gilberto Gil/Chico Buarque de Holanda

Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
Pai, afasta de mim esse cálice
De vinho tinto de sangue

Como beber dessa bebida amarga
Tragar a dor, engolir a labuta
Mesmo calada a boca, resta o peito
Silêncio na cidade não se escuta
De que me vale ser filho da santa
Melhor seria ser filho da outra
Outra realidade menos morta
Tanta mentira, tanta força bruta

Como é difícil acordar calado
Se na calada da noite eu me dano
Quero lançar um grito desumano
Que é uma maneira de ser escutado
Esse silêncio todo me atordoia
Atordoado eu permaneço atento
Na arquibancada pra a qualquer momento
Ver emergir o monstro da lagoa

De muito gorda a porca já não anda
De muito usada a faca já não corta
Como é difícil, pai, abrir a porta
Essa palavra presa na garganta
Esse pileque homérico no mundo
De que adianta ter boa vontade
Mesmo calado o peito, resta a cuca
Dos bêbados do centro da cidade

Talvez o mundo não seja pequeno
Nem seja a vida um fato consumado
Quero inventar o meu próprio pecado
Quero morrer do meu próprio veneno
Quero perder de vez tua cabeça
Minha cabeça perder teu juízo
Quero cheirar fumaça de óleo diesel
Me embriagar até que alguém me esqueça

Como na letra da música de Gilberto Gil e Chico Buarque, a ditadura civil-militar teve um “sabor amargo” para aqueles que ousaram “quebrar” o silêncio e pensar diferente de uma elite conservadora e autoritária que, para se manter no poder, entregou às mãos dos militares o “restabelecimento da ordem”, a qual, na microrregião do Baixo Jaguaribe, precisamente em Limoeiro do Norte, não havia sido abalada. O “desconhecimento” dos fatos ocorridos em plano nacional, por grande parte dos moradores era regra na Limoeiro do Norte de Dom Aureliano Matos. Como visto no capítulo anterior, o prelado conduzia a cidade e a vida das pessoas juntamente com uma elite amparada pelo governo vigente, que nos bastidores da cidade forjava “intrigas” nas tramas locais.

Em meio ao silêncio que tomou conta da região, da ignorância sobre a violência dos fatos ocorridos em outros lugares, alguns personagens da resistência nacional à ditadura passaram por Limoeiro do Norte. Atentos às regras do lugar, alguns tiveram vida longa no seio do conservadorismo, ao passo que outros entrariam para a história pelo fato de, mesmo numa passagem breve e sem conflitos, expor as vísceras das relações. A passagem breve de um desses personagens nos ensina que nem sempre é preciso falar ou argumentar para expor o outro. O silêncio de uma das partes obriga a outra a demarcar território, e com isso as ações revelam seus pensamentos. Esse entrecruzamento de caminhos reforça as evidências do conservadorismo que embalou o sono dos dirigentes do lugar.

Este capítulo se propõe analisar os fatores de manutenção do conservadorismo e propagação do regime militar que se desenvolveram na FAFIDAM. Antes de desenvolver a proposta da seção, e no intuito de ressaltar a pré-tese a ser confirmada ou refutada, afirmamos que a FAFIDAM, na qualidade de instituição de Ensino Superior, manteve a ordem conservadora que foi o alicerce de sua construção, diferente de outras instituições desse nível que, sob pressão dos movimentos sociais, reagiram à ordem social imposta.

Na escrita desta tese, um conceito foi por demais utilizado: conservadorismo. Pretendemos explicar, por seu intermédio, as ações postas em prática em Limoeiro do Norte, ações que fizeram da FAFIDAM uma

instituição de Ensino Superior que se responsabilizou por propagar as ideias da Igreja, bem como as do regime militar ou, precisamente, a natureza conservadora da microrregião, já manifesta, por exemplo, nos movimentos integralistas que antecederam a chegada do bispo, como evidenciamos no primeiro capítulo.

Segundo Maria Bernadete de Oliveira Carvalho, a *práxis* conservadora tem um profundo “apego” à formulação de documentos que institucionalizem suas ações e resolvam os problemas surgidos de situações e circunstâncias as quais requerem uma atitude fora do habitual, ou seja, demanda enorme capacidade de articulação prática. Essa característica nos sinaliza a constituição do projeto de Dom Aureliano Matos. O bispo criou várias instituições que propiciaram alicerce sólido ao seu projeto, contando para tal com uma estrutura social com valores demasiadamente conservadores, rigidamente fincada no modelo oligárquico que dominou o padrão brasileiro.

Assim como as reformas educativas implementadas pelos militares, em Limoeiro do Norte as instituições criadas pelo bispo visavam introjetar nas futuras gerações a manutenção da ordem conservadora que requeria um conjunto estrutural que a amparasse: prédio, pessoas, material de uso permanente, renda fixa etc. Ou seja, requeria um pragmatismo enorme por conta daqueles que o cercavam, haja vista o próprio contexto social, político e econômico da região não dispor dos elementos necessários ao desenvolvimento do projeto. Para tanto, suas iniciativas buscavam integrar tanto a população quanto o Estado; no primeiro caso, como força de trabalho e força material e, no segundo, como agente financiador.

Desta forma, eis aqui, segundo a autora, uma característica marcante do conservadorismo, conceito que guiou a análise dos fatores de manutenção e propagação do regime militar que tiveram na FAFIDAM uma reação antecipada à ameaça contra a ordem estabelecida com a ditadura civil-militar, já consolidada na região.

Como explicitamos no primeiro capítulo, as instituições sociais não são instâncias constituídas à revelia da realidade histórica objetiva. No contexto da ditadura civil-militar, cumpriam uma função específica de controle por meio de órgão repressivos e/ou ideológicos voltados à conservação da ordem

estabelecida com o golpe. Nessa paisagem, o Estado ditatorial estimulou, por via de incentivos diversos, a expansão de instituições educativas de natureza privada de controle ideológico. A FAFIDAM, parte do projeto do Bispo, integrava-se a esta iniciativa do golpe militar.

4.1 CONSERVAR PARA RESISTIR: PREPARAÇÃO DO CONTEXTO EDUCACIONAL ÀS INTERFERÊNCIAS DO CONTEXTO POLÍTICO

A criação da FAFIDAM como instância de preservação da ordem estabelecida confirma a tese deste trabalho.

Em se tratando de nuances do conservadorismo, toda ação conservadora confluiu para a preservação da ordem, o que em Limoeiro do Norte significava protegê-la das interferências oriundas do contexto político nacional, marcadamente tenso, seja pelos ventos do comunismo seja mesmo pela reação dos movimentos sociais democráticos que reclamavam o retorno ao Estado Democrático de Direito.

Reforçando o que acentua Carvalho (2005) a respeito da capacidade de formular propostas e sobre o registro das ações dos grupos conservadores, apontamos toda a documentação elaborada por Dom Aureliano Matos em torno da ameaça do comunismo. As cartas pastorais endereçadas aos fiéis e suas circulares apontam não apenas as preocupações com a quebra do *status quo*, mas também se configuram como um dos expedientes mais expressivos do conservadorismo. As cartas e os documentos escritos aos padres da Diocese, com referências de conduta, confirmam a preocupação em manter não apenas o município, mas também a região sob os auspícios da Igreja:

O conservadorismo como estrutura consciente de pensamento segue essa lógica de formação, pois ele é reação à transformação, uma reação bastante peculiar, posto que se caracteriza pela apropriação de elementos novos mas dentro de uma perspectiva anterior. As transformações são formadas por uma dialética de ruptura/continuidade, isto é, o novo se faz no anterior, mas é novo, logo supera aquele que o produziu; os conservadores se mobilizaram e se especializaram na

apropriação e/ou evidenciação da continuidade em detrimento da mudança.²⁹⁷

Na incapacidade de prospectar elementos novos das demandas surgidas de um contexto de interferência das ideias de esquerda no plano nacional à estrutura da Igreja, o bispo disseminou e introjetou, por via da institucionalização especialmente de instituições educativas, dentre elas a FAFIDAM, os pilares do conservadorismo, transformando-os em símbolos de uma educação ordeira. No que diz respeito à Igreja, podemos assinalar o trabalho feito pelo Movimento de Educação de Base, que foi implantado nas Dioceses com o objetivo de levar Educação e formação sindical à zona rural pelas ondas do rádio. Em Limoeiro do Norte, o bispo criou a Rádio Educadora Jaguaribana, em agosto de 1962, a qual desenvolveu a proposta do MEB por mais de dez anos.

Em entrevista realizada com Teresa Newman Conrado Sousa – uma das primeiras mulheres, juntamente com sua irmã Nozinha Conrado, a apresentar um programa em uma estação de rádio no Vale do Jaguaribe – nos foi apresentado um cordel produzido por um aluno do programa, que ilustra a história do MEB. Nos versos, a função do programa ficava evidente:

Este dinâmico pastor; Bem estudado por certo; Ele viu que pelo Rádio; Penetrava no deserto; E deste modo trazia; O sertanejo prá perto.

(...)

Entre a Igreja e o governo; Houve uma conferência; Tando tudo motivado; Por causa da experiência; Deste modo foi criado; O órgão com competência.

(...)

O homem que não se educa; Desconhece a promoção; Dá prejuízo a si próprio;

Prejudica a seu irmão; E desta maneira assim; Torna-se inútil a Nação.

(...)

Por isso este programa; Incentiva e nos diz; Que todo homem educado; É sempre um homem feliz; Porque está em contato; Com tudo do seu País.

²⁹⁷ CARVALHO, Maria Bernadete de Oliveira. Revista Espaço Acadêmico. Nº 50 – julho 2005 – Mensal – ISSN 1519.6186. ANO V.

Reconhece o dever cívico; Fortifica-se na moral; Capaz de adaptar-se; em qualquer meio social; Sendo bem esclarecido; Dentro do seu ideal.

(...)

A equipe nacional; Tem por sua obrigação; Planejar o movimento; Com toda linha de ação; E colaborar com os outros; Dentro da nossa Nação.

Nosso primeiro pastor; Grande bispo Aureliano; Convidou umas professoras; Com o padre Mariano; Pra fazer um treinamento; Realizando seu plano.

De acordo com a lei do país; Sem fugir do seu civismo; O MEB sempre doutrina; Com o seu idealismo; Mostrando ao homem do campo; O valor do sindicalismo.

Quando eu falo em sindicato; Faço observação; Que este órgão tem cobertura; Lá do chefe da Nação; Garantindo o progresso; Pela sua integração.

(...)

A Educação era apenas a mola propulsora dos objetivos do programa. A temática a ser desenvolvida era a educação sindical. Podemos perceber pela compreensão do próprio autor explícita no cordel – na qualidade de aluno do programa – que o civismo e a moral eram elementos intrínsecos à proposta. Ressaltamos a última estrofe: “Quando eu falo em sindicato; Faço observação; Que este órgão tem cobertura; Lá do chefe da Nação; Garantindo o progresso; Pela sua integração”.

O entendimento do autor é claro: há uma diferenciação entre o sindicalismo aprovado pelo “chefe” do país, e outro que fica implícito na estrofe. Ao final, o autor se diz um aluno do programa, o que nos permite considerar que a Educação repassada teve objetivos claros e formação definida, como bem comprova o cordel.

Reportando-nos ainda a Carvalho (2005), os conservadores se encaixam nos processos de mudanças, utilizando-se da ordem, não negam o movimento constante de mudanças próprio das sociedades humanas, mas naturalizam as novas práticas em um contexto de ordem. Essa perspectiva se comprova pelo próprio MEB e a educação sindical desenvolvida. Num âmbito de mudanças nacionais e de discussão de cunho mais democrático, em 1962, ano de criação do programa, a vertente sindical se mostrava realidade inegável. A Igreja se apresentava como promotora dessa mudança, elegendo

as bases desta formação, que em Limoeiro do Norte foi reforçada pelo conteúdo conservador predominante nas visitas aos sertões.

Trabalhando nessa perspectiva, voltemos à quinta carta pastoral,²⁹⁸ escrita em 1965, na qual o bispo cuida da participação da Igreja na então transformação econômica do Vale do Jaguaribe, intitulado de “O Eldorado do Nordeste”. Na carta, o prelado inicia se referindo ao Baixo Jaguaribe como zona marcadamente agrícola, cujas cidades são inexpressivas e de características rurais, que não atraem para seus centros “as populações que se derramam em seu derredor”.²⁹⁹ Declara, ainda, não ver com desagrado esse fenômeno e sim com alegria, dado que os benefícios que porventura os grandes centros trazem à população “são neutralizados pelos problemas morais que neles se criam, pelos escândalos que aí facilmente se estampam”.³⁰⁰ A carta é marcada pela sutileza com que os temas centrais são trabalhados, ao mesmo tempo em que assinala o desenvolvimento econômico do Baixo Jaguaribe no setor agrícola, industrial e de serviços. Seu texto visa preparar os fiéis para as transformações que aquele desenvolvimento acarretaria na fisionomia da região e na vida de seus habitantes:

A transição de uma sociedade fechada e paternalista para uma sociedade aberta e pluralista irá exigir de nós uma nova orientação pastoral. Será que a mentalidade e a formação católica de nosso rurícola permanecerão inalteradas ao impacto que por certo virá, quando se rasgarem as cortinas que cerravam o Vale, desvendando-se aos olhos atônitos e maravilhados do camponês novos horizontes?!

Reparemos que são anunciadas as mudanças e com elas todo o peso das transformações.³⁰² A carta está repleta de nostalgia. Com o incerto futuro

²⁹⁸ Anexo 5 – Quinta Carta Pastoral.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Idem. Ibidem.

³⁰¹ Quinta Carta Pastoral.

³⁰² A carta anuncia com certo atraso, a inserção de um trabalho social na Diocese. Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos (2013) fazem uma periodização da fase de transformações no seio da Igreja brasileira. Esta periodização é datada pelos autores como o final de 1950 e início de 1960, quando se altera o seu perfil institucional e nas palavras dos autores, “a instituição eclesial começa a abrir novos horizontes em suas práxis” (p. 96). Deixamos claro, a exemplo dos autores, que existem outras periodizações, no entanto, nos filiamos à utilizada no trabalho pelo fato simples de encontrarmos sintonia com o contexto da

que cerca o Vale do Jaguaribe, o bispo anuncia que, naquele momento histórico, tornava-se decisiva e indispensável a participação da Igreja, na orientação dos novos tempos. Por fim, revela o tema real da carta, a organização sindical por meio da Igreja. Desta forma, assinala que convém desenvolver uma pastoral de transição do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, diante do fato de que “um novo Brasil está para nascer”. Faz-se necessário, contudo, uma pastoral que esteja afinada com a criação de líderes para o sindicalismo, reforçando ainda que os padres acompanhem de perto o andamento do plano de execução das obras e estejam sempre dispostos a mostrar a valorosa cooperação da Igreja.

Preparemos para uma pastoral especializada. Uma pastoral dos quadros técnicos e das novas estruturas. Uma pastoral que leve em conta a formação de líderes que animem o sindicalismo, o cooperativismo, etc. (...) Urge uma pastoral voltada pra a educação de uma fé adulta, capaz de infundir o fermento evangélico num mundo em transformação.³⁰³

Novamente sobressai o lado político de Dom Aureliano Matos. Compreendemos que, embora as mudanças de início possam não ter encontrado seio caloroso, o desenvolvimento da proposta, sem dúvida, encontrou um terreno fértil de desenvolvimento de atuação política mais eficaz ao conservadorismo. Inicia-se, então, um período de educação sindical que estabeleceria a diversidade de compreensão entre aquela educação e o expediente de luta dos trabalhadores, a organização sindical.

Reforçando o que já demonstramos, ao se antecipar aos fatos a Igreja assumiu o desenvolvimento dos quadros sindicais no intuito de barrar a influência do comunismo na região. O fato conflui em direção às contribuições

tese. Assim, partindo do trabalho dos autores, exprimimos que a Diocese leva quase cinco anos para amadurecer aquelas transformações e estabelecer novas práticas. O próprio sentimento de nostalgia do qual a carta está repleta é, para nós, sintoma de saudosismo conservador. Ainda segundo os autores, a Igreja estava longe de se constituir um bloco homogêneo. Em seu contexto, dividem espaços e práticas das mais diversas e até mesmo contraditórias. “Existem diferentes comportamentos religiosos e políticos, influenciados pela forma como seus membros se ligam às várias classes sociais”. DELGADO, L. A. N.; PASSOS, M. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 6ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 (O Brasil Republicano v. 4) p. 98.

³⁰³ 5ª Carta Pastoral, pág. 6.

teóricas da autora. A Igreja naturaliza as transformações dentro de uma ordem preestabelecida para assegurar a não ruptura do *status quo*. Novamente aqui as características do conservadorismo aparecem claramente e se confirmam.

No alvorecer da década de 1960, [...] alguns leigos e membros da hierarquia católica começaram a se interessar por problemas fundamentais – família, educação, reforma agrária, desenvolvimento econômico, [...] Essa era uma atitude nova no catolicismo brasileiro, procurando balizar a pastoral com referências na realidade histórica. [...] No entanto, as posições são múltiplas dentro da Igreja. A polarização também se fez sentir na hierarquia religiosa e junto aos leigos, ocasionando o surgimento de várias tendências e correntes.³⁰⁴

Lembramos que, malgrado encontrar-se inserida no ambiente de mudanças sociais, a mentalidade eclesiástica parte do princípio de que as mudanças devem ser orquestradas pelos patrões. Dessa forma, em nossa leitura, a expansão da industrialização inaugura outra forma de organização que deveria ser desenvolvida pela Igreja em antecipação às ideias “subversivas” que já se encontravam em desenvolvimento nos grandes centros urbanos no país.

Ainda consoante Carvalho (2005),

O conservadorismo é uma visão social de mundo que será construída em oposição a uma outra visão social de mundo, a racionalista, campos opostos que sofrerão interferências mútuas e se transformarão, posto que fazem parte de um mesmo mundo. Assim, o pensamento conservador sofreu e sofre interferências externas, até para não perder espaço sócio-político. A ideia racionalista de transformação, por exemplo, é incorporada ao pensamento conservador, que não se caracteriza por sua completa ou radical negação, mas por defender fundamentalmente que este processo se dê dentro da ordem existente, aceita como natural. Os conservadores acabam por fundir-se também à consciência de que as sociedades humanas têm um movimento constante de transformação. Contudo, essa consciência da modernização, de estar em constante atualização, se constrói de uma forma muito própria, que é a modernização conservadora, ou revolução passiva.

³⁰⁴ DELGADO, L. A. N.; PASSOS, M. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos. In: **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** / organização Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 6ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (O Brasil Republicano v. 4) p. 103 e 106.

A análise trabalhada na tese se enquadra perfeitamente ao conceito aplicado pela autora, embora em boa parte da documentação dirigida aos fiéis o bispo se declare contrário à modernidade. Apenas na proporção em que o contexto de transformações é inevitável, aponta uma saída que, naturalmente, tem a Igreja como mentora e incentivadora. Foi assim na criação do seminário,³⁰⁵ já relatado no terceiro capítulo, quando enumera as mazelas do mundo e da modernidade, que tira do lar a mulher, e sinaliza com a ida dos jovens para o seminário no intuito de retirá-los “do mundo”.

As elaborações teórico/práticas do bispo expostas nos documentos de aconselhamento aos fiéis, bem como as ações empreendidas no desenvolvimento do projeto da Igreja, confirmam as palavras de Mercadante (1972):

[...] o conservadorismo no Brasil se alimentou de duas “fontes” especiais: o pensamento burocrático e o pensamento histórico-conservador; o primeiro se caracteriza pela conversão das questões políticas em questões de administração, ou seja, a retirada e negação das lutas e conflitos sociais e consequente relações de dominação, para a esfera limpa, distante e nada influenciável (teoricamente) da administração pública, de um dos *lócus* do Estado. A disputa política sai da sociedade civil e passa a ser de responsabilidade apenas da sociedade política (*strictu sensu*). Dentro desta perspectiva a **lei**, e com ela a **ordem**, está acima da sociedade, até porque ela é norma jurídica e não social. A legitimidade do poder e sua execução se estrutura no Estado e não na sociedade, o aparelho do Estado tem total controle e competência para gerir o todo social. Seguindo esta lógica, a Constituição tem um apelo social, que a estrutura administrativa do Estado não tem, logo esta última pode conduzir muito mais satisfatoriamente a ordem social.³⁰⁶

³⁰⁵ Uma análise mais detalhada do Seminário não é pretensão desta tese, no entanto, é interessante observar que mesmo as questões relativas à Igreja, a capacidade de mudança da Diocese de Limoeiro do Norte é mínima, ou seja, os traços conservadores da cidade e, por que não dizer, da região, impedem grandes transformações. A esse respeito, relatamos as mudanças mesmo no interior da Igreja, quando após o Concílio Vaticano II a Igreja tem nova abordagem. Em Limoeiro do Norte, esta nova concepção de Igreja custa a ter espaço na Diocese, o que só fortalece a tese.

³⁰⁶ MERCADANTE. Paulo, **A consciência conservadora no Brasil: contribuições ao estudo da formação brasileira**. 2ª edição. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 219.

A burocratização das práticas eclesiais mantinha, aparentemente, o projeto do bispo distante da prática política. Embora indissociável pelo alicerce das práticas, aos olhos da população, como anunciado em algumas falas, a prática do prelado não possuía cunho político. Encrustada nesta óptica da burocracia, em todo o período em que o bispo esteve à frente da Diocese suas ações foram antecipadas e pautadas por circulares e cartas que, ao serem lidas aos fiéis nas capelas, nos templos, nas pastorais, nas reuniões onde a Igreja estivesse presente, apontavam o caminho a ser traçado, a meta a ser seguida.

4.2 AÇÃO E REAÇÃO À DITADURA SOB OS AUSPÍCIOS DA IGREJA CATÓLICA NA FAFIDAM

Como exposto nos capítulos anteriores, Limoeiro do Norte desenvolveu intensa movimentação política nos anos de 1960 e 1970. A junção dos interesses da elite limoeirense e da Igreja levaram o município, a partir daí, a ser o centro irradiador da Educação na microrregião do Baixo Jaguaribe. Cabe lembrar que, se em Limoeiro do Norte a Educação se desenvolvia plenamente, tal fato não encontra semelhança na realidade de outras cidades da região e, por que não dizer, do Ceará. O contexto cearense retratado pelos autores que se debruçaram sobre este período dá conta do descaso com que foi tratada a Educação, com aulas ministradas “a céu aberto”, em galpões, igrejas e mesmo no alpendre das casas. Dessa forma, prevalecia um teor privativo da Educação, pois espaços privados eram tomados como salas de aula.

Na constituição do amplo desenvolvimento do município limoeirense, Dom Aureliano Matos aparece reverenciado por seu protagonismo, como expressam dois depoentes:

Eu costumo dizer que Dom Aureliano foi o melhor prefeito que Limoeiro do Norte já teve, deixou um enorme legado à história da Educação, que sem o trabalho do padre Misael Alves não

seria concluído. Não há na história de Limoeiro do Norte quem tenha contribuído mais ao desenvolvimento da cidade.³⁰⁷

A BR 116 não passa por dentro de Limoeiro do Norte porque o bispo não quis. Quando foi feito o projeto da estrada ele mandou mudar o percurso, para a cidade não ser contaminada pela praga dos caminhoneiros, era essa a história que contavam na época.³⁰⁸

Os relatos reforçam o papel central do bispo nas relações políticas instituídas no período. O envolvimento do antístite nas questões centrais da cidade, tais como urbanização, localização geográfica, convenções sociais, não deixa dúvidas de que ele era reconhecido como um articulista político tanto pelas autoridades locais como pelas estaduais.

No plano nacional, a Igreja sempre se manteve numa esfera próxima do regime. Elio Gaspari (2003) assinala que governo e Igreja mantinham uma interlocução assídua. O autor documenta essa relação no final dos anos 1970, com fotografia de cardeais na posse de Geisel.³⁰⁹ Durante o início da abertura, o governo tinha um canal de conversa com a Igreja, muito embora mantivesse os cardeais sob vigilância.³¹⁰ Segundo o autor, “as diferenças do governo com a Igreja resumiam-se a uma palavra: tortura. Era ela quem envenenava as reuniões da Bipartite,³¹¹ toda vez que aparecia um bispo com um caso perfeitamente documentado. Ela limitava e desautorizava qualquer interlocutor”.³¹²

³⁰⁷ FRANÇA, Florinda de. Limoeiro do Norte/CE; Brasil. 10 de novembro de 2013. 3 horas e 18 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁰⁸ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁰⁹ Na fotografia mencionada, aparecem os seguintes cardeais: D. Vicente Scherer, de Porto Alegre; D. Paulo Evaristo Arns, de São Paulo; D. Carlos Camilo de Vasconcelos Motta, de Aparecida; D. Avelar Brandão Vilela, de Salvador e D. Eugênio Sales, do Rio de Janeiro.

³¹⁰ A vigilância do governo sobre os passos da hierarquia da Igreja é documentada no livro de Elio Gaspari (2003). Segundo o autor, antecedendo a posse de Geisel, durante as negociações entre Igreja e governo, uma foto de Ivo Lorscheider, no cinema com uma mulher, teria sido utilizada nas negociações com a Igreja.

³¹¹ A Comissão Bipartite fora organizada pelo general Antonio Carlos Muricy, intermediador, e constituía uma linha de comunicação que reunia bispos, leigos e oficiais, entre os quais se fazia representar até mesmo o SNI. Na posse de Geisel, a comissão já havia se reunido 21 vezes. Geisel não desejava que a comissão prosperasse, nem pretendia que seu principal articulador continuasse com a tarefa de intermediador entre o governo e a Igreja. GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 384.

³¹² GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 385.

Segundo Gaspari (2003),

Geisel enquadrava a questão da Igreja no seu universo de hierarquias e preferências. Havia os cardeais bons e os ruins, os canais de entendimento possíveis e os espúrios, os temas discutíveis e os intocáveis. No campo das preferências, D. Eugênio Sales do Rio, era um bom cardeal. [...] Ruim: Paulo Evaristo Arns, de São Paulo. O presidente da CNBB, D. Aloísio Lorscheider, Arcebispo de Fortaleza, estava classificado entre os maus bispos.³¹³

Percebemos nas palavras do autor que não há, além da tortura, uma indisposição precisa entre o governo e a ala mais conservadora da Igreja, e que a Igreja era ouvida no tratamento de alguns assuntos e até mesmo aceita.

Assim, ressaltamos a forte barganha entre governo e Igreja nos assuntos referentes à microrregião do Baixo Jaguaribe.

Utilizando intensivo poder de controle sobre a vida da cidade e estando a Igreja, naquele contexto, na centralidade das ações políticas, sociais e educacionais, nada ocorria sem o conhecimento do bispo. A narrativa dos entrevistados, sejam alunos ou professores, ressalta que no período não havia conhecimento dos fatos ocorridos nacionalmente, nem mesmo se discutiam os eventos acontecidos na capital do estado, Fortaleza.³¹⁴

Não havia qualquer indício de ditadura. Nós nem sabíamos o que era isso. Nenhum dos meus professores falou a respeito, tão pouco os colegas.³¹⁵

Não, não tinha ditadura nenhuma, eu não ouvi falar nada sobre esse assunto.³¹⁶

Vivia-se uma ditadura, mas ninguém sabia de nada. Nós éramos uma juventude alienada, tinha pouco conhecimento, até porque não se abordava o assunto.³¹⁷

³¹³ GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 375.

³¹⁴ Em Fortaleza, os estudantes do Liceu do Ceará fizeram várias passeatas pelas ruas da cidade. Esses fatos não poderiam ter passado despercebidos nem pelos professores que moravam em Fortaleza e ministravam aula na FAFIDAM nem por alguns dos primeiros alunos da Faculdade que, filhos de pessoas mais abastadas da cidade, frequentavam a capital do estado. No entanto, nada disso foi comentado nas entrevistas.

³¹⁵ MENESES, Teresinha. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de julho de 2014. 1 hora e 46 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³¹⁶ GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha/CE; Brasil. 28 maio de 2014. 1 hora e 45 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³¹⁷ OLIVEIRA, Francisca Maria de. Fortaleza/CE; Brasil. 21 janeiro de 2014. 2 horas e 9 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Percebemos que, entre os entrevistados, somente José Maria Guerreiro afirmou ter ouvido, no período, comentário sobre o regime de exceção. Tanto a fala desse entrevistado como a de Francisca Maria de Oliveira, entretanto, que comentaremos a seguir, projeta-se no passado, mas com conhecimento do presente. As falas desses depoentes demonstram consciência dos fatos apenas anos depois, o que para nós confirma o silêncio sobre a ditadura, tanto nas salas de aula como nos corredores da FAFIDAM e, por que não dizer, na cidade de Limoeiro do Norte como um todo, dado que alguns casos de prisões durante a ditadura ocorreram fora dos limites da microrregião do Baixo Jaguaribe, como um caso na cidade de Pereiro.

Diferentemente da região do Baixo Jaguaribe, em Pereiro, cidade que também fica no Vale, mas na região serrana do Jaguaribe, os rumores sobre a ditadura não só chegaram à cidade como alguns munícipes foram detidos pelo DOPS. Carlos Holanda Oliveira (2014) relata a prisão do senhor José Desidério de Oliveira:

A pequena cidade de Pereiro, incrustada nas terras do Alto Vale do Jaguaribe, também foi palco dos reflexos da situação nacional por que passava o País. (...) José Desidério de Oliveira, popularmente conhecido como professor Zequinha (...) havia lecionado e assumido a direção de uma unidade escolar da rede de escolas conhecida como CNEC, naquele município. Filho de agricultor, autodidata e ex-marinheiro, regressara a sua terra natal poucos anos antes da implantação do regime militar. Assim, no dia 18 de abril de 1964, logo após a posse de Castelo Branco (...), levaram abruptamente o professor Zequinha de sua casa para o DOPS (Departamento de Ordem e Política Social), em Fortaleza/CE. Também prenderam outros suspeitos em Pereiro, mas conforme depois se ficou sabendo, o professor Zequinha foi o último a ser liberto.³¹⁸

Segundo o entrevistado, constatou-se depois que a denúncia partira de um desafeto do professor, num intriga política, já que os governantes se utilizavam do contexto para denunciar seus desafetos. Percebemos que, apesar da proximidade territorial, as duas regiões exprimiam situações e posicionamentos diferentes. Não nos cabe aqui analisar essas diferenças, uma

³¹⁸ OLIVEIRA, Carlos Holanda. Professor “Zequinha” e o regime militar na região jaguaribana: memórias da tortura. In: SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiúza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. (organizadores) **Golpe de 1964: história, geopolítica e Educação**. – Fortaleza: EdUECE, 2014

vez que isso não compreende o nosso objeto. Chama-nos, porém, a atenção o fato de que, em Limoeiro do Norte, precisamente na FAFIDAM, alguns casos ocorridos de reação à ditadura foram cuidadosamente reprimidos e silenciados, e somente vieram a público mais de quarenta anos depois. Como é o caso do professor Freire, comentado em entrevista:

Me lembro que o professor Freire - que não era da área de Geografia, mas foi nosso professor, porque a gente fazia umas cadeiras de OSPB - comentou muito sucintamente sobre o exílio de Miguel Arraes. Isso porque nós tínhamos uma colega, a Alrenísia Arrais e, ao fazer referência ao sobrenome dela, ele comentou sobre o ex-governador de Pernambuco. Isso ocorreu na minha sala de aula no curso de Geografia. Anos depois eu soube que naquele mesmo período esse mesmo professor teria, na sala do curso de Letras - onde tinha um sargento e um delegado que eram alunos - feito um comentário sobre a ditadura e, fiquei sabendo que o professor saiu de Limoeiro do Norte - tudo muito escondido - direto para a décima região militar, por conta desse comentário.³¹⁹

Como podemos perceber na fala da entrevistada Francisca Maria de Oliveira, um dos comentários do professor foi feito na sala de aula em que a entrevistada estudava, no entanto, não houve qualquer repercussão. Até mesmo o segundo caso, que teria tido maior repercussão, ela afirma que somente anos depois ficou sabendo da possível prisão do professor Freire. Ao ouvir esses relatos, sentir os silêncios e perceber os constrangimentos causados no reconhecimento da ditadura, constatamos que, ante o olhar dos entrevistados sobre o passado, agora filtrado pelo presente, cientes do que foi aquele momento para a história do Brasil, as memórias são reavivadas quase instantaneamente. Mesmo que os depoentes não tenham admitido isto, concluímos que os fatos sempre estiveram ali, na memória, sem manifestar relevância no contexto de vivência do depoente, e que somente “emergiram” diante do interesse do pesquisador em remexer aquela memória.

Diante dos fatos, percebemos que os dirigentes da instituição não permitiam que ideias alheias aos padrões conservadores se propagassem, e tratavam de extirpar, sem conhecimento público, aqueles que reagiam aos

³¹⁹ OLIVEIRA, Francisca Maria de. Fortaleza/CE; Brasil. 21 janeiro de 2014. 2 horas e 9 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

ditames da ditadura, como sintetiza Francisca Maria de Oliveira:

Então, na Faculdade nada se dizia sobre a ditadura e não foi só nessa época não, a maioria dos professores eu diria que nem sabia que tinha ditadura, só veio a saber depois. No período da ditadura não havia comentário algum, até essa história do padre Freire eu soube muito tempo depois. Foi tudo muito escondido para ninguém saber. Inclusive tinha um professor que era de São João do Jaguaribe que diziam que ele era uma pessoa colocada pela ditadura para saber se havia algum comentário. Geralmente, nessa época, quase toda sala de aula tinha algum militar, eles entraram tanto como professores como alunos.³²⁰

Compreendemos que as ações da direção da Faculdade eram desenvolvidas com o objetivo de não propagar de forma alguma ideias e/ou fatos que possibilitassem o conhecimento das ideias de esquerda, nem fomentar discussões sobre o regime ditatorial. Buscando entender como o contexto de força, cerceamento dos direitos, prisões e mortes, ocorridos nacionalmente, pode ter passado incólume aos discentes da Faculdade, investigamos o seu contexto social.

4.3 COM A PALAVRA OS UNIVERSITÁRIOS: O CONTEXTO SOCIAL NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA MICRORREGIÃO DO BAIXO JAGUARIBE

No que se refere ao contexto social durante a ditadura civil-militar, em Limoeiro do Norte e em toda a região do Jaguaribe, segundo Freitas e Oliveira,³²¹ ocorreu uma calamidade que caracterizou o período como uma década de enorme trânsito político, ensejando aos jovens acompanhar os desdobramentos deste contexto.

Logo no início dos anos de 1960, o açude construído durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek teve sua barragem rompida e inundou as cidades que se encontram próximas de seu leito, uma delas, Limoeiro do Norte, que, por ser construída sobre uma planície aos pés de uma chapada, ficou

³²⁰ OLIVEIRA, Francisca Maria de. Fortaleza/CE; Brasil. 21 janeiro de 2014. 2 horas e 9 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³²¹ FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira (org.). Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos. Fortaleza; Edições do Autor: 1997.

submersa. As chuvas abundantes do início do inverno foram suficientes para deixar o açude com a capacidade máxima de água. A barragem, construída rudimentarmente, escreveria, na história do Vale do Jaguaribe, um capítulo difícil de esquecer.

O alarme dado pelo engenheiro da obra e sua repercussão pelas ondas do rádio amador conseguiu salvar a população, levada para os lugares mais elevados com a ajuda do Exército, “embora, na sua maioria, sem seus pertences, sem suas casas, sem seus cata-ventos. (...) Dois meses depois, a cidade retoma seu curso normal, ainda incrédula e com grande inquietação”,³²² pois como disse o poeta, “seca sem chuva é ruim, mas seca d’água é pior”. Além do sofrimento pelas perdas – que involuntariamente ocorrem tanto em secas quanto em enchentes – o medo foi e ainda é companheiro constante da população mais idosa da região.³²³



Figura 20
Foto da Praça Capitão João Ennes, no centro de Limoeiro do Norte

³²² FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos**; Fortaleza: Edições do Autor, 1997.

³²³ A população mais idosa do Vale do Jaguaribe convive ainda hoje com o medo, não mais das águas do açude Orós, mas do açude Castanhão, que tem três vezes a capacidade do Orós e que, numa história similar à anterior, necessitou de apenas alguns meses de bom inverno para chegar à sua capacidade máxima e inundar as cidades que ficavam próximas de sua foz. Também em virtude da abertura de suas comportas, alargou o leito do Rio Jaguaribe, levando de “roldão” as pontes de madeira que faziam e ainda fazem a ligação entre as cidades da região.

**A população retirada pelo Exército antes do rompimento da barragem do açude Orós.
Acervo Freitas e Oliveira**

O tempo e os meios foram insuficientes para que os limoeirenses salvassem seus animais e pertences, e como todo sertanejo, os mais velhos ainda hoje relatam a angústia que sentiram ao deixar suas casas ouvindo os animais que ficaram para trás. Apesar dos transtornos de seu início, ao anos de 1960 foram por demais ricos em acontecimentos que mobilizaram o contexto social da cidade de Limoeiro do Norte. No ano de 1961, a Igreja iniciou um projeto de educação política e evangelizadora, o Movimento de Educação de Base (MEB), no intuito de formar lideranças rurais. Em 19 de março de 1962, o movimento ganhou força com a abertura da rádio da Diocese.



Figura 21
Equipe do MEB e os monitores das Escolas Radiofônicas com Monsenhor Francisco José de Oliveira, Dom Aureliano Matos, padre Mariano Rocha Matos em frente à Rádio Educadora Jaguaribana.
Acervo Freitas e Oliveira

Nesse período de desenvolvimento das comunicações, também foi instalado o serviço telefônico, de início, na sede do município, e no decorrer dos anos, na zona rural. Houve ainda a chegada do primeiro receptor de televisão, a qual viria a ter uma imagem definida apenas anos depois.³²⁴ Essa década contou também com a inauguração do Cine Clube Pio XII, que tinha suas sessões no auditório do Liceu de Artes e Ofícios e que, ressaltando as peculiaridades limoeirenses, reproduziu em sua primeira sessão o filme “O diário de Anne Frank”. Não ao acaso, o cinema teve vida curta, deixando de existir depois do golpe.

No contexto político, 1960 foi uma década de intensa movimentação, tanto pelas intempéries que ocasionaram as duas enchentes no Vale do Jaguaribe – no início e no final da década – fatos que explicam o “sobrevoo” de “políticos” nas áreas afetadas, como pelas constantes visitas do então governador do estado do Ceará, coronel Virgílio Távora, além de fluxo constante do cônego Misael de Sousa a Brasília, para tratar da criação da Faculdade de Filosofia, demandando assim, muita articulação política.³²⁵

Nesse fluxo intenso de políticos, Limoeiro do Norte recebeu ainda a visita do presidente da República, marechal Castello Branco,³²⁶ para inaugurar a ponte que ligaria a “cidade ao mundo”.³²⁷ A intensa mobilização dos políticos na região do Vale, precisamente em Limoeiro do Norte, dá conta do prestígio político de seus líderes, civis ou eclesiásticos.

Para tratar dos universitários, faz-se necessário falar da microrregião do Baixo Jaguaribe, uma vez que a FAFIDAM atendia onze cidades da região. Dessa forma, ao analisar a narrativa dos egressos da FAFIDAM, ouvimos a descrição do contexto social das cidades que aqui a representam: Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Russas, Morada Nova, Alto Santo.

³²⁴ FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos**; Fortaleza: Edições do Autor, 1997.

³²⁵ A criação da Faculdade foi um pedido atendido pelo governador do estado a Dom Aureliano em celebração do Jubileu de seu sacerdócio, assunto já discutido no capítulo 2 com maiores detalhes.

³²⁶ Ver anexo 8.

³²⁷ Expressão utilizada por FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira. (Org) **Limoeiro do Norte em Fotos e Fatos**. Fortaleza; Edições do Autor: 1997.

A impressão deixada após as entrevistas com os egressos, em especial no que se refere à existência da ditadura militar na região, é a de que a microrregião era uma ilha naquele contexto. Ninguém viu, ouviu, falou nada sobre a ditadura, ou melhor, muitos não sabiam o que se passava no contexto social mais amplo. Apenas agora, passados mais de quarenta anos, algumas histórias começavam a emergir do oceano da memória.

Dessa forma, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em Limoeiro do Norte como aparato de evento cívico e participação massiva de civis, não figura entre as principais lembranças do período. Fala-se do fato, da organização, mas os motivos reais não figuram entre as falas.

Em nome da segurança nacional, o golpe se tornou realidade e diferente de outros momentos da história da República brasileira. Os militares não saíram de cena³²⁸ após “restaurarem a ordem”, mas passaram a governar o país sob imposição da força. A busca da legitimação do novo contexto levou os militares a combaterem em muitas frentes, envolvendo a criação de propaganda do governo,³²⁹ a censura e a repressão de opositores.

A análise proposta aqui para o silêncio nas entrevistas, quando o assunto em pauta diz respeito à marcha organizada pela sociedade limoeirense em apoio à ditadura militar, repousa em dois fatores. Primeiro, no constrangimento gerado, anos depois, quando das tentativas de revisionismo do período ditatorial. Nem os militares assumem a violência como prática institucional, embora tenha a Lei da Anistia para lhes garantir a impunidade,

³²⁸ De acordo com Nilson Borges (2013), no caso brasileiro, especificamente, muito embora queiram delimitar a entrada dos militares no processo político a partir de 1964, a história tem demonstrado que em todos os momentos de crise institucional, as Forças Armadas apresentam-se como atores políticos atuantes. Assim foi em 1889, com a proclamação da República, mediante um golpe articulado por Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e a mocidade militar, liderada por Benjamin Constant, e assim continua sendo em 1930, com a derrubada da República oligárquica, que permitiu a instalação da ditadura do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, em 1945. Mas foram também os militares que participaram do processo de estabelecer um regime democrático que vigorou de 1945 a 1964, e garantiram a posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, abortando um golpe preparado por setores das Forças Armadas.

³²⁹ Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014) apontam que, segundo as pesquisas de Dreifuss, o IBAD e o IPES gastaram milhares de dólares produzindo mensagens anticomunistas, em nome de uma ordem social baseada no livre mercado. Quinze programas de televisão foram produzidos para três canais diferentes, a um custo de 10 milhões de cruzeiros. FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p, 122.

quicá a sociedade que, por mais conservadora que seja, assumirá que participou, consensualmente, dos atos que levaram o país a uma das páginas mais “duras” de sua história. Segundo, a crença de que o país deveria ser protegido da ameaça comunista, ou seja, uma proteção à própria democracia. A região do Baixo Jaguaribe, em especial o município de Limoeiro do Norte, pela presença da Igreja, teve um papel importante na organização dos trabalhadores rurais e nos círculos operários, com o objetivo de frear o avanço das ideias comunistas. Assim, apoiar o movimento que se propunha extirpar o comunismo do Brasil estava na pauta do dia.

Confirmando essa leitura, Freitas e Oliveira (1997, p. 230) relatam:

[...] a exemplo do que acontecera em todo o país, um dos acontecimentos cívicos da década, em Limoeiro do Norte, que mobilizara todo o povo nas ruas, além de autoridades civis, militares e eclesiásticas, fora a grande “Marcha com Deus pela Liberdade”, em 1964, por ocasião da chamada Revolução Democrática Nacional.

Embora já bastante glosadas, as marchas constituem fonte de pesquisa sobre a participação e a leitura feitas pela sociedade a respeito dos movimentos que antecederam o golpe, principalmente no interior do Brasil. A mobilização em torno do evento, em Limoeiro do Norte, pode ser vista na fotografia seguinte:

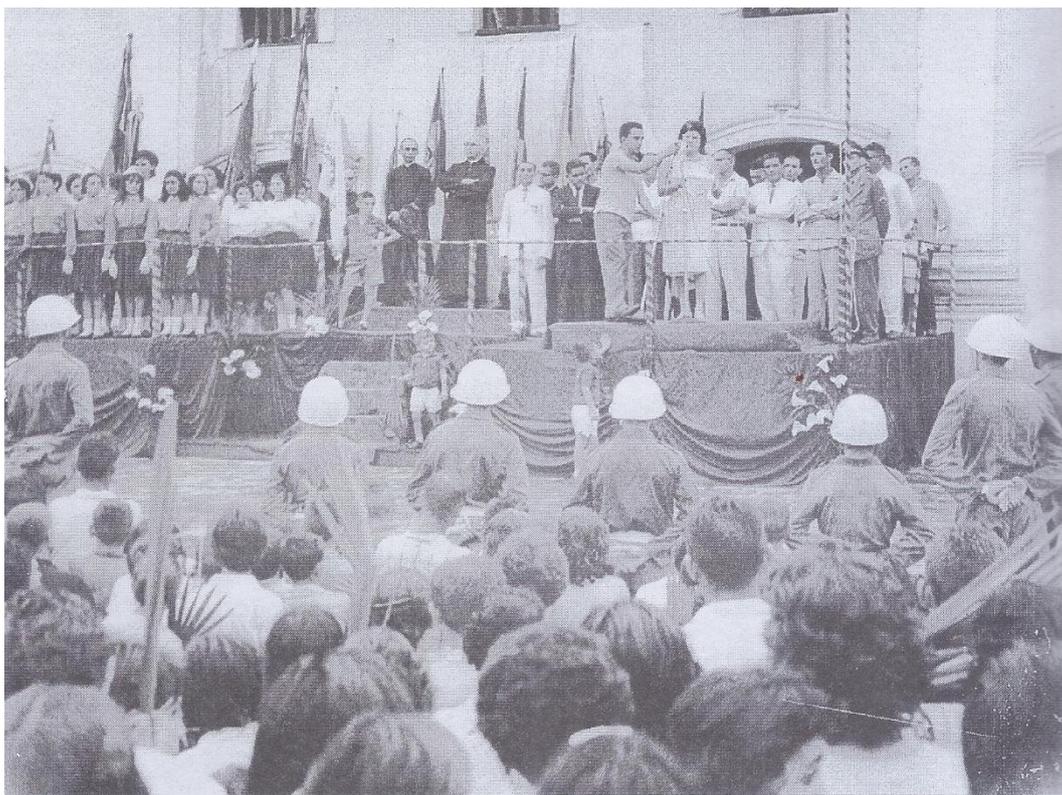


Figura 22
Marcha com Deus pela Liberdade, após o golpe militar
No palco improvisado, o pronunciamento das autoridades eclesiais, civis e militares, e as alunas da Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte, em frente à catedral da cidade.
Acervo Freitas e Oliveira

Pelo relato de Freitas e Oliveira, a mobilização para somar forças aos acontecimentos do contexto pré-golpe civil-militar denominava-se “revolução”, palavra de ordem até hoje utilizada por muitos militares para designar o ato da tomada de poder. Podemos perceber nas palavras das autoras – participantes dos acontecimentos daquela década – que o ato foi apoiado pelas principais lideranças locais e caracteriza o envolvimento da elite e da Igreja com as ideias disseminadas pelos articuladores do golpe. A integração da elite no golpe de 1964 reforça o pensamento de Daniel Aarão Reis sobre o regime ter sido o coroamento de uma longa revolução burguesa no Brasil.

As marchas aconteceram em outras cidades da região, também mobilizadas pelos munícipes de Limoeiro do Norte, como narra De França: (...) “Alto Santo, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte eram distritos de Limoeiro do Norte, então os padres davam assistência e, na ocasião tinha um

padre aqui que era de Alto Santo, então fomos fazer a marcha em Alto Santo também”. Não há uma data precisa para o evento das marchas. Freitas e Oliveira relatam apenas que a marcha ocorreu nos anos de 1960. A entrevistada Francisca Maria de Oliveira frisou que a marcha ocorreu na semana seguinte ao golpe militar. A entrevistada era uma das alunas da Escola Normal Rural que se encontram perfiladas na fotografia.

De acordo com Page (1972), as marchas foram organizadas por grupos de católicos conservadores que faziam ferrenha oposição ao comunismo. As faixas e as palavras de ordem misturavam sentimento católico e anticomunista. Percebemos que a organização da marcha teve representantes do mesmo grupo à frente, fosse ela organizada nas grandes capitais ou em Limoeiro do Norte. Como no plano nacional, a participação das mulheres foi sensível na cidade, pois eram elas que estavam à frente da organização. Podemos constatar, nas fotos, que o destaque foi dado à participação das alunas da Escola Normal Rural, enfileiradas no alto do palanque, simbolizando o apoio feminino ao golpe e afirmando a importância da família. O que também vale para o comparecimento da senhora Carmusina Monte Arrais Freire, oradora da marcha, vista na foto anterior fazendo o discurso. Carmusina Freire viria a ser a primeira secretária da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

Uma das entrevistadas, aluna da Escola Normal Rural e participante do ato, relata o sentimento surgido anos depois, ao compreender o significado da marcha e sua participação:

Na época da marcha eu era aluna de ginásio. Eu lembro do dia do golpe, ou melhor do 1º de abril, lembro que estava fazendo um bordado, uma pintura, quando chega alguém e diz que as aulas em todo o país estavam suspensas. E naquele momento minha preocupação era não prejudicar os estudos, até porque já vinha da zona rural, já fora de faixa e queria terminar logo. Dentre poucos dias, eu lembro bem, fomos todos de farda numa tarde, participar da marcha de Deus pela liberdade. Todos de farda, um com uma bandeirinha azul, outro com uma bandeirinha branca, todo o clero reunido naquele patamar da Igreja, no caso Dom Aureliano e todos os padres que faziam parte da Diocese. Lembro que choveu e a gente debaixo de chuva cantava uma musiquinha que eu ainda lembro “liberdade com Deus liberdade”, todos cantando. Eu tenho tanta raiva porque participei desse momento. Eles nos diziam que o comunismo era uma coisa horrorosa que espetavam as criancinhas, que as

mulheres seriam livres para todos os homens, infiltraram esse tipo de pensamento. Eu mesma e todos que estavam lá vibramos porque o comunismo não seria implantado no Brasil. A marcha era para livrar o país do comunismo.³³⁰

As ideias propagadas pela Igreja sobre o comunismo em Limoeiro do Norte diziam respeito à destruição da família e ameaça às crianças, temas delicados e de fácil aceitação popular. Eis outro relato que confirma a cooptação dos jovens aos propósitos da Igreja:

Os próprios estudantes eram arrebanhados para as atividades da Igreja, da cidade, então não havia discussão política, nem dentro, nem fora da Faculdade. Ademais, os próprios pais eram conservadores. A juventude da época vivia sob os ditames do conservadorismo. O Limoeiro do Norte era uma cidade conservadora, muito religiosa – e era a Igreja conservadora, reacionária, a Igreja da batina – para você ter uma ideia.³³¹

Em meio ao contexto anticomunista e acentuadamente conservador, um personagem torturado pela ditadura civil-militar chegaria à cidade. A violência sofrida no cárcere impediria que o professor propagasse suas convicções de esquerda, embora sua atitude discreta não o tenha impedido de ser novamente vítima dos conservadores.

4.4 REPRESSÃO E DEMISSÃO: MEMÓRIAS DE UM PROFESSOR COMUNISTA.

Valter Pinheiro teve sua passagem pela FAFIDAM, breve, porém muito significativa às ideias desenvolvidas nesta tese. No intuito de compreender as ações dos dirigentes da instituição, traçaremos a trajetória de vida política e profissional do professor.

³³⁰ OLIVEIRA, Francisca Maria de. Fortaleza/CE; Brasil. 21 janeiro de 2014. 2 horas e 9 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³³¹ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Leitor ávido, linguista nato, aberto às questões que solapavam os jovens de sua época, Valter Pinheiro teve sua iniciação política no Liceu de Fortaleza, onde fez o ginásial e o colegial, e também como integrante da Juventude Estudantil Católica.

A partir do último ano do ginásial, que hoje é ensino fundamental, eu comecei a participar de atividades internas dentro do Liceu e das greves. Quando por exemplo havia aumento de passagem de ônibus, os estudantes iam para as ruas, fechavam avenidas. Os estudantes do Liceu sempre foram combativos, e ao chegar a ditadura civil militar nazi-fascista, demos a nossa contribuição nessa luta. Foi lá que conheci o Tito de Alencar, depois Frei Tito. Nesse período entrei na JEC, onde o Tito era um dos coordenadores. Foi na JEC que comecei minha atividade política mais combativa.³³²

Ao ingressar no curso de Letras da FAFICE (Faculdade de Filosofia do Ceará), que deu origem à Universidade Estadual do Ceará anos depois, Pinheiro teve acesso a leituras sobre a revolução socialista na Rússia, o que o levaria a se inserir num universo de aprendizado sobre Marx, Engels, Trotsky e Lenin, e a deixar a JUC.

Ao entrar para a FAFICE, minhas referências eram os camaradas que conseguiram fazer a revolução na Rússia. Nesse período eu já estava rompendo com a Igreja e me preparando para ingressar realmente na luta, já com uma visão marxista. A minha participação na luta não era apenas para mudança de regime, voltar à democracia burguesa - que sempre foi uma faca de dois gumes, essa democracia. Mas foi a luta mesmo para tomada do poder. Para organizar a classe trabalhadora, chegar ao poder. A derrubada da ditadura seria uma etapa. Minhas referências foram os camaradas que participaram da luta internacional contra o capitalismo e pela construção do socialismo.

Participante do grupo Guarda Vermelha, com atividades mais “intelectuais”, voltado para o estudo de obras de autores marxistas, Valter Pinheiro participava da reprodução dessas obras para panfletagem no movimento estudantil e no portão das fábricas.

³³² PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

O pequeno grupo da Guarda Vermelha evoluiu com a entrada de outros companheiros. Passamos a integrar o MCI, Movimento Comunista Intelectualista. Com o MCI a nossa atividade foi ampliada, além da atividade de panfletagem em fabricas e no movimento estudantil, nós também chegamos a tirar cópias de alguns autores, era difícil o acesso a livros, difícil em todos os aspectos, inclusive do ponto de vista financeiro e devido à repressão, à censura. Então nós pensamos em fazer publicações de obras de autores marxistas. Já tínhamos nessa época, com uma organização maior, já tínhamos o mimeógrafo mais sofisticado, que era o mimeógrafo elétrico. Durante esse tempo no MCI tivemos um encontro num sitio, e a partir desse encontro o MCI, que era uma organização local, se ampliou no sentido de ser uma organização nacional. Bom, houve nesse encontro uma divergência, uma divergência do ponto de vista dos rumos da organização, e houve um racha. Eu e a companheira Maria do Socorro Diógenes, com quem estudei na faculdade, rompemos com o MCI. Após esse rompimento entramos em contato com alguns militantes do PCBR que tinha atuação lá na FAFICE. Foi nesse período que entramos em contato com o Odijas, que tinha o codinome de Baiano e o Ramires, que tinha o codinome de Magrinho. É claro que esses nomes a gente somente veio saber depois do período da ditadura burguesa. Tomei conhecimento desses nomes através de livros, de publicações. Na época nos conhecíamos por nossos codinomes.

Após dois anos do ingresso no PCBR, no início dos anos de 1970, durante uma atividade de discurso-relâmpago, da qual Valter Pinheiro não participava, o PCBR “caiu”. Alguns integrantes foram presos, o que provocou um efeito-dominó na organização e que o levou a ser preso pela primeira vez. Na época, funcionário do Banco da Bahia, Valter Pinheiro desenvolvia atividades sindicais no interior do banco, ligadas ao PCBR.

Socorro Diógenes e eu ingressamos no PCBR - isso por volta de 70 mais ou menos, começo de 1970 - e foi aí que começou nossa primeira atividade. O PCBR não era um partido fechado, lá dentro havia trotskistas, stalinistas, era um partido onde havia uma discussão interna muito boa. Nesse período eu era bancário e estudava a noite na Faculdade, por este motivo não participava dessa atividade de discurso relâmpago. Tenho informações de que a queda do PCBR foi motivada por isso. A partir dessa queda eu também fui preso, aliás, sequestrado, esse é o termo. Perdi o emprego, o nosso trabalho ficou interrompido, fui demitido do banco. Após sair da prisão voltei ao banco e o gerente disse que por hipótese nenhuma queria subversivo no

sistema bancário. Fiquei desempregado por muito tempo, dando algumas aulas.³³³

O ingresso de Valter Pinheiro no PCBR e sua participação em atividades da militância coincidiram com a edição do AI-5 e a segunda fase de expurgos, fase que ficaria registrada na história do país como a mais violenta: muita violência nos inquéritos, processos e tomada de depoimentos. Naquele momento, os militares no governo criaram condições para uma limpeza maior que aquela ocorrida em 1964. Embora a maioria dos expurgos de professores tenha ocorrido nas universidades, houve também prisões de professores de escolas do secundário e de militantes sindicalizados, como é o caso do “sequestro” de Valter Pinheiro.

A primeira vez que fui sequestrado - esse é o termo que nós devemos usar - fui sequestrado pela DOPS. Eu era estudante da UECE e como eu já falei, também era bancário. Uma certa madrugada eles chegaram batendo no portão e não esperaram muito tempo, resolveram pular o muro da casa onde eu morava, morava com meus pais nessa época. Ninguém sabia o que estava acontecendo, eu suspeitava é claro, mas meus pais não sabiam que estava acontecendo. Quando meu pai abriu a porta, eles disseram que haviam recebido uma denúncia de farto material subversivo. O que não era verdade, eu havia guardado em casa, por um certo tempo, um revolver trinta e oito, que era de propriedade da organização, e tinha algumas garrafas em casa pra fabricação de molotov, mas tudo isso já havia sido retirado com antecedência, assim como os livros que faziam referência ao partido. Em casa ficaram apenas livros de literatura comunista, mas que eram encontrados naquele período em qualquer lugar. E mesmo assim não era um farto material subversivo. Na mesma noite que começaram a ocorrer as quedas, eu fui contactado pelo camarada do PCBR pra ser comunicado. Ele foi à minha casa, inclusive para recolher o revolver que estava em meu poder, que como já falei, era da organização, e também retirou documento interno e panfletos que estavam comigo.³³⁴

Consoante Motta assinala, “a preocupação em desfazer-se dos livros comprometedores não era injustificada, pois se sabia que os policiais sempre

³³³ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

³³⁴ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

‘varejavam’ as estantes dos suspeitos em busca de evidências de subversão”.³³⁵ Levado para o vigésimo terceiro batalhão da Polícia Civil, Valter Pinheiro ficou no confinamento, incomunicável, por cerca de 72 longas horas, que foram sucedidas pelos interrogatórios durante a madrugada.

O responsável por esse interrogatório foi o Major Alfredo. Que diga-se de passagem, pelos menos com relação a mim, o Major Alfredo não foi um inquisidor violento. Durante o interrogatório, alguns agentes do DOPS ficavam atrás de mim e a cada negativa minha em reconhecer algum integrante do grupo, eles gritavam “entrega esse filho de uma puta que a gente aviva a memória dele. Nós sabemos como fazer a memória retornar”. Após, o que penso ser uma negativa do major, o mesmo mandou me recolherem a cela, de onde eu sairia novamente na madrugada seguinte para novo interrogatório.³³⁶

A condução do primeiro interrogatório – sem violência física, embora demasiadamente repleto de tortura psicológica – deu a Valter Pinheiro a oportunidade de pensar na melhor forma de se proteger, e resguardar os integrantes do grupo. Aliado às poucas perguntas feitas no primeiro interrogatório, a estratégia lhe rendeu tempo, importante para aqueles que vivenciaram a violência ocorrida no cárcere durante a ditadura no Brasil.

No segundo interrogatório os agentes estavam de posse de fotos que teriam sido tiradas num ato no centro de Fortaleza, durante uma caminhada dos estudantes universitários. Uma das fotos mostrava Valter Pinheiro de costas, empunhando um guarda-chuva na tentativa de quebrar a vidraça da entidade que representava os Estados Unidos no Brasil.

O Major Alfredo mostrou a minha foto e perguntou: e esse aqui quem é? Eu disse conheço não. Ai ele disse – não conhece? É muito cinismo. É você. Falei: pode parecer comigo, mas não sou eu. Nesse momento os agentes da DOPS começaram a falar alto: “Vamos levar ele para cima que aí ele fala”. E então o major Alfredo disse – ele está sob a minha responsabilidade, eu não vou transferir pra vocês não. Nisso eu passei ainda incomunicável uns dez dias, até que numa noite me tiraram da cela e me levaram pra uma sala onde os indivíduos que estavam

³³⁵ MOTTA, R. P. A modernização autoritário conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.

³³⁶ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

lá se identificaram como sendo agentes da DOPS. Eu fui encapuzado ainda na cela, e lá começou uma seção de pancadaria. Eles queriam saber o paradeiro da Socorro Diógenes. Após a pancadaria, me levaram para a cela, e durante o resto da noite, como nas outras, eles passavam pelo corredor com as armas, batiam nas grades, invadiam a cela mandavam me despir e faziam buscas. Ficava muito tempo despido, de pé, de frente para a parede.

A violência psicológica vivida por Valter Pinheiro foi uma constante nos rituais de tortura durante o regime ditatorial no Brasil. O ritual de entrada na cela, nas madrugadas, para busca por material, com o preso despido, parece absurdo para a condição de alguém que está preso, sem contato com o mundo, mas totalmente coerente com a lógica da violência psicológica. Transpondo as marcas da violência física, a psicológica deixa ranhuras profundas na pessoa. Durante o período em que ficou preso pela primeira vez, a violência física ficou circunscrita à “pancadaria”, palavra utilizada por Valter Pinheiro para designar chutes, socos e tapas. Essa realidade iria mudar em sua segunda prisão, realizada em 1973, momento em que a violência física foi indiscriminadamente utilizada nas práticas de tortura.

Mesmo sendo uma prisão arbitrária, sem mandado, Valter Pinheiro ficou preso por trinta dias, como já frisado, característica do segundo período de expurgos. De início, ficou encarcerado no 23º BC, e depois encaminhado para outra unidade do Exército, chamada de Subsistência do Exército, no bairro Dias Macêdo, também em Fortaleza.

Como sabemos, a violência do regime não ficou circunscrita àqueles que ousaram pensar diferente do regime que estava instalado, mas também suas famílias foram violentadas no seu direito à informação.³³⁷ A arbitrariedade das

³³⁷ “Quando eu estava preso no 23º BC, um soldado que estava servindo lá - conhecido da minha família - me viu por meio de uma janela que dava para o pátio interno, e comunicou aos meus pais que eu estava preso lá. Então meu pai foi até lá e perguntou se eu estava preso nas dependências do 23º BC. Eles negaram, disseram que nunca entrou ninguém lá com o nome de Valter Pinheiro e que ele fosse procurar em outros locais. Na saída, porém, meu irmão caçula, tinha uns seis anos e acompanhava meu pai, ficou, como toda criança, atenta a tudo. Eu ficava constantemente da minha cela olhando para o corredor, que ficava longe, mas dava para ver quem passava. Quando eles passaram, eu vi e fiquei aguardando a volta. Quando meu pai já ia embora, passou novamente pelo corredor, eu acenei, mas ele não viu, meu irmão mais atento percebeu e correu gritando é o Valter, é o Valter. Um soldado que estava guardando a entrada ainda tentou impedi-lo, mas ele escorregou pelo chão e conseguiu chegar

prisões expôs as famílias a torturas das mais perversas: a violência psicológica. Durante o período em que esteve preso, os pais de Valter Pinheiro buscaram notícias dele, diversas vezes no 23º BC, avisados que foram por um soldado que o filho estava preso naquele batalhão. Nunca foi dada nenhuma informação sobre sua prisão, a resposta às interpelações dos pais era sempre a mesma, de que não havia ninguém com aquele nome preso naquele comando.

Após solto pela falta de evidências que o condicionassem ao cárcere, sem trabalho, demitido do Banco da Bahia, Valter Pinheiro retomou suas origens acadêmicas, no exercício profissional na Educação, no Ensino Médio e Superior. É justamente nesse momento, após sua primeira prisão, que Valter Pinheiro ingressa como professor da FAFIDAM, passando a conviver, ironicamente, com os conservadores da Igreja que, por sua vez, dirigiam a instituição.

Nesse período fui indicado por uma irmã de caridade que era minha colega no curso de Letras e também fazia parte do meu grupo de estudos de francês na FAFICE (hoje Centro de Humanidades da UECE) para uma vaga na FAFIDAM. Ao ser indicado, no começo de março de 1972, viajei para Limoeiro do Norte, acompanhado do Prof. Rogério Bessa, que era o coordenador do Departamento de Letras da FAFIDAM. Ele era professor de Linguística. Eu o conheci através dessa religiosa de quem já falei, a Socorro. Ela trabalhava no Hospital da Polícia Militar. Chegamos a Limoeiro do Norte no final da tarde e no mesmo dia, à noite, na Faculdade, o Prof. Rogério me levou à sala do diretor geral da FAFIDAM, ao qual me apresentou. Tratava-se do cônego Misael Alves de Sousa, uma figura de estatura talvez um pouco acima da mediana, magro e aparentava já ter adentrado nos sessenta anos de idade. Recebeu-me com as formalidades de praxe e me pareceu ser

até onde eu estava. Tentei abraçar meu irmão mas não consegui (choro). Eu não sabia o que dizer para ele, era apenas uma criança, então perguntei pelo pássaro que ele criava numa gaiola em casa, o Cancão. Eu perguntei: como está o Cancão? Nesse momento ele não pôde responder, pois os soldados o arrancaram das grades e levaram para fora. Perguntar pelo pássaro causou ainda mais constrangimento para meu pai. Foi o suficiente para cercarem meu pai e o interrogassem. Eles queriam saber quem era o Cancão. Achavam que era o pseudônimo de algum militante que ele conhecia. Foi difícil convencer. (...) inclusive meu pai os convidou para ir em casa ver o pássaro. Por fim, depois de algumas argumentações, ele e meu irmão foram liberados. É um episódio assim aparentemente simples, que hoje nos mostra como esse pessoal estava atento pra encontrar uma falha e encarcerar. Bastava um nome estranho e já achavam que era codinome". PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

uma pessoa de pouca conversa.³³⁸

A carência de professores na área de Francês era enorme. Logo após a conversa com o diretor, minutos depois de ter chegado à cidade, o professor Valter Pinheiro foi encaminhado para conversar com uma das turmas que aguardava por um professor de Francês. Bem acolhido entre os alunos, o entusiasmo – sentimento que, após o cárcere e a tortura, ficara represado – retoma seu lugar na vida de Valter Pinheiro, um apaixonado pelo estudo da Língua. Após ser apresentado à turma e dar-se a praxe necessária, iniciou a aula. Numa breve conversa sobre o livro que fora adotado por Irma – a professora titular de Língua e Literatura Francesa da FAFIDAM para aquela disciplina – descobriu a primeira dificuldade: o livro era por demais tradicional. Mais tarde, Valter Pinheiro constatou que havia conservadorismo não apenas no currículo da Faculdade, mas também nas práticas cotidianas.

A contratação, no entanto, demorou um pouco, fato curioso para uma direção que primava pela organização e estabelecimento da ordem e cumprimentos dos deveres.

O contrato foi assinado na FAFIDAM, mas antes houve certo desgaste, pois já era quase final do primeiro semestre e o Cônego Misael não havia ainda assinado minha carteira de trabalho. O contrato era regido pela CLT. É bom lembrar que nessa época não havia concurso público. Sempre que eu cobrava a formalização do contrato, o Cônego Misael alegava que não tinha tido ainda tempo para providenciar o documento do contrato, uma vez que viajava muito. Até que o Professor Padre Freire - titular da cadeira de História da FAFIDAM, uma das raras pessoas em quem confiava na Faculdade, pois estávamos na fase mais exacerbada da ditadura civil-militar, o período do ditador de plantão nazi-fascista Garrastazu Médici - sugeriu que a cobrança pela assinatura da carteira se realizasse num dos raros momentos em que o Cônego aparecesse na sala dos professores, durante o intervalo maior das aulas. Feito como sugerido pelo Freire, percebi que, no momento houve uma manifestação de solidariedade da parte dos colegas, o que deixou o Cônego um tanto sem graça. Deu certo. Poucos dias depois fui chamado ao gabinete do diretor, que me entregou o

³³⁸ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

documento do contrato todo pronto, inclusive com assinaturas de testemunhas, as quais eu não conhecia. Portanto, no ato da entrega do documento do contrato não havia testemunha.³³⁹

Como exposto no capítulo anterior, os dirigentes da FAFIDAM mantinham os professores da instituição sob vigilância. Esse aspecto pode explicar a demora em assinar o contrato com o professor Valter Pinheiro. Em virtude de ter sido preso e fichado na DOPS, mesmo que todo esse processo tenha ocorrido sem provas, com certeza chegou ao conhecimento do padre Misael Alves de Sousa, dificultando a contratação.

A direção teve acesso a essa informação, e mesmo não tendo voltado às suas atividades de militância após a prisão, o professor estava longe de ser considerado candidato ideal à vaga de Francês, haja vista a disseminação de ideias sobre as atividades da esquerda.

Fragilizado após a prisão, Valter Pinheiro não utilizou a sala de aula para as atividades de militância, a brutalidade da tortura física e principalmente a tortura psicológica cumpriram seu papel de desorientação. Desta forma, desenvolveu atividades docentes longe das ideias que acreditava e com muita discrição. Valter Pinheiro narra que no convívio com os colegas, durante o intervalo das aulas, não houve sequer uma vez um comentário sobre a situação política do país. As conversas gravitavam à órbita de ambigüidades:

Durante o intervalo maior das aulas, em que havia um cafezinho, eu tomava meu cafezinho e ouvia a conversa dos colegas e não me intrometia mesmo porque o assunto da conversa era, em geral sobre as disciplinas que lecionavam na Faculdade e em Fortaleza, as dificuldades dos alunos e, às vezes, sobre final de semana que alguns passavam em Limoeiro do Norte e arredores – forrós, um ou outro passeio, paqueras e outros assuntos rotineiros. Às vezes, o Freire ia para o intervalo, então, eu tinha com quem conversar, uma conversa cautelosa. Nas conversas do intervalo, pelo menos nos dias em que eu estava lá, nunca se discutia a situação política do país.

³³⁹ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de março de 2013. Gravação: 2 horas e 28 minutos. Entrevista concedida a Maia Lenúcia de Moura.

A convivência com a direção quase não existia. Em raras ocasiões, Valter Pinheiro foi chamado à sala do diretor. Nestas constâncias, nunca era um encontro banal, mas sempre para tratar de assuntos de extremo interesse da direção, como esclarece ao falar da experiência docente:

Foi uma experiência difícil e apreensiva. Minha primeira experiência em sala de aula como professor de alunos universitários. Havia acabado de concluir o curso de Letras. Gostava muito de Francês e tinha certo domínio. Mas sabia que isso não era bastante. A experiência conta muito. Estava praticamente desempregado, havia saído recentemente da primeira prisão, emocionalmente instável, inseguro. Dava aula de Francês e Português, em turmas de 7^a e 8^a séries numa escola de subúrbio, e ganhava quase um salário mínimo. Não tendo conhecimento de práticas pedagógicas para o ensino universitário, resolvi improvisar. Comecei por usar o mínimo possível o livro-texto adotado pela professora Irma. Usava o livro-texto mais para os assuntos gramaticais mesmo, porque o programa do semestre estava todo pautado pelo livro e era necessário dar conta desse programa. Passei a reservar uma aula só para conversação, e para isso, levava textos com letras de música e LPs de cantores que faziam sucesso, na época, no Brasil. Ouvíamos ALINE, JE NE T'AIME PLUS dentre outras canções de CHRISTOPHE, PARIS EN COLÈRE cantada por Mireille Mathieu, além de letras de música de Charles Aznavour, Gilbert Bécaud. Utilizava letras de música de construção simples. Testava a percepção de palavras ou frases inteiras e trabalhávamos a construção de frases; estudávamos os verbos que apareciam nas letras e, dentro do possível, ouvia a opinião deles sobre as músicas (em francês, é claro!). No princípio tive receio de usar esse procedimento em turma de estudantes universitários. No final de cada aula havia, em geral, principalmente, alunas interessadas em letras de músicas para também acompanharem, em casa, as músicas. No entanto, logo veio a reação da direção, que estava preocupada com o cumprimento do programa. Souberam que eu ocupava uma aula com assunto extracurricular e pediram que me ativesse mais ao livro texto. Soube, não sei se tinha fundamento, que a queixa partiu da professa titular. No entanto, ela nunca se dirigiu a mim para fazer qualquer comentário.

O método utilizado pelo entrevistado em suas aulas se contrapunha em muito ao utilizado por seus colegas de trabalho. Nas falas de entrevistados, ex-alunas como Belismar Gadelha, o método utilizado nas aulas de Inglês do mesmo curso, era tradução pura e simples. O cuidado da direção não repousava no método escolhido pelo professor Valter Pinheiro, e sim nos

assuntos que as aulas – por tratarem de conversação de tema extracurriculares – poderiam suscitar. Embora tenha decidido não fazer da atividade docente militância de esquerda, o professor, pela própria história de vida, estava longe de se enquadrar no perfil adotado pelos demais colegas de profissão. Embora diga que naquele momento não tivesse condições psicológicas para militar (efeitos da tortura), sua prática em sala de aula estava repleta de suas convicções políticas, bem como da ideia de participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem.

Após um ano lecionando Francês na FAFIDAM, Valter Pinheiro foi novamente preso. Já casado e sem registro no MCI desde a primeira prisão, foi novamente sequestrado, desta vez diante de sua família. A motivação para a detenção teria sido a rádio ouvida pelo professor Valter Pinheiro. Os agentes da DOPS encontraram um aparelho sintonizado na Rádio Moscou e concluíram, com base nisso, sua participação em atividades subversivas, justificando assim o seu segundo sequestro:

Eu não era mais militante dessa organização, o MCI. Mas alguém do MCI citou meu nome e citou como sendo ainda militante. Ao meio dia quando eu estava me preparando para viajar para dar aula em Limoeiro do Norte, chegaram três indivíduos lá na minha casa, nessa época eu estava recém-casado, morava no Monte Castelo na Rua Casimiro de Abreu. Eles falaram que tinham ordem de fazer uma busca. Minha situação ficou mais complicada, porque eu tinha um rádio que eu escutava para ter informação do que acontecia no país. Eu escutava a radio Pequim, Moscou, Havana, rádio difusão francesa. E havia muitos livros na minha casa de autores marxistas e também alguns cartazes, uma máquina de escrever onde eu preparava meus trabalhos pra Faculdade, e eles levaram tudo, levaram máquina, livros, e fui levado para a Polícia Federal. Fizeram o primeiro interrogatório com três dias ou quatro dias depois que eu cheguei lá, estava de molho na cela. E foi a mesma história. Conhece este e aquele, neguei tudo. Menos aqueles que tinham sido meus colegas de Faculdade, dizia, este eu conheço fizemos toda a Faculdade juntos, mas os demais companheiros eu negava. [...] nunca, em momento algum, cheguei a dizer que reconhecia aqueles companheiros como pertencente a uma organização. Depois de muito tempo eles disseram: bom, nós vamos ter que levar esse filho da puta pra outro local, aqui ele não vai responder, mas no outro local ele responde. Foi quando me levaram pra fora de Fortaleza. Percebi que era fora da cidade, porque a viagem demorou muito, atravessamos provavelmente um riacho que havia barulho de água. Quando chegamos, eu estava encapuzado ainda, disseram – vá logo tirando tudo,

fiquei despido, amarrado. Depois de novas perguntas, amarraram minhas mãos, os meus pés, e aplicaram eletrodos nos mamilos, pescoço, língua, pênis, testículos e nos lóbulos das orelhas. Começaram uma seção de pancadaria, seguida de choque elétrico. Como não conseguiram nada, eu não dei as informações. Numa terceira noite me levaram para um andar superior lá dessa casa, eu sei que havia uma escada com degraus possivelmente de madeira. Me colocaram numa mesa e amararam de novo. E começaram a dizer. Vá logo citando aí quem você conhece, um vizinho, qualquer pessoa que seja suspeita. Eu falava, não conheço ninguém. Nesse momento eles disseram: para ele tem que ser aquela situação. E alguém falou, doutor o que a gente faz? E a voz respondeu. Vamos levar para castração e ele vai se lembrar de tudo. Me colocaram numa outra mesa amarrado e jogaram água gelada na minha genitália. Alguém falou que eu era recém-casado. Então começaram a fazer insinuações. – você está aqui, recém-casado? Você sabe, tem noção do que sua esposa está fazendo a essa hora? E ficaram nesse tipo de baixaria, esse tipo de piada e então voltaram às perguntas. Eles diziam nós somos do CCC de Pernambuco e vamos cuidar de você. Doutor a gente começa a castração? Alguém respondeu, vamos dar uma chance a ele, aplica a anestesia e durante o efeito da anestesia ele vai falar, ele não vai querer sair daqui castrado, recém-casado, castrado, capado. E aí aplicaram alguma coisa, eu já estava com muito frio e dormente, devido o gelo e não senti mais nada, nesse momento eu apaguei, simplesmente apaguei e quando eu fui retornar, já estava de volta na sede da Polícia Federal. Fiquei apavorado, sem coragem de tocar minhas partes e não tinha coragem de olhar se realmente eles tinham cumprido a ameaça de me castrar e capar.³⁴⁰

O medo decorrente de crueldade e violência da tortura somente deu lugar a outros sentimentos quando o professor Valter Pinheiro encontrou outros amigos que, mais do que ele, apresentavam sinais profundos da tortura:

Logo quando cheguei, na primeira noite – após a tortura - na carceragem da Polícia Federal, eu fui para uma cela onde haviam presos de língua espanhola que eu não fazia ideia do envolvimento deles. Alguns tentaram falar comigo e eu me fechei, não ia arriscar de haver entre eles provocadores ou infiltrados, eu sempre matinha essa linha de não me abrir para estranhos. Na cela ao lado ficava o Oswaldo Bezerra, ele me viu, reconheceu, e ficava fazendo gestos, apontando para a barriga dele, indicando que havia sido muito torturado. Jogou, inclusive alguma coisa, jogou uma bolinha de papel que eu não consegui alcançar. Foi quando me mudaram de cela que vi o Joaci

³⁴⁰ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 08 de Junho de 2014. Gravação: 2 horas e 53 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Tavares, ele estava num estado que a gente pode chamar de catatônico, o rosto todo deformado, cheio de manchas, os braços inchados, simplesmente ele olhava numa direção, não pestanejava, e ficava sempre em pé. Eu tentei conversar com ele e era como se ele não ouvisse. Como se ele não estivesse percebendo nada naquele ambiente, e alguém falou pra mim que não adiantava eu conversar, que ele não tinha a mínima capacidade de entender. A tortura foi pesada. [...] Ele, até pouco tempo - eu soube que - estava sob tratamento psiquiátrico. Bom, o fato é que depois disso, nós fomos liberados.

Nacionalmente, a repressão e a demissão dos docentes das instituições de Ensino Superior se perfaziam pela militância e/ou desenvolvimento de ideias comunistas no interior das universidades ou fora delas. Em Limoeiro do Norte, em se tratando de Valter Pinheiro, esse contexto não se aplica, pois a postura do entrevistado já diz sobre este fato, assim como não houve sequer menção de outro docente sobre alguma atividade de militância de sua parte, nem dentro nem fora da Faculdade, o que nos leva a concluir que a direção utilizou a prisão do professor como motivo para demissão, o que corrobora a análise já realizada por Motta (2014):

[...] muitas pessoas foram demitidas mesmo sem provas e, pior ainda, mesmo após absolvição judicial. [...] Ao contrário dos inquiridos que tramitaram nas Justiças Militar e Civil, os processos de expurgo no serviço público não respeitaram o devido direito de defesa dos acusados, afastados a partir da presunção de serem subversivos ou corruptos.³⁴¹

De acordo com o autor, os expurgos do serviço público não respeitavam os direitos dos acusados, prática compatível com o regime imposto. No caso do professor Valter Pinheiro, no entanto, não houve qualquer indício de nenhuma atividade que sequer lembrasse ou fosse mencionada a ideia de comunismo. Isso, de certa forma, classifica a atitude dos dirigentes da FAFIDAM como prática mais arbitrária do que mesmo aquela recorrente no regime de exceção.

Ainda segundo Motta (2014), quando os métodos utilizados para expurgar os professores dos cargos não funcionavam, o mecanismo administrativo do abandono do cargo serviu como estratégia para manter, por

³⁴¹ MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p, 60

meios indiretos, os “indesejáveis” fora das universidades. “O estratagema era manter forte pressão sobre os alvos, conservando-os na cadeia ou obrigando-os à clandestinidade, de maneira a impedir seu comparecimento ao trabalho”.³⁴²

Apesar de ter sido preso e ficar retido sem provas, por um mês, e tentar voltar às atividades docentes, mas ser demitido, não acreditamos, para efeito de confirmação desta tese, que a prisão do professor tenha sido efetuada a fim de eliminá-lo do quadro da Faculdade, por se enquadrar como oposição ao governo, discurso amplamente utilizado no plano nacional. Os dirigentes da FAFIDAM, embora bebessem da fonte que supria a ditadura civil-militar, não mantinham relações diretas com a base do regime. Acreditamos que, criado e consolidado todo um projeto que se construía nos alicerces do conservadorismo, a demissão do professor Valter Pinheiro se deu pela preservação da ordem, da moral e do próprio conservadorismo do lugar.

Relatando o regresso a Limoeiro do Norte, após a segunda prisão, forçado pelas circunstâncias, em razão da longa distância que separava Limoeiro do Norte de Fortaleza, o percurso se fez repleto de lembranças da tortura:

Ao sair do cárcere estava emocionalmente abalado. Até tive vontade de desistir de retornar a Limoeiro do Norte. Mas o Padre Freire soube da minha liberação e deu grande apoio para eu retornar, mas advertiu que muitos professores e a própria direção já tinham tomado conhecimento da minha prisão. Na primeira noite do retorno eu estava num estado emocional tal, que não sabia o que dizer para meus alunos, minha voz tremia, de vez em quando tinha lapsos de memória, parava a aula e ficava pensativo, a ponto de uma aluna chegar para mim e perguntar se eu estava passando mal. Durante a viagem a Limoeiro do Norte tinha sempre a impressão, principalmente nos trechos mais desertos, de que o ônibus seria parado e eu seria sequestrado. Na sala de aula olhava frequentemente para a porta, achando que agentes da repressão poderiam chegar a qualquer momento para me levar.³⁴³

³⁴² MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 57.

³⁴³ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 08 de Junho de 2014. Gravação: 2 horas e 53 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

A tortura física e psicológica vivida no cárcere e a pressão do retorno à FAFIDAM, instituição que emanava conservadorismo, fizeram daquele momento de retorno um difícil processo. O esforço e as dificuldades vividas para prosseguir suas atividades, apesar do momento, foram intensificados quando lhe foi exigido comparecer à sala da direção. O braço conservador e tradicionalista da instituição iria ser sentido logo após. Apesar de não ter dúvidas com relação ao caráter institucional, haja vista ter um cônego como diretor, Valter Pinheiro não tinha motivos para achar que seria demitido, primeiro porque não havia indícios de atividade de militância em Limoeiro do Norte, e segundo pelo arbítrio de sua prisão.

Logo na primeira noite do meu retorno, fui chamado à sala do cônego, que me falou que já sabia de tudo que acontecera e quem realmente eu era. Foi então que me disse não ser do seu interesse manter em **sua Faculdade** [grifo do depoente] um elemento subversivo; que eu teria meu contrato rescindido logo após o término do semestre letivo. No entanto, se travestiu de santo pastor cristão e disse que não constaria no documento de rescisão a causa da demissão. Ouvei tudo em silêncio e me retirei. Quero deixar bem claro que, em momento algum, fui hostilizado por colegas, professores ou por alunos, embora não tivesse recebido um só aperto de mão de solidariedade, exceto do Freire, que, por sinal, já estava abandonando a batina.

O grifo feito pelo entrevistado ilustra o grau de propriedade utilizado pelo diretor, cônego Misael Alves de Sousa, que num diálogo rápido declarou ao professor que não permitiria um comunista entre os professores, deixando claro “não ser do seu interesse manter em sua Faculdade um elemento subversivo”. Percebemos que mesmo passados mais de quarenta anos, o pronome possessivo utilizado pelo diretor ainda ressoa nas lembranças do professor Valter Pinheiro.

Durante a conversa, o golpe de misericórdia dado pelo cônego Misael Alves de Sousa ao professor Valter Pinheiro, a não menção aos motivos que levaram à demissão, na verdade não se justificava. Como o cônego iria justificar a demissão do professor? Que atividades subversivas o professor Valter Pinheiro desenvolvera no interior da instituição? Concluimos que, caso tomasse esta atitude, ou seja, demitir o docente por justa causa, o cônego atestaria, com um registro documental para a história, o grau de

conservadorismo com que dirigia a instituição. E por certo, teria dado ao professor Valter Pinheiro condições de recorrer, após a abertura política, da demissão. A ação do diretor enfatiza o conservadorismo da região, confirma a ligação com o projeto educacional de Limoeiro do Norte com a ditadura civil-militar, e confirma mesmo as práticas veladas utilizadas no interior da instituição.

Outra afirmação que podemos fazer com base na entrevista é a de que o professor Valter Pinheiro estava sendo observado não apenas em suas atividades docentes, mas também na vida privada. Em seu depoimento, o professor Luiz Cruz Lima afirma as circunstâncias que levaram à demissão do professor Valter:

Na época tinha um professor de Francês que tinha sido meu contemporâneo aqui na Faculdade – que trabalhava lá e que foi demitido – eles encontraram uma falha no Valter, que procuravam encontrar em mim. Nós tínhamos uma pessoa amiga na época da ditadura, uma moça que fora presa, torturada, sofreu bastante. Nós éramos do mesmo grupo comunista. Ela era de Jaguaribe. Retomando o que estava dizendo, a Socorro Diógenes passou por Limoeiro do Norte e se encontrou com o Valter. Eles conversaram, na ocasião eu não estava, soube que ela estaria na região e fiquei com vontade de revê-la, mas não a encontrei. Desta forma, isso fez com o Valter fosse demitido.³⁴⁴

O fato comentado pelo professor Luiz Cruz Lima é confirmado por Valter Pinheiro:

Recebi em Limoeiro do Norte a visita de uma camarada do PCBR (organização em que militávamos) Maria do Socorro Diógenes, natural de Jaguaribe. Estando de passagem naquela cidade, e sabendo que eu lecionava na FAFIDAM, resolveu me fazer uma surpresa. Isso foi no final de aula para o grande intervalo. No dia seguinte, pela manhã, nos encontramos numa localidade afastada do centro da cidade, então ela pôde me passar os informes sobre os camaradas que fugiram de Fortaleza (acontecimentos de 1971 pelos quais tive minha primeira prisão) e foram presos em Recife. A maioria foi barbaramente torturada.³⁴⁵

³⁴⁴ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁴⁵ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 08 de Junho de 2014. Gravação: 2 horas e 53 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Percebemos que a prisão foi utilizada pelos diretores da instituição como mecanismo motivador, no entanto, a própria direção tinha o professor Valter Pinheiro sob vigilância, sendo a prisão o fato ideal para retirá-lo do seio da comunidade limoeirense. Não podemos, no entanto, confirmar o motivo que levou à demissão. Consideramos que, como os professores estavam sendo acompanhados em suas atividades fora da Faculdade – fato confirmado por alguns entrevistados – o professor Valter Pinheiro não foi exceção à regra.

Compreendemos, assim, que não atestar o motivo da demissão no documento de rescisão de contrato foi uma forma de resguardar a própria instituição e ao diretor de futuros incômodos. Acreditamos que, agindo de forma diferenciada para com os dois ex-presos políticos, o professor Luiz Cruz Lima teve um convívio longo na instituição e o professor Valter Pinheiro teve uma passagem mais rápida, a direção demonstrou que mantinha seus professores sob permanente vigilância.

A infiltração de pessoas na unidade de Ensino Superior, cujo objetivo era repasse de informações aos órgãos de vigilância, foi confirmada também pelo professor José Maria Nunes Guerreiro, já docente da FAFIDAM, pois iniciou sua carreira nos anos de 1970. Guerreiro relata fatos de quando era aluno da instituição:

No auge da ditadura tinha pessoas disfarçadas para ouvir, nós tínhamos aqui o sargento Antônio Carlos Nunes de Carvalho, que era o instrutor do Tiro de Guerra, ele era do Piauí – da Parnaíba ou Floriano – eles (os militares) faziam assim, pegavam uma pessoa daqui e colocavam para outro estado. O sargento Antônio Carlos era informante, e o delegado Antônio Cruz também, os dois estudavam na Faculdade. No auge do regime de exceção essa era uma prática recorrente, ter espões nas faculdades. O padre Freire foi meu professor e era uma capacidade - Antônio Pinheiro Freire – natural de Jaguaribe. O padre Freire, se não estou enganado, ele tinha dois mestrados e um doutorado. No auge da ditadura o padre Freire trouxe um texto, não lembro do escritor, e para a época o texto era bastante avançado, aí o Erivandro, delegado de polícia, censurou o texto, disse “esse texto é subversivo”, e o padre Freire era valente e disse, muito mais suspeito é você, então começou a discussão dentro da sala de aula. Então o delegado falou: o senhor diz isso porque esta detrás desse birô e é professor. Então o padre pulou lá fora da sala. E falou: eu disse aí, digo aqui, e digo a você e a todos os seus macacos lá na delegacia. Os ânimos ficaram acirrados, mas apareceu então a

turma do deixa disso, inclusive o sargento Antônio Carlos, que era do Exército, mas era moderado. Desta forma, passaram mais ou menos dez ou doze dias sem ter aula nessa turma e depois voltou tudo ao normal.³⁴⁶

Apesar do silêncio que acompanhou esta pesquisa, não há dúvidas quanto à presença de agentes ligados à repressão,³⁴⁷ atuando na FAFIDAM. Não delegamos, no entanto, a demissão do professor Valter Pinheiro aos órgãos de repressão. Na memória do professor Valter Pinheiro, uma lembrança confirma o fato de estar sendo seguido ou vigiado, como se queira. De acordo com ele, em uma das aulas em que estava trabalhando uma música, ocorreu um fato intrigante:

[...] após uma das aulas em que ouvimos a música cantada por Mireille Mathieu – PARIS EN COLÈRE – um aluno de aproximadamente 30 ou 40 anos, me perguntou o porquê aquela música e se Mireille era do PC francês. Sem responder, eu perguntei se ele também queria saber o porquê da gente também ter ouvido a música ALINE. Ele riu e não mais voltou a fazer perguntas.³⁴⁸

O comentário poderia ser banal se o professor Valter Pinheiro tivesse, em algum momento, não apenas nessa sala de aula, mas em outra também, ou mesmo nos corredores da instituição, assumido ser simpatizante do comunismo ou mesmo militante. Como já mencionado anteriormente, porém, Valter Pinheiro em nenhum momento se declarou ou se identificou com algo que o ligasse à atividade de militância esquerda que tinha praticado. Ele nem mesmo havia feito qualquer referência ao comunismo ou a autores ou

³⁴⁶ GUERREIRO, José Maria Nunes. Limoeiro do Norte/CE; Brasil. 18 de fevereiro de 2015. Gravação: 48 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁴⁷ “Vale destacar que os agentes de informação lotados nas universidades vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente ‘desviantes’. [...] Dada a proliferação de agentes e espias de toda natureza, a presença deles não poderia deixar de ser notada pelos membros da comunidade universitária. [...] Na UFC, nos anos de 1970, consta ter havido funcionário que, também sem convicção política, informava aos ‘órgãos’. Ele o fazia por troca de favores, para proteger parentes perseguidos pelos militares. [...] Alguns docentes desenvolveram técnicas para identificar alunos policiais ou militares. Segundo Maria de Lourdes Monaco Janotti, eles eram mais velhos e usavam em geral, sapatos e meias pretas, destoando do resto dos alunos. Em Fortaleza, no fim dos anos 1970, estudantes da Faculdade de Engenharia Elétrica expuseram um agente infiltrado em suas reuniões, em que se preparava chapa para disputar o diretório acadêmico. Ele despertou suspeita por seus discursos, que pareciam artificiais e decorados e porque se descobriu que entrara sem ter feito vestibular”. MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P 203 - 205

³⁴⁸ Entrevista do professor Valter Pinheiro a nós concedida na cidade de Fortaleza, em 08 de agosto de 2013.

contextos revolucionários. Constatamos, assim, que o aluno tinha informações pessoais sobre o professor.

Em nossa leitura, a demissão do professor foi fruto de antecipação da direção aos possíveis entraves que poderiam ocorrer com o referido docente, caso ocorresse propagação de sua prisão pela FAFIDAM. Isso poderia causar uma discussão sobre os atos violentos do governo ditador. Esse tipo de medida de contenção foi bastante utilizado por dirigentes de instituições de Ensino Superior em todo o país. Era uma forma de se antecipar aos problemas. Segundo Motta (2014), muitos dirigentes se anteciparam às medidas tomadas pelo governo para cercear as liberdades nas instituições universitárias, de professores ou de alunos. Muitos editaram medidas internas controlando atividades desde seminários, pesquisas e até viagens ao Exterior, antes mesmo de serem efetivamente proibidas pelo governo.

No final de uma de nossas entrevistas, passados trinta anos, Valter Pinheiro fez uma catarse de seu percurso e de suas ideias durante a ditadura. Em suas palavras:

[...] em síntese, o que tinha a declarar a respeito da minha trajetória de militante e da minha passagem pela FAFIDAM era isso. Quero dizer que aquelas convicções que eu tinha na época do golpe civil-militar eu mantenho. Não tenho nada para me arrepender a respeito da minha participação e acho que o que está havendo agora é apenas um recuo, que a luta vai continuar, que o socialismo é a proposta para toda a humanidade, e particularmente, para a classe trabalhadora. O socialismo em direção à construção da sociedade comunista é o que vai inclusive salvar esse planeta. Porque a continuar o capitalismo, o planeta vai ficar inóspito. Então eu mantenho as minhas convicções e gostaria de dar minha opinião sobre a Comissão que foi formada, a Comissão Memória e Verdade. Essa Comissão está truncada, essa Comissão é uma farsa se ficar só nessa perspectiva de memória e verdade. É preciso que haja uma mobilização de todas as organizações da classe trabalhadora, no sentido de pressionar para que essa Comissão evolua, para que haja realmente a justiça. Todos os torturadores, seus mandantes e cúmplices, têm que ser levados à justiça. É necessário que sejam punidos, condenados como foram os da Argentina e do Chile e em outros países da América do Sul onde havia também a mesma situação de ditadura civil-militar. Então, mantenho as minhas convicções de que as Forças Armadas no Brasil tem ideologia fascista e elas não são um órgão de defesa do território nacional, elas são criadas pra reprimir a tentativa da classe

trabalhadora se libertar. Não tem essa história que é pra defender a Pátria, Pátria eu nem aceito essa história de Pátria. A Pátria pra mim é todo planeta. Eu sou internacionalista, defendo a destruição das fronteiras e que todos vivamos como seres humanos, com dignidade, com liberdade, e é para isso que a gente deve caminhar.³⁴⁹

4.5 CONCILIAÇÃO E CONSERVAÇÃO: PRÁTICAS DOS DIRIGENTES

A resistência à ditadura é tema recorrente entre aqueles que se debruçam no estudo desse período de cerceamento das liberdades. O verbo “resistir”, no entanto, não foi empregado em todos os recantos do país, o que ensejou pesquisas que explorassem a complexidade das ações dos grupos que participaram ativamente desse período. O grande número de trabalhos publicados sobre a ditadura e a possível “vitória memorialística” da esquerda produziram, na última década, uma disputa constante pela memória do período.

Embora desvincule sua discussão desta disputa, Motta (2014a) não é indiferente a ela. Por isso, elabora uma afinada compreensão do que chama do “problema da resistência/colaboração” no interior das instituições de Ensino Superior, destituindo, de início, essa dicotomia.

Se num contexto mais amplo, segundo Motta (2014b), as contradições e os paradoxos derivavam da ossatura política do regime, que englobava grupos ideologicamente distintos (nacionalistas, liberais e conservadores), em Limoeiro do Norte, que não era uma ilha, mas recebia influências do contexto nacional, a política era arbitrada por um grupo unificado de conservadores.

Não podemos, no entanto, incorrer no erro – pela inexistência de pesquisas – de afirmar que, dentro desse grupo, não havia liberais, a exemplo do contexto nacional. Podemos afirmar que o grupo que estava à frente do desenvolvimento da Educação em Limoeiro do Norte, segundo se depreende das falas dos entrevistados, desenvolvia ações consensuais no que se refere à salvaguarda dos preceitos da ordem e da moral.

³⁴⁹ PINHEIRO, Valter. Fortaleza/CE; Brasil. 08 de Junho de 2014. Gravação: 2 horas e 53 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

Assim, as práticas dos dirigentes da FAFIDAM, em nossa leitura, assentaram sobre dois verbos básicos: conciliar e conservar. A conciliação foi a forma própria de unir o projeto político do grupo que estava à frente dos trabalhos em Limoeiro do Norte ao projeto do governo ditatorial, aliada à conservação dos valores morais caros a esses grupos. Nesse aspecto, a resistência aberta ao regime e, como represália, circunstâncias de autoritarismo, não ocorreram em Limoeiro do Norte. Para manter tal conjuntura, os dirigentes trabalharam na criação de um ambiente ideal ao desenvolvimento dos valores conservadores, ainda em curso na região. A unidade das falas dos entrevistados em relação ao contexto social abordado no início deste capítulo aponta no sentido de não ter existido resistência ao autoritarismo.

Parece-nos, ao ouvir as narrativas, que a conciliação foi natural, não persistindo nem mesmo ajustes em função dos interesses mútuos. Desta forma, conciliar não foi o ponto-chave do processo, e sim conservar.

Nacionalmente, a resistência ao momento de autoritarismo foi tratada com dispositivos educacionais e repressivos. Em Limoeiro do Norte, não existindo tal resistência, cabia aos simpatizantes dos valores disseminados pelo governo ditatorial manter o contexto conservador das práticas já perpetuadas. Antecipando-se aos fatos, os dirigentes da FAFIDAM mantinham o controle da instituição.

[...] o diretor estava sempre passando pelas salas de aula, a gente sempre o via passar nas galerias, sempre solícito, perguntava se estávamos gostando do curso, se tínhamos algum problema. Sempre cumprimentava a todos, às vezes parava diante das salas – não tinha porta – e cumprimentava o professor, outras vezes apenas passava.³⁵⁰

Em Limoeiro do Norte, a proposta pedagógica foi o instrumento mais valorizado para reforçar, na comunidade acadêmica, as práticas conservadoras. Isso não significa dizer, porém, que foi negligenciada a mobilização de mecanismos de vigilância que pudessem romper com a concepção institucionalizada através dos currículos e programas. Basta

³⁵⁰ MENESES, Teresinha. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de julho de 2014. 1 hora e 46 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

lembrarmos os depoimentos de entrevistados que dão conta da vigilância às práticas educativas.

4.6 FAFIDAM: ORDEM MANTIDA

No interior das faculdades, a relação dos reitores com a nova ordem foi cheia de peculiaridades. Alguns foram afastados, outros renunciaram aos cargos após fortes pressões. No que diz respeito às universidades públicas, segundo Motta (2014), o desligamento de reitores atingiu parte minoritária das instituições, já que os demais estariam credenciados como confiáveis, na perspectiva dos militares.

Essas peculiaridades não se estendem à FAFIDAM, se pensarmos que essa Faculdade foi criada durante o regime e entregue aos líderes da Igreja, ou seja, já dentro da lógica de ordem e progresso desenvolvida pelo governo ditatorial. A afirmação do autor, no entanto, serve à análise do desenvolvimento do projeto da Faculdade para a microrregião do Baixo Jaguaribe. Se a intensidade da repressão dependia das atitudes dos dirigentes, podemos afirmar que a criação de uma Faculdade de Filosofia durante o período da ditadura significava uma relação de confiança entre as lideranças militares e os líderes do projeto, bem como as lideranças civis ligadas ao bispo gozavam de prestígio junto aos militares cearenses.

De acordo com Elio Gaspari (2003), o trânsito de parcela da Igreja nos governos militares foi livre, persistindo um ambiente mais hostil apenas com relação à tortura, que após o governo Médici foi documentada por líderes da Igreja. Ainda segundo o autor, Geisel classificava os representantes da Igreja como “bons” e “maus” cardeais. Consideramos que, nessa óptica, os representantes da Igreja no Vale do Jaguaribe eram vistos pelos representantes do governo ditador no Ceará como o lado “bom” da Igreja.

Dentre os expurgos feitos durante o período da ditadura, com menor ou maior intensidade, as intervenções em faculdades isoladas foram contingentes,

mas ocorreram. Dentre as intervenções em instituições autônomas, não vinculadas à universidades, Motta relata:

Episódio marcante ocorreu na Faculdade de Filosofia de São José do Rio Preto, ligada ao governo do Estado de São Paulo. Ali, o impacto do golpe foi intenso, principalmente por iniciativa de grupos conservadores locais, assustados com a militância de estudantes e jovens professores que, no período anterior, envolveram-se em campanhas de alfabetização e atividades voltadas para a cultura popular. (...) O diretor foi afastado e dezessete professores foram demitidos, alguns dos quais amargaram cadeia e longos interrogatórios. (...) Como se tratava apenas de uma faculdade, este foi, proporcionalmente, um dos maiores expurgos em instituições de nível superior no País.³⁵¹

O episódio descrito pelo autor nos dá a noção da amplitude da vigilância nas instituições de ensino superior, lançando luz sobre o objeto da tese e reforçando nosso pensamento de que a intervenção militar se daria em qualquer instituição que desenvolvesse um ambiente de debate dos problemas ou que o colocasse na pauta das reivindicações, o que sabemos, não ocorreu na FAFIDAM.

A pré-tese deste capítulo advoga a manutenção da ordem pelas ações desenvolvidas na Faculdade em consonância com o conservadorismo da elite limoeirense, o que, dado o exemplo, faz-se coerente. Cabe lembrar que em Limoeiro do Norte a elite partilhava dos ideais integralistas.

Em certos lugares, os agentes públicos contaram também com o auxílio de militantes de grupos de extrema direita (Comando de Caça aos Comunistas – CCC, integralistas), alguns dos quais montaram sua própria estrutura de coleta de informações durante o governo Goulart.³⁵²

Em se tratando dos procedimentos inquisitoriais e expurgos, cabe lembrar que no interior das faculdades públicas foram instaladas comissões de sindicância que tiveram impacto importante, já que levavam a demissões. Durante a pesquisa de campo não houve como comprovar se a demissão do

³⁵¹ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 171.

³⁵² MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 25.

professor Valter Pinheiro esteve ligada a esse tipo de procedimento, ou seja, se houve a instauração de uma comissão que deliberasse sobre esse tipo de ocorrência. Não há documentos – ou pelo menos não tivemos acesso a eles – que relatem qualquer coisa semelhante, bem como não há também nenhum relato que colabore para uma conclusão. A pesquisa documental, bem como as fontes orais, levam à conclusão de que a decisão foi tomada pelo cônego Misael Alves de Sousa, somente.

Tais procedimentos inquisitoriais foram estimulados pela portaria do ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda. Por telegrama, os reitores foram informados da necessidade dos inquéritos. O texto versava sobre as medidas a serem tomadas:

No firme propósito de prestar relevantes serviços à causa nacional e à salvaguarda do regime, tenho a honra de sugerir a vossa magnificência as seguintes medidas: a) instauração de inquéritos administrativos que se façam necessários para imediata apuração de responsabilidades; b) severa vigilância sobre quaisquer atividades que possam comprometer a causa da paz social e a reintegração da ordem jurídica, democrática. Muito agradeceria que os inquéritos, com parecer conclusivo, me sejam remetidos no prazo de trinta dias.³⁵³

Não podemos afirmar que a portaria do ministério da Educação foi levada a cabo na FAFIDAM pelos dirigentes, no que se refere à demissão de Valter Pinheiro. Compreendemos que a demissão partiu dos dirigentes da instituição e que não teve o envolvimento dos órgão de repressão. Em entrevista, o professor Luiz Cruz Lima afirmou que não existia na FAFIDAM outro professor, senão o Valter Pinheiro, que tivesse um posicionamento político-ideológico que fosse contrário ao governo ditador.

Em sua fala, fica claro que o professor Luiz Cruz Lima não se considerava mais um ativista, de fato, nem mesmo Valter Pinheiro se colocava nessa condição após as prisões. As palavras de Lima, no entanto, personificam o ativista em Valter Pinheiro, caráter esse que pode ter sido a motivação da

³⁵³ MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

demissão, feito pela direção para manter a ordem conservadora no interior da Faculdade.

Consideramos, ainda, que a manutenção da ordem se estabeleceu além dos expurgos e da vigilância aos docentes. Embora as práticas educativas fossem centradas na pedagogia tradicional que, por si mesma, estabelecia como centro do ensino o professor, que por sua vez detém o saber e dessa forma conduz o processo, o conservadorismo da instituição estabelece uma didática fortemente marcada pelo autoritarismo e pela falta de diálogo. Essa realidade foi confirmada pelos alunos da FAFIDAM que ali estudaram naquele período.

4.7. DIDÁTICA E CONSERVADORISMO: A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES NA VISÃO DOS ALUNOS E DOS PROFESSORES

Em se tratando de Nordeste do Brasil, precisamente do Ceará, a Educação esteve relegada ao esquecimento, mesmo que, dentro de um contexto geral, estivesse sempre nos discursos governamentais. De fato, a Educação nunca foi priorizada, ao contrário, esteve sempre esquecida. Por falta de investimentos e de outros fatores condicionantes, que não serão tratados aqui, as práticas conservadoras ficaram aprisionadas ao contexto escolar, carentes de políticas que permitissem à escola desenvolver sua função.

Com isso, as práticas dos docentes da FAFIDAM, no momento de sua criação, já anunciavam o conservadorismo que marcaria a instituição.

As aulas ocorriam sempre da mesma forma, tinha um dia na semana que eram quatro horas somente para fazer exercício, a gente tinha que resolver exercícios para entregar para os professores, e se não os entregava resolvidos, tínhamos quatro faltas. Não emitíamos opinião de nenhuma forma. Nós sofremos muito, pois não haviam livros para a pesquisa, eram muitos alunos e poucos livros. A gente estava sempre à procura de quem tivesse livros para fazermos as pesquisas.³⁵⁴

³⁵⁴ MENESES, Teresinha. Fortaleza/CE; Brasil. 14 de julho de 2014. 1 hora e 46 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

A forma de dar aula era uma monotonia, não tinha nenhuma novidade, era somente aquele conteúdo na lousa, escrevendo, com apostila para estudar, e se você quisesse mais alguma coisa, ele dava o nome e você ia pesquisar. Somente havia biblioteca pública em Limoeiro do Norte, em Tabuleiro mesmo, onde morava, somente tinha no Colégio Nossa Senhora das Brotas. E, a nível de Faculdade, não tinha livros, as pesquisas eram muito difíceis de fazer. Tínhamos um professor que era horrível, as provas dele eram orais, lá na mesa. Ele mandava a turma estudar uns autores e na hora chamava o aluno e sorteava o autor, lá no birô. O aluno tinha que discorrer sobre o autor e depois ia para a sua carteira escrever tudo que ele havia pedido.³⁵⁵

O professor Deusimar de Didática, era muito rígido, foi a única vez que eu chorei para fazer um trabalho de avaliação na Faculdade. Era um trabalho para estudar as dez classes gramaticais. Eu sofri tanto, até ir à casa dele em São João do Jaguaribe em pleno domingo, para pedir orientação, eu fui chegando lá, mostrei o que havia feito, ele passou a caneta e riscou tudo. Voltei angustiada, (...) as colegas diziam, você é corajosa. Vai fazer mesmo esse trabalho? Eu respondia que estava dentro da profissão e tinha que fazer. Concluindo, tirei 9,2 e ainda fiquei para a prova final.³⁵⁶

A prática pedagógica dos docentes, na narrativa dos ex-alunos, parece uniformizada, pois as mesmas condutas eram adotadas por professores de áreas distintas. O uso da lousa, horas intermináveis de exercícios e muitos trabalhos e provas. A prática rígida e conservadora chamava a atenção dos alunos já engajados na profissão docente, como percebemos na narrativa da aluna do primeiro exame vestibular da Faculdade, Maria de França, que veio anos depois a ser professora da instituição:

O professor Regino marcou demais a nossa turma, pois era super exigente. Era impressionante sua capacidade de decorar, ele sabia tudo que havia no livro, ele falava: “abram o livro na página tal, assunto tal, e resolvam”, e quando a gente abria o livro, o exercício era do jeito que ele havia descrito. Agora, como já falei, era muito exigente. Eu dizia para ele: “professor tenha calma, eu também sou professora, só não sou professora de Faculdade. (...) olha a didática professor, o senhor não está trabalhando com a didática”, ele respondia: “essa professora Maria de França dá muito trabalho” e eu respondia: “não é assim professor, eu estou apenas te ajudando”. (...) Ele passou um trabalho pesquisado, para resumir alguns livros, o meu se

³⁵⁵ MOREIRA, Maria do Socorro. Tabuleiro do Norte/CE; Brasil. 01 de maio de 2015. 1 hora e 4 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁵⁶ GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha/CE; Brasil. 28 maio de 2014. 1 hora e 45 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

chamava “Os dois Brasis”. (Eu, sem experiência, fiz numa folha de ofício muito grossa, passava a noite escrevendo, resumindo), então eu tinha um aluno que era um verdadeiro artista e pedi para ele fazer a capa do trabalho. Quando fui entregar, falei: “o senhor pediu para resumir os dois brasis eu fiz três”. Eu estava me referindo ao imenso volume que ficou o trabalho, pois escrito à mão e num folha grossa, ficou mais volumoso do que o original. Quando ele foi corrigir meu trabalho, colocou um copo de café em cima da capa, e quando me entregou, eu falei: professor, o senhor estragou o meu trabalho. Ele retrucou, a senhora lavou a burra, eu falei: lavei a burra? que expressão é esta professor? É porque a senhora tirou dez. A senhora pode colocar um cursinho para dar aula de Sociologia, a senhora está preparada. Ele era muito exigente, exigia vírgula por vírgula.³⁵⁷

Eu fiz Letras/Inglês e não aprendemos praticamente nada, eu e a turma, porque fizemos Inglês com o padre João Eudes e era somente tradução. Ele entrava na sala de aula, conversava um pouco e passava páginas e páginas para traduzir. Quem fez com o padre Pitombeira aprendeu muito, mas nossa turma fez todas as cadeiras do Inglês com o padre João Eudes, e foi uma negação.³⁵⁸

Em se tratando da realidade do grupo de docentes, a fala do professor Luiz Cruz Lima sintetiza a realidade com que os professores conviviam. Não havia liberdade nem autonomia. As condições físicas do prédio inibiam as tentativas de sair do currículo prescrito. A falta de privacidade dos mestres e a exposição total e irrestrita das práticas pedagógicas fizeram da FAFIDAM uma instituição que, naquele contexto, fugia à regra nacional.

No desenvolvimento das aulas, posso lhe dizer que sou um entusiasta, desenvolvo uma geografia crítica, não é uma geografia reacionária, mas na FAFIDAM eu começava a trabalhar e me “engasgava”, não havia espaço. Então o desenvolvimento intelectual da turma não se dava de forma plena, por conta desse empecilho, mesmo depois da morte do padre Misael, pois a gente não tinha ainda segurança. Eu entrei na época de chumbo, com toda a pressão do contexto, me demorei lá mais de dez anos e nesse período havia uma forte pressão sobre mim.

Com relação ao ensino, eu não encontrei nenhuma possibilidade de mudar nada, era uma linhagem positivista, era aquilo que tinha de ser feito e pronto. Na secretaria já tinham os programas

³⁵⁷ FRANÇA, Florinda de. Limoeiro do Norte/CE; Brasil. 10 de novembro de 2013. 3 horas e 18 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁵⁸ GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha/CE; Brasil. 28 maio de 2014. 1 hora e 45 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

das disciplinas. Não havia uma renovação de livros, nem de discussões, nem de programa. Todos tinham que bater naquela tecla.³⁵⁹

O peso atribuído ao currículo, na fala do professor Luiz Cruz Lima, nos levou, na pesquisa de campo, aos documentos institucionais, aos currículos dos cursos e à busca da legitimação do conservadorismo nas práticas educativas.

4.7.1 Currículo: o caráter normalizador do conservadorismo na Educação

A onda de agitações e transformações pelas quais passava o contexto socioeconômico e político do Brasil, na segunda metade dos anos de 1950 e início dos de 1960,³⁶⁰ contrastam com o contexto educacional que, no momento, organizava-se para implantar a LDB de 1961, que abria um conjunto de possibilidades à iniciativa privada. Cabe lembrar que a referida lei não respondeu às expectativas dos profissionais de Educação, desde o início de sua gestação. A lei levou treze anos para ser concluída,³⁶¹ fomentando um acirramento de forças entre os defensores da educação pública e da educação privada.

³⁵⁹ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁶⁰ A década de 1960 foi testemunha de grandes agitações e transformações pelas quais passou o mundo. “Os movimentos de independência das antigas colônias europeias; os protestos estudantis na França e em vários países; a continuação do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimentos de contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil” (SILVA, 2007, p. 29).

³⁶¹ Em cumprimento à Constituição de 1946, que determinava ser da competência da União legislar sobre as diretrizes ligadas à área educacional, deu-se início a um processo de acirramento de forças entre conservadores – apoiados pela Igreja – e liberais. Esse embate se consolidaria na elaboração de dois substitutivos, um deles apresentado pelo deputado Carlos Lacerda, que favorecia os empresários do ensino, e outro, que defendia os interesses de uma Educação pública. Embora no final da década de 1940 essa discussão tenha tomado enormes proporções, saindo do âmbito parlamentar e chegando às escolas, na segunda metade da década de 1950, no entanto, a efervescência em torno da questão já não existia. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992 (Coleção Educação Contemporânea).

Embora partícipe de um contexto estadunidense de privatização da Educação, a teoria escolanovista, que dava o tom da discussão aqui no Brasil, filiava-se à defesa da Educação pública e laica.³⁶² Do outro lado da discussão, estava o setor privado da Educação, que embora quisesse assegurar benefícios à sua causa, se limitaram a apoiar os responsáveis pelas escolas privadas católicas (RIBEIRO, 1992). O acirramento de forças em torno desta questão polarizou-a entre os setores conservadores e liberais, cujo centro é o substitutivo do deputado Carlos Lacerda. Como já explícito, a LDB de 1961 assegurou a liberdade de ensino,³⁶³ consolidando, desta forma, o setor educacional privado, que naquele contexto tinha a Igreja como principal interessada. A lei de 1961 não conseguiu estabelecer os marcos necessários ao desenvolvimento da área educacional. Na letra da lei, questões fundamentais foram completamente esquecidas, o que ensejou o dualismo educacional e permitiu assegurar a coexistência do público e do privado. Destacamos, também, que as poucas conquistas da LDB de 1961 foram, com o advento da ditadura, completamente varridas.³⁶⁴

³⁶² Embora os defensores da escola pública fossem em sua ampla maioria filiados à escola construtivista e fizessem severas críticas ao modelo tradicional de escola, é necessário frisar que a teoria construtivista é também considerada uma teoria acrítica, por não estabelecer uma crítica à realidade da escola e do seu entorno. De acordo com SAVIANI (1987), as teorias tradicional, construtivista e tecnicista fazem parte de um mesmo bojo de teoria acrítica - cuja base é a reprodução do contexto social - o que as diferencia entre si é o objetivo, o papel do professor e o lugar que o aluno ocupa dentro da dinâmica da escola.

³⁶³ A primeira Lei de Diretrizes e Bases do País permitiu, por parte da União, igualdade de tratamento para os estabelecimentos oficiais e os particulares, o que garantia a iniciativa privada receber verbas públicas em todos os graus de ensino, comprometendo, desta forma, a Educação pública (GHIRALDELLI, 1990).

³⁶⁴ Mesmo administrando o país sob o fogo cruzado dos setores conservadores, e assistindo ao solapamento das instituições democráticas, o presidente Jango conseguiu desenvolver medidas importantes para o avanço nas áreas sociais. De 1961 a 1964, o Governo Federal aumentou em 5,93% seus gastos com Educação. Em 1962 veio a público o Plano Nacional da Educação, que seguindo as prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61), impôs ao Governo Federal a obrigação de investir no mínimo 12% dos recursos dos impostos arrecadados pela União para a Educação. Tal plano, contendo metas quantitativas e qualitativas, era um instrumento claro e concreto de objetivos que deveriam ser alcançados em oito anos: a) ensino primário — matrícula até a quarta série de 100% da população escolar de 7 a 11 anos de idade; e matrícula nas quinta e sexta séries de 70% da população escolar de 12 a 14 anos; b) ensino médio — matrícula de 30% da população escolar de 11, 12 e 14 anos nas duas primeiras séries do ciclo ginasial; matrícula de 50% da população escolar de 13 a 15 nas duas últimas séries do ciclo ginasial; e matrícula de 30% da população de 15 a 18 anos nas séries do ciclo colegial; e) Ensino Superior, expansão da matrícula até a inclusão, pelo menos, de metade dos que terminam o curso colegial. As metas qualitativas do Plano Nacional de Educação giravam em torno do que segue: a) além de matricular toda a população em idade escolar primária, deverá o sistema escolar contar, até 1970, com professores primários diplomados, sendo 20% em cursos regentes, 60% em cursos normais, e 20% em cursos de nível pós-colegial; b) as duas últimas séries, pelo menos, do curso primário

Em se tratando do contexto ditatorial, o governo cuidou logo em seguida de reordenar o campo administrativo e pedagógico, o que incidiu diretamente sobre a realidade educacional e, conseqüentemente, sobre o currículo, haja vista este estar diretamente ligado à oficialização da proposta governamental. Com efeito, a discussão sobre as teorias do currículo entram em circulação num momento em que se discutem as demandas da Educação Superior e se implementa um currículo de acordo com os ideais do novo governo, baseado em um conceito técnico de currículo. No Brasil, pelo próprio caráter do governo ditatorial e da teoria tecnicista implantada,³⁶⁵ o currículo ficou restrito às formas de organização do conhecimento, que tinham na sua base o distanciamento das questões demandadas pela realidade objetiva.

Forjado sobre o *status quo*, o modelo de currículo tradicional-técnico imposto pelo governo se ocupava apenas das formas de organização e elaboração desse documento. Se aplicarmos aqui o conceito de conservadorismo, o currículo tradicional do governo expressava bem essa característica, em função da burocratização da atividade que se restringia à organização dos conteúdos e repasse das “verdades” propaladas pelos livros.

A explosão de teorias educacionais e curriculares encontram no Brasil um contexto de resistência e conservadorismo que em nada lembrava o amplo movimento ocorrido em outros países. Esse período rompe com a explosão das décadas anteriores.

Para efeito desta tese, a discussão sobre o currículo se justifica por permitir uma leitura da proposta educacional constituída por dirigentes da

(quinta e sexta séries) deverão oferecer dia completo de atividades escolares e incluir no seu programa o ensino, em oficinas adequadas, das artes industriais; c) o ensino médio deverá incluir em seu programa o estudo dirigido e estender o dia letivo a seis horas de atividades escolares, compreendendo estudos e práticas educativas; d) o Ensino Superior deverá contar com pelo menos 30% de professores e alunos de tempo integral. O PNE foi extinto duas semanas após o golpe (GHIRALDELLI Jr., 1990, p. 134).

³⁶⁵ O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na presidência da República, se pautou em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular, sem qualquer arranjo prévio para tal feito, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos, com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e não raro confusa legislação educacional. Penso que só uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela ditadura militar (GHIRALDELLI, 1990).

FAFIDAM e uma análise sobre a burocratização, base das práticas conservadoras, desenvolvidas e orquestradas pelos mesmos dirigentes.

Embora a história da Educação brasileira (SAVIANI, 1987) já tenha registrado que foi na ditadura civil-militar que o currículo prescrito menos se efetivou, pois “silenciosamente a comunidade o transgrediu”, em Limoeiro do Norte, pelas falas dos entrevistados, essa subversão não ocorreu. O currículo que se efetivou em sala de aula era o mesmo que estava prescrito no projeto da instituição.

Tomaz Tadeu da Silva (2010) aponta que é o professor o agente de efetivação do currículo, institucionalizado, ou mesmo de um currículo oculto que se efetiva das demandas do ensino. Na FAFIDAM, entretanto, a vigilância da direção não possibilitava ao professor efetivar outro currículo senão aquele criado pelos dirigentes, quando da criação da Faculdade. O fato de o professor Valter Pinheiro ter sido chamado à atenção pela direção vai além do cuidado desta sobre o seu método de trabalho em sala de aula. A efetivação de outro currículo, em detrimento do currículo arcaico adotado, era compreendida como perda de espaço de controle.

Será compreendendo o currículo como espaço de atuação do conservadorismo e lugar de efetivo controle dos docentes que desenvolvemos esta discussão. Assim, evidenciamos o fato de que o currículo, como prática técnico-burocrática dos dirigentes, é um documento de enorme valor ao entendimento da prática conservadora.

Para validar esta informação, recorreremos ao depoimento do professor Luiz Cruz Lima, ao enfatizar que, na tentativa de superar o currículo prescrito, buscava introduzir aulas de campo, embora os limites impostos ultrapassem muito a realidade da instituição.³⁶⁶

³⁶⁶ Cabe lembrar que os geógrafos realizaram nos anos de 1970, na contramão da realidade imposta, o 1º Encontro de Geógrafos do Ceará, em Fortaleza, que trouxe à tona a discussão sobre os pressupostos da Geografia crítica. O encontro contou com a participação de Milton Santos. Ou seja, havia no Ceará uma discussão ativa - para sediar em plena ditadura o encontro - entre os profissionais da Geografia sobre as novas perspectivas do ensino da Geografia, o que reforça o caráter conservador da FAFIDAM, por não possibilitar mudanças curriculares.

Com relação ao currículo, era arcaico. A única coisa que eu introduzi foi o trabalho de campo, porque nem isso tinha lá, para nós professores, quando estávamos em Limoeiro do Norte, era ensinar, dormir, ensinar, dormir. Não se fazia outra coisa. Então comecei a pensar viagens, rasgar aqueles sertões para observar a vida, a população, a vegetação. Comecei a fazer também – um pouco socrático – a dar vida aos alunos para pensarem. Lembro de um trabalho que fiz em uma turma, que era sobre a divisão social do trabalho no cultivo da carnaúba e extração do óleo. Tirei fotografias dos alunos nos locais conversando com as pessoas que trabalhavam lá.³⁶⁷

O entusiasmo do professor Luiz Cruz Lima pelas aulas de campo é compreendido por nós como a busca pelo rompimento do conservadorismo, haja vista seu incômodo com as práticas do lugar e sua história como ativista. A ampla documentação que o professor arquivou deste período confirma este fato.³⁶⁸ Após nossa longa conversa e entrevista gravada, o professor Luiz Cruz Lima nos levou para conhecer seus arquivos sobre Limoeiro do Norte, nos quais se encontram dezenas de fotos, documentos das reuniões dos professores do curso e alguns trabalhos desenvolvidos pelos alunos.

³⁶⁷ LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE; Brasil. 25 de janeiro de 2015. 3 horas e 39 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

³⁶⁸ Em sua documentação, o professor Luiz Cruz Lima tem dezenas de fotos, o currículo do curso de Geografia, emendas e programas de disciplina, bem como uma série de trabalhos de alunos, inclusive o citado no relato anterior.



Figura 23
Foto retirada pela empresa RFFSA da visita dos alunos do
Curso de Geografia da FAFIDAM
Acervo do Professor Doutor Luiz Cruz Lima
O Professor Doutor Luiz Cruz Lima é o sexto da esquerda para a direita

A saída dos muros da instituição significava, para os alunos, a quebra da monotonia das aulas livrescas. As aulas de campo chamavam a atenção dos estudantes dos outros cursos, como está claro em uma das entrevistadas:

Eu entrei para fazer o curso de Letras, gostava muito da área, mas quando via o pessoal da Geografia tendo aulas diferentes das nossas, eu me queixava, por que não tinha feito para Geografia? (risos) Eles viajavam, tinham aulas de campo, saíam daquela monotonia das aulas tradicionais e dos estudos na biblioteca.³⁶⁹

Em sua totalidade, os alunos de todos os cursos narram o fastidioso ambiente das aulas, nem mesmo o intervalo – momento em que os jovens se encontravam mais descontraídos – foi descrito como de interesse dos estudantes. As narrativas são repletas de um tom de angústia, de preocupação. Os entrevistados deixam claro que não havia espaço para

³⁶⁹ GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha/CE; Brasil. 28 maio de 2014. 1 hora e 45 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

conversas, diálogo sobre assuntos da área da Educação, como destacado aborrecidamente por uma entrevistada, “eram apenas aulas, aulas e mais aulas”.³⁷⁰

Algumas das viagens do curso de Geografia se tornaram matéria jornalística, como a visita ao *Jornal Tribuna do Ceará*, que virou matéria do próprio jornal, na qual se relatava a excursão dos alunos da disciplina Geografia da Indústria e ressaltava a importância da iniciativa para o aperfeiçoamento do conhecimento visto em sala de aula. Não obstante os trabalhos de campo, no conjunto das práticas curriculares, permanecia, mesmo entre aqueles imbuídos de fomentar mudanças, o espírito tecnicista e conservador determinado pelo currículo prescrito.



Figura 24
Visita dos alunos do Curso de Geografia ao Jornal Tribuna do Ceará
Recorte do Jornal Tribuna do Ceará
Arquivo pessoal de Aurenice de Andrade Arrais, aluna no período

De acordo com o professor, para incentivar os alunos do ensino médio a prestarem exame vestibular para o curso de Geografia, houve uma campanha de popularização do curso, ilustrada no documento seguinte:

³⁷⁰ GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha/CE; Brasil. 28 maio de 2014. 1 hora e 45 minutos. Entrevista concedida a Maria Lenúcia de Moura.

A GEOGRAFIA É FÁCIL

Não exige muitos conhecimentos de matemática;

Não requer muito esforço de memorização;

É uma ciência de raciocínio, de bom senso;

É uma ciência explicativa;

Os diversos semestres do Curso se encadeiam e se complementam numa sequência organizada.

VANTAGENS DO CURSO DE GEOGRAFIA

A - NA FORMAÇÃO CULTURAL

- Oferece uma visão científica do que ocorre na natureza, como terremotos, secas, inundações, tempestades, etc;
- Dá condições para se conhecer a realidade física, econômica, social e política do espaço em que vivemos;
- Leva-nos a uma visão crítica da problemática socio-econômica, em que estamos mergulhados;
- Ensina-nos a tirar melhor proveito da natureza;
- Contribui para a compreensão dos problemas básicos da humanidade, como o crescimento populacional, a produção, a poluição, a fome, etc;
- Possibilita o estudo comparativo entre regiões de um mesmo país e entre países diferentes;
- Oferece uma ampla variedade de disciplinas relacionadas com o clima (climatologia), o solo (pedologia), a formação e evolução da terra (geologia), a formação das rochas (geomorfologia), a organização do espaço urbano (geografia urbana), a forma de produção, localização e consumo (geografia econômica), as disparidades regionais (geografia Regional).

B - NA VIDA PROFISSIONAL

- Habilita legalmente o docente para as disciplinas de Geografia e Estudos Sociais;
- Oferece chances para trabalhos de campo, de natureza técnica, como mapeamento, análise de solos, etc;
- Abre perspectiva para outros cursos na área, seja de especialização, mestrado ou doutorado, através de bolsas até mesmo para o estrangeiro.

IMPORTANTE!!!

A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) está lutando pelo reconhecimento dos cursos de Geografia como carreira técnica.

Você poderá ser, em breve um técnico em Geografia, inscrevendo-se no Vestibular da Faculdade de Filosofia D. Aureliano Matos, para fazer o Curso de Geografia.

Figura 25
Documento elaborado pelos professores do Curso de Geografia
Acervo documental do Professor Doutor Luiz Cruz Lima

É possível observar no documento de divulgação do curso uma tentativa de ampliar seus horizontes. Num sopro de criticidade, o documento inicia dizendo que a Geografia é fácil, não requerendo, por exemplo, muito esforço de memorização, levando-os “a uma visão crítica da problemática

socioeconômica em que estamos mergulhados”. As metas anunciadas, contudo, chocavam-se com o currículo determinado pela instituição e seus inúmeros mecanismos de controle, a exemplo de todas as outras matérias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar as práticas conservadoras que ainda persistem no contexto social não é tarefa difícil. Muitas são as oportunidades que confrontamos no cotidiano para constatar que essas práticas não foram superadas, nem na esfera privada nem na esfera pública. Em se tratando do Nordeste brasileiro – falamos especificamente do Nordeste por não termos dados do restante do país – tais práticas parecem institucionalizadas e, por que não dizer, cultuadas por muitos. Em todas as direções ouvimos e testemunhamos fatos que nos confirmam que o “novo” não é tão novo assim, que as práticas ditas inovadoras estão revestidas de argumentos e práticas conservadoras.

Nesta tese, pensar as práticas conservadoras dos dirigentes da FAFIDAM e o projeto que deu origem a essa instituição, apoiado na estrutura da ditadura, constitui tentativa de aproximação com o alicerce de nossa história, na busca de aprofundar o debate sobre o conservadorismo e validar práticas democráticas que apoiem a nossa “frágil” democracia.

Inicialmente, ao tomarmos por base o coronelismo e as práticas oriundas desse modelo, bem como o contexto social da ditadura no Ceará, constatamos que a Igreja – a exemplo da história das instituições educacionais no Brasil – definiu as políticas sociais para o Baixo Jaguaribe, fortalecendo dessa forma o conservadorismo da microrregião. Apoiados nas políticas do governo ditador, os dirigentes eclesiásticos não só mantiveram o conservadorismo que historicamente marcaram sua intervenção nas práticas educativas, mas saíram fortalecidos com o projeto ditatorial que por duas décadas deu o tom à Educação nacional.

A formação moral da juventude, o combate ao comunismo, o “cuidado” com o contexto social, a documentação dirigida aos fiéis e as práticas internas revelam o grau de conservadorismo das práticas. As cartas pastorais, por exemplo, tiveram a função de assegurar não apenas o financiamento do projeto educativo da Igreja, focado inicialmente na figura de Dom Aurelino Matos, mas também consolidar a formação de uma juventude dócil e alheia aos grandes problemas nacionais.

A análise dessa documentação nos remete às questões anunciadas. As cartas funcionavam como mecanismos de comunicação entre o bispo e o clero, e também os fiéis, servindo ainda aos interesses tanto eclesiais quanto políticos que, invariavelmente, alcançaram as instituições educativas. Afirmamos que o papel do público-alvo era participar do projeto da Igreja, principalmente na condição de financiador.

Com relação ao teor da documentação, sejam as cartas ou as circulares, consideramos que o discurso apresentado sempre teve o aspecto conservador como fio condutor, tanto antes como depois do golpe. Embora a recorrência à ameaça do comunismo apareça apenas após o golpe.

Consideramos que as instituições criadas pelo bispo instituíram condições favoráveis à manutenção do conservadorismo, em especial a FAFIDAM, instituição educativa de importância ímpar na microrregião, seja pela iniciativa inovadora, pois até então não existia instituições de Ensino Superior, seja pela força de irradiação nas cidades circunvizinhas ao município de Limoeiro do Norte.

Como já frisado, o bispo criou várias instituições que propiciaram alicerce sólido ao seu projeto, contando para tal com uma estrutura social com valores extremamente conservadores, estrutura rigidamente fincada no modelo oligárquico que dominou o contexto brasileiro. Assim como as reformas educativas da ditadura, em Limoeiro do Norte, as instituições criadas pelo bispo visavam introjetar nas futuras gerações a manutenção da ordem conservadora que requeria um conjunto estrutural, como, por exemplo, prédios, pessoas, material de uso permanente, renda fixa. Ou seja, requeria um pragmatismo enorme por conta daqueles que o cercavam, haja vista o próprio contexto social, político e econômico da região não dispor dos elementos necessários ao desenvolvimento do projeto. Para tanto, suas iniciativas buscavam integrar tanto a população quanto o Estado, no primeiro caso como força de trabalho e força material e, no segundo, como agente financiador.

O desenvolvimento do projeto do prelado, articulando várias instituições, assinala o caráter das práticas conservadoras. A institucionalização das ideias

conservadoras em torno das instituições criadas e a forma como estas se articulam na prática social educativa expõem a raiz conservadora das práticas.

Tratando especificamente da preservação do conservadorismo da Igreja na FAFIDAM, instituição de Educação Superior apoiada na estrutura da ditadura civil-militar, consideramos que essa Faculdade foi terreno fértil à propagação do conservadorismo da Igreja, por meio de seus alunos e porque, na qualidade de instituição social e educativa, moldou o contexto do período.

Como instituição, a FAFIDAM tinha um padrão de controle, conduzia a programação da conduta dos alunos de acordo com a sociedade. Essa afirmação é confirmada nas narrativas dos entrevistados ao descreverem o ambiente da instituição. Consideramos, ainda, que a linguagem utilizada pelos dirigentes se constituiu nessa análise como instituição. As entrevistas apontaram que os ex-alunos e os ex-professores identificavam a linguagem utilizada na FAFIDAM, a exemplo do relato do professor Luiz Cruz Lima quando foi admitido como professor, e dos alunos, ao relatarem o posicionamento da direção da Faculdade.

Com relação ao caráter objetivo da instituição, o rigor, o clima de compromisso sistemático, sem espaço para conversas, conforme destacado nas entrevistas, apontam não para a objetividade das práticas, mas também para o grau de coercitividade desenvolvido no interior daquela instituição.

Quanto à demissão do professor Valter Pinheiro, analisamos que a autonomia moral da qual se revestem as instituições, invocam o direito legítimo de punir as pessoas. Nesse caso, a autonomia moral da qual se revestia a FAFIDAM, na pessoa de seu dirigente, puniu o professor Valter Pinheiro com a demissão. Sua infração: lembrá-los de que nem todos estavam sob a conduta rígida do conservadorismo da Igreja e que a liberdade de pensamento ainda esperava as pessoas do lado de fora dos muros de sua cercania.

Assim, a FAFIDAM como instituição educativa moldou a formação dos alunos da mesma forma como foi criada. A exterioridade de sua personalidade institucional impediu o conhecimento da realidade do período de exceção que o país amargava. A forma enrijecida com que tratava, por meio de seu dirigente,

as questões ligadas à liberdade de pensamento, bem como o poder coercitivo de sua gestão, contribuíram para uma página em branco na história de vida daqueles que viveram o período da ditadura entre seus muros.

O último aspecto a ser analisado aqui é a historicidade. Como instituição, a FAFIDAM possui uma história que – lembremos do cálice –, foi constituída tomando como alicerce o conservadorismo da Igreja e, como tal, não pôde fugir à influência desse ditame. Voltamos então ao cerne da questão, o conservadorismo das práticas instituídas e a manutenção, por meio da FAFIDAM, da estrutura da ditadura. Comprometida com a realidade imposta, essa instituição se utilizou do regime de exceção para existir e constituir-se como tal.

A recorrência, aqui, às práticas educativas se justifica sob dois parâmetros: primeiro, consideramos que, por via das práticas, o conservadorismo da Igreja foi preservado, apoiado na ditadura; segundo, sendo a FAFIDAM por definição uma unidade de ação, não podemos escrever a história de uma instituição sem levar em consideração suas práticas.

Consideramos que a FAFIDAM era – em sua constituição original – uma instituição educativa voltada à formação de professores destinados a um público seletivo. Essa afirmação se confirma pela própria constituição da FAFIDAM, não um órgão estatal, mas uma autarquia, onde os alunos pagavam para estudar. Não estamos analisando aqui como se pagava, mas apenas deixando claro que as pessoas que frequentavam a FAFIDAM abriam mão de recursos para tal, bem como para se locomoverem à cidade de Limoeiro do Norte, já que parte dos alunos era de outras cidades. Suas ações, suas práticas, ancoradas no conservadorismo da Igreja, resultavam numa educação fincada no autoritarismo, no silêncio, no espírito acrítico com grande e duradoura repercussão.

Dessa forma, a FAFIDAM não apenas preservou o conservadorismo da Igreja, ao se apoiar na ditadura e em suas práticas de cerceamento, mas também disseminou esse conservadorismo na microrregião do Baixo Jaguaribe.

Finalizando, reconhecer que as práticas conservadoras da FAFIDAM fortaleceram o tradicionalismo existente e a ordem conservadora do regime não quer dizer que as práticas não possam ser mudadas. Já reiteramos neste trabalho o fato de que as instituições admitem mudanças, justamente por serem elas, as instituições, produto da ação de inúmeras pessoas e também por representarem as necessidades da sociedade.

Concluimos que a disciplina e a ordem desenvolvidas no contexto da Faculdade contribuíram para a manutenção do conservadorismo com que a Igreja comandou a microrregião do Baixo Jaguaribe, sempre apoiada nos mecanismos de controle do Estado ditador. Por sua vez, a aliança entre a Igreja e o governo possibilitaram uma reação antecipada à incursão de ideias contrárias àquelas desenvolvidas por seus líderes, sobretudo aquelas intituladas de subversivas, esvaziando assim qualquer possibilidade de a comunidade acadêmica “transbordar” os limites dos currículos autoritariamente preestabelecidos. Esta constatação se apoia no instrumento utilizado pela direção para controlar a vida social de seus professores, por meio da exigência de apresentação, a cada semestre, de declaração da Polícia Federal, constatando que o docente não possuía vínculo com nenhuma atividade subversiva.

Tais premissas nos conduzem a uma reflexão. Por se tratar de uma Faculdade que primordialmente trabalhava com a formação de professores, e por ser aquela a única acessível à população jaguaribana – mesmo sendo o acesso restrito às pessoas que podiam de certa forma arcar com as despesas – em que medida a disciplina, o conservadorismo da didática e da prática estabelecida não teriam se propagado pelas escolas da região que receberam, em seu quadro docente, os profissionais lá formados? Esta, entretanto é uma pergunta para outra pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

I. BIBLIOGRAFIA GERAL E ACADÊMICA

AMADO, J. e FERREIRA, M. M. Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral** / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – 4^a. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BARREIRA, I. A. F. **Sob o signo da contramão**. Fortaleza: UFC/NEPS, 1992.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 6^a Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República: de 1930 a 1960**. 3^a ed., São Paulo, Alfa-Ômega, sd.

BASTOS, M. H. C. Memórias de professores: reflexões sobre uma proposta. In: MIGNOT, A. C. V; CUNHA, M. T. S. (org.) – **Práticas de memória docente**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção cultura, memória e currículo; v.3).

BERGER, P; BERGER, B. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural**. Lisboa. Editorial Estampa, 1998.

BONAZZI, C. T. Arquivos: propostas metodológicas. In: **Usos e abusos da história oral**. / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – 4^a. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BUENO, Belmira Oliveira. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores: questões da subjetividade**. Série Educação e pesquisa, vol. 28 n^o 1 – São Paulo, 2002.

BRANCO, João Olímpio Castelo. **O Limoeiro da Igreja. A história de Limoeiro a partir dos seus párocos**. Ed. Minerva Indústria Gráfica, 1997.

BRANCO, João Olímpio Castelo. **O seminário Cura d'Ars ao longo do tempo**. [S. ed.], [S.l.], 2013.

CARVALHO, Maria Bernadete de Oliveira. Revista Espaço Acadêmico. Nº 50 – julho 2005 – Mensal – ISSN 1519.6186. ANO V.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro, 1997.

CHAUÍ, M. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. Ecléa Bosi / 3ª. ed./ São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Compendio da Doutrina Social da Igreja/ Pontifício Conselho “Justiça e Paz”; tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). – São Paulo: Paulinas, 2005.

CHAVES, Cíntia. “**De Deus aos homens**”: **Ação Católica e Elite em Processos Consolidativos**, no Município de Limoeiro do Norte, de 1930-1954.

DANTAS, Alinne de Oliveira; ARAUJO, Josimeire de Omena. A questão do financiamento da assistência estudantil nos tramites da reforma universitária do Governo Lula. In: **Reforma universitária: a universidade pública em questão**/ Josimeire de Omena Araújo, Maria Valéria Costa Correia (Organizadoras). – Maceió: EDUFAL, 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos, In: **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins de século XX**/ Org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 (O Brasil Republicano; v. 4).

DOBERSTEIN, Juliano Martins. **As duas censuras do regime militar: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978**. Porto Alegre 2007. Dissertação de mestrado em História. Programa de Pós graduação em História da Universidade federal do rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

ECLÉA, B. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. Ecléa Bosi / 3ª. ed./ São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 1ª reimp. – 6ª ed. rev. e ampl. – Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FICO, Carlos. **Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2012.

FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. 4 ed. rev. São Paulo; Morais: 1980.

FREITAS, Maria das Dores Vidal e OLIVEIRA, Maria Lenira (org.). **Limoeiro em Fotos e Fatos**. Fortaleza: Edições do Autor, 1997.

FRISCH, M. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. História e Memória. In: **Usos e abusos da história oral**. / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. – 4a. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. "História oral: um inventário das diferenças". In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Entre-vistas: abordagens e usos da História oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-14. RÉMOND, Réne (org.). **Por uma História política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. **O populismo e sua história: Debate e crítica**. Jorge Ferreira (Org.). – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

O, Jorge. **João Goulart: Lembranças do Exílio**. Rio de Janeiro, casa Jorge, 2001.

GADOTTI. Moacir. **Concepção dialética da Educação: um estudo introdutório**/ Moacir Gadotti – 10ª edição – São Paulo: Cortez, 1997.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

HERMETO, Miriam. **'Olha a Gota que falta': um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-1980)** [manuscrito] / Miriam Hermeto. – Belo Horizonte: UFMG, 2010.

HEYMANN, Luciana Quille. **Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller**. Caderno de Estudos História, 1997. 19. P. 47.

KAUFMANN, C.; MARTINS, M.C. Ditaduras militares argentina e brasileira: colaborações culturais em educação na década de 1970 do século XX. In: VIDAL, D. G.; ASCOLANI, A. (Orgs.). **Reformas Educativas no Brasil e na Argentina: ensaios de história comparada da educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEAL, Vitcor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LEHER, Roberto. "Projetos e modelos de autonomia e privatização das universidades públicas." In: GENTILI, P. (Org.), **Universidades na penumbra: Neoliberalismo e reestruturação universitária**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Na ribeira do rio das onças**. Fortaleza: Assis Almeida, 1997.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Sistema Escolar de Limoeiro do Norte – Da Colônia à escola que revolucionou o município**. Edit. Premius, Fortaleza, 2002.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. In: **Projeto história**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - São Paulo: EDUC, 1981.

LUNA, F. V; KLEIN, H. S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. / Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MAIA, A. F. **Dom Aureliano, pastor, educador e operário**/ Avani Fernandes Maia. – Fortaleza: Editora Premius. 2010.

MANNHEIM, Karl - “O pensamento conservador” In: MARTINS, **José de Souza - Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. Pp. 11/38.

MARTINS, José de Souza – “As coisas no lugar”. In: **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981. Pp. 11/38.

MALVEIRA, Antonio Nunes. **O Limoeiro do Norte de Dom Aureliano Matos**. Rio de Janeiro: PENELUC. 1998

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil: contribuições ao estudo da formação brasileira**. 2ª edição. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

MIGUEL, M. E. B. Arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. In: **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Maria Isabel Moura Nascimento... (et al.), (org.), Campinas, SP: Autores Associados: HISTEBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007 – (Coleção memória da educação).

MOURA, M. L. Educação em **Tabuleiro do Norte: emergência e evolução do sistema escolar na perspectiva dos protagonistas**. Dissertação de mestrado defendida em 24 de abril de 2006 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária** – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

MOTTA, R. P. A modernização autoritário conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** / Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1 ed.- Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.

OLIVEIRA, Carlos Holanda. Professor “Zequinha” e o regime militar na região jaguaribana: memórias da tortura. In: **Golpe de 1964: história, geopolítica e Educação.** / Org. SANTANA, José Rogério; VASCONCELOS, José Gerardo; FIALHO, Lia Machado Fiuza; VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. – Fortaleza: EdUECE, 2014.

ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** / Org. Daniel Aarão Reis Filho; Marcelo Ridente; Rodrigo Patto Sá Motta. – 1ª ed.- Rio de Janeiro: Zahar: 2014.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração pública: teoria e questões/** Augustinho Vicente Paludo. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente.** Projeto História. São Paulo, 1997.

REIS, D. A. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** / Organização Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti, Rodrigo Patto Sá Motta – 1 ed. – Rio de Janeiro: Zahar: 2014.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil.** (1930/1973) Prefácio do professor Francisco Igréssias, 34. Edição Petrópolis, RJ. Vozes, 2009,

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar.** 12ª Ed. São Paulo: Cortez: autores Associados, 1992 (Coleção Educação Contemporânea).

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** 2 ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 124.

SANTOS, Jovelina. **Em campo contra o inimigo vermelho: a igreja católica na disputa pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Ceará.** Revista de História 26 João Pessoa, jan./jun. 20012.

SARMENTO, M. J. **A vez e a voz dos professores: contributo para o Estudo da Cultura Organizacional da Escola Primária.** Porto, Porto Editora, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistemas.** São Paulo. Saraiva: 1981.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional** – Campinas, SP: Autores Associados, 2007; p. 39. (Coleção Educação contemporânea).

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade; uma introdução as teorias do currículo**. 3 ed. – reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOARES, Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

THOMPSON, P. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **O Limoeiro da educação: a história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte (1938- 1968)**. UFC: 2006.

VIEIRA, S. L. **História da educação no Ceará: sobre promessas, fatos e feitos** – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VIÑAO FRAGO, A. **Lãs autobiografias, memórias Y diários como fuente histórico-educativa: tipologias y usos**. Sarmiento: Anuário Galego de Historia de la Educación, Espanha: Universidade de Vigo, n. 3. 1999.

II. DEPOIMENTOS ORAIS

1) Entrevistas concedidas à autora:

CASTELLO BRANCO, João Olímpio. Flores-Russas/CE/Brasil, 21 de dezembro de 2014. Duração: 2 horas e 10 minutos.

FRANÇA, Florinda de. Limoeiro do Norte/CE/Brasil, 10 de novembro de 2013. Duração: 3 horas e 18 minutos.

GADELHA, Airton. Limoeiro do Norte/CE/Brasil, 19 de fevereiro de 2015. Duração: 32 minutos.

GADELHA, Maria Belismar. Sítio Barrinha-Tabuleiro do Norte/CE/Brasil, 28 maio de 2014. Duração: 1 hora e 45 minutos.

GUERREIRO, José Maria Nunes. Limoeiro do Norte/CE/Brasil, 18 de fevereiro de 2015. Duração: 48 minutos.

LIMA, Luiz Cruz. Fortaleza/CE/Brasil, 25 de janeiro de 2015. Duração: 3 horas e 39 minutos.

MOREIRA, Maria do Socorro. Tabuleiro do Norte/CE/Brasil, 01 de maio de 2015. Duração: 1 hora e 4 minutos.

MENESES, Teresinha. Fortaleza/CE/Brasil, 14 de julho de 2014. Duração: 1 hora e 46 minutos.

OLIVEIRA, Francisca Maria de. Fortaleza/CE/Brasil, 21 janeiro de 2014. Duração: 2 horas e 9 minutos.

PINHEIRO, Valter. Duas Entrevistas: (1) Fortaleza/CE/Brasil, 14 de março de 2013. Duração: 2 horas e 28 minutos e (2) Fortaleza/CE/Brasil, 08 de Junho de 2014. Duração: 2 horas e 53 minutos.

SANTIAGO, Arnóbio. Limoeiro do Norte/CE/Brasil, 19 de fevereiro de 2015. Duração: 1 hora e 34 minutos.

SOUSA, Márcia Helena S. Fortaleza/CE/Brasil, 25 de janeiro de 2015. Duração: 40 minutos.

2) Entrevistas concedidas a outros pesquisadores:

CASTELLO BRANCO, João Olímpio [Monsenhor, padre]. Entrevista concedida a Cíntia Chaves. Limoeiro do Norte/CE/Brasil, /?/. Duração: /?/.

GONÇALVES, Francisco Jay [Padre Jair]. Entrevista concedida a Raimundo Elmo Vasconcelos Júnior. Sítio Jairlândia-Bairro Sossego-Limoeiro do Norte/CE/Brasil, 22 de janeiro de 2002. Duração: das 14h às 17h30min.

MALVEIRA, Antonio Nunes [Professor]. Entrevista concedida a Raimundo Elmo Vasconcelos Júnior. Fortaleza/CE/Brasil, 26 de junho de 2002. Duração: /?/.

III. PERIÓDICOS CONSULTADOS

O Povo (jornal diário de circulação no estado do Ceará).

Veja (revista semanal de circulação nacional).

IV. ARQUIVOS CONSULTADOS:

1) ARQUIVOS PÚBLICOS

Arquivo Público do Ceará – documentação sobre as prisões durante a ditadura.

Arquivo da Prefeitura de Limoeiro do Norte – documentação das instituições de ensino de Limoeiro do Norte.

2) ACERVOS INSTITUCIONAIS

Arquivo do Jornal *O Povo* – décadas de 1960 e 1970.

Cúria da Diocese de Limoeiro do Norte – cartas e circulares pastorais de D. Aureliano Matos.

3) ACERVOS PARTICULARES

Acervo de Valter Pinheiro – documentação de contratação e rescisão de contrato da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos.

Acervo do professor Luiz Cruz Lima – documentação do curso de Geografia da FAFIDAM; fotos e currículo dos cursos.

Acervo de Aurenice de Andrade Arrais – documentação de participação no projeto RONDON.

ANEXO 1 – 1ª CARTA PASTORAL

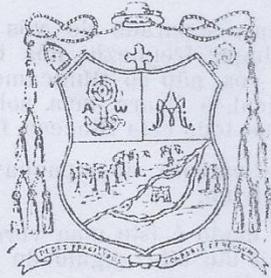
CARTA PASTORAL

DE

D. Aureliano Matos

BISPO DE LIMOEIRO

SAUDANDO A SEUS DIOCESANOS



1940

D. Aureliano Mattos, por merecê de Deus e da Santa Sé
Apostolico, Bispo de Limociro.

Ao Revmo. Clero e fieis da Diocese de Limociro, saudação, paz e bençã
em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Veneraveis Irmãos e Filhos diletissimos.

Dirigindo-nos a vós pela primeira vez, outra palavra não devemos ter, sinão a que expresse de logo os sentimentos de afeição e amizade, em Nosso Senhor Jesus Cristo, para comvoseo, que constituís, hoje, a nossa única e absoluta preocupação, do que Deus é testemunha (Rom. I v. 9).

Com quanto separado de vós pela distancia e pelo ministerio, como Paroco em longinqua freguezia, nós bem poderíamos dizer que sempre estivemos unidos a vós, não só ethnicamente, como filhos que somos desta vasta região intertropical, o Ceará, mas, sobretudo, pelos sofrimentos, nestes ultimos anos, em que quasi toda esta Diocese, foi impiedosamente assolada pela malaria.

De longe, embora, acompanhavamos a provação a que vos submetia a Providencia Divina.

E de tal modo é isto uma verdade, que, confundido e esmagado com nossa elevação a tão alta dignidade episcopal, como Pastor desta Diocese, uma só cousa animava-nos, e era saber que viriamos para o meio de vós, confortar-vos com a palavra de Deus, sempre cheia de tantas consolações; trabalhar entre vós, auxiliando-vos no vosso soerguimento moral; rezar com um povo que se habituou a prostrar-se diante de Deus, nesses tempos de sofrimento, como sempre o fez nos dias de bonança. Viriamos inaugurar o vosso episcopado, não nos dias aureos das transfigurações magnificas do vosso labor, mas nos dias sombrios, que lembram, ainda bem proximo, o vosso calvario. Não pelo prazer de vos ver sofrer, mas pela satisfação de vos ajudar a sofrer, no que tudo sacrificaremos. "*Impendam et superimpendar ipse pro animabus vestris* (II Cor.X II.15)

Mas, com prazer, se verifica, que uma verdadeira resurreição se opera, e a alegria volta aos vossos campos, que se cobrem de riqueza, fruto dos vossos trabalhos, agora reencetados com vigor; aos vossos lares, donde desaparece o lúgubre pesadelo de dias amargurados, parecendo, antes, que todo esse vosso sofrimento foi, como que um tributo que a Providencia vos impôs

pelo rico presente, que vos fez, de uma Diocese. E no farfalhar dos vossos infundidos carnaubais ouve-se um hino de ação de graças por tão prestimosa dadiva.

Vimos, pois, veneráveis Irmãos e Filhos muito amados, cheios de esperança de poder algo fazer em vosso proveito, porque a nossa confiança está em Deus e jamais foi iludido quem confia no Senhor. "*Non dereliquisti quaerentes te, Domine* (Sl. IX. II).

* * *

É nestas disposições que vimos iniciar entre vós o nosso episcopado: mas é também, com pezar profundo, que deixámos o rebanho que vínhamos pastoreando, como obscuro Vigário, há treze anos.

O paroquiato, comquanto espinhoso, em virtude não só da responsabilidade que impõe, mas ainda, pelos grandes sacrificios que exige, de tal maneira nos prende, que não é sem dificuldades que o deixamos. E quando este paroquiato é exercido entre um povo simples, obediente e amigo, perde, em grande parte, a sua agrura, identificando-nos de tal modo com ele, que só mesmo para atender a uma ordem superior o abandonamos.

Mas, mesmo assim, com prazer, o deixamos porque não é a nossa vontade que fazemos, sinão a de Deus, que nos chama para este alto posto, pois só a Ele compete tirar o mendigo do pó, para o elevar á mais sublime dignidade, e executar os seus planos com os mais fracos instrumentos. "*Suscitans a terra inopem et de stercore erigens pauperem — Nimis honorificati sunt amicitui, Deus*" (Ps. CXXXVIII, 17).

De pobreza grande eram os Apostolos quando chamados a seguir o Divino Mestre, no entanto exclamaram: *Relinquimus omnia*, abandonamos tudo (Mat. XIX, 27).

Igualmente, sem nada possuímos ousamos dizer: deixámos tudo. É que não são de pouco valor os bens de ordem moral, como seja a convivência com bons amigos, que bem mais valem que a prata e o ouro. (Ec. VI, 15) E como um laço de eterna amizade está esta cruz pastoral, que saiu da generosidade do coração do povo de Itapipoca e repousa sobre o nosso coração profundamente agradecido,

A dois rebanhos ainda, como pastor, alimentámos com o pão da palavra divina e distribuimos-lhes os tesouros da graça, com a administração dos Sacramentos.

Pentecostes foi o primeiro nome que escrevemos no nosso coração de Vigário. Ali estão as primicias do nosso sacerdócio. Percorremos varzeas e tableiros no cumprimento de nossa ardua missão. Si abundantes frutos não medraram, naquele percurso de quasi dois anos, não foi tanto pelo maninho das terras, que bem piedoso e bom é aquele povo, mas, certamente, pela inabilidade e pouca virtude do sementeiro.

Mais longo foi o nosso paroquiato em Uruburetama.

Si de mais tempo dispuzemos para o cultivo daquela vinha do Senhor, bem mais numerosas e imorredouras foram as provas de atenção, carinho e respeito recebidas daquela boa gente.

Aos nossos ex-paroquianos, pois, trazemos a nossa palavra de despedida, pedindo perdão si não fomos a luz que lhes deveria ter aclarado o caminho do Senhor, espancando as trevas do erro e da mentira, se não fomos o sal que lhes deveria ter preservado as almas da corrupção.

Seja-nos permitido, tambem, atender a uma voz do coração, quando nos fala da terra natal, onde repousam as cinzas de nossos venerandos e queridos pais, para trazer-lhe, e, igualmente, a todos os nossos patricios, o nosso agradecimento pelas atenções dispensadas e fazer-lhes as nossas despedidas.

Bem mais difficil para nós, e sobretudo penoso para o nosso coração, poderia ser a nossa elevação ao episcopado, si desleitos ficassem completamente os laços de dependencia que nos prendem a essa figura inconfundivel que se ergue aos nossos olhos extasiados, em proporção gigantesca, contemplada atravez das inumeras obras realizadas em proveito do nosso Ceará, o Exmo. Sr. Arcebispo D. Manoel da Silva Gomes.

No desempenho da nossa ardua missão, voltamo nos para sua Excia. de quem esperamos receber luzes de esclarecidos conselhos.

E, nesta despedida, queremos testemunhar-lhe o nosso profundo reconhecimento, porquanto, nestes 25 anos que servimos, sem constrangimento, em sua Arquidiocese, mais sentimos o pulsar do seu coração amigo, em repetidas provas de consideração, que o peso do cajado de sua autoridade.

As atenções caridosas de Sua Excia. o Sr. D. José Tupinambá da Frota, o sábio e dinâmico Bispo de Sobral, autorizaram-nos a pedir de Sua Excia. o grande sacrificio de, interrompendo os seus constantes trabalhos, vir auxiliar em nossa sagração, como consagrante. A gratidão do nosso coração reconhecido.

Preciso não se faz de muito tempo para se notar o brilho do sol e o perfume da flor.

Vigário em Freguezia do sertão, poucas foram as vezes que estivemos em contacto com sua Excia. o Sr. D. Francisco de Assis Pires; mas foi o bastante para sentirmos as irradiações do seu coração cheio de virtude e bondade.

Na pessoa de Sua Excia. teve a uberrima Diocese caririense, um digno substituto do egregio Bispo D. Quintino Rodrigues d'Oliveira e Silva, de saudosissima memoria. Confiando este sentir está o carinho com que Sua Excia. accedeu ao nosso convite, de vir ser um dos nossos consagrantes, pelo que lhe trago o nosso sincero agradecimento.

Reconhecido achamo-nos, tambem, aos Exmos. Srs. D. Jaime de Barros Camara, e D. João da Mata Andrade e Amaral, respectivamente anjos tutelares das floregentes Dioceses de Mossoró e Cajazeiras, que se dignaram abrilhantar, com suas presenças, as ceremonias de nossa Consagração, dando assim a prova da generosidade de seus corações.

Militar ao lado de colegas de quem só se recebe o exemplo de acrisoladas virtudes e o estímulo de acendrado zelo pela causa de Deus é a situação do padre na Arquidiocese de Fortaleza.

Emergindo de nossa obscuridade para a alta missão episcopal, depositamos nas mãos deste clero, que nós admiramos e amamos, as nossas despedidas fraternais.

Oxalá possamos, sem as vacilações da timidez e sem os excessos da autoridade, empunhar o báculo que a sua amisade, a nós tão cara, poz em nossas mãos.

Juntai, ainda, estimados irmãos no sacerdócio, a essa prestimosa dádiva, o ouro valioso das vossas fervorosas orações. E nesta nossa despedida deixamos um voto por que continueis conservando esta tradição, de clero modelo, que tanto consola a Santa Igreja e honra a nossa classe.

Voltamo-nos agora, para vós prezados Irmãos e Filhos muito amados, para dar-vos uma palavra sobre a nossa missão, cujo escopo é a vossa felicidade. Esta, todavia, não se alcança sem se conhecer, amar e servir a Nosso Senhor Jesus Cristo. *Esse cum Jesu, dulcis paradisus.* (II Imít. VIII. 2)

* * *

A gestão de uma Diocese, por mais modesta que seja ela, reclama o desenvolvimento e a solução de tão graves e variados problemas, maxime, quando apenas inaugurada, que bem difícil seria para o seu novo Bispo apresentar de logo um programa a executar. No entanto, por mais variadas que sejam as disposições ambienciais, por mais diferentes as possibilidades locais, o estado moral, cultural e religioso de um povo, outra não pede ser a missão do Bispo, sinão a mesma de Nosso Senhor Jesus Cristo, de quem é ele enviado. "*Como Meu Pai me enviou assim também eu vos envio a vós*" (Jo. XX, 22-23).

Não trazemos, pois, novidades. Vimos apenas trabalhar entre vós e convosco, para que cumprindo-se a missão de Cristo, nesta Diocese, venham para ela abundantes frutos de salvação. E para isto, com o auxílio de Deus, procuraremos realizar a palavra de S. Bernardo, que bem sintetisa a missão do Bispo: *Pasee ore, pasee labore, pasee mente.* Doutrina, trabalho e oração.

No início de sua missão Cristo se apresentou logo como o mensageiro da paz. *Gloria a Deus nas alturas e paz na terra aos homens.* — foram as palavras com que o anjo anunciou o aparecimento de Cristo na terra (Luc. II. 14).

E foi realmente o príncipe da paz. Não desta paz mentirosa que se funda e se firma na satisfação dos sentidos, mas desta paz que o mundo perdera, quando se apagaram as estrelas do céu e o homem tateou nas densas trevas com que o pecado cobrira a terra.

Seja, portanto, a nossa primeira palavra, na execução do mandato que vimos exercer entre vós, como vosso primeiro Bispo, esta que tiramos do íntimo d'alma, e que desejamos portadora de muita consolação e alegria: *a paz seja convosco.*

E quanto prazer sentimos em poder vos dirigir esta saudação, quando na velha e culta Europa, grande parte do rebanho de Nosso Senhor Jesus Cristo, é açoitado pelo tufão horrível da guerra, arrancando, como muito bem disse o Santo Padre, uns restos de bem estar, de que ainda dispunham, e mergulhando-os num abismo de sofrimentos.

Mas, a paz que nos trouxe Nosso Senhor Jesus Cristo, e que vos desejamos, é distribuída à proporção que O possuimos.

A medida que a sua doutrina se difunde, a luz vai penetrando nas almas; um clarão celestial vai abrindo as cortinas da eternidade, deixando que

o homem veja as riquezas do sobrenatural, enquanto diminuem e se desvalorizam, aos seus olhos, as cousas terrenas, que nunca poderam lhe dar uma paz e felicidade perfeitas.

E enquanto assim a intelligencia se satisfaz no conhecimento da verdade, o coração vai, tambem, se erguendo do charco dos vicios, para experimentar as delicias decorrentes de uma moral sadia, perdendo a inquietude que o atormentava, nesses dias de vida sem Deus.

Emfim, possuiremos a paz quando amarmos e, pontualmente, observarmos a lei do Senhor. "*Pax multa diligentibus legem tuam.* (Po. c XVIII, 165).

*

Nosso Senhor Jesus Cristo, é pois, prezados Irmãos e Filhos diletísimos, a maior necessidade para os tempos que correm, como sempre o foi em todas as épocas.

Parecia que aqueles gemidos e lamentações de Israel, num longo periodo de quatro mil anos, aguardando a vinda do Messias, deveriam ter-se extinto com os fulgores do Natal, aos canticos do anjo annunciando a vinda do Redentor. No entanto "*in propria veni, et sui eum non receperunt*". *Veio para o que era seu, mas os seus não o receberam.* (Jo. I. II).

Para quem chega no cenario do mundo, na hora presente, fica aturrido ao ver este contraste irritante, que pede uma explicação: Tanta luz e tantas trevas; tanta força e tanta fraqueza; tanto progresso e tanto atraso; tanta riqueza e tanta pobreza; tanta alegria e tanto sofrimento.

Tudo sob o dominio do homem — a terra, o mar, os ares, parecendo que nunca o homem foi tão rei da criação, quanto agora. No entanto, nota-se que não é feliz. Grande desasossego o domina.

Que lhe falta então?! Falta-lhe Cristo. Enquanto se aprofunda em quasi todos os conhecimentos, despreza o estudo de Cristo, em quem está a solução de todos os problemas da vida present e futura. E assim a humanidade, apesar do progresso que ostenta, debate-se, atonita, sem saida para as questões vitais.

De admiração se tomaram os Reis Magos quando em Jerusalém verificaram que governo e povo ignoravam a presença de Cristo na terra. E que dizer de uma sociedade, que vive ignorando Cristo, depois de quasi vinte seculos de sua vinda ao mundo? Com menos conhecimentos scientificos e sem o conforto trazido pelas descobertas e invenções modernas, muito mais felizes viviam, no entanto, os primeiros cristãos. E que melhormente conheciam Jesus Cristo.

NELE tinham a fortaleza sem as armas, a riqueza sem o ouro, a sabedoria sem a ciencia, a alegria sem o mundo.

Sabiam que Cristo nos foi dado para que Ele fosse tudo para nós (I Cor. I, 30); Alfa e omega (Apoc. XXII, 13).

Entretanto Deus não mudou. E' o mesmo coração amoroso, o mesmo Deus Onipotente, pronto a derramar torrentes de graças, tão abundantes quantas necessarias forem, para felicidade do homem.

Se queremos, pois, que o mundo volte a ter paz e felicidade demos-lhe Nosso Senhor Jesus Cristo.

À FAMILIA

E' na familia onde se faz sentir mais a falta de Cristo.

Sendo ela base da sociedade, si não é constituida em Cristo e por Cristo, não lhe oferecerá a segurança de que ela precisa.

Consultado um dia Napoleão, quando deveria começar a educação da criança, respondeu: cem anos antes do seu nascimento. Perfeitamente. Os esposos precisam receber uma formação à altura de sua missão.

Uma formação. Porque não é tanto da illustração da intelligencia que vai depender a felicidade do lar, sinão da formação do coração, da vontade, do carater dos esposos. E a experiencia tem sobejamente mostrado, que só na escola de Cristo se consegue esta formação. Só Ele pode dar este amor verdadeiro, que funde duas almas em uma só alma (Mat XIX, 4-6); completando-se ellas nas deficiencias da intelligencia e do coração, e perdoadando-se nos disturbios do genio e do temperamento. Eis porque o Apostolo diz que o casamento é grande, mas em Cristo e na Igreja (Ef. 33).

Vem a civilização moderna e a familia sofre as consequencias mais tristes. Estacela-se o lar. A esposa e mãe deixa o lar onde tem o seu trono de rainha e passa para as avenidas, para as fabricas, para os empregos, acompanhadas, talvez, das filhas que já não encontram, em casa, atrativos nos trabalhos domesticos. Atitudes estas, a que geralmente são levadas pela presença das contingencias pecuniarias, mas que tambem têm a sua explicação, nas exigencias de uma sociedade paganizada, a quem a todo custo querem servir.

Não exagerou, portanto, um autor quando disse que a mulher, trabalhando fora do lar, não pode cuidar de sua missão de esposa e de mãe. E faltando ella aos deveres desta sublime missão, a felicidade do lar não é mais possivel.

Urge, portanto, que Nosso Senhor Jesus Cristo, volte ao seio das familias, na observancia das suas leis e na recepção de seus sacramentos.

E se preciso fôr de um milagre para que não falte o necessario, a um viver honesto, Cristo o fará. E' o mesmo Jesus que com cinco pães e dois peixes alimentava cinco mil pessoas. (Mat. 14, 19).

Confiemos na providencia divina.

À CRIANÇA

Como fim primordial do casamento vem a procreação, e o filho é o premio deste amor.

Deus que comunicou ao homem esse poder, só a Ele reservado, mostrou um carinho todo especial pela criança, em todo decurso de sua vida terrestre. Apresentando-se ao mundo foi esta a forma que preferiu, nascendo de uma virgem. E foi sempre uma de suas principais occupações guardar a criança em sua innocencia e candura. Com ameaças e promessas advogou a sua causa "*Melhor seria, para quem escandalizasse uma criança, que lhe ligassem ao pescoço uma pedra e submergissem no mar*" (Mat. XVIII, 6).

Aos discipulos observa-lhes que não impeçam a vinda das crianças a Ele, "*Deixae-as vir a miri*" (Luc. XVIII, 16).

Fez mais. Constituiu-a modelo para todos os que desejassem a posse da felicidade eterna. Todo aquele que não receber o reino de Deus como uma criança, nele não entrará (Mar. X, 15).

Assim fazendo mostrou Nosso Senhor, de um modo bem pateate, o valor da criança, e, consequentemente, o cuidado e a atenção que lhe são devidas.

Objeto de desvelo, merecendo a vigilancia dos governos e dos homens de responsabilidade, tem sido a criança, a quem pretendem dar o melhor dos seus cuidados, o mais delicado dos seus carinhos e a mais eficiente de suas ações.

Mas, é preciso que se diga, deixaram Cristo à margem. E por isto é que com todo esse cuidado, todo esse desvelo, não conseguem ocultar o grande desprezo que lhe movem.

Antes do seu nascimento já lhe fazem guerra, não consentindo que venha à vida, embora para isto, infrinjam os pais desumanos a lei divina, desrespeitando a dignidade e santidade do matrimonio, dando-lhe outra finalidade.

Nascida, não a tomam na sua integridade, composta de corpo e alma.

Querem-na forte e robusta de corpo; pouco ou nenhum cuidado, porém, empregando por fortalece-la na alma.

Dai retardarem-lhe o batismo, pelo qual se faz filha de Deus, incorporando-se à grande família de Jesus Cristo.

Educando-a, são preferidos nos colégios em que mais se cuida do bem estar do corpo que do da alma; e a instrução religiosa, a única que leva o homem a plena expressão de sua personalidade, é relegada para um plano inferior e secundário.

No entanto, a Santa Igreja, pela voz de seus Papas e ministros, clama para que não separem a criança de Jesus Cristo, negando-lhe a instrução religiosa, quando é esta "a mais util para gloria de Deus e salvação das almas." E o Santo Padre Pio X, que assim afirmara, concretiza toda esta doutrina, dando um golpe de morte no jansenismo, mandando que apenas distinga a criança o pão material do espiritual, una-se a Jesus Cristo, na Santa Comunhão.

Que os paes cumpram fielmente este grave dever da instrução religiosa dos filhos, para que possam assegurar a sua salvação, pois, no dizer de Santo Afonso de Ligori, ainda que os paes tenham vida devota, ocupem-se sempre da oração e comunguem todos os dias, não se salvarão se abandonarem a educação cristã de seus filhos.

Auxiliemos-lhes, Carissimos Irmãos e Filhos diletos, nesta tarefa tão santa, que aliás, constitue tambem para nós obrigação grave, de vez que o ensino do catecismo é a maior necessidade espiritual do Brasil.

Interessemos nesta cruzada bendita todos aqueles que exercem profissão de ensinar.

Ao professorado público e particular chegue este Nosso apêlo, para que capacitando-se dos progressos pedagógicos, no ensino religioso, deem às aulas de catecismo, não só o tempo de que necessitam, mas, sobretudo, uma feição prática, de modo que possam interessar a criança no conhecimento da Religião.

Em vão trabalharemos por um Brasil grande, forte, unido sinão dermos à criança de hoje uma formação religiosa mais ampla e mais perfeita, com a qual possa ela, no futuro, constituir-se verdadeira atalaja na defeza das nossas tradições cristãs, onde repousam a gloria, a segurança e a salvação de nossa Patria.

Á JUVENTUDE

Chegamos, então, a uma das fases mais difíceis da vida do homem.

Completa transformação se opera em todo o seu sêr. O físico e o moral sofrem uma forte crise. Rebelam-se os sentidos, negando obediência à razão. Vãos incertos e sem rumo ensaia a imaginação. Uma ansia insaciável de um mundo desconhecido atormenta a inteligência. E' a encruzilhada perigosa. E' o mistério de que nos fala a Sagrada Escritura, no livro dos Proverbios (30, 18-20), quando citando tres cousas difíceis de se entender na vida, acrescenta uma quarta que é de todo misteriosa—o caminho do homem na adolescencia. E' ele, portanto, nesta fase, um barco que reclama habil piloto, para que possa atravessar incólume o oceano proceloso da vida. Mas, com tristeza, verifica-se, neste sentido, uma confusão desconcertante e dolorosa.

O homem não é tomado no seu conjunto todo.

Aí estão os mentores do homem-natureza, do homem-inteligencia, do homem-vontade, do homem-libido, merecendo esta desespiritualização do mundo moderno, a crítica severa de Daniel Raps, no seu livro—*Le Monde sans âme*.

Para a intelligencia dão lhe guias, cuja visão não vae além das leis biológicas; para o coração leis sem sanção divina; para os sentidos o prazer sem limites.

E' neste ambiente de doutrina falida e de moral leiga que vae o jovem iniciar, sem Cristo, a jornada aavez da vida.

Cumpre-nos, pois, Carissimos Irmãos e Filhos muito amados, trabalhar afim de que suas intelligencias iluminem-se nos clarões do Santo Evangelho, com conhecimentos mais perfeitos da doutrina cristã.

Guarda da innocencia da creança, Jesus Cristo será tambem o protetor da juventude.

Só Ele poderá acalmar as tempestades do coração; dissipar as trevas da intelligencia e domar as rebeldias dos sentidos, nesta quadra que, com justiça, é chamada a idade ingrata.

Somente Ele poderá sêr o modelo da juventude, para que nela brilhem as virtudes que lhe são indispensaveis: A obediencia, o amor ao trabalho, a pureza, a humildade, a constancia, o amor à Patria.

OBEDIENCIA—O espirito de revolta não encontrará acolhimento no moço cristão. Contemplando o seu modelo o vê em perfeita obediencia a José e Maria. *Et erat subditus illis* (Luc. 2, 51). E esta obediencia, gerando nele o espirito de disciplina, lhe dará credenciais para o desempenho de missões importantes.

AMOR AO TRABALHO—Capacitada de que quasi infinitos são os seus direitos e nulas as suas obrigações, a mocidade mais se entrega aos passatempos que ao trabalho, prejudicando assim o seu futuro, que fica exclusivamente aos cuidados paternos.

Quando os livros o chamarem para o estudo, as oficinas para o trabalho, o campo para o sey cultivado, volte-se o moço para Cristo e no seu exemplo, em Nazaré, calejando as mãos, na tenda de seu pai, encontrará o estímulo para preencher seus dias de um trabalho honrado, de que jamais se envergonhará.

O suor agora derramado, fecundará sua vida, para desabrochar na velhice em abundante colheita.

PUREZA—Nesta idade a alma do jovem, outrora sereno lago perfumado pelo aroma das virtudes, que desabrocham em flôr, começa a encapellar-se e "não ha adolescente a cujos ouvidos não resõe, mais cedo ou mais tarde, o canto das sereias dos sentidos, cativante, feiticieiro e encantador".

Bem difficil é, pois, para o homem dobrar este cabo das tormentas sem um naufrágio moral.

E' ali na juventude que o oceano das paixões se torna mais bravo.

E o bergantim dourado da infancia, que singrava tranquilamente, ao atingir estas alturas, é sacudido por tempestades tão fortes, que só avivando a sua fé, acordando Cristo na alma, unindo-se a Ele pela oração e recepção dos sacramentos, poderá vencer a tormenta. *Domine, salva nos, perimus.* Senhor, salva-nos, perecemos (Mat. VIII, 25).

Mas, então, como é belo contemplá-lo "de olhos brilhantes como estrelas, de fronte erguida para os céos, demonstrando a vitoria da vontade socorrida por Deus".

HUMILDADE—Sem esta virtude a alma do jovem é náu sem leme, sacudida pelos ventos que sopram de todos os lados: caprichos, egoismo, teimosia, orgulho, sêde de honras.

Com ela, é tempestade, mas que se acalma; é serenidade que difficilmente se altera; é saude sem as perturbações das toxinas do orgulho; e é só imitando a Cristo que ela a conseguirá. *Aprendeí de mim que sou manso e humilde de coração e achareis o repouso de vossas almas.* (Mat. II, 29)

CONSTANCIA—A vida do homem é uma luta, e o campo onde se fere a batalha é a nossa alma.

Para conseguir a vitoria não é sufficiente uma ousadia temeraria, um arrojo sem disciplina, um avanço sem tática.

Ai de quem entra na luta sem a couraça da mortificação, sem a disciplina da oração, sem as luzes da fé.

Luta a mocidade nas trevas, quando é iluminada só com o bruxolear das luzes da razão; combate desorientada, quando segue apenas as regras das conveniencias sociais; se empenha na peleja sem proteção, quando se abroquelou exclusivamente na força humana. Daí as decepções, as derrotas, os desanimos, que muitas vezes levam ao suicidio.

E' indispensavel, pois, que o jovem se apoie em Cristo, e as viciscitudes da vida não o abaterão e firme perseverará no bem.

PATRIOTISMO—Um dos mais belos sentimentos que empolgam a alma do moço é o amor da Pátria.

Com o sangue quente que lhe ferve nas veias lavará, si preciso fôr, a mancha com que o inimigo maculou o solo pátrio.

Com effeito, na juventude está a esperança da Patria, nesses momentos em que se toldam os seus horizontes e ameaça desmoronar-se sob o peso de crises insuperaveis.

Mas, onde buscar a juventude hodierna força para manter bem viva esta chama do patriotismo, quando na escola dos cinemas impúdicos, dos theatros imorais, dos livros desmoralizadores dos jornais impios, das revistas pornográficas, só encontra o micróbio da corrupção da raça, depauperando-a e corrompendo-a!

Em Cristo é que o jovem terá a elevação de pensamento, o despren-

dimento que vai até o heroísmo; o entusiasmo que vai até o martírio. Só na escola de Cristo poderá ele aprender a amar a Pátria, porque só nela este sentimento é puro e nobre.

* * *

Enfim, Caríssimos Irmãos e Filhos dilettissimos; é preciso restaurar tudo em Nosso Senhor Jesus Cristo.

E como fazer ?

A tempestade que se desencadeou, vem, como vimos, solapando todas as camadas sociais.

Em todos os setores encontra-se o germen da dissolução, com mais ou menos desenvolvimento.

A defesa deve ser na altura do ataque; o remédio na proporção do mal.

Eis porque os Santos Padres, particularmente Pio XI, e o atual Pio XII, com uma visão nítida e perfeita do momento que o mundo atravessa, e medindo a gravidade do mal que se alastra, procuram organizar uma defesa eficiente, ou melhor uma ofensiva eficaz.

Apelam não só para o seu clero—soldados sempre em postos avançados, mas para todas as reservas católicas; para todas as camadas sociais, desde a criança nos bancos escolares, até à velhice, no retraimento que a idade lhe impõe; desde a mulher no verdor dos anos, até à mulher com a responsabilidade de um lar, para numa afirmação de fé, com uma organização completa trabalharem na defesa da Fé e da moral, conservando os frutos abençoados que nos legou o sangue de Jesus Cristo; numa palavra, organizam a Ação Católica, que desejamos ver, dentro em breve, fundada e difundida nesta Diocese, garantindo assim a sua grandeza e prosperidade religiosas.

* * *

Traçando Deus o plano da Redenção, teve logo os olhos fixos naquella que deveria ser instrumento necessário para a sua realização — Maria Santíssima,

Do seu consentimento esteve pendente a salvação do mundo. Temeridade, que vale por uma derrota, seria se tentar algo em proveito da salvação, prescindindo da proteção de Maria Santíssima.

E assim é que a esta boa Mãe nos dirigimos ao iniciar o nosso episcopado, entregando-nos a ela e lhe entregando o futuro desta Diocese, que já está sob sua valiosa proteção, como sua Padroeira que é.

Sem a experiencia que é mestra, e sem a ciencia que é luz, lançamo-nos, no entanto, no combate, que bem assim se pode chamar o munos episcopal, com uma confiança absoluta de algum bem podermos fazer para gloria de Deus e bem de vossas almas, pois em Maria Santissima está toda a nossa segurança e desamparado jamais ficou quem confia nesta boa Mãe.

Nesta hora de profundas apreensões, para todo o Universo; dirige os destinos da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo, a figura impressionante e inconfundível do atual Pontífice, o Papa Pio XII

Ao Santo Padre, pois, a nossa primeira saudação, que encerra um ato de incondicional obediência e sincera submissão.

Representante da Santa Sé, em nosso querido Brasil, está sua Excia. Revma. o Sr. Nuncio Apostólico, D. Bento Aloisio Masella, cujo zelo apostólico está confirmado por inúmeras obras.

À sua Excia. as nossas homenagens de par com a nossa profunda admiração e reconhecido agradecimento.

À sua Eminência o Sr. Cardeal D. Sebasuao Leme da Silveira Cintra, cuja púrpura não só enobrecce a nossa Pátria, mas a toda a Igreja, o nosso tributo de respeito.

Guardamos para o clero desta Diocese a nossa benção mais preciosa e a mais especial saudação, porque nele está a nossa esperança e a nossa glória.

Vindo de um paróquio de vinte e cinco anos, trazemos-lhe não só a autoridade de superior, mas um coração de pai e de amigo.

E' com ele que esperamos realizar o que a Divina Providencia pede de nossa gestão.

Com ele queremos dividir os louros da vitória, ou unidos trilharmos o caminho do calvário, bebendo juntos o cálice dos trabalhos, das fadigas, dos sofrimentos.

Deste clero destacamos, para trazer-lhe o nosso sincero agradecimento, pelos serviços prestados à Diocese, o nosso Vigário Geral, Mons. Otávio de Alencar Santiago, que se tem multiplicado em relevantes trabalhos em prol da nossa Diocese.

Esperança da Igreja, e, particularmente, desta Diocese, os nossos caros seminaristas, recebam a nossa benção, portadora de votos pelo seu progresso nas ciências e na virtude.

A geração que se levanta interrogando e prescrutando o futuro, pedindo timoneiros para a jornada em demanda da eternidade, tem suas vistas viradas para essas sementeiras sacerdotais—os seminários. Preparai-vos, para mais tarde, correspondendo à grande graça da vossa vocação, satisfazer as esperanças do nosso Brasil, que toda está no seu clero.

Com carinho saudamos as associações piás da Diocese, nas quais temos o termómetro que marca o grão da piedade de um povo.

Neste século, de paganismo renascente, de valor imenso é o trabalho dessas associações, em levando ao entoxicado organismo social, o antídoto da virtude.

A estes anjos de bondade e abnegação—as religiosas que grandemente auxiliam no trabalho da santificação das almas, nossa benção afetuosa, pedindo a Deus as multiplique nesta Diocese, que muito espera de suas fecundas obras.

Saudamos e abençoamos com toda a efusão dalma as familias desta Diocese, nas quais repousam ainda as reservas de fé suficientes para dar-lhes a felicidade.

E' de justiça que tragamos uma saudação particular á esforçada Comissão Pró Bispado, da qual, não só admiramos o dinamismo, como louvamos a dedicação nesta cruzada de fé e patriotismo.

* * *

Ao Exmo. Sr. Interventor Federal e seus dignos Secretários de Estado, às demais autoridades federais e estaduais atenciosos cumprimentos e votos de felicidade.

Ao Sr. Prefeito de Limoeiro, e, ainda, aos dos municipios componentes desta Diocese, nossa saudação, almejando, a estas comunas, toda sorte de prosperidades.

Enfim, com o coração nas mãos, saudamos, paternalmente, a todos os nossos diocesanos. E como testemunho do grande amor que lhes queremos, voltamo-nos, confiantes, para Aquele que deu aos fracos a fortaleza de seu corpo "*dedit fragilibus corporis ferculum*" e pedimos que abrindo os tesouros infinitos de sua liberalidade, deixe cair sobre vós, sobre vossos campos, vossos trabalhos, vossas emprêsas, as suas mais ricas e fecundas benções.

A bençam de Deus Onipotente, Pai e Filho e Espirito Santo desça sobre todos vós e convosco permaneça para sempre.

Esta nossa primeira Carta Pastoral, será lida à estação da missa corventual, em todas as matrizes e capelas públicas desta Diocese.

Dada e passada nesta cidade de Limoeiro, sob o nosso sinal e selo de nossas armas, aos 29 de Setembro de 1940, festa da Dedicção de S. Miguel Arcangelo, aniversario da creação da Diocese de Limoeiro e dia da nossa sagração.

† *Auréliano*, BISPO DE LIMOEIRO



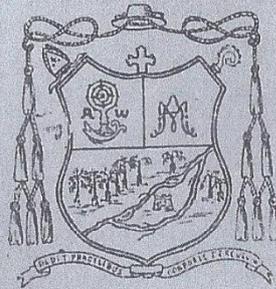
CARTA PASTORAL

DE

D. Aureliano Matos

BISPO DE LIMOEIRO

Pedindo aos seus Diocesanos auxilio para construção
do Seminário.



LIVRARIA HUMBERTO
Rua Major Facundo N. 390
FORTALEZA—CEARÁ
1941

**D. Aureliano Matos, por mercê de Deus e da
Santa Sé Apostólica, Bispo de Limoeiro.**

Ao Revmo. Clero e Fieis da Diocese de Limoeiro, saudação, paz
e benção em Nosso Senhor Jesus Cristo

Veneraveis Irmãos e Filhos diletissimos.

Não é sem grande satisfação que nos dirigimos a vós, pelas presentes letras, para vos dizer que pretendemos, dentro em breve, dar início a concretização daquele veemente desejo que nutrimos com carinho e que constitue, para todos nós, um grave, porém aprazível dever—a construção do nosso Seminario.

Incumbida de difundir o Reino de Cristo, a Santa Igreja faz cair, por tôda a parte, sementes de instituições que contribuam para o triunfo de Cristo sôbre a terra.

São estas instituições as trincheiras de defesa da Fé e da Moral, e donde partem os ataques mais cerrados e efficientes contra os erros propagados pelos inimigos de Cristo e de sua Igreja.

Neste trabalho gigantesco, que antes poderíamos chamar imensa batalha, pois é uma luta que se trava, de lança em riste, enfrentando inimigos poderosos, a Santa Igreja divide, quanto possivel, o campo de suas atividades, para tornar mais pronta e eficaz a sua ação regeneradora.

Daí a multiplicação das Dioceses e, com estas, a dos estabelecimentos que se destinam á difusão do Reino de Cristo. Sabendo que, em um prélio tão intenso, de proporções tão vastas e duradouras, nulos seriam os seus esforços se não desse capitães adestrados, competentes e bravos para chefiar os seus exércitos de milhões de cristãos distribuidos em todos os quadrantes da terra, a principal preocupação da Igreja é, pois, a fundação de Seminários, em tôdas as Dioceses de vez que são elles quartéis de formação dos officiais da milicia do Senhor.

Assim é que, quando a zona jaguaribana foi agraciada com uma Diocese, recebeu não só as vantagens daí decorrentes, mas ainda, as obrigações que lhe são inerentes, assumindo, embora tacitamente, um compromisso para com elas.

Creando a Diocese de Limoeiro, pela Bula "*Ad Dominicum*" impôs, logo, o Santo Padre Pio XI a fundação do seu Seminário.

Eis, pois, Prezados Irmãos e Filhos mui diletos, uma obrigação urgente a cumprir, um compromisso a satisfazer.

* * *

A criação de uma Diocese contribue grandemente para a felicidade de um povo, já pelo aumento da Fé e da Piedade, que ela favorece, já pelo surgir de obras que concorrem para esta felicidade ou, mesmo, são a causa eficiente dela.

Empenhado no engrandecimento religioso e social desta Diocese, que empreendimento merecia mais o nosso desvêlo do que a construção do seu Seminário, atentas a sua importância e a sua necessidade!

IMPORTÂNCIA. Facilmente se vê a importância desta obra inquirindo qual seja a sua finalidade.

Se para a criação do homem não precisou Deus do seu concurso, o mesmo não se deu quando tratou da sua redenção.

Quiz Deus interessá-lo nesta grandiosa obra, pedindo a sua cooperação.

Doze foram os primeiros convidados para o sublime mister de propagar o reino de Cristo, aplicando os frutos da Redenção. Missão esta que deveria estender-se a todo o orbe—ide, pois, e ensinae tôdas as nações,—e durar até o fim dos tempos—Eu estarei convosco até o fim do mundo. (Mat. 28, 19—20).

Necessario se fazia, portanto, que trabalhasse o homem com Cristo na redenção do mundo. *Sicut misit me Pater, et ego mitto vos* (Jo. 20, 21—23).

Para lhe confiar, porém, esta missão tão importante, o Divino Mestre prepara-o, antes, num santo noviciado de alguns anos, o que, aliás, constituiu a sua ocupação capital, nos três anos de sua vida pública. Instrue-o pela palavra e pelo exemplo. Comunicando-lhe o Espirito Santo, ilumina-lhe a inteligência, fortifica-lhe a vontade e santi-

fica-lhe o coração. (Jo. 16, 13—15). E, sómente depois de assim formado, encarrega-o da conquista do mundo para Deus.

A empresa era demasiado grande para as forças do homem. Precisava êle divinizar-se, primeiramente, para poder executá-la, o que só conseguiria com o sacerdócio, pois, como diz santo Ambrosio—*quis sacerdotem dicit, divinum prorsus insinuat virum*. Com efeito, é revestido desta alta dignidade que se torna êle outro Cristo. *Sacerdos alter Christus*.

Daqui a sublimidade do sacerdócio.

Daqui a necessidade de preparação para recebê-lo.

Daqui o cuidado da Santa Igreja para com os que a êle se destinam, tomando-os desde a infância, como delicadas plantinhas, que começavam a desenvolver-se nos mimosos jardins dos lares cristãos, transplantando-os em seus vergeis, afim de que, amparados contra as tempestades das paixões mundanas, e guardados do calor crestante das soalheiras da impiedade, possam crescer viçosas, orvalhadas pelas benções do céu, que alí cáem, constantemente, como em perene primavera.

Êste trabalho maravilhoso de formação, de transformação, de divinisação só se opéra nestas comeias divinas—os Seminários.

Que obra, pois, mais importante do que esta, Caríssimos Irmãos e Filhos muito amados, poderia ser realizada nesta Diocese, se o Seminário é a oficina, onde se fazem estas poderosas alavancas com que se ergue o mundo dos abismos das misérias morais e o mantem em um plano mais elevado—tal é o poder do Padre e a sua missão; se êle é a escola, onde se preparam êsses operários da vinha do Senhor, e cujo trabalho supera, em muito, ao dos anjos; se é a academia, onde se formam os medicos de nossas almas para curá-las das enfermidades do pecado!

Vale uma Diocese o que vale o seu clero. Vale o seu clero o que vale o seu Seminário.

E esta a obra que engrandece e santifica uma Diocese Eis porque o Santo Padre Pio XI queria que fosse ela "a menina dos olhos de todos quantos têm parcela de autoridade no govêrno da Igreja, constituindo, portanto, objeto principalissimo de seus trabalhos".

Construindo, pois, o seu Seminário, a Diocese de Limeiro terá dado um passo decisivo para o seu progresso social e religioso.

Então, podereis ufanar-vos desta grande conquista—a criação da Diocese,—portadora como é, do germe de grandes e frutuosas realizações, das quaes sobressae, levando vantagem a todas, pela sua importância,—o Seminário.

NECESSIDADE. O sacerdócio exige uma vocação. Não fostes vós quem me escolhestes, mas eu fui quem vos escolhi (Jo. 15, 16). Esta vocação pede um amparo, uma proteção, um incentivo.

Querendo Deus, a salvação de todos os homens, e sendo o sacerdote o instrumento necessario para que ella se verifique, suscita Elle, em abundância, as vocações sacerdotaes.

Se são ellas, actualmente, plantas exóticas nas capitães, nos grandes centros de intensa vida social, é que não encontram, ali, um terreno propicio ao seu desenvolvimento: os cinemas livres, o despudor das modas, os jornaes impios e os neutros, que não são menos nocivos, as revistas e panfletos imoraes, a ancia incontida do gôzo e do prazer, em opposição ao espirito de mortificação, matam não só a vida espiritual presente, mas até o germe de vida espiritual futura.

Oxalá ouçam as familias brasileiras a voz de Deus e retrocedam nesta marcha acelerada de paganização, para que, aos seus filhos não feche, o Senhor, por completo, as portas do seu santuário, com o terrivel anatema de que nos fala o profeta—*Gentes... de quibus praeceperas ne intrarent in ecclesiam tuam* (Thren. 1, 10).

Constrange-nos ver, sobretudo nas classes mais elevadas e cultas da sociedade, que muitos pais e mães de familia, ufanos do titulo de católicas de fé verdadeira, mostrem-se, no entanto, de tal maneira desinteressados pela vocação sacerdotal dos filhos, que nem a incentivem, nem lhe dêem no lar um ambiente favoravel, e cheguem mesmo a combatê-la com engenhosos argumentos.

Esquecem-se de que afastando os filhos da carreira ecclesiastica, fizeram que perdessem elles o rumo de seus destinos; e serão, então, planetas que girarão, sem rota, no firmamento social.

No santuário seriam lustres brilhantes; agora portadores de trevas para as familias, apóstolos de Cristo, levariam por tôda a parte a vida e a salvação; são agora funestos mensageiros de lagrimas e tristezas para a sociedade. E' que eram pedras destinadas por Deus para as elevadas colunas do seu santuario, e que mão sacrilega deslocando-as do seu lugar próprio, fez que rolassem desas-

tradamente, e nestas quedas não pararão senão nas profundezas dos abismos moraes.

Se em vós, pais de familias, não está o poder de lançar na alma de vossos filhos a semente da vocação sacerdotal, de vós, no entanto depende, em parte, o seu desenvolvimento.

O Santo Padre Pio XI faz ver aos seculares católicos "que de nenhum modo participarão melhor da dignidade daquele sacerdócio real, que o principe dos Apóstolos attribue a todo o povo das remidas, do que colaborando para acrescentar as fileiras do clero tanto secular como regular".

Razão, pois, tinha o grande apóstolo da caridade,— São Vicente de Paulo, quando dizia que era impossivel contribuir-se para alguma cousa maior do que para a formação de um bom Padre.

Avivae a vossa fé, e longe de obstardes ao trabalho de Deus na escolha de seus eleitos, sêde, antes, reconhecidos por esta deferencia da Providência Divina, certos de que felizes são aqueles que têm membros de sua familia consagrados ao serviço do Senhor. *Beatus qui habet semen in Sion et domesticos in Jerusalem* (Isaias).

Em compensação ao que se verifica nesses grandes centros, assim transformados em sorvedouros da Fé e da Moral, são nos nossos sertões, abundantes as vocações, porque alí ainda se encontram inocência de vida e simplicidade de costume.

Acontece, porém, que bem poucas são as cultivadas. Ora despontam em corações inocentes, mas por faltar-lhes o incentivo enfraquecem e morrem; ora crescem em meio dos espinhos dos vícios, e não havendo a mão do habil jardineiro para desafogá-las, arrancando, em tempo, essaservas daninhas, perecem fatalmente. E' o Seminário, pois, que vae amparar estas vocações. Alí é que irão elas firmar-se, fortificar-se, recebendo, todos os dias, nova vida.

Alí se encontram os dedicados e peritos horticultores que, num trabalho consciencioso e prolongado, conseguem robustecê-las até que tenham o seu coroamento no sacerdócio.

Sem Seminários, não teremos sacerdotes segundo o coração de Deus.

Quando em remotas épocas a formação do clero se fazia prescindindo dêste cadinho, onde se apura o ouro da verdadeira vocação sacerdotal, sofreu a Santa Igreja as consequências perniciosas da ausencia dêste estabelecimento. E assim é que o Concilio de Trento, apressando-se

em sanar esta grande lacuna, decreta que cada Diocese deve fundar, quanto antes, o seu Seminário para a formação intelectual e moral dos jovens, e é o que ordena o Direito Canonico. (Can. 1354 § 1).

Tão sentida era essa lacuna que êste decreto, considerado como um dos principaes resultados do Concilio, produziu um movimento consolador, em quase toda a Europa, concernentemente á fundação de Seminários. Eram ensaios, apenas, de organização dêsses estabelecimentos.

Dois vultos, porém, eminentes em saber a piedade—São Vicente de Paulo e M. Olier,—que viviam em contacto com o clero, sentindo a necessidade dos Seminários para a formação dêste, deram a essa obra tôda a luz de suas inteligências esclarecidas, todo o fervor de sua grande piedade, tôda a energia de suas vontades e conseguiram assentar, definitivamente, as bases dêste movimento regenerador. A estes dois eminentes sacerdotes devemos, pois, a mais rapida concretização desta vontade da Santa Igreja —a fundação dos Seminários.

Se o sacerdócio exige uma vocação, o exercicio do mesmo requer grande reserva de virtudes eminentes e um vasto cabedal de conhecimentos. Está o Padre destinado a ser o sal da terra e a luz do mundo. *Vos estis sal terræ... Vos estis lux mundi.* (Mat. 5, 13—14).

São Paulo escrevendo a Timoteo e a Tito, mostra-lhes esta necessidade com palavras incisivas—*Exemplum esto fidelium in verbo, in conversatione, in charitate, in fide, in castitate.* Já lhe não bastam virtudes comuns, mas eminentes,—*perfecti in virtute esse debent*, diz Santo Tomas. Em uma palavra, precisa de santidade para si e para os outros: a santidade do Padre interessa não só a êle, mas ainda ao povo. *Forma facti gregis* (I. Pet. 5, 3).

Se a validade de seus atos, no ministerio sacerdotal, não está dependente de sua santidade, á ela, porém, ligase, em parte, a eficacia dessas ações. ... *quod si sal evanuerit, in quo salietue!*

Mais que a dignidade, a sua virtude abre caminho até os corações que sangram ralados pelos sofrimentos fisicos ou moraes, para levar-lhes umas gotas do balsamo consolador, que só a Religião fornece. E quando tenta escalar os palacios, onde abundam os bens temporaes e escasseiam os espirituaes, para deixar alí, em meio das riquezas, um obulo de paz, que se não compra com o ouro, é ainda a virtude mais poderosa que a dignidade, para lhe dar franco acesso.

Esta santidade, porém, é um edifício que se levanta se m base solida, nem se constroe açodadamente.

O sacramento da Ordem não destroe a natureza, tornando o sacerdote impecavel. De chôfre não se opéra esta transformação.

O fundamento dêste edificio da santidade sacerdotal é construido ainda no Seminário.

Os meios de perfeição, assim internos como externos, são alí aproveitados mais e eficazmente: o desejo da perfeição, o conhecimento de Deus, a conformidade com a vontade divina, a ovação são cultivados com esmerado cuidado. Sob a orientação de diretores abalizados e piedosos, com um regulamento que controla o homem no seu todo, em um ambiente onde se respira a piedade, e ao influxo de ensinamentos que levam ao conhecimento da doutrina e exemplos dos Santos, concitando a imitá-los, a santidade aprofunda as suas raizes no coração sacerdotal.

Ai! daqueles que adiam a sua santificação para quando já elevados ao sacerdócio. São virgens loucas que tardiamente, talvez, procuram o oleo da virtude para as lampadas apagadas de suas almas.

Vão arquitetar um edificio em meio da tempestade. Não é o adiantado da idade que se lamenta, mas a não correspondência á graça no tempo oportuno.

Só no Seminário se encontra um ambiente próprio para a formação da alma sacerdotal. Daí a sua absoluta necessidade.

* * *

O Padre é a luz do mundo.

De trevas está coberta a terra, porque a luz com que os seus governantes pretendem iluminá-la não vem do alto. Tão fraca é que não consegue aclarar um passo a frente na vida do homem.

Apesar do progresso verificado em todos os setores da atividade humana, permanece o homem sem a luz de que necessita para a solução dos problemas mesmo terrestres; e, destinado á eternidade, precisa êle de luz fortissima que projete clarões além da vida presente. E esta luz é a que se irradia das páginas do Evangelho, que deve ser pregado pelo Sacerdote a todos os povos. Ide e ensinae tôdas as nações. (Mat. 28, 19)

Portador de uma missão tão importante, o Padre precisa dedicar-se ao estudo, o que nunca fará se não tiver adquirido o bom hábito dos livros.

Que estabelecimento mais idôneo para lhe ministrar os conhecimentos de que carece, tanto científicos como religiosos, do que o Seminário—casa apropriada para o aprovisionamento do oleo da doutrina e da ciência sagrada, como muito bem dizia o grande Bispo de Meaux.

Ernesto Helo dizia, com justa razão, que a sociedade atual se caracteriza por duas coisas: curiosidade e precipitação—grandes inimigos, aliás, do estudo, quando em concomitância. Com a curiosidade tudo se quer saber, mas com a precipitação nada se aprofunda. Daí, em parte, a superficialidade, dos estudos em nossos estabelecimentos de ensino que primam pela vastidão de seus programas, carecendo, no entanto, de tempo para abrangê-los.

Com justiça se pode dizer que dêesses empecilhos estão isentos os Seminários. O aluno ali tem o seu tempo menos dividido, porque reservado só para os livros e os necessários exercicios de piedade. E, assim, com menos pressa, pode entregar-se aos seus estudos, colhendo maior proveito dêles. O Seminário é, pois, a casa onde se estuda e se aprende a estudar.

* * *

Se a consideração das necessidades espirituas e sociaes da humanidade em geral, por todos os países, nos mostra claramente a importância e a carência dos Seminários, estas avultam aos nossos olhos de brasileiros, quando contemplamos a nossa querida Pátria.

Alguem já disse, apoiado em segura observação, que um país é o que são os seus sacerdotes numerica e qualitativamente.

Assim, precisamos de um clero numeroso e santo para fazer a felicidade deste Brasil imenso.

Apoiado no sacerdote católico, ensaiou êle os seus primeiros passos; seguindo as lições do Evangelho, cresceu, tornou-se forte; guardando as suas tradições cristãs, garantirá o seu futuro.

Mas não teremos êsses indispensáveis obreiros da grandeza de nossa Pátria sem dotá-la de Seminários.

Tendo o Brasil uma missão grandiosa a desempenhar no continente americano e, quiçá, fóra dêle, deve guardar, proteger, multiplicar as fontes de sua vitalidade, sendo as principaes essas instituições donde tira luz para iluminá-lo, quando espêssas sombras procuram envolvê-lo; fortaleza para se não abater diante das ameaças das revoluções internas, nem das imposições dos magnatas ambiciosos que senham lucupletar-se com a pátria dos outros.

E que instituição mais apta para favorecer, neste sentido, a grandeza, a prosperidade de nossa querida Pátria do que os Seminários, onde se formam os defensores da paz, da ordem, do respeito ás leis, ás autoridades, como ministros que são de uma Religião, cujo fundador se annunciou pregando a paz, e doutrinou, mandando dar a Cesar o que é de Cesar.

Efetivamente, se um grande genio afirmava, após um cataclisma politico, que para a França se reconstituir devia o sacerdote ser o objeto principal dos pensamentos da sociedade, com mais razão poderemos dizer que, para conservar a patria brasileira sempre em marcha progressiva no bem, necessario se torna que o sacerdote não se divorcie da sociedade, que tudo espera de seu insubstituivel concurso.

Pelo exposto vimos que a instituição dos Seminários constitue, para cada Diocese, a sua principal obrigação.

Urge, pois, Carissimos Irmãos e Filhos muito amados, que iniciemos, quanto antes, a construção do nosso, que em virtude do que determina o Decreto 457 do Concilio Plenário Brasileiro, será apenas Seminário menor, completando os alunos os seus estudos no Seminário Provincial de Fortaleza.

Assim, vimos fazer um apêlo a todos os nossos queridos diocesanos.

Como nós, conheceis perfeitamente as grandes necessidades desta Diocese. Procurando solucioná-las, em parte, já iniciamos, e vão bem adiantados, os trabalhos do Ginasio Diocesano, que virá preencher uma lacuna na instrução da zona jaguaribana.

Com este estabelecimento queremos intensificar, em nossa Diocese, a percepção ruralista, retardando o mais possivel, o exôdo da mocidade masculina para as capitaes, aonde vão buscar luz, porém, onde, muitas vezes, queimam apenas as azas, como mariposas, nas chamas do vicio ali mais difundido.

Para a edificação do Ginasio, a Diocese pretende haver-se sem apelar para a vossa caridade.

Para o Seminário, porém, torna-se necessario que todos—ricos e pobres, homens e mulheres venham trazer a sua pedra.

E' preciso que as gerações futuras não só enalteçam os ventres maternos que deram santos sacerdotes, para trabalharem na sua salvação, delas,—*beatus venter qui te portavit*,—mas celebram também a generosidade dêstes a

quem Deus favoreceu com os seus bens, e que agradecidos retribuem ao Senhor as suas benemerencias. *Quid retribuam Domino, pro omnibus quae retribuit mihi!*

O Seminário não pertencerá á cidade de Limoeiro, mas á Diocese de Limoeiro. E' preciso que todos venham em seu auxilio.

Movimente-se tôda a zona jaguaribana num atestado de fé e patriotismo, para a realização desta obra, que se levantará no vale do Jaguaribe, mais promissora que os vossos extensos carnaúbaes, e da qual recolhereis a cera preciosa da ciência e da virtude para os vossos filhos, deixando-lhes esta herança, que os tornará ricos para a vida presente, com o ouro do saber e da virtude, e ricos para o céu, pois alí se preparam os eleitos do Senhor.

Este trabalho dará ensejo a que testemunheis, mais uma vez, o vosso profundo sentimento religioso e a vossa grande generosidade.

Não se interessando vós pelos Seminários, não mostrareis, também, interêsse pelo clero, pela Religião, pela própria salvação.

Sem Seminário não há clero, sem clero não há Religião, sem religião não há salvação.

Reconhecendo esta profunda verdade, reclamais a presença do Padre em todos os setores da vida social e religiosa: na direção das Paroquias, onde a sua ausencia provoca o balir constante das ovelhas reclamando o pastor; na pregação da palavra divina, para que acorde sempre nas almas o desejo do céu; na instrução religiosa e científica das crianças, e nele depositais tôda a confiança; na fundação e desenvolvimento das boas obras, se outra não é a sua missão que difundir o bem, a exemplo do Divino Mestre. *Qui pertransit bene facieodo* (At. 10, 38).

Mas, se todos vós sentis a necessidade do Padre, deveis sentir igualmente a necessidade dos Seminários, onde se fazem os ministros de Deus, e contribuir para esta obra, "a fim de que não vos torneis culpados de a Igreja não fazer o bem que poderia fazer".

Não seríamos, porem, justo se duvidassemos da vossa generosidade, por que já conhecemos a vossa boa vontade, e dela nos gloriamos, como o Apóstolo, escrevendo aos Corintios (II Cor. 9, 2).

Mas, com o mesmo Apóstolo dizemos: Aquele que semeia pouco, também ceifará pouco, e aquele que semeia em abundância, também ceifará em abuddância. (II Cor. 9, 6).

Contribuindo para êste trabalho, lembremo-nos de que

todos os bens, de que dispomos, pertencem a Deus, e, portanto, devemos contribuir para as suas obras com satisfação e não com tristeza, porque Ele ama o que dá com alegria (II Cor. 9, 7). Aliás, assim fazendo, estamos agradecendo a sua infinita Misericórdia que extinguiu, de vez, o flagelo maldito da malária, quando por entre atrozes angústias e amargurados prantos de aflição esvaiam-se as esperanças de vê-lo debelado, enviando-nos, em seguida, anos de bonança, pondo-nos, assim, em condições de antes dar do que pedir, o que é uma grande dita, pois, na linguagem das letras sagradas, maior ventura é dar que receber. (At. 20, 35)

Fazendo este apêlo aos nossos diocesanos, queremos torná-lo extensivo a todos os filhos desta Diocese, que por ventura, dela se achem ausentes, bem como aos generosos amigos dêste mimoso rincão cearense.

E' uma obra de fé e de patriotismo a que se vae construir, e que deve receber o testemunho do amor e da amizade mantidas a esta terra, que por certo, desejam ver prospera e feliz.

Concitando nossos diocesanos a êste movimento em prol do nosso Seminário, não devemos deixar de encarar, de um modo especial, o concurso da mulher cristã desta Diocese.

Desde os albores do cristianismo, até os nossos dias, encontramos a mulher cristã emprestando ás obras fundadas pela Igreja, não só o prestigio de sua posição social, o entusiasmo de sua fé mais viva, a dedicação mais desinteressada, porém, ainda dando os seus próprios haveres.

Ao Divino Mestre acompanhavam, prestando relevantes serviços, e sentindo-se felizes em pôr os seus cabeadaes para o triunfo do reino de Cristo.

Este edificio, porém, a se contruir nesta Diocese, fallhes diretamente ao coração.

A exemplo de Salomé, mãe de Tiago e de João, que dando expansão á generosidade de sua alma, oferecia a Jesus não só os "belos florões de seu amor juvenil", mas entregava-se, ainda, ao serviço do Senhor, consagrando-Lhe seus haveres, deveis, também vós, mães cristãs, não sómente dar os vossos filhos para o serviço dos altares, como Ministros de Deus, mas ainda, deveis vir com vossos esforços, com vossos donativos auxiliar esta obra que se destina á formação sacerdotal dêste a quem dêstes a vida

Não basta que leveis os vossos filhos ao templo, pedindo para êles as bençãos de Deus, como outrora faziam

as mães, conduzindo os filhos a Jesus pedindo os abençoasse. E' preciso que trabalheis com dedicação por esta obra que atrairá o orvalho celeste da graça, para as famílias desta Diocese.

Ali se vae operar uma geração mais importante do que a ocorrida em vossos ventres maternos: neles gera-se um homem, ali um Padre. E assim, podereis completar e enriquecer a oferta feita a Deus—de um filho e de um filho Padre.

* * *

Bem mais difficil seria para nós levar a cabo este acometimento, senão podessemos contar com os nossos Padres, que reduzidos em numero, avantajam-se no zêlo pelas obras que visam a gloria de Deus.

Tão convencidos estamos, Caros Cooperadores, do amor que tendes a esta obra, que é pedindo permissão, que ousamos solicitar para ela a vossa dedicação.

No lar paterno, sôbre os joelhos de nossas santas e queridas mães, balbuciámos, pela primeira vez, o nome de Deus; aprendemos a dirigir-Lhe as nossas primeiras preces; pela primeira vez oferecemos-Lhe os nossos corações inocentes. Para que, porém, mais acelerada e progressiva fosse essa nossa ascensão para Deus—*vado ad Patrem*,—para que O conhecessemos mais perfeitamente, O amassemos mais ardentemente e mais prontamente O servissemos, trocamos, um dia, os nossos lares pelo Seminário. Foi ali que adquirimos a ciência dos livros sagrados e, á sombra do Santuário, as disposições necessarias para poderemos subir os degraus do altar e celebrar os misterios do Senhor.

Para o Seminário entramos mendigos de ciência e de virtudes positivas, Deu-nos êle conhecimentos para a intelligência, virtude para o coração, só nos deixando de lá sair, quando viu em nossas frentes a riquissima corôa do sacerdotio.

Assim, levemos para esta emprêsa o entusiasmo de sacerdotes, demonstrando o quanto nos merecem os Seminários. *Zelus domus tuæ comedit me.* (Jo. 2, 17).

Tempo houve em que a Igreja exigia que o presbitério fosse uma espécie de pequeno Seminário, em que os

Vigarios receberiam crianças, preparando-as pela instrução e pelo exemplo, para no futuro exercerem o ministério sacerdotal.

Os Seminários chamando a si este trabalho, não dispensam o interesse, a dedicação dos sacerdotes, para com esta casa, onde se formam os que irão preencher-lhes as vagas nas renhidas batalhas da conquista da terra para o céu.

* * *

Após a clara explanação da importancia e necessidade dos Seminários, da urgencia em construir o desta Diocese. é natural que, em se considerando as proporções desta obra e o seu vultoso custeio, se faça a seguinte pergunta: De que capital dispõe o Sr. Bispo, ou que oferta consideravel recebeu para empreender obra de tanto vulto? Não demoraremos com a resposta. Sentimo-nos bem em dizer que, se capital não temos, possuímos, depois de apoiado em Deus e na excelsa Padroeira desta Diocese, uma ilimitada confiança neste povo generoso e bom, constituindo isto, a melhor garantia de êxito, para estas obras que recebem os aplausos de sua fé e a solidariedade de seu patriotismo. Oferta já tivemos e valiosa do Cel. José Jeronimo e sua Exma. espôsa, que num gesto bem demonstrativo da grandeza de seus magnânicos corações, duaram á Diocese o terreno necessario para o Seminário e suas dependencias.

O que é preciso, agora, é que este exemplo tenha imitadores, e venham dadas consecutivas, até que possamos dizer, com justa e imensa alegria - está feito o Seminário da Diocese de Limoeiro.

* * *

Ponhamo-nos a postos.

Para maior eficiencia desta cruzada, que redimindo um compromisso, dotará a Diocese de uma fonte perene de vida espiritual. Havemos por bem determinar: a) que em tôdas as Paroquias desta Diocese os Revmos Vigarios

organizem Comissões. tanto na séde da Freguesia, como nas capelas, para que angariem donativos, interessando neste trabalho de alta finalidade cristã, as pessoas de reconhecida piedade e projeção social; b) que estas Comissões permaneçam funcionando enquanto durarem os trabalhos de edificação do Seminário; c) que as esmolas agenciadas sejam enviadas, mensalmente, á Comissão Central, presidida pelo nosso Vigario Geral; d) que durante os trabalhos desta construção seja celebrada, mensalmente, na Catedral, uma Missa pelos benfeitores da obra.

Confessando-Nos, desde já, sinceramente agradecido a todos os contribuintes, pedimos a Deus, imensamente generoso, e cuja Providência premeia qualquer bem que se faça, retribua com as suas mais preciosas e fecundas benções os benfeitores desta obra que é inteiramente sua.

Esta nossa Carta será lida nas Matrizes e Capelas públicas desta Diocese. E é nosso desejo que seja também lida no seio das famílias.

Dada e passada nesta cidade de Limoeiro, sob o nosso sinal e sêlo de nossas armas, aos 12 de Junho de 1941, festa de Corpus Christi.

† *Aureliano,* BISPO DE LIMOEIRO



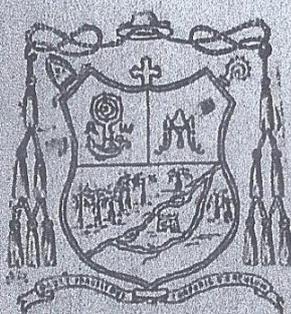
Carta Pastoral

de

D. Aureliano Matos

Bispo de Limoeiro

Comunicando aos seus Diocesanos as
Resoluções do Primeiro Congresso das
Vocações Sacerdotais desta Diocese.



1943

As resoluções colhidas após aqueles dias de estudos, de religiosidade, de intensa vibração de fé, resumem um plano de renovação de vida cristã, de realizações, de feição a abranger tôdas as Paróquias, por favorecer a tôdas.

Com efeito, sendo o fim do Congresso conseguir o aumento de vocações sacerdotais e, conseqüentemente, os meios de ampará-las, é óbvio que êste objetivo, quando atingido, leve os seus benefícios a todos os habitantes desta Diocese.

1.ª Resolução: — Cristianização das Famílias.

Uma terra boa é indispensavel para que nela possa germinar, sem impecilhos, a semente da vocação sacerdotal. Daqui, a primeira resolução. — Cristianização das Famílias.

Lar sem virtudes cristãs, sem piedade, sem fé, sem espírito de sacrificios e de renúncias, sem temor de Deus; lar onde reina o egoismo, onde domina o desejo do prazer, com o desprezo mesmo dos mandamentos divinos, onde impera a cobiça, o amor do ouro, onde se vive mais para o corpo que para alma, onde a terra tem mais encantos e atrativos que o céu, êste lar não é o terreno apropriado a receber o germe da vocação divina.

Os pecados e vícios que alí ostentam sinistra exuberância levam o Semeador Divino a passar adiante, de mãos fechadas, deixando-o estéril para a colheita bendita de frutos opímos, quais sejam sacerdotes santos.

A semente não falta, porquanto sendo o sacerdote o instrumento necessário para a salvação dos homens, Deus lhes dá em proporção às suas necessidades. O que falta, pois, é o terreno apto para recebê-la.

Não é pessimismo dizer-se que infelizmente as nossas famílias já não atraem para si, por suas virtudes, a graça especial de vocações sacerdotais.

O espírito pagão infiltra-se em seu seio, destruindo costumes austeros e cristãos e criando hábitos de indiferentismo religioso e mesmo pecaminosos. Inoculando-lhes o

veneno de teorias perigosas, corroe o cerne da árvore gigantesca da família, reduzindo-a simples esqueleto triste e inexpressivo.

De remanso feliz de paz e amor, passam os lares a um ponto de ligeiras e desinteressadas reuniões.

Urge, pois, que se cristianizem os lares pela prática das virtudes que ali devem ser praticadas por todos os seus membros. Pelos pais — esteios do lar, e não só pelas mães, abraçando eles suas obrigações com espírito de sacrifício, vivendo mais para a família que para si próprios; pelos filhos — razão de ser do lar, e que pelas suas virtudes se constituam uma corôa de glórias dos pais, e não de espinhos.

Apontaremos apenas alguns dos meios de real eficácia, para se conseguir que os lares, em se santificando, se tornem sementeiras de vocações sacerdotais.

Antes de mais, é indispensável que dêle se afaste o pecado, sobretudo aquele que na sua hediondez e gravidade atrai a maldição de Deus para o lar, como seja o da limitação da natalidade.

Privam-se muitos pais de terem a glória, a felicidade de possuir um filho. Padre, porque lhe negaram a vida, quando Deus o esperava para chamá-lo ao sacerdócio.

Já agora libertado de vícios, contraiam-se no lar hábitos cristãos. A oração, a recitação do têrço em comum encham-no de um aroma de piedade, atraindo o orvalho celeste da graça.

A visita ao SS. Sacramento, a comunhão frequente dos membros da família transformam o lar em um cenáculo, onde se parte e se distribue quotidianamente o pão da caridade.

O espírito de sacrifício, de renúncia, de mansidão tráz ao lar um ambiente de paz e harmonia que bem lembra o da Sagrada Família, onde viveu Jesus Cristo, o Sacerdote Eterno.

No púlpito, no confessionário, nas palestras, por toda a parte, opportune et inopportune, pregai, Caros Cooperadores, a santificação dos lares.

Com famílias assim enriquecidas de virtudes, de costumes calcados nos mandamentos da lei de Deus e da Santa Igreja, iluminados pelo sol da verdade evangélica, teremos o ambiente propício para o desenvolvimento do germe divino da vocação sacerdotal.

2.ª Resolução: — O maior incremento da Obra das Vocações Sacerdotais.

Quando ainda Cardeal, em 1932, na Igreja della Trinita dei Monti, em monumental discurso, Pio XII fez sentir que a causa das Vocações Sacerdotais era a mesma causa de Deus e da Igreja.

E assim é que subindo depois ao sólio Pontifício deu a esta obra todo o seu apoio moral e material.

Com efeito, em 4 de Novembro de 1941, com o Motu Proprio "Cum Nobis" instituiu junto da sagrada Congregação dos Seminários e das Universidades dos Estados a Obra das Vocações Sacerdotais, elevando-a à Obra Pontifícia.

Com êste ato, como observa um comentarista, quis intensificar nos fiéis, por todos os meios, mas principalmente com tôdas as obras existentes nas Dioceses, o desejo de promover, zelar e auxiliar as Vocações Sacerdotais; divulgar a reta consciência da dignidade e da necessidade do sacerdócio católico, unir os fiéis de todo o mundo em comunhão de preces e pias práticas.

Já não é, pois, uma obra de zêlo particular, e sim uma obra da Igreja.

A obra das vocações sacerdotais, tendo por raio de ação o universo todo, vem, no entanto, ao encontro de uma das grandes necessidades de nossa Pátria e, particularmente, desta Diocese.

E por isto, não devemos ver nela apenas uma obra da Igreja para atender, de um modo geral, as suas necessidades, porém, uma organização que visa beneficiar, principalmente, países como o nosso, onde escasseiam as vocações sa-

cerdotais entre as famílias abastadas. E' de lamentar que se não tenha ainda compreendido bem o alcance desta obra e lhe dado, por isto, a devida importância.

E' um remédio que visa debelar ou pelo menos atenuar um mal que, sendo quasi universal, se acentuando vem em nossa querida Pátria: a ausência de vocações sacerdotais.

Conhecido êste, evidenciada a eficácia do remédio e não querer a sua aplicação, é ser cúmplice no desaparecimento da fé e da vida cristã do nosso povo.

E' ser indiferente ao desmoronamento espiritual e mesmo social, de uma nação que se organizou e se civilizou sob o influxo do catolicismo.

E' ser insensível ao anoitecer nas almas pelo morrer do solo, por quanto o sacerdote é luz do mundo: Vos estis lux mundi; insensível à corrupção dos costumes pela carência do sal que as imuniza: Vos estis sal terrae (Mat. V, 13—14.)

E' assistir apàticamente ao silenciar dos sinos nas Matrizes, ao despovoar das igrejas, ao calar dos púlpitos, ao abandonar dos altares, ao morrer da Religião em nosso meio.

E' certo que, por si só, esta obra não resolve o problema da falta de sacerdotes. Não estão eles em proporção aos recursos financeiros que ela pode conseguir. Dioceses há onde ela é próspera, no entanto, escasseiam vocações. Eis porque a primeira resolução do Congresso foi atrair as bênçãos de Deus para as famílias, afim de que possam elas suscitar as vocações que vão merecer o amparo desta obra.

E tanto mais isto é verdade, quanto sabemos que as vocações diminuem na proporção em que as famílias se deixam imbuir, mais ou menos, do espírito mundano, com detrimento do espírito cristão. Quando a onda de civilização pagанизada invadir os sertões, o que já começou, quando por toda parte tivermos cinemas sem censura criteriosa, modas sem recato, programas de rádio organizados por pessoas inescrupulosas e, por isto, ridicularizando o que temos de mais sagrado como as nossas tradições cristãs, honradez da

família, etc.; quando a jogatina, campeando livremente, começar a generalizar a ruína das famílias, o que já vai realizando em particular; quando o máu livro, a má revista penetrarem os lares sertanejos, ali mesmo começarão de escassear as vocações sacerdotais.

Graças a Deus, porém, não são ainda as nossas famílias rurais a figueira estéril, de que nos fala o Evangelho. Produzem regularmente frutos de vocações sacerdotais.

Assim, assiste-nos o dever de abraçar com carinho esta obra e ampará-la na medida de nossas fôrças.

Não se trata, pois, de devoção, e sim de obrigação.

O problema das vocações sacerdotais está de tal maneira ligado ao da nossa salvação que se tornam inseparáveis: um supondo sempre o outro.

O sacerdócio implica a salvação das almas, razão de ser de sua existência, porquanto foi instituído para continuar a missão de Cristo sobre a terra, e que outra não é sinão levar os pecadores ao céu. Enquanto isto, a nossa salvação opera-se pela aplicação dos frutos da Paixão e Morte do Redentor, o que é trabalho privativo do sacerdote católico.

Se é dever precípua de todo católico esforçar-se pelo maior incremento das vocações sacerdotais, esta obrigação sobe de ponto para nós, uma vez que elas aparecem, em maior número, entre famílias pobres, necessitadas, portanto, de auxílios para o seu aproveitamento.

Com efeito, dos vinte e tantos alunos que temos no Seminário, bem poucos são os que podem dispensar o auxílio da Obra das Vocações.

Com satisfação podemos verificar que em nosso querido Ceará não são elas raras.

Dêste modo, a O. V. S. entre nós tem um vasto campo para a sua benéfica ação.

E neste caso, é indispensável aparelhar-se para que possa realizar um programa que traga, ao menos em parte, a solução do problema angustioso de nossa Pátria e desta Diocese — a falta de sacerdotes.

O Congresso das Vocações sacerdotais a que vimos

de assistir, visou não só despertar vocações, sinão ainda preparar-nos afim de ampará-las, o que significa dizer que teve em mira também o desenvolvimento da O. V. S. nesta Diocese.

Cumpre-nos, pois, dar nova vida, novo entusiasmo aos centros da O. V. S. já existentes, e fundar novos.

Como fruto do Congresso, desejamos, pois, que sejam estabelecidos centros de vocações sacerdotais em tôdas as Matrizes, capelas, escolas, fábricas e demais centros de atividades sócio-religiosos.

Seria sobremodo consolador para nós se tôdas as Paróquias desta Diocese iniciassem a fundação de uma bolsa das Vocações Sacerdotais, abrindo para isto, embora com pequena quantia, uma caderneta em um banco.

Esta nossa sugestão, transformada em realidade, seria um dos mais eficientes frutos do Congresso.

3.ª Resolução: — Construção do Seminário Diocesano

A vocação sacerdotal, sendo de início pequena semente a brotar no seio das famílias cristãs, cujas virtudes as tornaram merecedoras desta excepcional graça, exige um ambiente próprio ao seu desenvolvimento: clima puro, isento de emanções mefíticas de um mundo corrompido; luz e calor, estorvantes de uma clorose precoce, mas que sejam desprendidos do sol da verdade evangélica; seiva abundante, mas oriunda de uma fonte pura, qual seja a da virtude.

Este ambiente de propriedades tão peculiáres é o Seminário.

Pedindo a Deus vocações sacerdotais, e procurando aparelhar-nos afim de ampará-las, dando, para isto, maior incremento à O. V. S., não poderíamos deixar desinteressada a construção do Seminário Diocesano. Ademais, já contamos com mais de 20 alunos no Seminário de Fortaleza, esperando ver êste número crescer de muito com o funcionamento dêste estabelecimento em nossa Diocese.

Excusamo-nos de nos alongar sôbre êste assunto por já

havermos feito em Carta Pastoral de 12 de Junho de 1941, na qual solicitámos de nossos diocesanos auxílio para a construção do Seminário desta Diocese.

Resta-nos, apenas, recomendar-vos a leitura dêste documento.

Assim, determinamos que depois de publicadas e explicadas as duas primeiras resoluções do Congresso, renovem os Revmos. Srs. Vigários e Capelães, nas Missas Conventuais, a leitura dessa nossa Carta Pastoral, explicando as partes que mais interessam ao caso vigente. E como os nossos Seminários só podem receber crianças que já atingiram uma certa idade e que já tenham alguns estudos, oportuno se nos parece lembrar, com muito empenho, aos Revmos. Srs. Párcos e que determina o C. D. C. c. 1353: Esforcem-se os sacerdotes, sobretudo párcos, para que os jovens, que apresentem indícios de vocação eclesiástica, sejam afastados dos perigos do mundo, e os informem na piedade, e, com os primeiros estudos das letras, neles procurem desenvolver o germe da divina vocação.

Para isto seria de muito alcance que houvesse para estas crianças algum regulamento cuja observância fosse uma guarda da sua vocação.

* ♦ *

Com satisfação apresentamos aos nossos queridos diocesanos estas resoluções do primeiro Congresso das Vocações Sacerdotais nesta Diocese, para que, em as conhecendo, tomem por elas o máximo interesse, na expectativa em que ficamos de que vê-las conhecidas é vê-las realizadas.

E temos motivos para isto.

Um Congresso pode dividir-se em tres partes: a que o precede e que poderíamos chamar preparação remota; o Congresso pròpriamente dito e, por último, a que se lhe segue, ou melhor, suas conclusões ou frutos.

Destas, as mais importantes, embora menos conhecidas, são a primeira e a última.

O triunfo de um Congresso, com a finalidade dêste, depende da preparação que teve. E êste trabalho demanda muitos anos.

Um povo instruído em sua religião e, por isto mesmo, amigo da Igreja, devotado à sua causa, é um povo preparado para estes grandes certames de fé. E foi o que verificámos, com alegria, em Aracati.

Um entusiasmo sadio, oriundo, não tanto da novidade daquele movimento, mas da fé esclarecida do povo, era a nota dominante. E isto deve-se ao zêlo persistente de seu Vigário.

Com esta preparação remota, fácil foi a execução do Congresso, e difícil não será, portanto, colherem-se-lhe os frutos que já começaram a amadurecer.

Com efeito, com grande consolação, pudemos observar que a finalidade do Congresso era o que realmente empolgava os congressistas.

Com que interesse eram ouvidas e comentadas as téses!

Com que angústia eram recebidas as estatísticas demonstrando a escassez do clero!

A gravidade, o silêncio por todos observado, demonstravam que os congressistas estavam possuídos da grandeza, importância e atualidade do problema que ali se discutia, procurando solução.

Sentia-se como todos se compenetravam da responsabilidade que lhes cabia nesta situação anormal de um país de quarenta milhões de católicos com um reduzido número de sacerdotes para atender as suas necessidades espirituais.

É de esperar, pois, que nossas famílias, já agora esclarecidas sôbre êste momentoso problema, se interessem em solucioná-lo, o que vem a ser, levem uma vida profundamente cristã, expurgada de vícios e preconceitos e saturada do espírito de Nosso Senhor Jesus Cristo, para que se transformem os lares em mimosos vergeis de vocações sacerdotais.

* ♦ *

A Obra das Vocações Sacerdotais, hoje Obra Pontifi-

cia, que já vinha merecendo, nesta Diocese, o carinho e dedicação dos Revmos. Srs. Padres e dos bons católicos, incluída como um dos frutos do Congresso, terá, por certo, um apoio mais franco, mais interessado, mais eficiente de todos quantos desejam ver, e são todos os católicos, nossa Diocese servida por um maior número de sacerdotes, desde que é ela o meio prático de proteger as vocações.

Recebendo do Congresso um caloroso incentivo, esta obra torna-se a garantia segura das vocações brotadas em corações de criancinhas pobres desta Diocese.

* ♦ *

A crise financeira que vimos atravessando, com quasi três anos de sêca na zona jaguaribana, traria, por certo, forte desânimo a quem tentasse iniciar ou continuar qualquer obra de vulto em que indispensável fôsse o concurso do povo, se não se soubesse que dessas há que mais necessitam de entusiasmo, fé, patriotismo, que de tudo mais.

É neste caso está o Seminário.

Conquanto tudo nos escasseie, o Seminário, que teve sentada a sua primeira pedra em 29 de Setembro de 1941, já se ergue de alguns metros, porque no coração do cearense jamais se esgota a generosidade e esta obra firma-se na fé do povo.

Com a finalidade que tem, não poderia o Seminário escapar às cogitações do nosso Congresso.

De fato, deixando o Congresso fortes esperanças de que nesta Diocese o problema das vocações sacerdotais seria encarado com mais carinho, procurando-se solucioná-lo, não poderia negar ao Seminário o seu alentador estímulo, avivando no coração de todos o desejo de vê-lo concluído quanto antes.

Deste modo esperamos vêr coroado o nosso último apêlo feito aos proprietários de carnaubais, o qual por estas nossas letras fazemos extensivo a todos desta Diocese no sentido de nos enviarem as Primícias do córte neste ano de 1943.



Estas resoluções que aí ficam ao calor de vossa fé e ao abrigo de vossa generosidade, para se transformarem de crisálida de uma esperança em lepidópteros de uma realização, não são os únicos frutos do Congresso, porquanto abundantes foram os de efeito imediato: muitas conversões, grande soerguimento de fé, demonstrado nas vinte mil comunhões havidas naqueles poucos dias, magnífica prova de afirmação de crença, nas 1550 comunhões de homens na Missa de meia noite do dia 5, convincente afirmativa da disciplina e espírito de ordem do nosso povo, no respeito, atenção e interesse observados nas sessões de estudo e do plenário e, finalmente, a exuberante asseveração do nosso amor acendrado a Jesus Eucarístico, na empolgante procissão de encerramento.

No longo percurso de 19 quilômetros foi constantemente ovacionado o Deus Eucarístico, quer no trajeto fluvial, em que mais de 50 embarcações com suas velas brancas faziam o cortejo ao Senhor dos mares, quer em seu desembarque, onde, em meio daquela onda humana, delirante de entusiasmo, se viam homens, que choravam de alegria, quer em tôdas as ruas da cidade, onde ininterruptas eram as aclamações, culminando na praça do Congresso com um hino de intensa vibração de fé e patriotismo, que ecoará através de tôda esta geração pelo vale jaguaribano afóra, num atestado às gerações futuras da fé robusta do povo dêste ubérrimo rincão cearense.



Antes de darmos por concluída esta Nossa Carta Pastoral, queremos pedir aos nossos amados diocesanos as suas fervorosas orações pelas resoluções do Congresso, bem como pelas demais obras diocesanas. Para isto desejamos que se estabeleça um rodízio de orações, com tôdas as Paróquias, conforme explicação à parte.

Com êste laus perene haverá diariamente um grupo de

fiéis em contínua reparação a Nosso Senhor e ininterruptas súplicas ao amoroso Coração de Jesus.

* ♦ *

Já é tempo de pronunciarmos a última palavra de encerramento a estas letras que tiveram por escopo dilatar por toda a Diocese os esplendores do Congresso, expandindo a luz que ali brilhou intensamente; derramando por toda ela o entusiasmo santo e oportuno daqueles dias de fervor cristão, espalhando por todas as Paróquias, ou melhor, por todas as famílias, a faísca do grande incêndio de amor a Jesus Cristo, na pessoa de seu legítimo representante o sacerdote católico.

E como de olhos fitos no altar monumento do Congresso iniciámos esta Nossa Carta, olhando aquela cruz, em torno da qual estivemos reunidos em aqueles memoráveis dias, queremos terminá-la.

Da cruz veio a Redenção do mundo. Dela, em cujo centro se ostentava a imagem do nosso querido Brasil, como abraçando-o para salvá-lo do horroroso cataclismo social que ameaça desmoronar o universo; retendo-o como uma conquista sua, que realmente o é desde o seu descobrimento, desta cruz venham para a Paróquia de Aracati, para as suas famílias, sinão o mesmo sangue que jorrou no calvário, e que nos dias do Congresso lavou as consciências e alimentou as almas, venham chuvas de bênçãos para que aquela terra que já liderou o movimento de vocações sacerdotais no vale jaguaribano, volte a dar a Nosso Senhor, em abundância, obreiros para a sua vinha.

Deixamos aqui, de par com o nosso agradecimento, nossa bênção a quantos trabalharam por que Nosso Senhor tivesse naquele Congresso grandes reparações, firmes provas de fé e piedade.

A bênção de Deus Onipotente † Padre ✕ Filho e ✠ Espírito Santo desça sobre vós e permaneça sempre.

Dada e passada nesta cidade de Limoeiro, sob o nosso sinal e selo de nossas armas, aos 29 de Setembro de 1943, festa da Dedicção de S. Miguel Arcanjo e aniversário da nossa sagração.

† AURELIANO, Bispo de Limoeiro.

MANDAMENTO:

Seja esta Nossa Carta Pastoral lida e explicada aos fiéis em tôdas as Matrizes, capelas, oratórios públicos e semipúblicos, nas casas religiosas, bem como nos lares cristãos, para que, cientes do seu conteúdo, se esforcem por observá-lo, o que lhes trará muitas bênçãos de Deus.

† AURELIANO, Bispo de Limoeiro.



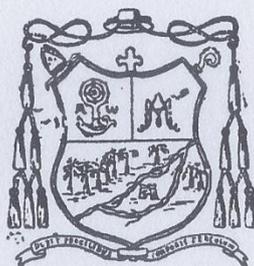
QUARTA CARTA PASTORAL

— DE —

D. Aureliano Matos

BISPO DE LIMOEIRO

Comunicando aos seus Diocesanos a realização, de 4 a 8 de Dezembro de 1954, do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, comemorando o Centenário do Dôgma da Imaculada Conceição e em preparação ao Congresso Eucarístico Internacional de 1955.



1954

FORTALEZA -- CEARÁ

**D. AURELIANO MATOS, por mercê de Deus e da Santa Sé
Apostólica, Bispo de Limoeiro**

**AO REVMO. CLERO E FIEIS DA DIOCESE DE LIMOEIRO, SAU-
DAÇÃO, PAZ E BÊNÇÃO EM NOSSO SENHOR JESÚS CRISTO**

Veneráveis Irmãos e Filhos diletíssimos.

MAIS UM SANTO EM NOSSOS ALTARES

Possuído da mais viva emoção, escrevemo-vos neste dia de grande júbilo para a Santa Igreja — o dia em que nos dá mais um santo para os nossos altares, com a canonização do Santo Padre, o Papa Pio X.

Com a Santa Igreja, todos nós estamos de parabéns por ver que, apesar da onda de misérias físicas e morais que avassala o mundo, trazendo-lhe dias de graves apreensões e profundas tristezas, ainda são grandes as alegrias que inundam a alma da cristandade. É que a religião cristã não envelhece; é sempre rica de seiva de vitalidade.

E enquanto nos rejubilamos com S. Pio X, o Papa da Eucaristia, vimos proporcionar-vos uma nova alegria.

SÉCULO DE MARIA

Estamos, incontestavelmente, no século de Maria Santíssima, tão grandes têm sido os seus triunfos, tão assinalada a sua atuação na vida dos homens, como sua protetora, sua advogada, sua mãe enfim. Sua peregrinação, nestes últimos anos, através do mundo, ou melhor, para a conquista do mundo, se foi uma imponente marcha triunfal, jamais registrada na história dos povos cristãos, e até pagãos, foi sobretudo uma farta sementeira de graças, de favores, e mesmo, de milagres, com uma rápida e abundante colheita de frutos espirituais, numa verdadeira revolução de almas a se lançarem nos braços de Seu Divino Filho, Nosso Redentor.

E, se é o século de Maria, deve ser, também o nosso, pela participação de suas vitórias, como filhos seus que somos, o que devemos demonstrar com entusiasmo e alegria.

CONGRESSO EUCARÍSTICO DIOCESANO

E, assim, já agora, em pleno prosseguimento do Ano Marial, vimos anunciar com grande satisfação aos nossos queridos diocesanos o magno acontecimento do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, a realizar-se de 4 a 8 de Dezembro próximo, nesta cidade episcopal de Limoeiro do Norte.

Outros congressos já foram celebrados nesta Diocese, aliás com invulgar brilhantismo e confortante proveito espiritual, como o das Vocações Sacerdotais, em Aracati, em 1943 e o Congresso Eucarístico de Russas, em 1944, comemorando o Centenário do Apostolado da Oração. Todos êles, porém, porque parquiais, não expressavam, ainda, o sentir unânime de catolicidade de toda a população desta vasta região, abrangida pela nossa Diocese, se bem que, para alí tenham afluído fiéis de todos os pontos desta circunscrição.

Agora, já não é apenas uma paróquia, a de Limoeiro, é todo o Baixo-Jaguaribe, são as suas doze paróquias, com seus duzentos mil habitantes, desde os alcantilados pináculos da aprazível serra do Pereiro, até as brancas praias de Icapuí, que numa empolgante arrancada de fé, vêm celebrar as glórias de Maria aos pés de Jesus Sacramentado num fervoroso Congresso Eucarístico.

FINS DO CONGRESSO

Com esta comunicação, estamos, igualmente, convidando todos os nossos amados diocesanos a participarem espiritualmente e pessoalmente deste acontecimento que tem dupla finalidade:

Como primeiro motivo temos a comemorar o Centenário da Proclamação do Dóγμα da Imaculada Conceição, em devotada obediência à Encíclica "Fulgens corona", do Santo Padre Pio XII, de 8 de Setembro de 1953.

Estando nossa estremecida Pátria empenhada na preparação do grande Congresso Eucarístico Internacional de 1955, no Rio de Janeiro, com o qual mostrará aos povos de todo o universo o alto grau de religiosidade desta grande nação, que se ufana do seu batismo cristão no mesmo dia de seu descobrimento, e que também, se orgulha de suas gloriosas tradições cristãs, o nosso Congresso Eucarístico terá como segundo motivo, a preparação de nossa Diocese para aquele auspicioso acontecimento.

Encerrando o nosso Congresso as manifestações religiosas que estão sendo efetuadas num ritmo progressivo de fé e piedade em todas as Paróquias, em honra de Nossa Senhora, durante êste Ano Marial, será êle o ápice destas espontâneas manifestações, numa homenagem grandiosa de nossa fé ao Dóγμα da Imaculada Conceição e o tributo de nosso amor filial a Maria Santíssima.

SEMANA NACIONAL DA J.A.C.F.

Cumpre cientificar, igualmente, que atendendo a um desejo do Secretariado Nacional da JACF, será também levada a efeito, nesta cidade, de 1 a 4 de Dezembro, a 1.^a Semana Nacional de Assistentes e Dirigentes Jacistas. Sendo esta Diocese uma das primeiras a iniciar êste movimento de Ação Católica, junto à juventude rural, esta escolha, que tanto nos honra, constitui um estímulo para que continuemos a trabalhar sem desfalecimento nesta patriótica missão, que, se bem compreendida e executada trará, em parte, a redenção dos campos.

MARIA CORRENTORA

Quando Maria Santissima, recebendo do Arcanjo a Mensagem de Deus Pai, pronunciou o Fiat de salvação, consentindo que o Verbo se encarnasse em seu virginal seio, tornou-se, desde aquele instante, credora da nossa eterna gratidão, bem merecendo ser chamada a Corredentora do gênero humano. E quando, no ocaso lento daquele dia, que se envolveu nas trevas hediondas de nefando deicídio, Jesus nos dá, do alto do patíbulo da cruz, por mãe sua própria Mãe, nos tornamos, desde então, credores de seu amor maternal, como filhos seus que passámos a ser.

Tem Ela, pois, todo o direito à nossa mais profunda gratidão e ao nosso mais sublimado amor, enquanto, nos assiste o dever de celebrar, com todo entusiasmo e amor filial, as suas glórias eternas.

Em ofuscantes cintilações refulge de sua corôa de Soberana Rainha a gema preciosa de sua Conceição Imaculada, cujo dógma, há cem anos proclamado, queremos comemorar com um Congresso Eucarístico, pedindo antes, porém, sua benção maternal.

Em sua proteção repousa a salvação da cristandade, e para cada um de nós é sinal de predestinação a nossa devoção para com Ela.

MONUMENTO A N. SENHORA

Por certo, o Congresso Eucarístico, em toda sua estrutura e magnificente pompa, realçará o grande privilégio da Mãe de Deus — Sua Conceição Imaculada, mas queremos que fique concretizado no granito indestrutível a homenagem solene de nossa fé a êste Dógma de nossa augusta Religião. Assim, na praça do Congresso será inaugurado, no dia 8 de Dezembro, um mo-

numento da Imagem de Nossa Senhora da Assunção, em harmonia com um movimento que se processa em todo o Brasil. É que o Dógma da Assunção de Nossa Senhora ao céu, na integridade de sua pessoa, é uma consequência lógica de sua Conceição Imaculada, como esta é de sua maternidade divina.

BÊNÇÃO DO SEMINÁRIO

Nesta imponente manifestação de amor materno, que o Congresso magnificamente expressa, deve realçar, para gáudio de nossas famílias cristãs, como a maior dádiva que a Padroeira da Diocese lhe fez e que constitui a sua maior glória — O Seminário Diocesano.

Com efeito, o maior empenho de Maria Santíssima é que sejam distribuídos, a mãos cheias, os frutos que seu Divino Filho alcançou para nós com a sua dolorosa Paixão e Morte

Esta fonte perene de graças e perdões, que que salvificamente se abriu no tópo do Calvário para irrigar os corações, fertilizando-os, fecundando-os para a magnífica colheita de virtudes, ficaria ineficiente se não houvesse quem canalizasse suas maravilhosas águas para o campo sedento das almas. E este é o trabalho insubstituível do sacerdote cristão. E o sacerdote é o fruto mirífico do Seminário. E o Seminário é o Cenáculo que Maria Santíssima preside, para que continue saindo dali novos apóstolos, outros Cristos, "sacerdos alter Christus", por Ela abençoados, por Ela assistidos, por Ela amados, pois, neles vê, constantemente a pessoa de seu amado Filho, Sacerdote Eterno.

Assim, a bênção litúrgica do nosso Seminário Diocesano Cûra d'Ars, que constituirá a nota mais significativa do Congresso, será oficiada por S. Excia. Revma. o Sr. Arcebispo Metropolitano, Dom Antônio de Almeida Lustosa, no dia 8 de Dezembro.

PREPARAÇÃO PARA O CONGRESSO

Um movimento deste porte, como seja um Congresso, exigindo longa preparação, de há muito já deveria ter sido anunciado. Mas, se não o fizemos foi aguardando a decisão do inverno, que nesta zona muito tardou. Entretanto, o que perdemos em extensão, podemos recuperar em intensidade. Vamos todos, pois, com entusiasmo e fervor dedicar-nos à preparação do nosso Congresso Eucarístico. Para isto, além desses exercícios de piedade

programados para este Ano Marial, haverá em todas as Paróquias um Tríduo Eucarístico, estando encarregado de pregá-los os nossos Missionários. Os Vigários deverão entender-se com o Diretor das Missões, Pe. Pedro Vermellen. Na sede da Diocese será pregada uma grande missão, nos fins de Novembro, como preparação próxima do Congresso, por missionários Redentoristas de Pernambuco, reconhecidos em todo o país, como grandes pregadores.

COMISSÕES

Para não sobrecarregar demasiado um grupo, apenas, de pessoas dedicadas, o trabalho, tanto da preparação remota, como da próxima e da execução do Congresso, ficará dividida por diversas comissões. Da dedicação, do trabalho persistente destas comissões depende, em grande parte, o êxito do Congresso. Daqui, o nosso apêlo para que todos os componentes das comissões dêem o máximo de seu devotamento.

CONCLUINDO

Nosso Congresso deverá ser o comprovante da religiosidade de toda a população do Baixo-Jaguaribe, que tem em Cristo Eucarístico o sol que a ilumina e aquece na jornada em busca do céu, e em Maria Santíssima seu amparo e fortaleza. "Auxilium christianorum".

E, finalmente, como a criancinha que aprende de sua própria mãe as palavras e expressões carinhosas com que deve saudá-la, assim também, nós seus filhos, pequeninos em conhecimentos e virtudes, queremos pedir-lhe que nos oriente, nos ensine como devemos louvá-la, reverenciá-la neste Congresso, em que nos rejubilaremos com Jesus, seu Divino Filho e nosso Salvador, oculto na pequenina Hóstia consagrada, em tórno da qual estaremos reunidos, em preces e orações, nesses dias de bênçãos e graças.

Fazendo esta comunicação no encerramento deste mês consagrado a Maria Santíssima, a Ela entregamos o nosso Congresso, para que possa êle contribuir eficientemente para um integral renascimento cristão em nossa Diocese, pois, como disse o Santo Padre Papa Pio XII — "não se vê outra salvação para a humanidade fora da reconstrução do mundo, seguindo o espírito cristão".

Deixamos, aqui, de par com o nosso convite, a nossa bênção a todos quantos vierem trabalhar conosco neste grande certame de fé e piedade.

A bênção de Deus Onipotente † Padre † Filho e † Espírito Santo desça sôbre vós e permaneça sempre.

Dada e passada nesta cidade de Limoeiro do Norte, sob nosso sinal e sêlo de nossas armas, aos 29 de Maio do Ano Marial de 1954, dia da Canonização de São Pio X.

† Aureliano, BISPO DE LIMOEIRO

MANDAMENTO

Seja esta nossa CARTA PASTORAL lida aos fiéis em tôdas as Matrizes, Capelas e Oratórios públicos e semi-públicos, e registrada no Livro do Tombo de todas as paróquias desta Diocese.

Limoeiro do Norte, 29 de Maio de 1954.

† Aureliano, Bispo Diocesano

QUINTA CARTA PASTORAL

— DE —

D. Aureliano Matos

BISPO DE LIMOEIRO

A presença da Igreja na atual Transformação Económico —
Social do Vale Jaguaribano.



1965

FORTALEZA — CEARÁ

D. AURELIANO MATOS, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica,
Bispo de Limoeiro do Norte

AO REVMO. CLERO E FIÉIS DA DIOCESE DE LIMOEIRO
DO NORTE, SAUDAÇÃO, PAZ E BÊNÇÃO EM NOSSO
SENHOR JESUS CRISTO.

Revmos. Srs. Padres.

O ELDORADO DO NORDESTE

O ubertoso vale jaguaribano há séculos vem desafiando a inteligência e a capacidade realizadora de nossos governos. Aí se encontrava à espera de um convênio providencial entre a terra e o homem, capaz de trazer a redenção econômica para seus milhares de habitantes. Entraria o Vale com o potencial imenso de suas riquezas naturais e humanas e o govêrno com a técnica e o capital.

A construção da tão decantada barragem do Orós foi o primeiro passo para o atendimento desta secular aspiração. Mas isto era muito e era pouco. Muito, se levamos em conta o colossal represamento d'água indispensável a qualquer trabalho de envergadura para a valorização econômica do Vale. Pouco, se atendermos aos requisitos técnicos exigidos para a utilização do Orós em benefício do Vale.

Mas eis que chegou a hora do Vale Jaguaribano. A SUDENE com a cooperação do Govêrno do Estado e a Missão Francesa responderá ao desafio dêste imenso e fértil Vale. E graças a êste trabalho, que será realizado de acôrdo com as técnicas mais modernas, poderá êle ser transformado no Eldorado do Nordeste.

Sérios, profundos e completos estudos precederam esta fase que ora se inicia de aproveitamento das riquezas do Vale e de educação do homem que o habita para o desenvolvimento.

Aqui cabe, então, nossa pergunta: Qual a atitude da Igreja frente a esta planejada transformação do Vale?

DIOCESE NITIDAMENTE RURAL

Uma das importantes conclusões a que chegou o sociólogo Frei Rolim, em seu recente trabalho sócio-religioso sobre o Baixo Jaguaribe, foi que a Diocese de Limoeiro do Norte, que compreende toda a zona do Baixo Jaguaribe, é marcadamente rural. Suas cidades são quase inexpressivas e de características rurais. Verdadeiros prolongamentos do campo. Nem sequer conseguiram atrair para si as populações que se derramam em seu derredor, em suas ricas várzeas, como podemos facilmente verificar percorrendo a populosa várzea entre Limoeiro e Russas.

Aliás, não vejo com tristeza este fenômeno. Pelo contrário, o constato com alegria. Os grandes benefícios materiais que podem advir da vida nos centros citadinos, são infelizmente neutralizados pelos problemas morais que neles se criam, pelos escândalos que aí facilmente se estampam e pelo clima materialista que neles se respira.

UMA PASTORAL DE TRANSIÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Estando portanto a população desta zona localizada em sua grande maioria no campo, urge perguntar onde e como será nossa ação pastoral, responsáveis que somos por seus destinos espirituais, agora que é iminente uma radical transformação econômico-social do Vale, graças a este notável empreendimento, já em execução, da SUDENE.

Por certo que este grandioso trabalho de soerguimento econômico do Vale abrangerá de logo os setores agrícola, industrial e de serviço. Teremos assim, em breve, uma profunda transformação, não apenas da fisionomia material da

região, como sobretudo da mentalidade de seus habitantes, de seus hábitos e costumes. Mudança em consonância com o progresso econômico-social que irá sacudir todo o Vale, influenciando diretamente em tôdas as suas atividades.

A transição de uma economia agrária com suas técnicas atrasadas e estruturas superadas para uma economia industrial e comercial com técnicas e estruturas altamente especializadas implica numa transformação no campo cultural e social, com suas repercussões inevitáveis no comportamento religioso de sua população.

A transição de uma sociedade fechada e paternalista para uma sociedade aberta e pluralista irá exigir de nós uma nova orientação pastoral. Será que a mentalidade e a formação católicas de nosso rurícola permanecerão inalteradas ao impacto que por certo virá, quando se rasgarem as cortinas que cerravam o Vale, desvendando-se aos olhos atônitos e maravilhados do camponês novos horizontes?!

Parodiando um cronista que dizia — “um novo Brasil está para nascer” — afirmamos nós — uma nova zona jaguaribana está para surgir, graças ao prodígio da técnica e marcada por nova expressão cultural.

E neste momento histórico para o nosso Vale se torna indispensável e decisiva a presença da Igreja. Pois, estas transformações por que estão passando o Nordeste e todo o país determinarão o futuro do catolicismo no Brasil.

Preparemo-nos para uma pastoral especializada. Uma pastoral dos quadros técnicos e das novas estruturas. Uma pastoral que leve em conta a formação de líderes que animem o sindicalismo, o cooperativismo, etc. É preciso que o homem do vale no acordar para sua redenção econômica sinta a presença da Igreja, para que o progresso econômico e cultural não empane o brilho de sua fé, que o orientou em tôda a

trajetória de sua vida. Urge uma pastoral mais em profundidade do que em extensão. Uma pastoral voltada para a educação de uma fé adulta, capaz de infundir o fermento evangélico num mundo em transformação.

Já é sobejamente conhecido o interêsse de nossos vigários pela solução dos problemas de tôda ordem que afligem seus paroquianos. Agora, porém, está se pedindo maior dedicação e maior esforço. É indispensável que conheçam o gigantesco plano de valorização do Vale. Ponham-se em contato com os executores dêste empreendimento, acompanhando de perto seu andamento, e contribuam para seu sucesso, especialmente no tocante à educação do homem para esta transformação. Não deixemos que o soerguimento econômico do Vale se faça com o prejuízo de seus valores espirituais e com o arrefecimento da fé de seu povo. Que os executores dêste plano sintam sempre a valiosa cooperação da ação da Igreja, oportuna e indispensável.

DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO, VISANDO O BEM-ESTAR DE TODOS

Não queremos para o Vale a riqueza pela riqueza. Pois, separada de uma ordem espiritual de valores, a riqueza é desumana e cruel. Não trará a felicidade para esta população ordeira e pacífica, mas poderá criar tensões sociais, alargando ainda mais o fôssco que separa as classes sociais e fomentando as desordens morais.

O bem-estar é um bem precioso, quando está a serviço do espírito e da dignidade humana. É um mal quando se transforma em instrumento de degradação do homem e traz consigo a irreligiosidade e o paganismo de vida. É um mal social se enriquece uns com o empobrecimento da maioria, a

ponto de se dizer que o mundo atual é uma máquina de fabricar pobres.

Não queremos o desaparecimento da pobreza, simplesmente porque é pobreza. Mas enquanto a pobreza cria obstáculos à realização plena do homem, como homem e como cristão, cortando-lhe as possibilidades de ser útil a seus irmãos, impedindo-lhe no cumprimento de seus deveres para com sua família e tornando-se um peso para a comunidade.

A pobreza quando atinge os extremos da miséria é um mal que avilta o homem e envergonha a própria sociedade, além de ser contrária aos designios de Deus que quer que todos os homens tenham um padrão de vida de acôrdo com sua dignidade de criatura feita à imagem e semelhança do Criador. Mas, a verdadeira pobreza, livre e consentida, é uma libertação espiritual, é uma virtude cristã. É sabedoria humana e divina saber usar os bens da terra sem atreiar-se a êles, fazendo dêles o centro e o fim da vida humana. A pobreza assim entendida, longe de amesquinhar o homem, o engrandece e o eleva.

Tenham em mente, prezados colaboradores, estas reflexões e ensinamentos nesta hora de transformação do Vale, quando cabe a nós emprestar a sua redenção econômica sua verdadeira dimensão humana e cristã.

AOS NOSSOS DIOCESANOS

Depois de nos dirigirmos aos nossos dinâmicos cooperadores, os virtuosos sacerdotes do clero secular e religioso, vimos também trazer nossa palavra a vós, queridos diocesanos. Uma palavra de estímulo e uma palavra de conforto.

Primeiro vos concitamos, prezados diocesanos, a tomar todo o interêsse por êste oportuníssimo empreendimento de

soerguimento econômico e social de nossa região. É indispensável que cada um de seus habitantes preste seu apoio moral e dispense sua colaboração, demonstrando seu reconhecimento àquêles que irão trabalhar em favor de nosso engrandecimento material e humano.

Queremos, em seguida, vos cientificar que, como Pastor, estaremos a vosso lado neste momento em que grandes transformações vão operar-se em nosso Vale com repercussões inevitáveis sobre vossa vida, vossos hábitos e vossos costumes.

Com ardente fé e autêntico patriotismo batalhemos em prol da redenção econômica do Vale Jaguaribano e do enriquecimento de seus valores humanos e espirituais.

Voltados para o futuro desta região e de todos os seus habitantes, imploramos as bênçãos celestiais sobre vós, queridos cooperadores e prezados diocesanos.

A bênção de Deus Todo Poderoso, Pai † Filho † e † Espírito Santo desça sobre vós e permaneça sempre.

Dada e passada nesta cidade de Limoeiro do Norte, sob nosso sinal e sêlo de nossas armas, aos 2 de fevereiro de 1965, festa da Purificação de Nossa Senhora.

† AURELIANO, Bispo de Limoeiro do Norte

MANDAMENTO

Seja esta nossa Carta Pastoral lida aos fiéis em tôdas as Matrizes, Capelas e Oratórios públicos e semi-públicos, e registrada no Livro do Tombo de tôdas as paróquias desta Diocese.

Limoeiro do Norte, 2 de fevereiro de 1965.

† AURELIANO, Bispo de Limoeiro do Norte

Sexta Carta Pastoral

— DE —

D. Aureliano Matos
BISPO DE LIMOEIRO DO NORTE

OS DOIS JUBILEUS



LIMOEIRO DO NORTE — CEARÁ

1967

**D. AURELIANO MATOS, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica,
Bispo de Limoeiro do Norte**

**AO REVMO. CLERO E FIEIS DA DIOCESE DE LIMOEIRO
DO NORTE, SAUDAÇÃO, PAZ E BÊNÇÃO EM NOSSO
SENHOR JESUS CRISTO.**

Veneráveis Irmãos e Filhos Diletíssimos,

Não pretende esta modesta carta pastoral ser portadora de grandes e proveitosos ensinamentos doutrinários, mas, tão somente ser o desabafo da grande emoção que experimento ao atingir um quarto de século como bispo da Santa Igreja de Deus.

Dez meses, apenas, são decorridos do dia em que, amparado por colegas, cercado de meus queridos padres, dos bondosos diocesanos e de membros de minha estremecida família, prostrava-me eu aos pés do Senhor para agradecer-Lhe os inúmeros benefícios recebidos em 50 anos de vida sacerdotal. Hoje volto para entoar um Te Deum de ação de graças por 25 anos de episcopado.

Esmagado e confundido por tão insigne honra e incensurável responsabilidade de servir à Igreja de Deus, como sucessor dos Apóstolos, não me sinto com forças bastantes para entoar êste hino de ação de graças, que poderia ser antes um comovido "Confiteor". Num caso ou noutro, é convosco que quero prostrar-me diante do altar do Sumo e Eterno Sacerdote.

Descabido seria, e até insensatez, se pretendesse eu com estas linhas afastar o véu que encobre meu obscuro episcopado.

OS DOIS JUBILEUS

Foi subindo a montanha da vida, com a alma em festa, cheio de entusiasmo, esquecendo sofrimentos, aliás abundantes num quarto de século, porque estava convencido, como ainda estou, de que servem êles de substancioso adubo para a germinação da semente semeada por nós na vinha do Senhor, foi, repito, subindo a montanha que perfiz o meu primeiro jubileu — 25 anos de sacerdócio, todos consagrados ao paroquiato.

O jubileu episcopal — 25 anos de episcopado — já o realizei descendo a montanha. Se não trazia a vibração da mocidade, apoiava-me, porém com firmeza, no forte bastão da experiência, para executar um trabalho com maior segurança e proveito.

E, agora, já na planície, contemplo, não sem apreensões, a longa jornada percorrida — meio século de vida sacerdotal, sem claridades, nem ressonâncias. Nela não ficaram marcas que justifiquem retumbantes louvores, ou razões para fortes censuras. Mas, talvez, se possa dizer que teria ela sido mais abundante de frutos, se o pastor tivesse falado mais com Deus sôbre os homens, antes de falar com os homens sôbre Deus. Pois, sem nos enchermos de Deus, nada temos que dar aos homens. O diálogo com nossos irmãos só é proveitoso na medida em que dialogamos com Deus.

Na verdade, não é da palavra humana, por vêzes rica de conhecimentos, mas carente de vida, de que mais precisa o homem angustiado dos nossos dias, mas da palavra portadora dos ensinamentos d'Aquêle que disse: "Quem me segue não andará em trevas" (Jo. VIII, 12); "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (Jo. XIV, 5-6).

É da sabedoria divina que mais necessitam os homens, e não da eloquência humana. Gostaria de poder dizer-vos, como o Apóstolo: "A minha palavra e a minha pregação não consistiram em eloquência persuasiva de sabedoria, mas na demonstração do Espírito e do poder divino, para que vossa fé não se baseasse na sabedoria dos homens, mas no poder de Deus" (I Cor. II, 4-5).

Realmente, quando nossa palavra sai impulsionada pelo vigor da fé, mesmo encontrando obstáculos, vai ao coração e não fica apenas nos ouvidos, como acontece quando desprovida do impulso divino, ainda que apoiada na ciência, na autoridade, ou numa bela roupagem.

EPISCOPADO NÃO DESEJADO, MAS VIVIDO

O grande Apóstolo das Gentes em sua carta a Timóteo (II,1) esclarece que se alguém deseja o episcopado, deseja uma função sublime. Realmente, sendo o episcopado a plenitude do único sacerdócio de Cristo, e do qual o sacerdócio ministerial é uma participação, desejar o episcopado é aspirar a algo de muito nobre — uma maior identificação com o sacerdócio indiviso de Cristo.

Mas, apesar de não ignorar estes ensinamentos, jamais ousei desejar tão sublime dignidade e tão honroso serviço. Pois, apesar de sermos apenas instrumentos, embora livres e conscientes, nas mãos de Deus para o cumprimento de seus misteriosos desígnios, acho que para maior rendimento da missão episcopal o instrumento deve ser o mais adequado possível a tão relevante função.

Fundava-se meu temor na tríplice missão de que está revestido o Bispo — ensinar, santificar e governar.

Como sucessores dos Apóstolos, os bispos recebem do Senhor a grave missão de anunciar a todos os povos a Boa Nova da Salvação — “Ide e ensinai a tôdas as gentes” (Mc. XVI, 15). “Entre os principais deveres dos bispos sobressai o de pregar o Evangelho. Pois os bispos são os pregoeiros da fé, que trazem novos discípulos a Cristo. São os mestres autênticos dotados da autoridade de Cristo, que pregam ao povo a êles confiado a fé que deve ser criada e praticada” (Lumen Gentium, 25).

Ora, para o cabal desempenho de tão grande missão se requer também a ciência humana, ainda que iluminada pelo Espírito Santo. “Os lábios do sacerdote guardam a ciência e de sua boca aprenderão os outros a lei” (Malaq. II, 7).

Por isso, não me pareceu sem temeridade assumir em tôda sua plenitude a alta função de resplendente farol — “sois a luz do mundo” (Mt. V, 15) — a iluminar a vasta extensão de uma diocese, cujos habitantes aguardavam ansiosos a palavra do Pastor, para explicar-lhes a fé, para fazê-la frutificar e para afastar os erros que ameaçam o rebanho (Lumen Gentium, 25).

Não menos grave é o munus de santificar. “O bispo, distinguido pela plenitude do sacramento da Ordem, é o “Ecônomo da graça do sacerdócio supremo”, mormente na Eucaristia, que êle mesmo oferece ou cuida que seja oferecida, e pela qual continuamente a Igreja vive e cresce” (Lumen Gentium, 26).

Mas, para que possa mais abundantemente derramar a plenitude da santidade de Cristo sôbre seu rebanho, deverá começar por irradiar êle próprio esta santidade. Recomenda a Constituição dogmática sôbre a Igreja, do Concílio Vaticano Segundo, que os bispos “com o exemplo de sua vida devem edificar aquêles aos quais presidem, preservando seus costumes de todo o mal” (Lumen Gentium, 26).

Do Povo de Deus exige Cristo elevada santidade — “Sêde perfeitos, como vosso Pai é perfeito” (Mt. V, 48). Muito mais exige de nós que deveremos ser o modelo do rebanho — “Forma gregis”. Se para o simples sacerdote basta que já esteja no caminho da perfeição, para o bispo é preciso que já a tenha atingido.

Conquanto os sacramentos confirmam a graça independentemente do estado moral e espiritual de quem os administra, não ignoramos os prodígios por êles realizados, quando conferidos por quem já atingiu alto grau de perfeição cristã. Disto são testemunhas um Cura d’Ars, um Pio X, e todos os sacerdotes santos de nossa Mãe Igreja.

Quem não temeria assumir tão grande responsabilidade ?!

Finalmente, o encargo espinhoso e delicado de governar. “Como vigários e legados de Cristo, os bispos governam as Igrejas particulares que lhes foram confiadas, com conselhos,

exortações e exemplos, mas também com autoridade e com sacro poder” (Lumen Gentium, 27).

Na Igreja fundada por Cristo, uns seriam pastôres; outros, ovelhas. Uns governariam; outros seriam súditos. Com isto, porém, não quis o Divino Mestre criar classes privilegiadas em sua Igreja, mas, sim, formar uma grande família, orgânicamente hierarquizada, em que todos se amariam como irmãos, constituindo na terra o seu povo — o Povo de Deus.

Para o desempenho de tão árdua missão não traçou propriamente regras o Divino Mestre. Pediu apenas amor: “Simão, tu me amas?” — “Apascenta meus cordeiros” — “Apascenta minhas ovelhas” (Jo. XXI, 15-17). E deixou-nos, sobretudo, o precioso exemplo do Bom Pastor, que veio, não para ser servido, mas para servir (Mt. XX, 28).

No cumprimento desta alta função de pastorear a grei, que nos foi confiada, aprendi que:

Não se governa, somando defeitos; nem se obedece, exigindo virtudes.

Não se governa, ~~somando defeitos~~ ^{lendo-se}; nem se obedece, anulando-se.

Não se deve usar o cajado sem luvas. Nem se queira apenas luvas sem cajado.

Quem governa, pode errar. Quem obedece, sempre acerta.

E, assim, contra tôda minha expectativa, a 29 de setembro de 1940 estava eu revestido de tão elevada dignidade e tão tremenda responsabilidade. Só me restava então dizer como o Apóstolo Pedro — “Mas, por causa de tua palavra lançarei as redes” (Lc. V, 5) — fazendo porém o meu pedido de Salomão ao ser investido na realeza: “Dai, pois, ao vosso servo um coração sábio, capaz de julgar o vosso povo e discernir entre o bem e o mal; pois, sem isto, quem poderia julgar o vosso povo, um povo tão numeroso como êste?” (I Rs, 3).

O NÓVO BISPO

Sagrado na sua própria Catedral, estava então o nôvo bispo frente a seu rebanho. Seria o primeiro pastor da nova diocese.

O Pastor não conhecia o rebanho, nem o rebanho o Pastor. No entanto, para o cumprimento da missão, de que acabara de ser revestido, era necessário que ouvisse e praticasse o preceito do Divino Mestre: "O bom pastor conhece as suas ovelhas e estas conhecem o pastor" (Jo. X, 4). Sabia eu apenas que estava no meio de um povo simples, hospitaleiro e bom, o qual conservara com zêlo e carinho o rico tesouro de sua fé. Sabia que minha diocese abrangia a região por onde penetrara primeiro a civilização em nosso Estado, subindo pelo rio Jaguaribe — a primeira estrada dos pioneiros em busca dos nossos sertões.

De fato, das nove paróquias que compunham a diocese, uma era bi-centenária, três centenárias e cinco octogenárias.

Do pastor nada sabiam os filhos desta região; pois o bispo, que aqui chegara, era até pouco tempo um obscuro vigário do interior cearense e outra aspiração não alimentava a não ser a de continuar como vigário do sertão.

No meio de um rebanho tão manso e acolhedor, de alma aberta, não foi difícil ao pastor acolher os conhecimentos necessários para iniciar seu pastoreio.

O terreno estava preparado para acolher a semente lançada pelo nôvo sementeiro. É que no seu amanhã trabalharam dinâmicos e virtuosos sacerdotes, como um Bruno Figueiredo, um Agostinho Santiago, um Lino Deodato de Carvalho, um Zacarias Ramalho, um Joaquim de Menezes, um Bandeira Acióli, um Otávio Santiago, um Raimundo de Castro e Silva, um Miguel Xavier de Moraes, um Aloísio Ferreira Lima, um José Terceiro de Sousa, para citar apenas alguns dêsses heróicos cultivadores da grande vinha do Senhor.

Grande é a dívida de gratidão dos habitantes do Baixo-Jaguaribe para com êsses seus virtuosos vigários! Nada existe na zona, que tenha sido feito em proveito do povo, que

não traga a marca da ação benfazeja do sacerdote. Ou foi por êle realizado, ou encontrou nêle estímulo e apoio decisivo para sua concretização, sobretudo, no setor assistencial e educacional.

Senhor desta magnífica situação, deveria dar início sem mais demora à ingente missão — levar Cristo às almas e as almas a Cristo — rezar e agir.

Trabalharia ao lado de bispos da envergadura moral e cultural de um Dom José Tupinambá da Frota, privilegiada inteligência e invejável cultura a serviço de sua terra natal, a diocese de Sobral. Não seria exagero afirmar-se que Sobral deve muito do que é a seu primeiro bispo, uma das glórias do episcopado nacional. Ao lado de um Dom Francisco de Assis Pires, a humilde violeta do episcopado brasileiro, como foi justamente cognominado. Por suas peregrinas virtudes e zêlo apostólico foi o anjo tutelar do Cariri. Para maior estímulo, se encontrava à frente da Província Eclesiástica do Ceará a inconfundível figura do grande arcebispo de Fortaleza, Dom Manuel da Silva Gomes, a quem muito deve não apenas a arquidiocese, como todo o Estado. Não menor foi o estímulo recebido do culto e santo Dom Antônio de Almeida Lustosa, que jamais será esquecido pelo Ceará.

A êsses inconfundíveis apóstolos da Santa Igreja, em terras cearenses, sucederam outros dinâmicos pastôres: Dom José Delgado, Dom João José Mota, Dom Valfrido Teixeira Vieira, Dom Vicente Matos, Dom Mauro Ramalho e Dom Antônio Fragoso. Êstes dois últimos, nas novas dioceses de Iguatu e Crateús.

Na sua caridade e em seu exemplar pastoreio tenho me inspirado e encorajado para o desempenho de meu labor episcopal.

O QUE ESTÁ POR FAZER

Desnecessário seria, caríssimos diocesanos, trazer agora à tona o que realizei em 25 anos de meu episcopado, nesta Diocese. Foi tão pouco, e já conhecido de todos. Muito mais

proveitoso será, por certo, examinarmos o que devemos fazer para o futuro, a exemplo do Apóstolo Paulo, que se esquecendo do que ficava para trás, avançava para o que estava adiante (Fl. III, 13-14).

Primeiro, uma constatação. Ao examinarmos atentamente a situação social, moral e religiosa da comunidade cristã, já não podemos empregar as mesmas expressões do Apóstolo aos Tessalonicenses, o qual rendia graças a Deus pelo crescimento de sua fé e pelo transbordamento de sua caridade.

Bem pouca é a influência sobre a vida moral e social da comunidade de uma religião mais tradicionalista que consciente. Decaem os costumes. E a própria decadência moral é justificada como consequência inevitável do progresso humano. A vida social vai, assim, desenvolvendo-se à margem do Evangelho.

Por outro lado, a religião passou a ser entendida, quase que unicamente, em função do templo e não da vida integral do homem e da comunidade. As nossas igrejas e capelas polarizam a vida religiosa em detrimento de sua vivência no lar, na vida social, profissional e política. Muitos limitam sua vida religiosa à participação dos atos litúrgicos, oficiados nos templos. Como se a religião ficasse no Templo e não os acompanhasse em e por toda sua vida.

E, ainda assim, vai-se à igreja mais por hábito do que por profunda convicção religiosa. E, até há pouco, os cristãos portavam-se no Culto Divino como estranhos, sem participarem consciente, ativa e plenamente dos mistérios da salvação, não auferindo assim, em abundância, os benefícios espirituais para sua vida.

O Evangelho é pregado, mas, não é vivido pelos cristãos. E sem a vivência da mensagem de Cristo, sem sua encarnação na vida de todos os dias, não há verdadeiramente renovação cristã. Não seria necessário apresentar a Boa Nova de um modo diferente, numa linguagem acessível ao homem de hoje, para que, ouvindo-a, ele a transforme em vida?

Verifica-se, também, que, apesar de muitos movimentos religiosos, está faltando vida religiosa em profundidade, ou seja, convicção pessoal dos valores do cristianismo.

Parece que os próprios cristãos, por carência de uma fé robusta, vêem a Igreja mais em seu aspecto humano do que divino, não atendendo a que Ela é sempre a continuadora da missão de Cristo entre os homens. Não têm consciência de que são a um tempo filhos de Deus e da Igreja. Daí seu desinterêsse pela vida e atividade da Igreja. No entanto, todos nós somos a Igreja. E sem esta consciência, nem a própria reforma litúrgica alcançará os frutos tão esperados.

A excessiva concentração das funções religiosas, e até mesmo sociais, nas mãos do Padre, explicável até certo ponto dada a situação de nossa região carente de pessoas capazes de assumir essas tarefas, levou os leigos a transferirem tácitamente para os sacerdotes sua missão específica na edificação do Corpo Místico. Pois não são eles apenas ouvintes da Palavra de Deus, mas portadores também e executores dessa Palavra. Como ensina o Concílio do Vaticano Segundo, os leigos, "quem quer que sejam, são chamados a atuarem tôdas as forças recebidas por benefício do Criador e graça do Redentor, para o incremento da Igreja e sua própria santificação". Assim todo leigo, em virtude dos próprios dons que lhe foram conferidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja, "na medida do dom de Cristo" (Lumen Gentium, 33).

Põe-se agora a pergunta: O que fazer?

Não há da parte da Igreja propriamente erros para corrigir, mas, na expressão de Paulo VI, "defeitos para emendar" (Ecclesiam Suam), e métodos por atualizar no pastoreio das almas, atendendo à situação do mundo atual, de cada continente, de cada país ou região.

Assim, o Brasil, país nôvo, em via de desenvolvimento, com um dos maiores índices de crescimento demográfico do mundo, apresenta uma desintegração muito rápida de suas estruturas sociais, e mesmo religiosas, que interessa direta e imediatamente a pastoral.

Conquanto já tenha atingido, sob muitos aspectos, a maioridade, a fé de seu povo é ainda de criança, não tendo acompanhado seu rápido desenvolvimento econômico e social.

Tudo evoluiu, menos a fé de seu povo. Fé tradicional, sem profundas raízes. Esta defasagem entre o desenvolvimento do país e a fé de seu povo leva muitos a crerem que a Igreja é uma instituição já superada.

Nestas circunstâncias, para que a mensagem evangélica atinja realmente os homens, como eles são, urge uma pastoral atualizada, que encare os problemas globalmente e procure resolvê-los unitariamente. A Pastoral de Conjunto é um imperativo da hora presente. Essa renovação da pastoral encontrará certamente barreiras naqueles que desejam manter o "status quo", ou por não se aperceberem desta evolução do mundo, ou por julgarem que o presente deve ser apenas uma continuação, sem mais, do passado. No entanto, essa atualização da pastoral é indispensável para o cumprimento da missão recebida do Senhor.

Aliás, um dos objetivos do Concílio Vaticano Segundo é justamente atualizar a Pastoral para adaptá-la a nossos dias. Com efeito, o momento em que vivemos postula que a Santa Igreja trace novos rumos para seu divino apostolado. São os caminhos da Igreja no mundo moderno, magistralmente focalizados por Paulo VI, na "Ecclesiam Suam"

O pastoreio será menos uma função do cajado do que a persuasão no amor, objetivando conscientizar a fé dos cristãos. Será menos a apresentação dos fulgôres de nossa augusta e santa religião, de seus triunfos no passado, de suas realizações artísticas, imortalizadas nas grandes Basílicas e Catedrais, do que um incisivo convite a uma participação íntima em seus mistérios. Seria vão contentar-se com a contemplação de seu brilho exterior, se não procuramos levar os homens a compreendê-la e vivê-la em sua realidade profunda.

Se já me faltam forças para iniciar nova jornada, por novos caminhos, não me faltam simpatia e entusiasmo para acompanhar essa renovação com aplausos, rendendo graças a Deus por este amanhecer de um dia radioso para a Igreja, ansiosa de repor o homem no caminho que leva ao Cristo Senhor — solução única para todos os problemas que angustiam o século em que vivemos.

AGRADECIMENTO

Chegando ao fim destas despretensiosas considerações, neste dia do meu jubileu episcopal, sòmente me resta agradecer a quantos, e foram muitos, que, por sua caridade, por suas luzes, por sua dedicação, por sua assistência, foram autênticos e providenciais cirineus do meu episcopado.

Com êles foi dividido, nestes 25 anos, o grande pêsso da cruz episcopal. Se algum brilho ou mérito teve êste episcopado, seja êle também totalmente repartido com meu querido Clero secular e regular, com as piedosas Irmãs das diversas casas religiosas da Diocese, com meus estremecidos seminaristas — esperança da Diocese — e com todos os meus amados diocesanos, sem côr social, religiosa, ou política.

É que, se como Pastor fui o principal responsável pelo rebanho, jamais julguei bastar-me para a solução dos problemas que interessavam tôda a comunidade; como também jamais quis carrear sòzinho pedras para a construção do templo de Deus nas almas, ou sòzinho colhêr os frutos sazonados da vinha do Senhor.

Deixo aqui também expresso o meu sincero agradecimento, pelas atenções que me dispensaram nestes 25 anos de episcopado os altos podêres Judiciário, Legislativo e Executivo de nosso Estado. Desejo especialmente salientar as homenagens que me foram prestadas pela Assembléia Legislativa, na decorrência de meu jubileu sacerdotal, bem assim as cortesias e favores do govêrno do Coronel Virgílio Távora, patrono de nossa futura Faculdade de Filosofia.

Recebam igualmente tôdas as autoridades civis e militares desta diocese a minha palavra de agradecimento pelas atenções a mim dispensadas.

Encerrando esta minha modesta carta, volto-me para a cátedra de Pedro, em Roma, atualmente ocupada pelo grande Pontífice Paulo VI, para render-lhe minha homenagem de profundo respeito e filial obediência, evocando ao mesmo tempo a memória de Pio XI, que criou a diocese de Limoeiro, e de Pio XII, que elegeu seu primeiro bispo, hoje

celebrando seu jubileu episcopal. Nesta homenagem ao Santo Padre com prazer incluo o seu representante no Brasil, o Exmo. e Revmo. Sr. D. Sebastião Baggio, Nuncio Apostólico.

Sejam minhas últimas palavras um tributo de filial amor e gratidão àquela que jamais faltou com sua maternal proteção nos longos anos de meu sacerdócio e de meu episcopado — a excelsa Padroeira desta Diocese, Nossa Senhora da Conceição.

Com o auxílio do grande defensor da Igreja, São Miguel Arcanjo, neste dia que lhe é consagrado, em que comemoro minha sagração episcopal, imploro as bênçãos celestiais sobre vós, bondosos cooperadores e prezados diocesanos.

A bênção de Deus Todo-poderoso, Pai † Filho † e Espírito Santo, desça sobre vós e permaneça sempre.

Dada e passada nesta cidade de Limoeiro do Norte, sob nosso sinal e selo de nossas armas, aos 29 de setembro de 1965, festa de São Miguel Arcanjo.

† AURELIANO, Bispo de Limoeiro do Norte

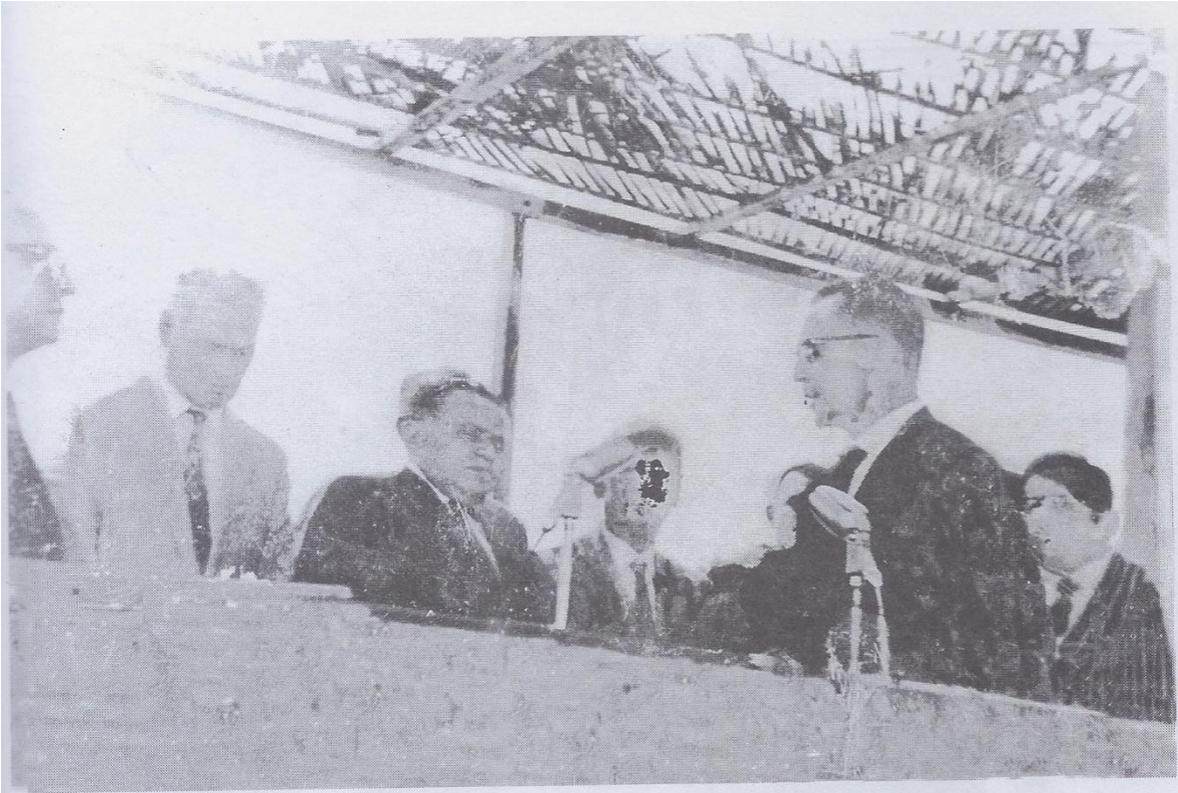
MANDAMENTO

Seja esta nossa Carta Pastoral lida aos fiéis em todas as Matrizas, Capelas e Oratórios públicos, e registrada no Livro do Tombo de todas as paróquias desta Diocese.

Limoeiro do Norte, 29 de setembro de 1965.

† AURELIANO, Bispo de Limoeiro do Norte

ANEXO 7 - FOTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA INAUGURANDO
PONTE EM LIMOREIRO DO NORTE



Década de 60

Ato público da inauguração da Ponte Senador Fernandes Távora. Marechal Castelo Branco, Presidente da República, desce do avião militar, aterrissagem audaciosa num campo de terra de pouco mais de 700 metros. Sobre a extremidade leste da obra : identificam-se no elenco de autoridades, da esquerda para a direita: Cel. Virgílio Távora – Governador do Estado; Ministro Juarez Távora; Marechal Castelo Branco – Presidente da República; Senador Fernandes Távora – Patrono da ponte; Prefeito Pedro Alves Filho, saudando o Presidente da República; Deputado Federal Paulo Sarasate; Engenheiro Amilcar Távora, chefe do Depto. Nacional de Estradas e Rodagem (DNER)

Limoeiro do Norte, 24/06/1965.

ANEXO 8 – PROJETO DA FAFIDAM

ESTADO DO CEARÁ

Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte
Ceará

Of.nº

Do Diretor da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte
Ao Exmo.Sr.Presidente do Conselho Estadual de Educação
Ass.Relatório para autorização e funcionamento
(encaminha)

Senhor Presidente,

Tenho a honra de passar às mãos de V.Excia. o Relatório referente ao pedido e autorização para funcionamento da Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte, criada pela Lei Estadual nº 8.716, de 6 de janeiro de 1967.

Ao encaminhar o presente Relatório, cumpro o dever de esclarecer a V.Excia. que esta Faculdade foi estruturada para formar professores para o atendimento à Escola Média da Região Jaguaribana, com licenciatura de 1º Ciclo, conforme opina o egrégio Conselho Federal de Educação, em seu Parecer publicado "in Documenta" nº 31, pag.107.

Em consequência, o grupo de professores interessados pelo funcionamento de uma Faculdade desta natureza promoveu os trabalhos de sua criação, baseando-se em outros Pareceres, que fixam normas para os Cursos de Pedagogia, Geografia, História, Matemática e Letras, com o funcionamento regular de três anos.

Como se pode ver das Peças que instruem o presente Processo, foram obedecidos os Currículos mínimos e incluídas as matérias pedagógicas, de que trata a Legislação em vigor.

O Corpo Docente foi escolhido dentre professores licenciados, médicos, bacharéis, agrônomos e mestres de notório saber e larga vivência de magistério, nesta cidade.

Acresce salientar ainda que esta Diretoria já tomou a iniciativa de constituir um grupo de trabalho, responsável pela elaboração do Regimento Interno, cuja remessa será feita oportunamente, ao Douto Conselho, para exame e aprovação.

Aproveito o ensejo para apresentar a V.Excia. os meus protestos de respeito e consideração.

Limoeiro do Norte, 20 de abril de 1967

Cônego Misael Alves de Sousa
Cônego Misael Alves de Sousa-Diretor



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE FILOSOFIA D. AURELIANO
LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ

PRÉDIO E INSTALAÇÕES

A Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos funciona em prédio próprio, situado à Avenida Dom Aureliano, Nº 2058, em Limoeiro do Norte-Ceará.

1 - Condições de posse do prédio

O prédio em que funciona a Faculdade foi desapropriada pelo Estado à Associação de Assistência Educacional a Menores, pelo Decreto Nº 9.128 de 30.01.70, juntamente com o terreno em que está situado, que tem uma área de 14.300m². *DO-19.2.70*

2 - Capacidade física do prédio

2.1 - Área total do campus: 14.300m²

2.2 - Área construída: 1.704,43m²

2.3 - Discriminação das disponibilidades do prédio

2.3.1	Gabinete do Diretor	- 21,50m ²	
2.3.2	Secretaria	- 46,75m ²	
2.3.3	Contadoria	- 20,00m ²	
2.3.4	Almoxarifado	- 40,00m ²	
2.3.5	Sala do Conselho Departamental	- 20,00m ²	
2.3.6	Sala dos Professores	- 35,20m ²	
2.3.7	Sala da Biblioteca	- 35,20m ²	
2.3.8	Sala de Leitura	- 35,20m ²	
2.3.9	Portaria	- 27,50m ²	
2.3.10	3 salas de aula com	- 35,20m ²	cada
2.3.11	4 salas de aula com	- 36,00m ²	cada
2.3.12	4 salas de aula com	- 54,63m ²	cada
2.3.13	3 salas de aula com	- 62,72m ²	cada



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE FILOSOFIA D. AURELIANO MATOS
 LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ

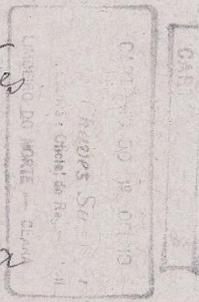
2.3.14	Salão Auditório	- 460,00m ²
2.3.15	Cantina	- 10,00m ²
2.3.16	Dependências Sanitárias (12)	- 16,00m ²
2.3.17	Galpão	- 128,00m ²

[Handwritten signature]
 Dr. Aristhe, Porto Mitoso
 Engenheiro
 CREA 611/D 93 Reg.

[Handwritten signature]
 Cônego Misael Alves de Sousa
 Diretor

RECONHEÇO a(s) firma(s) *supra*
 de *Dr. Aristhe Porto Mitoso e Sr. Misael Alves de Sousa*

Em test. *[Handwritten signature]* Dou fé.
 da verdade.
 Limoeiro do Norte, 2/5 de M. 2 de 1973
Judite Chaves Cordeiro
 P. Tabelião





ESTADO DO CEARÁ

Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte Ceará

HISTÓRICO DA REGIÃO

Como adendo informativo apresentamos alguns aspectos da Região do Baixo Jaguaribe, focalizando, principalmente, aspectos geográficos e culturais / das cidades da região.

Situação Geográfica - A região do Baixo Vale do Jaguaribe, está determinada pelo Rio Jaguaribe, estendendo-se entre as cidades de Jaguaribe e Aracati. As condições geográficas e econômicas da região tornam as cidades interligadas numa mesma esfera de atividades sócio-econômicas.

Cidades e respectivas populações.

Aracati	45.840 habitantes
Alto Santo	11.347 "
Itaiçaba	5.666
Iracema	19.839
Jaguaretama	16.270
Jaguaribara	7.715
Jaguaribe	23.664
Jaguaruana	20.220
Palhano	4.375
Pereiro	20.172
Quixeré	9.546
Russas	29.463
LIMOEIRO DO NORTE	20.679
Morada Nova	42.789
São João do Jaguaribe	6.994
Taboleiro do Norte	<u>13.940</u>
Total.....	298.319



ESTADO DO CEARÁ

Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte Ceará

Distância das outras cidades a Limoeiro do Norte

Aracati	90 Kms.
Itaíçaba	82 "
Jaguaruana	60 "
Russas	30 "
Quixeré	18 "
Tabuleiro do Norte	15 "
São João do Jaguaribe	30 "
Morada Nova	36 "
Palhano	54 "
Alto Santo	60 "
Iracema	90 "
Pereiro	138 "
Jaguaribara	90 "
Jaguaretama	120 "
Jaguaribe	120 "

As cidades de Quixeré, São João do Jaguaribe, Morada Nova, Alto Santo, Iracema, Pereiro, Jaguaribara e Jaguaretama, estão ainda mais intimamente / ligadas a Limoeiro do Norte pela inexistência naquelas cidades de Médicos, Hospitais, Estabelecimentos Bancários, e que torna Limoeiro do Norte, centro regional.

Estabelecimentos de Ensino Secundário da Região

- Aracati - Ginásio e Escola Normal São José
- Colégio Marista
 - Ginásio e Escola Normal Salesiano
 - Escola de Comércio

ESTADO DO CEARA

Faculdade de Filosofia de Limoeiro do Norte
Ceará

Itaíçaba -

- Ginásio Henrique Jorge

Jaguaruana -

- Ginásio Cônego Agostinho

Russas - Ginásio e Escola Normal Coração Imaculado de Maria

- Colégio Governador Flávio Marcílio
- Escola de Comércio Padre Zacarias Ramalho

LIMOEIRO DO NORTE -

- Ginásio da Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte
- Colégio Padre Anchiêta
- Ginásio São Vicente
- Escola Normal do Patronato Santo Antônio
- Escola de Comércio Presidente Kennedy
- Seminário Diocesano Dura D'Ars

Tabuleiro do Norte

- + Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Brotas

Morada Nova -

- Ginásio e Escola Normal de Morada Nova

São João do Jaguaribe -

- Ginásio de São João do Jaguaribe

Quixeré -

- Ginásio de Quixeré

Alto Santo -

- Ginásio de Alto Santo

Iracema -

- Ginásio e Escola Normal de Iracema

Pereiro -

- Ginásio de Pereiro

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Em

Da Exatoria Federal em

Ao

Assunto:

A T E S T A D O

Atesto, por ser do meu conhecimento próprio, para os devidos fins, que a cidade de Limoeiro do Norte-Ceará, conta atualmente, com os seguintes estabelecimentos de ensino:

Escola Normal Rural de Limoeiro do Norte

Escola Normal do Patronato Santo Antônio

Colégio Diocesano Pe. Anchieta (com o Científico)

Ginásio do Seminário Diocesano

Escola de Comércio J. Kennedy

(Todos estes estabelecimentos de ensino têm o Ginásial)

Grupo Escolar P. Joaquim de Meneses

Grupo Escolar Arsênio Maia

Exatoria Federal de Limoeiro do Norte

No 8 de Janeiro de 1967

Francisco Diniz de Araújo
EXATOR - CHEFE



RECONHEÇO a firma Luiza de

Francisco Diniz de Araújo

Empresário - Cartão de Identificação

Em test. pl da verdade

Limoeiro do Norte, 8 de 2 de 1967

João Nogueira Sobrinho
João Nogueira Sobrinho - 1.º Tabelião